

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E EXTENSÃO MEDIA LAB
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARTES, CULTURAS E TECNOLOGIAS

JANICE DE ALMEIDA MATTEUCCI

**As performances, memórias e as políticas públicas nos
espaços de acolhimento à pessoa idosa na
cidade de Goiânia**

GOIÂNIA

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR EM PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO MEDIA LAB./UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Janice de Almeida Matteucci

3. Título do trabalho

As performances, memórias e as políticas públicas nos espaços de acolhimento à pessoa idosa na cidade de Goiânia

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por Janice De Almeida Matteucci, Discente, em 06/08/2026, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vania Dolores Estevam De Oliveira, Usuário Externo**, em 06/08/2026, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 6332800 e o código CRC 66FE01C6.

JANICE DE ALMEIDA MATTEUCCI

**As performances, memórias e as políticas públicas
nos espaços de acolhimento à pessoa idosa na
cidade de Goiânia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Artes, Culturas e Tecnologias do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão Media Lab da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Artes Culturas e Tecnologias.

Área de concentração: Artes Culturas e Tecnologias
Linha de Pesquisa: Performances Culturais

Orientadora: Prof. Dra. Vânia Dolores Estevam de Oliveira

GOIÂNIA

2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Matteucci, Janice de Almeida

As performances, memórias e as políticas públicas nos espaços de acolhimento à pessoa idosa na cidade de Goiânia [Manuscrito] / Janice de Almeida Matteucci. - 2026.

247 f.: il.

Orientadora: Prof(a). Dra. Vânia Dolores Estevam de Oliveira

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão Media Lab (NIPEE Media Lab), Programa de Pós-Graduação em Artes, Culturas e Tecnologias, Goiânia, 2026.

Ilustrações.

Anexo.

Apêndice.

Bibliografia.

Inclui: siglas, mapas, símbolos, tabelas, gráfico, lista de figuras.

1. Performances Culturais. Performances de Reexistência.

Envelhecimento. Etarismo. Memórias. Políticas Públicas.

I. Oliveira, Vânia Dolores Estevam de, orient. II. Título.

CDU 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR EM PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO MEDIA LAB./UFG

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 10 da sessão de Defesa de Tese de Janice de Almeida Matteucci, que lhe confere o título de Doutora em Artes, Culturas e Tecnologias, na área de concentração em Artes, Culturas e Tecnologias.

Aos vinte e nove dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e seis, a partir das catorze horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "As performances, memórias e as políticas públicas nos espaços de acolhimento à pessoa idosa na cidade de Goiânia". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, professora Doutora Vânia Dolores Estevam de Oliveira, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: professora Doutora Albamaria Paulino de Campos Abigailil, membro titular externo; professora Doutora Camila Azevedo de Moraes Wichers, membro titular externo; professor Doutor José Henrique Rodrigues Machado, membro titular externo e professora Doutora Vanessa Helena Santana Dalla Déa, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada, a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata **aprovada** pelos integrantes da banca. Proclamados os resultados pela professora Doutora Vânia Dolores Estevam de Oliveira, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Vania Dolores Estevam De Oliveira, Usuário Externo**, em 01/08/2026, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo de Moraes Wichers, Usuário Externo**, em 06/08/2026, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Henrique Rodrigues Machado, Usuário Externo**, em 11/08/2026, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Helena Santana Dalla Dea, Professor do Magistério Superior**, em 12/08/2026, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Albamaria Paulino de Campos Abigailil, Usuário Externo**, em 27/08/2026, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6331427** e o código CRC **A4479436**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E EXTENSÃO MEDIA LAB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES, CULTURAS E TECNOLOGIAS

Banca Examinadora de Defesa

Profa. Dra. Vânia Dolores Estevam de Oliveira
Presidente/Orientadora

Prof^a. Dr^a. Vanessa Helena Santana Dalla Déa (UFG)
Examinador interno (a)

Prof^a. Dr^a. Albamaria Paulino de Campos Abigalil (UNB)
Examinador externo (a)

Prof^a. Dr^a. Camila A. de Moraes Wichers (USP)
Examinador externo (a)

Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Machado (IFG)
Examinador externo

Prof. Dr. João Dantas dos Anjos Neto (UFG)
Suplente externo

Prof. Dr. Robson Correa de Camargo (UFG)
Suplente interno

GOIÂNIA

2026

DEDICATÓRIA

A Deus criador de todas as coisas visíveis na qual me incluo e nada sou, e invisíveis, minha eterna gratidão. Nossa Senhora, minha amiga inseparável nas alegrias como também nas horas difíceis, nunca falha, obrigada por estar sempre comigo. Meu anjo da guarda, na certeza de que está sempre ao meu lado, obrigada Jialiel.

À minha mãe querida Stela Xavier de Almeida Matteucci, que me deu a maior prova de amor, me gerou, e apontou os caminhos a seguir, entre estas as ciências humanas, seus passos passaram também por aqui. Meu eterno amor, respeito e admiração.

Ao meu pai, Elvio Fernando Matteucci, ausente fisicamente, mas presente em meu coração. Saudades eternas. Um dia nos encontraremos novamente. Eu creio.

Aos três tesouros a mim confiados por Deus, minhas filhas Tatyana, Bárbara e Beatriz, donas do meu coração, razão de toda minha atual existência. Sem elas meu mundo fica menos colorido. Obrigada pelo estímulo e compreensão pelas minhas ausências e por torcerem por mim. Amo vocês.

Isabel Matteucci Magalhães, minha netinha amada. Com ela tudo fica diferente, mais iluminado. Chegou e tomou conta de tudo e de todos. Gostaria que o tempo passasse mais devagar, e pudéssemos ficar mais tempo juntas. Obrigada, minha querida. Daqui alguns anos penso que você estará neste processo. Espero estar ainda aqui para comemorar com você.

Meus irmãos, irmãs, sobrinhos, (as), tios (as) primos, genros, amigos, enfim, a todos que de alguma forma compartilham comigo esta conquista, ser Doutora em Artes, Culturas e Tecnologias.

À professora Vânia de Oliveira, minha orientadora que, com sua maneira de nos acolher suave, de ser e viver, orientou sempre com serenidade e segurança, meu muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente este trabalho a Deus, que me proporcionou existir, e minha mãe Stela Xavier de Almeida Matteucci e meu pai Elvio Fernando Matteucci, seres iluminados que me deram a vida, especialmente minha mãe que me apontou os caminhos para um olhar mais humano para a sociedade. Meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, genros, familiares e amigos que torceram por mim. Meus colegas da turma de doutorado/2022, quantos momentos passamos juntos, incluindo a pandemia, fica aqui minha saudade e o desejo de que nossos caminhos se cruzem neste planeta terra.

Nestes amigos dedico um espaço especial para o Professor Dr. Rildo Bento de Souza, sempre me incentivando e acreditando em mim profissionalmente, minha eterna gratidão. Você, Rildo, foi quem até agora não me deixou desistir. Aos professores do curso que, com suas competências, doaram seus saberes nos enriquecendo com mais conhecimentos e experiências do mundo acadêmico. Aos funcionários da Universidade, em especial às secretárias Ana Maria e Zenilde Nunes, sempre nos atendendo em nossas solicitações com atenção e presteza. Ao governo Lula que retomou a democracia e, com isto, os investimentos nas pesquisas incluindo neste ano a construção de novos estabelecimentos de ensino. Como ele mesmo gosta de afirmar que dinheiro aplicado em educação não é gasto, mas sim investimento, sou resultado deste investimento. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES) por financiar meus estudos.

À minha orientadora, Dr^a Vânia Dolores Estevam de Oliveira, pelas valiosas contribuições nesta vida acadêmica, muito obrigada.

E, finalizando, o agradecimento mais importante para minhas amadas filhas, minha principal razão de existir, seres a mim confiadas por Deus, que alegam e estimulam minhas conquistas, amadas filhas Tatyana, Bárbara e Beatriz Xavier Almeida Matteucci Ferreira, razão de toda minha vida. Nelas encontro o porto seguro e o estímulo para continuar nesta caminhada árdua, mas também prazerosa da vida acadêmica. E a minha mais nova companheira, minha Netinha Isabel Matteucci Magalhães, a alegria mais recente que roubou meu coração. Amo vocês.

“As famílias são como uma fábrica
de esperança: é onde se aprende a amar,
a perdoar, a ser generoso”.

Papa Francisco.

RESUMO

Seria um novo Brasil ou um Brasil que envelheceu e ainda não está preparado para cuidar de sua população? O envelhecimento não é apenas um dado biológico ou estatístico, mas um fenômeno cultural, político e performático, marcado pelo descompasso entre a longevidade crescente e a escassez de políticas democráticas e multiculturais. Esta tese de doutorado investiga o envelhecimento populacional e tem como recorte espacial o município de Goiânia, capital do estado de Goiás, analisado sob a ótica interdisciplinar das Performances Culturais, das Ciências Sociais e da Gerontologia Crítica. A pesquisa parte do pressuposto epistêmico do construtivismo socio-histórico e performático, no qual o envelhecer é compreendido como uma construção social atravessada pelo drama social, pelo etarismo e por contextos de superexploração do trabalho e contrarreformas neoliberais que precarizam a proteção social. Sob essa premissa, introduz-se a concepção inovadora de “performances de reexistência da pessoa idosa”, compreendendo que o conhecimento emerge da escuta das subjetividades e da observação dos corpos idosos em cena, nos quais a arte e a gestualidade funcionam não apenas para resistir ao preconceito, mas como atos políticos de reinventar a vida, afirmar a existência e combater o apagamento social. O objetivo central consiste em compreender como as experiências de performance e memória em três espaços institucionais de acolhimento na cidade de Goiânia — o Centro de Convivência dos Idosos Assunção, o Centro de Idosos Vila Vida e o Centro Livre de Artes — colaboram no processo de envelhecimento, atuando como catalisadores de transformações psicossociais positivas mediante a promoção de atividades artísticas e culturais. O aporte teórico articula os estudos da performance e do drama social, as reflexões sobre memória coletiva, tempo espiralar e ancestralidade, a crítica gerontológica e social, e a perspectiva da interseccionalidade entre classe, raça, gênero e idade. A metodologia qualitativa, descritiva e exploratória utilizou a observação participante, a análise documental de legislações e das diretrizes da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CONADIPI), o registro fotográfico e entrevistas dialogadas fundamentadas na história oral. Os resultados revelam a face mais vulnerável da longevidade no território urbano goianiense, onde a solidariedade familiar atinge seus limites na realidade de idosos cuidando de idosos, ao mesmo tempo em que evidenciam o papel emancipatório das performances de reexistência na renegociação da identidade e na promoção do protagonismo. Concebe-se que a lacuna e o hiato estão na invisibilidade e na falta de alocação de recursos para financiamento das Políticas Sociais para as Pessoas Idosas, seguindo o ciclo orçamentário nas três esferas de governo. Por fim, o estudo aponta as lacunas das políticas públicas locais e os entraves burocráticos no acesso a dados, reforçando a urgência da Política Nacional de Cuidados e a consolidação de ações multiculturais que transformem a longevidade em um direito universal e digno.

Palavras-chave: Performances Culturais. Performances de Reexistência. Envelhecimento. Etarismo. Memórias. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Would this be a new Brazil, or a Brazil that has aged and is not yet prepared to care for its population? Aging is not merely a biological or statistical fact but a cultural, political, and performative phenomenon, marked by a disconnect between increasing longevity and a scarcity of democratic, multicultural policies. This doctoral thesis investigates population aging, focusing on the municipality of Goiânia—the capital of the state of Goiás—through an interdisciplinary lens combining Cultural Performance studies, the Social Sciences, and Critical Gerontology. The research is grounded in the epistemic framework of socio-historical and performative constructivism, wherein aging is understood as a social construct shaped by social drama, ageism, and contexts of labor over-exploitation and neoliberal counter-reforms that undermine social protection. Based on this premise, the study introduces the innovative concept of "performances of re-existence by older adults," recognizing that knowledge emerges from listening to subjectivities and observing older bodies in performance; here, art and gesture serve not only to resist prejudice but also as political acts of reinventing life, affirming existence, and combating social erasure. The central objective is to understand how performance and memory experiences within three institutional care settings in Goiânia—the Assunção Senior Center, the Vila Vida Senior Center, and the *Centro Livre de Artes* (Open Arts Center) – contribute to the aging process, acting as catalysts for positive psychosocial transformations through the promotion of artistic and cultural activities. The theoretical framework integrates performance and social drama studies; reflections on collective memory, spiral time, and ancestry; critical gerontology and social critique; and an intersectional perspective encompassing class, race, gender, and age. This qualitative, descriptive, and exploratory study employed participant observation, document analysis of legislation and guidelines from the 6th National Conference on the Rights of Older Persons (CONADIP), photographic documentation, and conversational interviews grounded in oral history. The results reveal the more vulnerable side of longevity in the urban landscape of Goiânia – where family solidarity reaches its limits in situations involving older adults caring for other older adults—while simultaneously highlighting the emancipatory role of "re-existence" performances in renegotiating identity and fostering agency. The study identifies a critical gap regarding the invisibility of older adults and the lack of resource allocation to fund social policies for this demographic across the three levels of government. Finally, the study points to shortcomings in local public policies and bureaucratic obstacles to data access, underscoring the urgent need for a National Care Policy and the consolidation of multicultural initiatives that transform longevity into a universal and dignified right.

Keywords: Cultural Performances. Aging. Ageism. Memories. Public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
a.C.	Antes de Cristo
ANG	Associação Nacional de Gerontologia
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Art.	Artigo
AVCB	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CAPS	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
CCI	Centro de Convivência dos Idosos Assunção
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIVV	Centro de Idosos Vila Vida
CLA	Centro Livre de Artes
CMPI	Conselho Municipal da Pessoa Idosa
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONADIPI	Conferência Nacional da Pessoa Idosa
COVID-19	COronaVirus Disease 2019" (Doença por Coronavírus 2019)
CNDPI	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
d.C.	Depois de Cristo
DCNTs	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Ensino a Distância
EC	Emenda Constitucional
EsE	Estratégias de Saúde da Família
EGV	Escola Virtual de Governo
<i>et al.</i>	e outros e/ou e outras
Fig.	Figura
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNPI	Fundo Nacional da Pessoa Idosa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ILPIs	Instituições de Longa Permanência para Idosos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LGBTQIA	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/travestis, queer, intersexo,
PN+	assexuais/aromânticos/agêneros, pansexuais/polissexuais, não-binários e outras identidades não listadas
MAIB	Museu da Associação dos Idosos do Brasil
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MPGO	Ministério Público do Estado de Goiás
NEP	Núcleos de Educação Permanente
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONDH	Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OVG	Organização das Voluntárias de Goiás
PMVC	Programa Viva Mais Cidadania
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNC	Política Nacional de Cuidado
PNI	Política Nacional do Idoso
PPA	Preparação para a Aposentadoria
Qd.	Quadra
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RN	Rio Grande do Norte
RT	Responsável Técnico
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SECULT	Secretaria de Cultura
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SNDPI	Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
SNPI	Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização
STFJ	Supremo Tribunal de Justiça Federal
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
SUS	Sistema Único de Saúde
TGC	Taxa Geométrica de Crescimento
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Catálogo dos estereótipos identificados em diferentes ambientes institucionais e países.....	58
FIGURA 2	O impacto do idadismo sobre pessoas idosas	57
FIGURA 3	Países classificados com índices de atitudes idadistas baixos, moderados e altos.....	60
FIGURA 4	Nível de ocupação, segundo os grupos de idade – 2014/2023.....	62
FIGURA 5	Gráfico ilustrativo demográfico do crescimento populacional por faixa etária.....	68
FIGURA 6	Gráfico ilustrativo da pirâmide etária no Brasil, 2022.....	69
FIGURA 7	Tabela ilustrativa da população por grupos de idade variável dos estados brasileiros.....	70
FIGURA 8	Políticas Públicas e Direitos Humanos – CAO.....	120
FIGURA 9	Vista da fachada do Centro de Convivência do Idosos Assunção (CCI).....	128
FIGURA 10	Salão principal multiuso do CCI Assunção.....	130
FIGURA 11	Salão principal do CCI com seu painel de fotos dos eventos.....	131
FIGURA 12	Salão principal multiuso do CCI – Porta de entrada da Secretaria.....	132
FIGURA 13	Salão principal do CCI com vista das portas das salas de atendimento.....	132
FIGURA 14	Vista do pátio de fundo do salão com flores e ampliação da horta.....	133
FIGURA 15	Piscina coberta e aquecida.	133
FIGURA 16	Roda de conversa. Fiandeiras do ponto de memória tecendo a vida no Centro de Convivência de Idoso Assunção.....	134
FIGURA 17	Programação das atividades com seus respectivos horários e professores.....	135
FIGURA 18	Vistas da fachada de entrada do Centro de Idosos Vila Vida.....	136
FIGURA 19	Imagens das casas do Centro de Idosos Vila Vida.....	139
FIGURA 20	Moradias - Casa Lar Vila Vida.....	140
FIGURA 21	Cantinho do Truco. Espaço preferido da comunidade.....	141
FIGURA 22	Cantinho do Truco da Vila Vida.....	141
FIGURA 23	Produtos produzidos nas aulas de artesanato. Dia de bingo.....	142
FIGURA 24	Piscina aquecida para atividades aquáticas.....	143

FIGURA 25	Painel para festa de aniversário dos residentes produzidos nas aulas de artesanato.....;	144
FIGURA 26	Fachada do prédio do Centro Livre de Artes.....	145
FIGURA 27	Biblioteca do centro Livre aberta ao Público.....	153
FIGURA 28	Entrada do Centro Livre de Artes.....	154
FIGURA 29	Recepção do Centro Livre de Artes.....	154
FIGURA 30	Piano de Cauda do Centro Livre.....	155
FIGURA 31	Vista do Bosque dos Buritis, local onde funciona o Centro Livre de Artes de Goiânia.....	155
FIGURA 32	Aula do Coral Raio de Sol.....	160
FIGURA 33	Aula de arte psicoterapia no bosque.....	161
FIGURA 34	Aula de música e ritmo.....	163
FIGURA 35	Aula de teatro.....	163
FIGURA 36	População Idosa no Brasil por Cor/Raça (60+ anos).....	166
FIGURA 37	Distribuição da população idosa no Brasil por Cor/Raça Faixa etária.....	168
FIGURA 38	Pirâmides etárias por cor/raça – pessoas brancas, pretas e amarelas.....	169
FIGURA 39	Pirâmides etárias por cor/raça – pessoas brancas, parda e indígenas.....	169
FIGURA 40	Distribuição da população idosa por cor ou raça (pessoas).....	171
FIGURA 41	Divulgação do evento da 6ª CONADIPI – Brasília/DF, 2025.....	176
FIGURA 42	Ensaio do coral para apresentação do dia Arte no Bosque.....	200
QUADRO 1	Instituições de Longa Permanência para Idosos em Goiânia/GO.....	121
QUADRO 2	Instituições de Longa Permanência (ILPs).....	124
QUADRO 3	Centros de Convivência de Idosos(as).....	125
QUADRO 4	Eixos temáticos e as propostas prioritárias da 6ª CONADIPI.....	177

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO HUMANO.....	34
1.1 O envelhecimento humano, características e conceitos	34
1.2 Periodização do envelhecimento humano. A vida após os 60 (sessenta) anos. As mudanças físicas, emocionais, sociais para a pessoa idosa na visão da sociedade - O etarismo.....	48
CAPÍTULO II - AS MARCAS DO TEMPO: O MUNDO E O BRASIL ENVELHECERAM. O TEMPO NÃO PARA E ENVELHECE	68
2.1 A nova pirâmide populacional mundial e brasileira. Estamos com mais anciãos (ãs) do que jovens	68
2.2 Envelhecimento populacional na cidade de Goiânia	72
2.2.1 O que vem a ser políticas públicas, estado, sociedade e políticas sociais	75
2.2.1.1 <i>Conceitos fundamentais de políticas públicas sociais</i>	83
2.2.1.2 <i>O envelhecimento populacional e seus desafios para as políticas sociais no Brasil</i>	86
2.3 A preparação para aposentadoria e para velhice - um caminho em construção	107
2.3.1 Dimensões para pensar na preparação para aposentadoria	109
2.3.2 Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA)	116
CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO Á PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE DAS PECULIARIDADES DAS INSTITUIÇÕES EXISTENTES EM GOIÂNIA	119
3.1 As instituições existentes em Goiânia para o cuidado da pessoa idosa ...	119
3.2 Critérios para abertura	122
3.2.1 Documentação necessária	122
3.2.2 As tipologias de instituições existentes no atendimento à pessoa idosa	122
3.3 Os Conselhos dos Idosos e campo de atuação na cidade de Goiânia	126
3.4 As Instituições Pesquisadas	128
3.4.1 Centro de Convivência do Idosos Assunção (CCI)	128
3.4.1.1 <i>Critérios para poder frequentar as atividades</i>	130
3.4.1.2 <i>Descrição dos espaços e atividades disponíveis</i>	130
3.4.2 Centro de Idosos Vila Vida - finalmente um lar, doce lar	136
3.4.2.1 <i>Critérios para Casas-Lares</i>	138
3.4.2.2 <i>Critérios para Centros de Convivência</i>	140
3.4.3 Centro Livre de Artes - o envelhecimento em um espaço que respira artes...	144
3.4.3.1 <i>Conhecendo o Centro Livre de Artes</i>	145
3.4.4 Assistindo as ações do Centro Livre de Artes destinadas à pessoa idosa	157

3.4.4.1 Coral Raio de Sol.....	SUMÁRIO	157
3.4.4.2 Oficina integrada cor e movimento.		162
CAPÍTULO IV – AS PERFORMANCES CULTURAIS E O ENVELHECIMENTO NAS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: UMA REALIDADE DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA.....		
		165
4.1 O Cenário Demográfico do Envelhecimento no Brasil – um drama social		
		165
4.1.1 Desigualdades Socioeconômicas e o Envelhecimento. Questão Racial e de Gênero no Envelhecimento, uma realidade visível		167
4.1.2 A Interseccionalidade na análise da Invisibilidade da Pessoa Idosa: Gênero, Raça e idade		170
4.2 Implicações para as Políticas Públicas		173
4.3 O envelhecimento multicultural e a democracia: análise das resoluções da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa		
		175
4.3.1 O Drama Social do Envelhecimento na 6ª Conadipi e a Memória Coletiva		179
4.3.2 Gênero, Classe, Raça, Etnia e o Protagonismo das Múltiplas Velhices		180
4.3.3 Classe Social, Capital e a Crise do Cuidado.....		181
4.3.4 Democracia, Multiculturalismo e o Fortalecimento dos Conselhos		185
4.4 As Performances, Memórias e o Drama Social do envelhecimento.....		187
4.5 O Drama Social do Envelhecimento: Ritos, Crises e Apagamento Social .		193
4.6 As Memórias nas Instituições Pesquisadas e Performances da Velhice ...		198
4.7 Diversidade das Velhices: Invisibilidade e Marginalização.....		201
CONSIDERAÇÕES FINAIS		204
REFERÊNCIAS		214
SITES CONSULTADOS.....		228
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA		0
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....		1
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE... 		11

INTRODUÇÃO

Envelhecer
Arnaldo Antunes

A coisa mais moderna que existe nessa vida é envelhecer
A barba vai descendo e os cabelos vão caindo pra cabeça aparecer
Os filhos vão crescendo e o tempo vai dizendo que agora é pra valer
Os outros vão morrendo e a gente aprendendo a esquecer

Não quero morrer pois quero ver
Como será que deve ser envelhecer
Eu quero é viver pra ver qual é
E dizer venha pra o que vai acontecer

Eu quero que o tapete voe
No meio da sala de estar
Eu quero que a panela de pressão pressione
E que a pia comece a pingar
Eu quero que a sirene soe
E me faça levantar do sofá
Eu quero pôr Rita Pavone
No ringtone do meu celular
Eu quero estar no meio do ciclone
Pra poder aproveitar
E quando eu esquecer meu próprio nome
Que me chamem de velho gagá

Pois ser eternamente adolescente nada é mais *démodé*
Com uns ralos fios de cabelo sobre a testa que não para de crescer
Não sei por que essa gente vira a cara pro presente e esquece de aprender
Que felizmente ou infelizmente sempre o tempo vai correr

A letra em epígrafe, de autoria do cantor e compositor Arnaldo Antunes, foi composta em 1993 e em seu espetáculo “Ao Vivo, Lá em Casa”, antes de entoar a canção, ele diz que quer se homenagear, pois está próximo de completar 50 anos, e oferece também para aqueles que compartilham ou irão chegar a este período da vida, o envelhecimento. Na letra, ele critica ao comparar a ideia de juventude como sinônimo de modernidade, quando em uma de suas estrofes ele afirma: “[...] a coisa mais moderna que existe nesta vida é envelhecer”. Suas letras geralmente carregam um pouco de ironia e nesta especificamente ele ironiza ao valorizar o processo natural do tempo, propondo uma nova visão do envelhecimento. Evoca o passado ao citar Rita Pavone, criando uma ligação com o futuro de forma também divertida, inserindo na letra o toque do seu celular. Brinca com as novas feições que o envelhecimento

físico acarreta em suas estrofes, como a aceitação e celebração das mudanças sobre barba, cabelo e o esquecimento do próprio nome, e até de ser chamado de velho gagá. A espera incerta do futuro, entretanto ele afirma que não quer morrer, pois ele deseja ver como será envelhecer e ironiza a busca atual pela eterna juventude no verso que diz “ser eternamente adolescente, nada mais *démodée*”, destacando também, como é importante aprender com o tempo, que somente quem envelhece consegue experimentar, por isso seu desejo de chegar lá, isto é, Envelhecer.

É o que se procura sinalizar no desenvolvimento desta tese para adquirir o título de doutora em Artes, Culturas e Tecnologias, na Universidade Federal de Goiás (UFG). Para chegar até aqui, muitos caminhos foram trilhados, muitas batalhas vencidas e ainda por vencer, inclusive o enfrentamento de embates esperados e inesperados em sua produção textual. Primeiro, a graduação em um curso de nível superior e a especialização, depois a obtenção do título de Mestre, para assim chegar ao doutorado, e foi desta forma que foi sendo construída esta etapa que findará com a defesa. Aulas, leituras, eventos, apresentação de trabalhos, publicações, estágio docência, entre outros, fazem parte deste processo, e seguindo na escrita, pretende-se detalhar os caminhos que darão forma ao texto, resultado da pesquisa de campo do tema estudado, as instituições definidas como objeto da pesquisa, os procedimentos metodológicos, os autores que auxiliaram no embasamento teórico, para finalmente se transformar em um texto tese.

O interesse pessoal pelo estudo do envelhecimento iniciou-se na Graduação em Museologia, na qual, o trabalho de conclusão de curso foi “Pensando um Museu de Idosos: Processo Comunitário de Implantação do Museu dos Idosos do Brasil-Maib. Este museu foi o resultado da convivência pessoal desta doutoranda com a Associação de Idosos do Brasil, dedicada a esta instituição de cuidado à pessoa idosa na capital do Estado de Goiás. Foi a primeira instituição de acolhimento ou Centro de Convivência de Idosos na cidade de Goiânia.

Em seguida, surgiu a oportunidade de especialização no Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania, no Núcleo de Direitos Humanos da UFG. Para obtenção deste título, o trabalho de conclusão de curso deveria ser um projeto de intervenção. Como esta doutoranda havia participado de um edital de cultura para ser aplicado no Museu, o projeto elaborado serviu de base para a sua implementação. Com os recursos advindos desta iniciativa, foi possível a

ampliação da sala das fiandeiras, aquisição de novos equipamentos de tecelagem, entre outros, possibilitando, assim, a oferta de oficinas na arte de tecer para as idosas que frequentavam a instituição e que desejavam aprender, como também aberta ao público em geral, focando principalmente em jovens, pensando em um diálogo intergeracional e promovendo a salvaguarda deste saber que está se dissipando com as novas tecnologias disponíveis. O tema do trabalho foi “Intervir Para Preservar: Preservação de uma Cultura Tradicional - Fiandeiras do Museu da Associação dos Idosos do Brasil”.

Seguindo na esteira dos estudos na academia, o mestrado foi outro objetivo almejado. Este foi realizado no Programa de Pós-graduação em Performances Culturais, na linha de pesquisa em Espaços, Materialidades e Teatralidade. Trazer para a discussão agora o Coral que acompanha as fiandeiras, em suas apresentações nos espaços urbanos, foi o objetivo dos estudos desenvolvidos, pois elas, as fiandeiras, não atuam individualmente, mas são sempre acompanhadas pelo Coral Raízes. Informa-se desde já que, para a produção textual desta tese, será empregado o termo “pessoa idosa”, instituído na alteração do Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741 de 2003, passando para Estatuto da Pessoa Idosa, Lei Nº 14.423, de 2022, a qual se destina esta pesquisa. Informa-se, também, que ao citar o termo “elas”, como fiandeiras, se deve ao fato do grupo ser formado somente por mulheres. O título da dissertação foi “Meu Destino é Cantar. As Performances e Memórias do Grupo Raízes do Museu da Associação dos Idosos do Brasil - Maib”.

Este grupo, diferente das fiandeiras, tem o gênero masculino presente, mas com pequena representatividade, a maioria é mesmo do gênero feminino. O grupo apresenta-se em diferentes locais, como escolas, universidades, Museus, mercados, feiras, exposições. Cantam, dançam, fiam, tecem, cardam, enfim, realizam todo processo de fabricação de um tecido artesanal e orgânico. O público geralmente se contagia ao presenciar suas performances, cantam, dançam e dizem que seus avós também exerciam este trabalho, memórias individuais e coletivas são reavivadas nestes momentos.

Segundo Halbwachs (2013), é possível que a lembrança não seja imediatamente incorporada a essa cadeia, e que leve algum tempo até que se perceba o significado do evento. O fundamental é que esse reconhecimento ocorra em breve.

Ou seja, “[...] enquanto a lembrança esteja viva ainda. Então é da própria lembrança em si mesma, e em torno dela, que vemos brilhar alguma forma de significação histórica” (Halbwachs, 2013, p. 63).

Trazer a memória para não esquecer é fundamental no desenrolar de uma escrita, como também na vida. E memória é sempre uma gaveta sempre revisitada pelas pessoas com mais idade, encontrar quem está disposto a escutar, ainda é uma tarefa difícil atualmente, quiçá não foi anteriormente, pois a capacidade de escuta não se encontra facilmente desde que o mundo é mundo, dizem os mais antigos.

Finalmente chega-se ao doutorado, em uma longa e íngreme jornada, principalmente para as mulheres. Estudos mostram que a população feminina se configura como maioria nas universidades, além de enfrentar a conhecida tripla jornada com casa, filhos e trabalho, e aqui no caso seria quádrupla inserindo os estudos como outra atividade, na qual se insere esta doutoranda, inspirada numa frase que sintetiza um pouco este processo: “Aprendi com a primavera a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira” (Cecília Meireles, 1998). Inteira, passa-se agora a explicar como foi desenvolvida a tese que aqui apresenta e inicia esta introdução ao tema com um título que procura apresentar as tramas, como um tear e o tempo da existência no processo.

A presente tese, intitulada “As performances, memórias e as políticas públicas nos espaços de acolhimento à pessoa idosa na cidade de Goiânia”, propõe um mergulho profundo e sensível no universo do envelhecimento humano. Longe de ser compreendido apenas como um dado biológico ou uma estatística demográfica, o envelhecer é aqui tratado como um fenômeno social, existencial e performático. Como bem pontua Simone de Beauvoir (1990), a velhice não é apenas um fato individual, mas uma construção social que impõe ao sujeito o estatuto de “outro”, frequentemente marginalizado e invisibilizado por uma sociedade que idolatra o novo e o produtivo.

A investigação nasce como sugestão da banca de mestrado, que ampliasse o campo de pesquisa, devido ser atualmente um tema que vem crescendo e necessitando de pesquisas, e da inquietação causada diante de um Brasil que envelhece de forma acelerada e desigual, fato este acompanhado pela acadêmica desde sua graduação, como já foi dito anteriormente. O ponto de partida é a cidade de Goiânia, onde as políticas públicas de acolhimento e os espaços de convivência

tornam-se palcos de resistência contra o etarismo. A produção textual estrutura-se como fios de um tear, entrelaçam teoria e prática para desvelar o drama social da pessoa idosa.

O objetivo central da tese consiste em compreender como as experiências de performance, memória e as políticas públicas existentes em Goiânia, auxiliam no funcionamento dos espaços de acolhimento nesta cidade e como colaboram no processo do envelhecimento de seus participantes, bem como os benefícios e as transformações psicossociais resultantes das atividades oferecidas aos idosos/as.

Para alcançar este propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Relatar as atividades ofertadas aos idosos(as), descrevendo suas performances, como as mesmas acontecem.
2. Registrar, através de depoimentos, as transformações e benefícios vivenciados pelos idosos(as).
3. Identificar as diferenças nas atividades oferecidas e os períodos em que as mesmas acontecem, bem como analisar as políticas públicas existentes na atualidade pelos governos municipal, estadual e federal e que são aplicadas na cidade de Goiânia, confrontando-as com a realidade do envelhecimento instituições pesquisadas.

A metodologia adotada para o desenvolvimento dos objetivos insere-se no campo das Artes, Culturas e Tecnologias, como também nas Ciências Humanas e Sociais, área de formação na graduação, optando por uma abordagem qualitativa e descritiva. “[...] pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis” (Gil, 2017, p. 27),

A finalidade não é a mensuração quantitativa, mas a compreensão profunda dos sentidos e significados que os idosos atribuem às suas performances e memórias nos espaços de acolhimento. Através da pesquisa qualitativa “[...] é possível verificar e conhecer a natureza dos fenômenos sociais identificados e esta também possibilita uma análise mais profunda das transformações observadas e relatadas durante a pesquisa” (Richardson, 2017, p. 38).

A pesquisa fundamenta-se na observação participante, que se caracteriza pelo “[...] envolvimento do pesquisador ou do pesquisado no assunto que se está estudando, independentemente da formalização ou não da pesquisa” (GIL, 2017, p. 43). Nesta tese, a pesquisadora não apenas observou, mas se inseriu no cotidiano das instituições: Centro de Convivência do Idoso Assunção (CCI); Centro de Idosos Vila Vida (CIVV) e Centro Livre de Artes (CLA). Esta técnica permite captar o que Victor Turner (1974) denomina de "liminaridade" – os momentos de transição e transformação vivenciados pelos idosos durante as oficinas de arte, dança, ginásticas, rodas de conversa, entre outros. O registro em diário de campo é essencial para documentar o que se denominou "performances do cotidiano" que escapam aos dados oficiais.

Aplica-se, também, o método comparativo para analisar como diferentes modelos institucionais (assistencialista, habitacional e artístico) impactam o processo de envelhecimento. A análise é atravessada pela lente da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2020), observando como as desigualdades de classe, raça e gênero moldam o acesso às políticas públicas em Goiânia.

Neste contexto, tornou-se imprescindível a efetivação de uma análise exaustiva de documentos oficiais, como o Estatuto da Pessoa Idosa, a Política Nacional do Idoso (PNI), Conferência Municipal e Estadual da Pessoa Idosa, finalizando com a 6ª Conferência Nacional da Pessoa Idosa (CONADIP) e suas resoluções, com o objetivo de confrontar o "telhado de vidro" das políticas no papel com a realidade vivida nas instituições, identificando as lacunas entre o direito garantido e a prática efetivada.

Ainda em relação aos procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica foi utilizada para maior embasamento teórico na sondagem sobre o tema, sendo útil na comparação de outros estudos semelhantes. A revisão bibliográfica “[...] permite a reunião de informações já realizadas, auxiliando o maior conhecimento do tema abordado, possibilitando novos olhares ao já publicado e nova compreensão acerca do objeto estudado” (Cervo; Bervian, 2002, p. 55).

O uso de fotografias (com a devida autorização ética), serve como suporte para a análise das performances culturais. Estes registros constituem um acervo de "corpos em cena", permitindo analisar a expressividade, a gestualidade e a ocupação

do espaço pelos idosos, transformando a imagem em um documento científico de resistência cultural. Esta arquitetura metodológica busca, em última instância, alinhar o tempo da pesquisa ao tempo da vida, garantindo que a tese seja um espaço de justiça social e reconhecimento da dignidade humana na velhice.

Como procedimento metodológico, no campo da pesquisa empregou-se a história oral por inspiração da metodologia de Ecléa Bosi (1979). As entrevistas não são meros questionários, mas "encontros dialogados" onde a pessoa idosa é convidada a narrar sua trajetória. Esta técnica visa resgatar as memórias subterrâneas (Pollak, 1989), dando voz àqueles que foram silenciados pela história oficial. A escuta qualificada permite que a memória emergja como um ato político de afirmação da existência.

Assim, a entrevista semiestruturada foi o recurso selecionado para a coleta de dados (Apêndice A), com a participação formal de 17 (dezesete) pessoas idosas e de seis profissionais atuantes (informal), nas três unidades objeto do campo de pesquisa. Neste universo de entrevistados, fizeram parte três pessoas do gênero masculino e 14 (quatorze) do gênero feminino. No quesito classes sociais, raça, etnia, não existe este termo nas inscrições dos participantes, somente na Vila Vida podemos informar que seus residentes são pessoas de baixa renda e, dos 30 (trinta) residentes, 15 (quinze) são do gênero masculino, sendo dois negros e, também, 15 (quinze) do gênero feminino, sendo duas negras. Na definição dos sujeitos da pesquisa formal, a investigação pautou-se no princípio ético de respeitá-los, não ferindo de forma alguma os valores morais, profissionais, psicológicos dos mesmos, por isso, ao invés de seus nomes, suas falas foram representadas por letras maiúsculas. A pesquisa nas instituições já mencionadas só se tornou possível mediante o Parecer 6.225.230, de 08 de agosto de 2023, do Conselho de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG) e prévia autorização de seus gestores (Anexo A).

A tese foi estruturada em quatro capítulos, para além da introdução e considerações finais, utilizando para a escrita autores que colaboraram com a fundamentação teórica e a metodologia empregada na produção textual, explicitada no texto a seguir.

O Capítulo I, intitulado "O Processo do Envelhecimento Humano", estabelece as bases conceituais para distinguir velho, velhice e envelhecimento. A

fundamentação teórica resgata a sabedoria da antiguidade com Cícero (44 a.C., 2006) que, em sua obra “Velhice Saudável”, defendia que a razão ponderativa e judicante é própria dos idosos, sem os quais as civilizações jamais teriam existido. Contudo, intenta-se confrontar essa visão idealizada com a realidade contemporânea do etarismo. Como destaca Del-Masso (2015), o culto ao moderno transformou o ato de envelhecer em um “martírio e um exílio social forçado”. Para compreender essa transição, tornou-se fundamental recorrer à Margarida Pedroso de Lima (2010), que define o envelhecimento como um processo gradual, universal e irreversível que ocorre desde a concepção até a morte, enquanto a velhice é a fase final, marcada por especificidades genéticas e estilos de vida.

Vocábulos utilizados das mais diferentes formas, presentes nos dicionários de Língua Portuguesa, serão elencados no texto, trazendo ao leitor, uma gama de sinônimos existentes e utilizados na academia e no senso comum. Autores brasileiros que se debruçam no estudo do envelhecimento como Silva Sobrinho (2007) que, em seu livro “Discurso, Velhice e Classes Sociais”, apresenta as diferentes formas utilizadas para falar sobre a velhice. O processo de transformação do organismo é evidenciado por Anita Neri (1999, p. 105), ao expor que “[...] o envelhecimento compreende os processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual e que implicam a diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência”. A valorização da experiência de vida está presente e é uma característica vivenciada nas comunidades dos povos originários, para eles, o envelhecimento se dá no respeito e valorização dos mais velhos(as). É na pessoa idosa que os jovens buscam inspiração, acreditam que respeitando os idosos/as, eles serão respeitados quando estiverem na mesma posição. Estes, além de perpetuadores dos saberes, da tradição e dos valores, são considerados os guardiões e transmissores de conhecimentos, como fonte de sabedoria (Marques *et al.*, 2015).

Outro assunto, apresentado no primeiro capítulo, refere-se aos conceitos de – velho, velhice e envelhecimento, vocábulo muito frequentes nos textos acerca do tema, mas que possuem diferentes interpretações e transformações no contexto histórico. Esses termos apresentam, simultaneamente, sentidos diferenciados e analogias, e o emprego desses vocábulos também se relaciona com a temporalidade e as mudanças sociais pelas quais a sociedade atravessa. “[...] o movimento do

discurso permitirá novos sentidos da velhice, e está desde sempre imbricado nas relações socio-históricas nos quais é produzido” (Silva Sobrinho, 2007, p. 133).

Nas construções sociais determinadas expressões utilizadas em relação à pessoa idosa, acarretam uma visão estereotipada que atuam enfatizando a noção de que envelhecer está relacionado, de forma direta aos aspectos negativos, como fragilidades e perdas, já outras são desconsideradas, a exemplo da sabedoria, conhecimento acumulado, interesse, dignidade, ou seja, o lado favorável do acúmulo de idade, como aspectos positivos do envelhecimento.

Para Mary Del Priore, outra autora citada na tese, utilizando como base sua obra “Uma História da Velhice no Brasil” (2025), na qual ela percorre diferentes períodos na história da humanidade sobre a velhice, e a chegada dos primeiros habitantes no Brasil. Desvela em seu texto, como era a velhice na idade Média, período que menosprezava as pessoas com mais idade, “[...] estas eram vistas como ‘farrapos humanos’, pois a passagem do tempo deixava suas marcas no corpo, já, no Renascimento a juventude era enaltecida e a velhice menosprezada, odiada (Priore, 2025, p 15).

Uma obra clássica para os estudiosos do envelhecimento - “Memória e sociedade - Lembranças de Velhos”, da autora Ecléa Bosi (1979), colabora na discussão que ainda impera, acerca da participação das pessoas idosas no que se desfruta no mundo atual, através dos depoimentos de operários e imigrantes da cidade de São Paulo, todos idosos que participaram direta ou indiretamente da construção da Cidade. E para ela, a velhice seria a última etapa da vida, embora envelhecer seja o destino que pode nos levar a pensar na vida, uma vida que segue segundo parâmetros ditados pela sociedade na qual se vive na contemporaneidade.

A necessidade da formação da sociedade, desde a infância no respeito e valorização da pessoa idosa, é uma preocupação que foi identificada com a promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), além de inserir na formação escolar formal, conteúdos sobre o processo do envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso no Brasil, como estratégia de eliminar o preconceito é um caminho em construção (Brasil, 2003). Publicações de livros infantis que abordam o assunto foi uma ação implementada.

A periodização do envelhecimento humano é outro aspecto abordado no primeiro capítulo, ou a cronologia como sendo uma construção social, afinal, o envelhecimento não pode ser analisado de forma homogênea, mas com suas singularidades. A autora Debert (1999), já trazia esta questão em pauta ao sinalizar que a crescente institucionalização do percurso de vida permeou quase todas as esferas do universo familiar e laboral, estando incorporada à estrutura do sistema produtivo, às instituições de ensino, ao mercado consumidor e às políticas públicas que, progressivamente, passam a focalizar faixas etárias específicas (Debert, 1999).

O etarismo, termo que se solidificou no Brasil, é outro assunto trazido à luz da ciência. Para Simone de Beauvoir (1990), “Viver é envelhecer”, e não deve ser visto como privilégio, mas sim como conquista, afinal, só não alcança esta etapa, é quem morre cedo, e penso não ser o desejo de muitos. Conviver com o etarismo, idadismo, ageísmo, termos utilizados para indicar discriminação, preconceito e estereótipos em relação à pessoa idosa é uma realidade presente e constante, infelizmente.

Nesse contexto, torna-se imprescindível incluir, no Capítulo I, um aporte dedicado aos dados do Relatório Mundial sobre Idadismo, divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), relativos à campanha promovida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a qual aborda a discriminação ou o preconceito por faixa etária. Isso porque o idadismo ocorre quando a idade é utilizada para classificar e segmentar indivíduos de modo a gerar perdas, desvantagens e injustiças, provocando desgaste nas relações entre as gerações.

Seguindo para o Capítulo II - As marcas do tempo: o mundo e o Brasil envelheceram. O tempo não para e envelhece, objetiva-se expandir a análise para o contexto macrossocial do estado e das políticas públicas. Investigar-se-á a gênese do contrato social e a função do estado como regulador das tensões humanas. Recorremos a Thomas Hobbes (2019) e seu *Leviatã* para discutir a necessidade de uma autoridade que detenha a violência inerente ao “homem lobo do homem”. Essa discussão é aprofundada pela perspectiva de Potyara Pereira (2021), em sua obra “Políticas Sociais”. Temas e questões”, na qual ela questiona se o estado social de fato produz bem-estar para todos ou se permanece preso a antagonismos de classe. Para a autora, cumprir a função de estado, é uma árdua tarefa nas diferentes áreas de atuação como regras, controles de entradas, exercício do poder de autoridade, que

se estabelece em constantes relações de antagonismos e reciprocidades, nos limites dos anseios de ambos (Pereira, 2021).

A dimensão política é iluminada por Hannah Arendt (2016), para quem a política é o espaço da liberdade e da pluralidade: “A política trata da liberdade humana. [...] A liberdade é o espaço entre os homens, e não dentro deles” (Arendt, 2016, p. 144). Nesta seção, analisa-se como a insuficiência das políticas públicas como a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto da Pessoa Idosa refletem uma falha no contrato social para com aqueles que construíram a nação.

A forma de como se constitui a relação entre o que é Estado e o que é sociedade, relação essa sendo muitas vezes acompanhada de conflitos e reciprocidades, foi construída historicamente como resultado de relações de força e interesses, em que os objetivos são singulares para ambos os lados e se faz presente, embora de forma independente, mas com subordinação. Neste sentido pode-se dizer que “[...] o Estado e a sociedade atuam como vias de mãos duplas, um está intrinsecamente ligado ao outro, onde quer que ambos atuem, sofrem influências e consequências para ambos os lados” (Pereira, 2021, p. 135). Sabe-se, no entanto, que o Estado, conforme se apresenta, uma instituição verdadeiramente política, teve a participação da própria sociedade na sua formação, sociedade esta que, também, o mantém.

Esta conceituação, teve como objetivo entender como surgem as políticas públicas, uma necessidade advinda do clamor social por ações significativas e necessárias para cada grupo que solicita sua atuação. Para Elisabeth Raquel Behring e Ivanete Boschetti (2007), em sua obra “Política Social: fundamentos e história”, abordam a política social como um conjunto de intervenções que buscam assegurar o exercício de direitos e a proteção social. “A política social é um campo de intervenção do Estado que busca responder às demandas sociais, garantindo direitos e promovendo a proteção social” (Behring; Boschetti, 2007, p. 25).

O envelhecimento populacional, e seus desafios para as políticas sociais no Brasil, constitui um tema primordial para evidenciar as questões que necessitam da atuação do Estado como auxiliar neste processo que ocorre de forma ascendente e veloz, sendo este abordado no decorrer do capítulo em questão. As legislações existentes, como o Estatuto da Pessoa Idosa, a Política Nacional da Pessoa Idosa

(PNPI), a criação dos Conselhos da Pessoa Idosa, e os projetos em andamento para aplicação de novas práticas no atendimento a este grupo, foram os caminhos percorridos e desvelados na continuidade da escrita.

Pensar na aposentadoria, preparação para quando este fato ocorrer, tem sido uma preocupação que está em processo de construção nas instituições, mas ainda a passos lentos. Segundo Debert (1999), a separação entre aposentadoria e velhice, marca da experiência contemporânea, é compreendida como efeito da expansão do trabalho assalariado às camadas médias e a outros grupos sociais e profissionais. Ao alcançar segmentos com maiores aspirações e padrões de consumo, a aposentadoria deixa de ser um instrumento destinado apenas a garantir a velhice dos mais pobres, ou seja, “[...] um contingente cada vez mais exigente e mais jovem de aposentados será o objeto da ação de agências que se especializam na gestão da aposentadoria” (Debert, 1999, p 59).

Uma outra preocupação que emerge é a baixa natalidade, pois, futuramente poderá ter como consequência a ausência de profissionais para atuar nas mais diferentes profissões necessárias para sobrevivência da humanidade, e aspectos socioeconômicos para suprir os aposentados.

No Capítulo III, “Políticas públicas de atendimento à pessoa idosa: uma análise das peculiaridades das Instituições Existentes em Goiânia”, adentrou-se aos espaços físicos e simbólicos de acolhimento. Estes locais são analisados como “lugares de memória”, conceito de Pierre Nora (1993), onde a história oficial e as memórias individuais se cruzam, fundamentando-se nos ensinamentos de Ecléa Bosi (1979), que considera as pessoas idosas como guardiões de um saber imaterial, que constitui o patrimônio cultural da sociedade. Ao descrever o Centro de Convivência do Idoso Assunção (CCI), o Centro de Idosos Vila Vida (CIVV) e o Centro Livre de Artes (CLA), buscou-se entender como esses espaços funcionam na qualidade de agentes facilitadores de visibilidade, combatendo a “violência simbólica”, que retira o/a idoso/a do palco de sua própria vida.

O que é necessário para o funcionamento e a criação de espaços destinados aos cuidados com a pessoa idosa, é abordado neste capítulo. As ações desenvolvidas pelo Ministério Público, e os projetos apresentados ao poder público por este órgão, seguem no desenvolvimento do texto, e uma tabela adquirida no Conselho da Pessoa

Idosa, com a relação das instituições existentes na cidade. É preocupante ao observar como o poder público possui uma quantidade muito inferior de instituições sobre sua gestão. A maioria pertence à rede privada, ficando as pessoas de poder aquisitivo inferior à mercê da espera de avanços nesta seara tão urgente de melhorias. As tipologias de atendimento são elencadas, e sua forma de atendimento faz parte do escopo deste capítulo, juntamente com os campos de atuação dos conselhos da pessoa idosa.

No desenvolvimento do Capítulo IV, "As performances culturais e o envelhecimento nas diferentes classes sociais no Brasil: uma realidade democrática e socioeconômica", constituem o cerne analítico da tese. Aqui, articula-se os conceitos de Performance e Memória sob a lente de Victor Turner (2013). O envelhecimento é interpretado como um Drama Social que atravessa fases de ruptura, crise e ação reparadora. A aposentadoria e a perda de papéis sociais geram uma crise que exige performances de resistência. Introduz, também, a noção de interseccionalidade de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), para demonstrar que a experiência de envelhecer é agravada por marcadores de raça e gênero.

As autoras citadas, em sua obra "Interseccionalidade", fornecem uma ferramenta analítica crucial para desvendar as complexas dinâmicas de poder e opressão na sociedade contemporânea. Longe de ser um mero somatório de opressões, a interseccionalidade é definida como "[...] uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais" (Collins; Bilge, 2020, p. 02).

As ferramentas empregadas nos estudos da performance, no entendimento do Richard Schechner (2014), provêm de outras áreas e ainda não se constituíram numa unidade coerente. Talvez isso seja vantajoso, pois mantém os pesquisadores de performance atentos ao que acontece ao redor do mundo. Algumas das disciplinas emprestadas pelos estudos da performance são apropriadas, adaptadas e reconfiguradas segundo usos próprios, sendo enquadradas como ciências sociais ou biológicas, história, estudos de gênero, psicanálise, teoria social, estudos críticos raciais, teoria dos jogos, economia, estudos da cultura popular, teatro, dança, cinema e estudos da mídia. "[...] os estudos das performances são atrevidos, promíscuos e

arrojados –, isso, mesmo quando tentamos nos organizar e alcançar consistência e coerência (Schechner, 2014, p. 716).

As performances culturais, conforme abordam os autores Richard Schechner (2014) e Robson Corrêa de Camargo (2016), tornam-se a chave para decifrar como o corpo idoso, muitas vezes invisibilizado, se torna um palco de resistência e de novas narrativas sendo que esta invisibilidade e o apagamento da pessoa idosa no tecido social são faces da crise do drama social do envelhecimento. Este apagamento, no entanto, gera memórias subterrâneas (Pollak, 1989), histórias e saberes que resistem à versão oficial e hegemônica da história, e que buscam emergir através de práticas culturais e artísticas.

Em Goiânia, a questão da diversidade das velhices é intensificada pelo alto índice de desigualdade social da cidade, que já foi apontada como uma das mais desiguais do Brasil (Lima; Macedo, 2022). Essa desigualdade gera um processo de velhice vulnerável, onde o acesso a políticas públicas e a uma rede de apoio adequada é dificultado. As "velhices" invisibilizadas ou marginalizadas na cidade e no país são aquelas que fogem ao padrão normativo e que acumulam desvantagens sociais ao longo da vida. Entre elas, destacam-se: as velhices de pessoas com deficiência, no qual a acessibilidade na cidade é muito pequena, como também pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexo, assexuais, aromânticos, agêneros, pansexuais, polisssexuais, não-binários e outras identidades não listadas como: as pessoas LGBTQIAPN+, negras, indígenas.

Ainda no Capítulo IV, será apresentada uma análise das resoluções da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CONADIPI). O tema "envelhecimento multicultural e democracia" será discutido à luz da Política Nacional de Cuidados (PNC). Retoma-se, aqui, Ecléa Bosi (1979) para reafirmar a memória como luta por direitos, incorporando a poética do "tempo espiralar" de Leda Martins (2021), que permite ver o envelhecimento, não como uma linha reta em direção ao fim, mas como um retorno ancestral que fortalece a identidade e a democracia.

O evento da 6ª CONADIPI marcou a retomada da Conferência Nacional, interrompida por nove anos. Contou com a presença de representantes do Governo Federal, de Conselhos de Direitos, de MOVIMENTOS SOCIAIS e de Organismos Internacionais, fruto de um processo democrático e participativo, decorrente de

inúmeras conferências realizadas em estados, municípios e por meio de *lives* em todo o território brasileiro.

Na discussão das resoluções referentes à 6ª CONADIPI, também, será apresentada uma abordagem relativa aos cinco eixos temáticos oficiais que nortearam a conferência, como: financiamento de políticas públicas; fortalecimento para a proteção à vida, à saúde e ao acesso ao cuidado integral; proteção e enfrentamento a todas as formas de violência, abandono social e familiar; e participação social, protagonismo; vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices e; consolidação e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.

Na conclusão da dissertação, são traçadas as Considerações Finais sobre o tema em discussão, pautando-se no referencial teórico que versa sobre o assunto, como também nos resultados da pesquisa qualitativa, a fim de demonstrar cientificamente as ideias asseveradas no texto. Coloca-se em evidência "O Tempo e a Tese", para maior reflexão sobre a jornada acadêmica como uma travessia de labirintos burocráticos e descobertas subjetivas. Discute-se a dualidade entre Chronos e Kairós, com base em Arantes (2015), concluindo que a tese é uma performance de resistência e um tributo à memória que se recusa a ser apagada pelo tempo.

O tempo Chronos, ou o tempo cronológico, sempre acompanha as pessoas, desde o nascimento e finda de forma individual na finitude da vida. Entretanto, ele é infinito e tem diferentes interpretações, como diz o ditado, que ele, o tempo é senhor do tempo, do destino muitas vezes imprevisível. A mitologia grega traz as duas visões do tempo, o Chronos e o Kairós. O Chronos segue uma ordem representada pela figura de um homem idoso que carrega uma grande foice, figurando a passagem entre os antigos deuses gregos, atribuindo assim o "tempo dos homens". O Chronos é o tempo que nos consome, o passar dos dias e das horas, enquanto kairós designa o instante propício, a ocasião adequada, a oportunidade (Arantes, 2015).

Chronos refere-se ao tempo físico e cronológico, entendido como anos, meses, dias, horas, minutos e segundos. Kairós alude a uma vivência temporal em que se reconhece o instante adequado em relação a um determinado objeto, processo ou contexto. Kairós aponta o momento certo para determinada ação, a oportunidade mais favorável, o instante decisivo para intervir, a ocasião apropriada. Por se tratar de

um espaço ou intervalo de tempo, “[...] daí vem o termo cronômetro, e, às vezes, é usada para transmitir a ideia de demora. É o tempo medido pelo relógio, pelo calendário; o tempo determinado dentro de um limite” (Arantes, 2015, p. 04).

Este tempo que insiste em acompanhar todos os indivíduos, possui suas ambiguidades, e os leva a utilizar cada um em determinado momento da vida, principalmente neste período da vida, que o tempo cronológico passa a ser menos valorizado, mas o tempo de qualidade é o mais almejado. Os percalços da pesquisa também é um assunto abordado, como um labirinto, cuja saída foi uma trilha montanhosa, com pedregulhos e diferentes obstáculos, como falta de informações concretas pelos órgãos responsáveis, como também atendimento para entender o que é ofertado de fato como políticas públicas existem, afinal, como aplicar as soluções se não se sabe de fato onde e para quem?

Novas demandas se apresentam em um país que não estava preparado para um envelhecimento populacional tão veloz. Um destes está intrinsecamente relacionado ao cuidado da pessoa idosa, em uma realidade que se impõe cotidianamente. Programas destinados estão sendo implantados, mas o Brasil, com sua dimensão territorial, certamente vai ser necessário novamente o tempo, para solucionar este novo problema.

Ao apontar os resultados da pesquisa, fundada na expectativa de que os espaços de acolhimento, especialmente aqueles com foco em atividades culturais, atuam como catalisadores de transformações psicossociais positivas, objetiva-se confirmar esta hipótese, mas com nuances cruciais fundadas em: diferença institucional lacuna política e resistência e justiça social.

Espera-se que os resultados alcançados possam contribuir para a compreensão de envelhecimento na sociedade contemporânea configura, efetivamente, um dramático problema social, assentado em bases de preconceitos e estereótipos, fenômeno comumente chamado de etarismo ou ageísmo. Tal realidade é uma construção cultural que menospreza a vivência acumulada e exclui os idosos, representando-os como frágeis, dependentes ou sem produtividade.

A pesquisa torna-se relevante, na medida em que venha a colaborar para o entendimento de que a pessoa idosa, ao ser apagada da história oficial, carrega consigo um acervo de vivências que, quando trazidas à luz, funcionam como uma

ação reparadora no drama social. A performance cultural, nesse sentido, é um ato de reintegração ou, no mínimo, de afirmação da existência. O corpo idoso, que a sociedade tenta tornar invisível, se coloca em cena, seja no cotidiano, seja em espaços artísticos e/ou tecnológicos, para renegociar seu lugar e sua identidade.

CAPÍTULO I – O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO HUMANO

“A memória guardará o que vale a pena. A memória sabe de mim mais que eu, e ela não perde o que merece ser salvo”. Eduardo Galeano.

1.1 O envelhecimento humano, características e conceitos

A longevidade vem sendo analisada por pesquisadores, como uma das maiores conquistas da humanidade, cabendo este avanço para muitos especialistas, como consequência da evolução técnica, científica e social. Esta evolução que ocorre nas sociedades em diversos aspectos tem colaborado em pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, e o estudo do envelhecimento tem se mostrado como uma área de bastante interesse, devido ao crescente número deste grupo de forma global. Os estudiosos atuantes nesta seara têm se debruçado procurando desvendar o processo, ainda sem respostas conclusivas, até porque nas indagações até o momento, este processo ocorre naturalmente, mas que difere na história de vida, nas classes sociais, depende do estilo de vida, de alimentação, das diferentes formações sociais. Tal interesse neste contexto, que compreende entender o processo do envelhecimento, é ainda um caminho a ser percorrido e desvelado e que:

[...] deve ser analisado a partir da historicidade de sua inserção num dado modo de produção - no caso o capitalismo - e das correlações de forças entre capital e trabalho. Logo, ele assumirá formas diferenciadas em países desenvolvidos e periféricos; em classes sociais dominantes e dominadas; e será heterogêneo, em conformidade, com o que se viveu durante os vários ciclos de vida, com o acesso ou não as políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, esporte, cultura dentre outras, e com as condições materiais de trabalho e de cidadania (Abigail, 2019, p.230).

Entretanto, para o desenvolvimento desta tese, é de fundamental importância, inicialmente, refletir acerca do envelhecimento¹, passando por caminhos que nos auxiliam entender como se constrói significados na sociedade, que passam a ser utilizados como forma de controle ou normatização da vida em comunidades. A

¹ Importante esclarecer que os conceitos de envelhecimento nos documentos oficiais evoluíram de uma visão puramente biológica e assistencialista para uma abordagem multidimensional, baseada em direitos, capacidade funcional e protagonismo. No Brasil e no mundo, marcos legais emitidos por órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde orientam as políticas públicas a partir de conceitos fundamentais estruturados (Lima; Bezerra; Silva Lima, 2023). Assunto este a ser abordado no desenvolvimento dos próximos capítulos desta tese.

história ocupa-se de registrar as mudanças vividas em cada período nos mais diferentes espaços desta casa comum, o planeta Terra.

Sociedades passam por mudanças socioeconômicas, geopolíticas, psicossociais, costumes, tradições, entre outras, processos estes cíclicos com início, meio e fim, como as etapas da vida que, segundo Costa (2018), estão definidas socialmente em quatro divisões com o início no nascimento, de 0 (zero) a 11 (onze) anos, conhecida como a infância, idade escolar, os adolescentes dos 12 (doze) aos 20 (vinte), a idade adulta iniciando aos 21 (vinte e um) até 60 (sessenta), acima de 60 (sessenta) - idosos(as), em alguns países 65 (sessenta e cinco), e com o aumento da longevidade já classificam 75 (setenta e cinco) a 90 (noventa) anos como ancião e, acima de 90, velhice extrema. Já para aplicação de políticas públicas, os termos utilizados são: crianças, adolescentes, jovens e idosos.

Como o envelhecimento tem aumentado a expectativa de vida, as pessoas idosas acima de 80 (oitenta) anos, são consideradas “super idosas”, tendo inclusive uma Lei Brasileira, a de Nº 13.466, de 12 de julho de 2017, que garante que recebam tratamento especial, devido à idade mais avançada. Entretanto, vale ressaltar que envelhecer só ocorre nas pessoas com idade igual ou acima de 60 (sessenta) anos no Brasil e 65 (sessenta e cinco) em outros países, e que, segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, no Brasil utiliza-se o termo “Pessoa Idosa”, termo este a ser utilizado na escrita, pois a ênfase deve recair sobre a pessoa, não sobre sua condição. Seguindo nesta esteira trazendo no parágrafo que segue estas nomenclaturas com seus significados.

Nos países ocidentais, o envelhecimento é acatado como um período da vida ao qual eles dedicam tradições milenares, a exemplo do respeito à pessoa idosa. Para eles, velhice é sinônimo de sabedoria, respeito à família, aos anciãos. O cuidado dispensado aos idosos tem uma representatividade grande perante a sociedade chinesa. Dentre os filósofos chineses, Lao-Tse entendia a velhice como “[...] um momento espiritual supremo, uma dimensão da existência que vislumbra a cada momento novas e profundas transformações, liberdade do corpo físico, para viver na santidade (dimensão espiritual)” (Flores Sobrinho; Osório, 2021, p. 171). E na atualidade? Ao que parece, é totalmente diferente.

Biologicamente, o corpo físico também reflete a chegada da idade. Nesta fase considerada velhice, o corpo já passou por inúmeras mudanças, devido às alterações no metabolismo acarretando por exemplo, fraqueza do tônus muscular, alterações hormonais como a menopausa nas mulheres e a andropausa nos homens, perda de elasticidade na pele, ganho de peso e em alguns casos doenças mais frequentes com o avanço da idade como hipertensão e diabetes. A chamada crise de meia-idade é outro fator que comumente aparece nos indivíduos, passam a refletir mais sobre suas realizações e insatisfações, os papéis familiares tomam outros caminhos com os filhos construindo suas vidas de forma independentes, como também, situações muito comuns na atualidade, isto é, filhos cuidando de pais idosos, sendo que hoje também é comum filhos/as idosos/as cuidando de pais idosos, devido ao crescente número deste grupo mundo afora.

A valorização da experiência de vida está presente e é uma característica vivenciada nas comunidades dos povos originários; para eles, o envelhecimento se dá no respeito e valorização dos mais velhos/as. É na pessoa idosa que os jovens buscam inspiração, acreditam que respeitando os idosos/as, eles serão respeitados quando estiverem na mesma posição. Estes, são os perpetuadores dos saberes, da tradição, dos valores, são considerados os guardiões e transmissores de conhecimentos, é fonte de sabedoria (Marques *et al.*, 2015).

Para Anita Neri (2012, p. 105), o envelhecimento compreende “[...] os processos de transformação do organismo que ocorrem após a maturação sexual e que implicam a diminuição gradual da probabilidade de sobrevivência”. No artigo “A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político”, publicado em 2006, suas autoras, Shirley Donizete Prado e Jane Dutra Sayd, afirmam que uma característica do envelhecimento pode ser determinada como:

[...] a última fase do ciclo vital e é delimitada por eventos de natureza múltipla, incluindo, por exemplo, perdas psicomotoras, afastamento social, restrição em papéis sociais e especialização cognitiva. À medida que o ciclo vital humano se alonga, a velhice passa a comportar subdivisões que atendem a necessidades organizacionais da ciência e da vida social (Prado; Sayd, 2006, p. 493).

Na caracterização do envelhecimento, Renato P. Veras (1994) assinala que as características intrínsecas não podem ser um fator de avaliação do

envelhecimento, pois a velhice pode estar presente até na forma de como a pessoa encara a vida, não se limitando apenas nas questões físicas, emocionais e sociais. O autor acrescenta:

Nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social. Uma pessoa é tão velha quanto suas artérias, seu cérebro, seu coração, seu moral ou sua situação civil? Ou é uma maneira pela qual outras pessoas passam a encarar certas características que classificam as pessoas como velhas (Veras, 1994, p. 25).

Manter a curiosidade, o interesse, buscar novas experiências, são atitudes que auxiliam as pessoas a manterem a jovialidade, diferente de viver com pessimismo, com comportamentos conservadores, atitudes que podem ser identificadas em pessoas consideradas jovens pela sociedade em geral, mas com atitudes mais comuns em pessoas mais velhas.

Velho, velhice, envelhecimento – palavras utilizadas nos discursos, na estética do envelhecimento. São palavras que possuem características de estar presente nas coisas, nos lugares, nos indivíduos, perpassando pelas relações entre as pessoas, nas ideologias, no cotidiano entre outros.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, 'mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados...A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais' (Bachtin; Vološinov, 1995, p. 35).

Entretanto, faz-se necessário uma investigação mais profunda das palavras utilizadas como signo social, para entender sua utilização como formadora de pensamento. Assim, procurar entender a utilização destes vocábulos comumente utilizados ao referir a pessoa idosa, aponta caminhos de construções sociais que os definem em cada período com sua carga de significados. Velho, velhice, envelhecimento, possuem entendimentos distintos e ao mesmo tempo similares, e a utilização destes vocábulos tem, também, uma ligação com a temporalidade como foi dito acima, e as transformações sociais nas quais a sociedade passa. Segundo Silva Sobrinho (2010, p. 133), "[...] o movimento do discurso permitirá novos sentidos da velhice, e está desde sempre imbricado nas relações sócio históricas nos quais é

produzido”. Velho, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2014), é um adjetivo, para designar quem tem mais idade, que existe há mais tempo, muito usado, gasto pelo tempo, pelo uso, antiquado, veterano, ranzinza, mal-humorado, e até para qualificar algo ou alguém como mais conhecimento por ter mais experiência em determinado tema ou profissão.

A utilização deste vocábulo “velho”, também, possui uma simbologia e uma conotação pejorativa, pois acarreta a visão de algo que não serve mais, e no cotidiano é muito usual como forma de apagamento da pessoa idosa que já não tem mais serventia. As mudanças nos vocábulos ocorrem também por questões socioeconômicas, por exemplo, quando a pessoa idosa é excluída do mercado de trabalho, pois o mercado vê no trabalhador um meio e não um fim. É também contraditório pois ao mesmo tempo, este ‘mercado’ anuncia campanhas para cuidar da pessoa idosa. São comportamentos usuais neste período contemporâneo, em que os indivíduos são transformados em mercadorias, desumanizando o ser social. No Brasil, como em outros países, velho é um tratamento mais utilizado nas minorias, enquanto nas classes mais favorecidas o termo é idoso/a.

Já a velhice, etimologicamente, refere-se a um substantivo feminino que significa a condição ou estado de ser velho. É uma fase que ocorre no final da vida biológica. Seu sinônimo, ou seja, palavras semelhantes, que podem ser utilizadas com o mesmo sentido, dependendo do contexto. No sentido de idade avançada - terceira idade, últimos anos, senectude. No sentido de “estado de ser idoso”- ser idoso, estado senil, condição de velho. No desgaste do tempo - caduquice, senilidade, conceito abstrato - longevidade, ancianidade, e no sentido de período final - últimos anos, fim da vida, reta final.

Definir a velhice, a princípio, parece simples. Porém, verifica-se que este tema é complexo, necessitando de aprofundamento em sua análise, que envolve várias dimensões da vida, quais sejam: biológica, psicológica, sociológica, econômica, cultural, dentre outras. Observa-se que existem diferentes formas de se conceituar e definir a velhice. A Organização Mundial da Saúde - OMS (2005) tem uma definição baseada na idade cronológica, na qual a velhice tem início aos 65 anos nos países desenvolvidos e aos 60 anos nos países em desenvolvimento. Alguns autores, tais como Debert (1998) e Bosi (1994), definiram o termo ‘velhice’ como sendo a última etapa do ciclo da vida, independente de condições de saúde e hábitos de vida, podendo ser acompanhado de perdas psicomotoras, sociais e culturais (Dardengo; Mafra, 2018, p. 16).

Por sua vez, Silva Sobrinho em seu livro - Discurso, Velhice e Classes Sociais (2010), no qual apresenta a análise do discurso acerca das nomenclaturas utilizadas para definir o envelhecimento da pessoa humana, cita diferentes datas em que os sinônimos de velhice no mesmo dicionário, no caso “[...] o Dicionário Aurélio utiliza estado ou condição de velho, que seria o estado, como o idoso está e condição, naturalizando a viver naquele determinado estado” (Silva Sobrinho, 2010, p. 149).

Idade avançada também é um termo utilizado nos dicionários, entretanto qual seria esta idade? Usar tempo cronológico para definir a velhice, é tratar o envelhecimento de forma igualitária, o que não procede, afinal as diferenças sociais, suas desigualdades existem em todas as camadas sociais. Este assunto será devidamente tratado no decorrer desta tese.

Envelhecimento é um substantivo masculino cujo significado é o ato ou efeito de envelhecer, tornar-se velho ou mais velho, dar ou adquirir a aparência de idoso/a, ficar fora de moda, ficar sem o frescor, perder o viço, o brilho, ficar sem utilização por um longo período, estar próximo do fim. Segundo Margarida Pedroso de Lima (2010).

No entanto, e num sentido geral, podemos dizer que, hoje em dia, é relativamente consensual que o envelhecimento diz respeito a um processo que ocorre ao longo de toda a nossa vida, desde a concepção até à morte, enquanto a velhice é uma fase da vida, a última, designando-se por idoso, o indivíduo que se encontra neste período da vida (Lima, 2010, p 15).

Este envelhecimento ocorre de modo gradual, universal e irreversível, devido às mudanças e transformações naturais que acontecem ao longo da vida. Consiste em um fenômeno relacionado também a fatores genéticos e estilo de vida, educação, ambiente, seja ele interno ou externo. São estes ambientes que “[...] determinam os padrões de envelhecimento, tanto em indivíduos com a mesma idade, como nas especificidades de vida de cada indivíduo” (De Ávila; Guerra; Meneses, 2007, p 14).

Passar por este período da vida requer aceitação, enfrentamento das mais diferentes ordens, físicas, sociais, econômicas, emocionais, pois a eterna juventude é uma ilusão, pois o tempo se encarrega de fazer a sua parte. Aceitar o envelhecimento tem sido ultimamente uma tarefa difícil pois a própria sociedade utiliza de artifícios para prolongar a juventude e desvalorizar o envelhecer.

A aceitação do envelhecimento humano não é uma das tarefas mais fáceis, uma vez que os indivíduos estão condicionados a acreditarem que só os outros envelhecem e que eles permanecerão eternamente jovens, maduros e mais experientes, mas jamais velhos. O culto ao novo, ao atual, ao moderno, transformou o ato de envelhecer em um martírio e um exílio social forçado causando temor às pessoas que envelhecem. Esse “suposto martírio” é percebido aos primeiros sinais da passagem do tempo e é importante compreender o envelhecimento como um processo que ocorre naturalmente com os indivíduos ao longo de suas vidas, e que não é um fenômeno que ocorre rápida e isoladamente (Del-Masso, 2015, p. 20).

Nas construções sociais em relação à pessoa idosa, pode-se observar que vivenciamos uma visão estereotipada como a utilização de expressões que enfatiza a noção de que envelhecer está relacionado de forma direta aos aspectos negativos como fragilidades e perdas, desconsiderando a sabedoria, o conhecimento acumulado, o interesse, a dignidade, ou seja, o lado favorável do acúmulo de idade como aspectos positivos do envelhecimento

Marco Túlio Cícero - filósofo, estadista, advogado e orador romano, nascido em 13 de janeiro do ano 106 a.C. e morto em 7 de dezembro de 43 a.C., em seus escritos, dedicou uma de suas publicações escrevendo sobre a velhice, com o título de “Velhice saudável”, escrito inicialmente no ano 44 a.C., na qual compara o jovem ao idoso, o tempo almejado pelo primeiro e já vivido pelo segundo. Expectativa insensata. Nada mais insano que ter, por certo, o que é incerto e por verdadeiro o falso. “O velho nada espera porque nada tem pela frente. Ele já viveu, o jovem ainda vai viver. Ele já conseguiu, o jovem ainda procura alcançar” (Cícero, 44 a.C., 2006). Vê-se que as diferenças entre gerações já existiam de forma significativa. Envelhecer não é desejado, almejado, mas é caminho sem volta.

Naquele período da antiguidade, a expectativa de vida era bem menor, segundo Pedro Paulo Funari (2011), este fato se deve a fatores específicos para aquele período.

A morte estava, pois, muito presente no cotidiano, em particular devido à alta mortalidade infantil, mas também de adultos, ceifados por epidemias e outras doenças. As condições de higiene da maioria da população eram precárias, o que, somado à má nutrição, tornava os pobres presas fáceis das doenças (Funari, 2011, p. 91)

Outros fatores influenciavam a pouca expectativa de vida das pessoas como guerras, violências e doenças infantis, por exemplo:

No mundo romano, a altíssima taxa de mortalidade infantil fazia com que a expectativa de vida ao nascer fosse de apenas 25 a 30 anos. Contudo, um indivíduo que sobrevivesse à primeira década de vida, tinha chances realistas de alcançar os 40 ou 50 anos (Funari, 2011, p. 78-79).

A medicina ainda era uma ciência em construção e a proximidade com a finitude era também uma realidade como o é agora e, para Cícero (44 a.C., 2006), a morte é um fato a ser encarado e com altivez, pois não tem como escapar, não existe uma terceira via. Ele sugere que poucos chegam à velhice pois a juventude é um período de vida mais aventureira, sujeita a descaminhos. “Eis porque poucos chegam à velhice. Se não fosse assim, o mundo viveria melhor e com mais sabedoria, uma vez que a razão ponderativa e judicante é própria dos idosos, sem os quais jamais teriam existido as civilizações” (Cícero, 44 a.C., 2006, p. 65).

O fruto da velhice, segundo Cícero (44 a.C., 2006), é a abundância de recordações de vida vivenciados. Experiências que ainda trazem consigo e que não podem ser negligenciadas, desprezadas, pois ainda hoje, o que se vive, utiliza e se conhece, em sua maioria, houve participação da geração dos idosos/as anteriores e atuais. Isto porque, em sua visão filosófica, aqueles que recusam à velhice a aptidão para participar dos assuntos públicos, portanto, não demonstram coisa alguma. De fato, ainda que a velhice não desempenhe as mesmas funções da juventude, é certo que ela age de maneira mais ampla e superior. Não são a força, nem a destreza corporal, nem a velocidade que legitimam grandes feitos; o que conta são outras virtudes, como sabedoria, visão acurada e discernimento. Virtudes das quais a velhice não apenas não carece, mas, ao contrário, frequentemente tira especial proveito.

As sociedades mais antigas mantinham a tradição de valorização da sabedoria dos mais velhos e suas experiências transmitidas para as demais gerações. Acerca da velhice, Platão (380 a.C.), em seu livro “A República”, reproduz o diálogo de Sócrates com Céfalos, registrando, assim, a fala socrática: “[...] eu aprecio conversar com os velhos. penso que devemos aprender com eles, pois são pessoas que nos antecederam num caminho que também iremos trilhar, para assim conhecermos como é: áspero e árduo ou tranquilo e cômodo” (Platão, 380 a.C., 2000, p. 7).

Agostinho, teólogo e filósofo, nascido entre a antiguidade e a Idade Média 350/430 d.C., foi Bispo de Hipona na África, em sua Epístola 213, uma carta na qual ele se pronuncia acerca do envelhecimento com a idade de 76 anos, escreve:

Nesta vida somos todos mortais, mas o último dia desta vida é para cada indivíduo sempre incerto. Contudo, na infância espera-se chegar à adolescência; na adolescência à juventude; na juventude à idade adulta; na idade adulta à maturidade; na idade madura à velhice. Não se tem a certeza de a alcançar, mas espera-se. A velhice, ao contrário, não tem diante de si outro período no qual esperar; a sua própria duração é incerta. Eu por vontade de Deus cheguei a esta idade no vigor da minha vida; mas agora a minha juventude passou e eu já sou velho (Agostinho, 426 a.C., Ep 213, 1)².

A tradição acima mencionada sobre a valorização da sabedoria transcende a simples noção de idade avançada, pois para a antropologia brasileira, a figura do ancião é vista como um pilar central na sustentação da identidade e da continuidade cultural de um povo. Longe de serem vistos como um peso ou um resquício do passado, os mais velhos são reconhecidos como bibliotecas vivas, repositórios de saberes que a escrita formal e o senso comum muitas vezes não consegue capturar. Suas experiências, narrativas e conhecimentos práticos constituem um patrimônio imaterial de valor inestimável, essencial para a coesão e a resiliência das comunidades, especialmente as indígenas e tradicionais.

Manuela Carneiro da Cunha (2009), antropóloga, em seus estudos sobre os povos indígenas, destaca que a valorização do conhecimento tradicional não é estática, mas sim um corpo de saberes dinâmico e cumulativo, cuja gestão e transmissão são, em grande parte, responsabilidade dos mais velhos. Eles são os detentores de uma "ciência" própria, produzida a partir da observação, da experimentação e da transmissão oral ao longo de gerações. Esse saber inclui desde técnicas de manejo ambiental e conhecimentos botânicos até complexas cosmologias e genealogias que situam o indivíduo no universo e na comunidade. A perda de um ancião, nesse contexto, representa a perda irrecuperável de um acervo único.

Outro autor que escreveu sobre o valor da sabedoria na ancestralidade foi o antropólogo e indigenista Orlando Villas-Bôas. Ele conviveu por décadas com os povos do Xingu, documentando inúmeras vezes como as decisões mais importantes da comunidade passavam pelo crivo e pela sabedoria dos mais velhos. Eles atuam como mediadores de conflitos, conselheiros e educadores, garantindo que os valores e as normas sociais sejam compreendidos e respeitados pelos mais jovens. A sua

²https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2008/documents/hf_ben-xvi_aud_20080116.html#:text=Mes. Acesso em: 04 abr. 2025.

autoridade não deriva da coerção, mas do respeito conquistado por uma vida de experiências.

As decisões de importância para a vida da tribo são tomadas em conjunto pelos homens, no centro da aldeia. Falam todos, um de cada vez, sem que ninguém o aparteie. Os mais velhos, pela experiência, são os mais ouvidos. Não há, contudo, um chefe com poder de mando. A função do cacique é mais a de um coordenador, um conselheiro, que procura orientar a opinião geral para o caminho que lhe parece mais justo, sempre de acordo com os costumes e as tradições da tribo (Villas Bôas, 2017, p. 287).

Esse reconhecimento do saber ancestral, no entanto, enfrenta desafios no mundo contemporâneo. A pressão de modelos de desenvolvimento ocidentais, a desvalorização da oralidade frente à cultura letrada e a introdução de novas tecnologias podem criar um hiato entre as gerações, ameaçando a cadeia de transmissão. É nesse ponto que a antropologia também assume um papel ativo, não apenas de registro, mas de valorização desses conhecimentos.

O trabalho de Ecléa Bosi (1979), embora mais focado na psicologia social, dialoga diretamente com a antropologia ao tratar da memória dos velhos na cidade. A autora defende que a memória dos anciãos é um ato de resistência e criação, que permite reconstruir o passado e dar sentido ao presente, e nos lembra que ouvir os mais velhos é uma forma de resgatar a dimensão humana e temporal da vida social, contrapondo-se à aceleração e ao esquecimento impostos pela modernidade. Ela afirma que:

A memória não é um depósito de fatos, um museu de imagens mortas. É um trabalho, uma construção interessante que se apoia em pontos de referência do presente para reconstruir o passado. O velho, ao lembrar, não apenas repete, mas seleciona, organiza e dá sentido à sua trajetória e à do seu grupo (Bosi, 1979, p. 55).

Recentemente, um importante escritor, ativista, filósofo e líder indígena, Ailton Krenak (2019) tem se apresentado com projeção nacional e internacional por sua capacidade de traduzir a cosmologia e o pensamento indígena nos debates contemporâneos. Foi o primeiro indígena a ocupar, em 2023, uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL), confirmando e valorizando o reconhecimento do saber presentes na ancestralidade.

Em sua obra "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" (2019), Krenak fala sobre a importância de uma memória que vai além do indivíduo, uma memória herdada que é transmitida através das gerações.

Quando nós sentimos que estamos na iminência de uma grande catástrofe, de uma grande virada no curso do planeta, a gente podia pelo menos ter a dignidade de não vender o nosso amanhã por uma ninharia qualquer. A gente podia guardar o nosso amanhã para os nossos filhos. Isso implica ter uma memória. Se a gente não tiver uma memória, a gente vai vender tudo na bacia das almas (Krenak, 2019, p. 29).

Neste trecho, a "memória", a que Krenak (2019) se refere, é exatamente o conhecimento ancestral guardado e transmitido pelos mais velhos. Ele conecta diretamente a preservação dessa memória à capacidade de garantir um futuro ("guardar o nosso amanhã"). A prática de valorizar os anciãos, em sua visão, deixa de ser um tema apenas antropológico e se torna uma estratégia de sobrevivência coletiva. Ele nos convida a reaprender a ouvir essas vozes como um caminho para "adiar o fim do mundo".

Neste sentido, Ailton Krenak (2019), não só confirma que a prática existe, como a atualiza e a oferece como uma filosofia poderosa e necessária para todos, indígenas e não indígenas. Seguindo na esteira da velhice através da história e da ancestralidade, Mary del Priore (2025) analisou diferentes épocas sobre a população idosa no Brasil conforme segue no texto. Segundo ela relata, em seu livro "Uma História da Velhice no Brasil" inicia sua escrita passando por diferentes períodos na história da humanidade sobre a velhice, como também a chegada dos primeiros indivíduos ao Brasil. Em sua pesquisa, na idade Média se menosprezava a velhice, as pessoas idosas eram tratadas como "farrapos humanos", pois "[...] a passagem do tempo deixava profundas marcas no corpo, já, no Renascimento a juventude era enaltecida e a velhice menosprezada, odiada" (Priore, 2025, p. 15).

Ainda, seguindo o texto da mesma autora, a sociedade desta época mantinha uma relação muito voltada para a espiritualidade, ligando os acontecimentos a um destino celestial, toda manifestação era castigo divino, maldição, pecado ou dádivas. Aponta no mesmo texto, as primeiras referências de tentativas de definição da idade cronológica sendo que estes critérios não foram sempre uniformes. "Na Grécia Clássica, no *Corpus Hippocraticum* surgem as primeiras referências sendo que a

idade que definia a velhice era 50 anos. Na Idade Média entre os 45 até 70 anos” (Priore, 2025, p. 16).

Naquela época também havia opiniões contraditórias acerca da velhice, pois o envelhecimento não era, como continua não sendo, uniforme. Como atualmente existem pessoas idosas com jovialidade de espírito, com disposição, atuando ainda nas mais diferentes frentes, na antiguidade também ocorria este fenômeno. Existiam os velhos examinados por médicos que eram considerados fortes, robustos, ativos, dispostos (Priore, 2025), como existiam e existem velhos/as, decrepitos (as), amargurados/as, cansados/as.

O processo do envelhecimento é, como foi descrito acima, singular, difere de indivíduo para indivíduo, de sociedade, regiões, situação socioeconômica, da forma como cada um se vê, se define. “A velhice é particularmente difícil de assumir, porque sempre a consideramos uma espécie estranha: será que me tornei, então, uma outra, enquanto permaneço eu mesma?” (Beauvoir, 1990, p. 348). Assim, a forma como as pessoas veem a pessoa idosa, e como esta pessoa se sente em relação a si mesma são caminhos trilhados ontem e hoje.

Enquanto você se sentir jovem, você é jovem. Isso é desconhecer a complexa verdade da velhice: esta é uma relação dialética entre meu ser para outrem — tal como ele se define objetivamente — e a consciência que tomo de mim mesma através dele. Em mim, é o outro que é idoso, isto é, aquele que sou para os outros: e esse outro sou eu (Beauvoir, 1990, p. 348).

A visão de como o outro o vê, é uma visão que muitas vezes não condiz com a realidade individual de cada um, dependendo de como cada um/uma se vê. Como observou a orientadora, Dra. Vânia de Oliveira: “[...] quem primeiro nos reconhece como velhos, geralmente são os outros e, depois, um belo dia, o espelho. Nós não notamos as diferenças logo de imediato” (informação verbal, 2026)³. Assumir o envelhecimento é particularmente uma tarefa árdua para muitos, afinal não existe um método que determine a sua idade, exceto exames físicos, mas a experiência vivida não tem como ser mensurada, enumerada, classificada, e o outro geralmente vê a superfície e não falará do envelhecimento enquanto o corpo não der os primeiros sinais externos.

³ Fala descrita por Vânia Dolores Estevam de Oliveira (orientadora), nos apontamentos da tese em janeiro de 2026.

Esta superfície acarreta um novo estado físico, o corpo passa por alterações que as vezes o indivíduo não percebe, esta percepção virá com o tempo, com as deficiências que venham surgir, e que será necessário assumir, adaptar, viver com elas, como também a ausência destas, pois o envelhecimento nem sempre é acompanhado de doenças físicas, psíquicas como muitos tendem a acreditar que, também:

[...] acarreta consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados com razão, características da idade avançada. Como todas as funções humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo, e, portanto, sua relação com o mundo e com a própria história (Beauvoir, 1990, p. 06)

Esta relação do indivíduo com o mundo, com o tempo, esteve presente nas entrevistas feitas por Ecléa Bosi (1979), doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), que dedicou parte de sua jornada estudando a velhice, suas memórias, suas histórias de vida. Em *Memória e sociedade - Lembranças de Velhos* (1979), a autora analisou o mundo do trabalho no Brasil, através dos depoimentos de operários e imigrantes da cidade de São Paulo, todos idosos que participaram direta ou indiretamente da construção da Cidade. E para ela, a velhice seria a última etapa da vida, embora envelhecer seja o destino que nos leva a pensar na vida, uma vida que segue segundo parâmetros ditados pela sociedade na qual vivemos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), que lançou o programa “Envelhecimento Ativo”, para incentivar o acolhimento e políticas públicas destinadas à pessoa idosa, o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e um dos nossos grandes desafios (OMS, 2005).

Ainda refletindo sobre a construção de conceitos, não existe um período exato que determine o surgimento da velhice, e sim um processo de construção, pois “[...] a velhice é um processo psicossocial, que se origina a partir do envelhecimento, destino biológico inquestionável, que se dá a partir do corpo. Corpo este que só é reconhecido tendo em vista a representação social que o olhar do outro carrega” (De Ávila; Guerra; Meneses, 2007, p.10).

Uma preocupação que foi identificada com a promulgação do Estatuto do Idoso (Lei Nº 10741, 2003), foi inserir na formação escolar formal, conteúdos sobre o

processo do envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso no Brasil, como estratégia para eliminar o preconceito (Brasil, 2003). Foram editados livros infantojuvenis para serem utilizados nas escolas, livros estes que passaram por análises junto ao Ministério da Educação antes de sua utilização. No artigo “A visão do envelhecimento, da velhice e do idoso veiculada por livros infanto-juvenis”, as autoras Ferreira *et al.* (2015) selecionaram para análise dos textos, livros utilizados nas escolas, as estratégias utilizadas na escrita pelos autores na introdução na educação formal para as crianças, para uma visão humanizada do processo de envelhecimento. Insira-se aqui alguns textos que foram citados pelas mesmas para realização de sua respectiva análise.

Ferreira *et al.* (2015) fazem referências a duas estrofes escritas nos livros: “Histórias da avó”, de Burleigh Muten (2008, p.11); “Suas pernas eram fortes, mas começaram a tremer. Ela tropeçou e caiu” e “Vó caiu na piscina”, de Carlos Drummond de Andrade (2007, p. 43): “Eduardo, está escuro que nem breu, sua mãe tropeçou, escorregou e foi parar dentro da piscina, ouviu?”, as quais apontam de forma lúdica, o enfraquecimento das pernas, os perigos das quedas, o equilíbrio comprometido, introduzindo, assim, as crianças a uma realidade atual, promovendo com isto, a diminuição do preconceito, combatendo a visão estereotipada do envelhecimento como período de perdas, de desgastes, de depressão, isolamento, solidão entre outros, mas sim o entendimento de processos naturais do envelhecimento.

As entrevistas de campo, realizadas nas instituições selecionadas⁴ para esta pesquisa, possibilitaram à esta doutoranda presenciar e vivenciar diferentes visões do envelhecimento. Ao perguntar a uma aluna, que frequenta uma das instituições pesquisadas, sobre como se sente em relação ao envelhecimento, sua resposta foi:

[...] Sinto que, fisicamente, muitas coisas mudaram, mas psicologicamente ainda sento desejos, vontades, consigo viver de forma independente, sinto-me envelhecida, mas não velha. Meu corpo não é mais o mesmo, a destreza diminuiu, as dores surgem, como também as enfermidades mais comumente presentes no envelhecimento, como aumento da pressão, diabetes, artroses, entre outras, mas administro isto bem. Quero agora viver o que sempre sonhei e não tive oportunidade de fazê-lo, devido aos afazeres com os quais vivi boa parte de minha vida no trabalho e na família (PN).

⁴ Ver Parecer: 6.225.230, de 08 de agosto de 2023, do Conselho de Ética da UFG (em anexo).

Da fala da entrevistada, pode-se deduzir que a velhice não representa proximidade com a finitude ou a sensação de abandono, de se sentir esquecida como protagonistas que já foi, e incapaz de exercer uma função. Para ela, a velhice só será sentida quando, e se acontecer, vier a perda da autonomia. Entende-se, pois, que se o processo de envelhecer for aceito como um êxito, o aproveitamento da competência, da experiência e dos recursos humanos dos grupos mais velhos é assumido com naturalidade, como uma vantagem para o crescimento de sociedades humanas maduras e plenamente integradas. Em uma entrevista com uma participante, ela relata que:

Eu só comecei de fato a viver a vida depois que fiquei viúva. Fui aprovado em concurso no estado aos 49 anos, após terminar a segunda graduação em Letras com 48 (quarenta e oito) anos, pois até então, enquanto casada não trabalhava fora de casa. Tinha frequentado a universidade durante a vida de casada, graduando em administração, mas era muito reprimida pelo marido, não exercendo a profissão. Após ficar viúva, resolvi voltar a estudar e iniciar nova etapa na minha vida. Atualmente estou aposentada, mas nunca preparei para aposentadoria e agora sinto agora a diminuição de recursos para custear meu sustento. Gosto de sair com as amigas e principalmente de dançar, sozinha, porque não aprecia dançar com pares. Sinto mal, tenho medo. Deve ser por conta do período de vida com o marido, ele me reprimia muito. Tenho minha sexualidade sim, mas prefiro focar em outras atividades, pois os homens que poderiam ser interessantes procuram mulheres jovens, e como ela já tenho trauma do casamento, não quero repetir a prisão. Hoje o que eu tenho de melhor é ser livre (RM).

A imagem da pessoa idosa também está relacionada à percepção projetada pela sociedade. Novamente depara-se com construções sociais, pois esta imagem é construída baseada na percepção que o outro faz, sendo que nem a própria sociedade tem uma ideia concreta do que é ser idoso (De Ávila; Guerra; Meneses, 2007). Tal percepção da visão aponta diferentes formas de enfrentamento, uma delas é conviver com o etarismo, isto é, a discriminação da pessoa idosa. Será o assunto que segue no próximo tópico.

1.2 Periodização do envelhecimento humano. A vida após os 60 (sessenta) anos. As mudanças físicas, emocionais, sociais para a pessoa idosa na visão da sociedade - O etarismo

O envelhecimento humano acontece de forma gradativa e individualizada, sendo que alguns fatores podem influenciar neste processo como condições

socioeconômicas, estilo de vida, patologias crônicas. No aspecto biológico, as pessoas se deparam com o envelhecimento natural das células, dos tecidos orgânicos, nos aspectos relacionados às emoções ou psicoemocionais. Neste sentido, ao refletirem sobre o processo do envelhecimento humano, elas se esbarram por diversos caminhos que se interligam sociologicamente, fisicamente, biologicamente, culturalmente e se entrelaçam com seu cotidiano e com as diferenças culturais nas quais estão inseridas.

Nascer é uma possibilidade, mas envelhecer é um privilégio, é uma etapa da vida na qual todos que permanecerem vivos por mais tempo alcançarão, independentemente de sua classe, gênero, etnia, e este processo ocorre de forma dinâmica, progressiva e irreversível. Existem na literatura definições das mais diversas áreas do conhecimento.

O envelhecimento humano, na visão de Basílio Rommel Almeida Fechine e Nicolino Trompieri (2012), compreende que depende de fatores relacionados com estilo de vida, fatores socioeconômicos e enfermidades crônicas. O envelhecimento biológico está relacionado com aspectos moleculares e o envelhecimento psíquico nas dimensões cognitivas e psicoafetivas.

Ambos os autores supracitados classificam o envelhecimento humano como primário, que estaria relacionado à normalidade, a natureza do processo pelo qual o corpo passa, conhecido também por senescência. Ele ocorre de forma gradual, progressiva e cumulativa. Para estes autores vários fatores colaboram para como se desenvolverá este envelhecimento, entre eles, atividades físicas, estilo de vida, alimentação, classe social, educação. Transformações generalizadas, em determinadas faixas etárias em determinadas populações, não obstante a interferências ambientais e nem as doenças, são fatores preponderantes.

Já o envelhecimento secundário ou patológico, está relacionado a doenças que surgem no decorrer da vida, e não se confundem com o processo do envelhecimento. Para ela, ambas etapas interagem profundamente. Nascer e morrer são as únicas afirmativas que o ser humano possui. Como o envelhecimento é uma realidade a ser vivida futuramente, compreender seu processo é um caminho ainda em desenvolvimento e se torna fundamental não somente para determinar suas causas, mas também uma forma de avaliar procedimentos capazes de auxiliar no

processo com intervenções ou para tentar retardar e quem sabe deter o processo. Waneen W. Spirduso (2004) utiliza o termo envelhecimento como processo que ocorre nos seres vivos e que ao longo do tempo, leva a perda gradativa de suas funções e finalmente a finitude, a falência total, ou seja, a morte.

Outra classificação que tem sido utilizada nos últimos anos por especialistas, nos estudos de envelhecimento são: idosos jovens com idades de 65 (sessenta e cinco) a 74 (setenta e quatro) anos. Estes consideram que nesta faixa etária, os idosos (as) ainda estão com uma significativa participação e presença nos espaços sociais (Papalia; Feldman, 2013). Estes autores salientam que idosos velhos estão no grupo com idade de 75 (setenta e cinco) a 84 (oitenta e quatro) anos já apresentam algumas comorbidades. Dos 84 anos e seguintes estão os mais velhos e acima de 90 (noventa) anos, velhice extrema. Estes já estão fisicamente e emocionalmente mais comprometidos, inclusive com possibilidades de demência.

Entretanto, classificar cronologicamente os indivíduos é uma forma de igualar fisicamente, psicologicamente, social, algo que não ocorre de forma sincrônica, até por questões regionais e de costumes. Percebe-se que os tempos modernos atuaram de forma intensa nesta forma de divisão por interesses econômicos, pelos mercados de consumo. Segundo Debert (1999), a infância e idade adulta estão cada dia mais distantes, relacionando a infância à dependência e a idade adulta a independência e autonomia, com direitos e deveres de cidadania.

A institucionalização crescente do curso da vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, tem como alvo grupos etários específicos (Debert, 1999, p. 51).

Diversas razões levaram a sociedade à utilização da separação das etapas da vida em períodos cronológicos, uma destas pode estar relacionada às transformações sociais e estruturais na economia que anteriormente era fincada na família, unidade doméstica para outra, baseada no mercado de trabalho. A ordem jurídica cogente para o ordenamento público é, por excelência, o maior interessado nesta regulamentação, na qual está a periodização que determina o acesso à vida escolar, a entrada no mercado de trabalho e aposentadoria.

Pesquisas desenvolvidas em grupos separados por idade mostram, como resultados, que a forma como as pessoas lidam em situações adversas, nem sempre corresponde a idade mais avançada, como também as conquistas destes grupos se devem ao engajamento dos seus componentes, no direcionamento das mudanças de comportamento, na construção de tradições e memórias do grupo.

O curso da vida transforma-se em um espaço de experiências abertas e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada, pelo indivíduo, como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise (Debert, 1999, p.53).

Os estágios dos ciclos da vida estão relacionados aos processos econômicos, culturais e normativos, utilizados para esta classificação consideradas necessárias para o período em que começaram a ser aplicados, os tempos modernos. Tecnologias de diferenciação foram utilizadas na esteira de se conseguir definir uma denominação institucionalizada da velhice, como período natural do ciclo da vida, sendo os velhos um grupo com suas peculiaridades. Estas tecnologias foram separadas em três:

Três tecnologias de diferenciação podem ser consideradas importantes para as investigações históricas. A primeira delas: a constituição de um discurso científico sobre o envelhecimento. A Geriatria e a Gerontologia surgiram enquanto especialidades médicas no início do século XX. Entretanto, uma série de modificações na forma como a Medicina percebia a doença e o corpo envelhecido, nos séculos XVIII e XIX, constituíram um saber pré-geriátrico, que tem sido referido como um discurso sobre a senescência. A segunda tecnologia de diferenciação: o surgimento das pensões e aposentadorias, que contribuíram para tornar o fator “idade” como determinante de um novo status econômico e social para o indivíduo. A terceira: os asilos de velhos (Groisman, 1999, p. 4).

O século XIX foi marcado pela filantropia exercida pela igreja, o que era cômodo para o Estado. Os asilos de velhos como eram conhecidos, proliferaram pelo país. Era preciso sensibilizar a população para a particularidade da assistência à velhice. “Os velhos seriam diferenciados dos que faziam da mendicância uma “profissão”, sendo retratados como vítimas de circunstâncias que os isentam de responsabilidade pela sua miséria” (Groisman, 1999, p. 8).

Utilização de imagens negativas do envelhecimento era uma justificativa que garantia a filantropia. Podemos pensar, entretanto, que a “localização” da velhice não era apenas geográfica, mas também simbólica. Nesse sentido, o asilo era visto como uma espécie de “limbo”, onde a velhice se encontraria fora do tempo e do espaço: sacralizada, encontrava-se entre o céu e a terra;

vista como degeneração, entre a vida e a morte; alienada do mundo, entre o passado e o presente... Com o surgimento do asilo, a velhice ganhava um 'lugar', mas ao mesmo tempo perdia, simbolicamente, o seu lugar na vida (Groisman, 1999, p. 17).

Com o passar dos anos, mudanças foram se solidificando e definições foram normatizadas no Brasil, ficando definida a idade em que se considera uma pessoa idosa é 60 anos, enquanto nos países desenvolvidos esta idade é de 65 anos, sendo critérios utilizados para que as instituições destinadas ao trabalho com a pessoa idosa como também das políticas públicas a estes destinadas tenham amparo legal.

Meia idade, velhice, velhice avançada e velhice muito avançada, é a classificação utilizada por Roy J. Shepard (2003) para denominar a pessoa idosa. Meia idade seria o período em que o indivíduo atinge os 40 a 65 anos, quando o organismo naturalmente inicia o processo de declínio no qual o corpo já experencia alterações biológicas, funcionais. Já a velhice tem sua fase inicial por volta 65 e 75 anos e a velhice avançada a partir dos 75 e 85 anos período que, ainda, pode-se conseguir viver com um pouco de autonomia, cabendo a velhice muito avançada, idosos/as acima de 85 anos que, em sua maioria, já requer cuidados maiores, incluindo assistência de profissionais da área da saúde. Sabe-se, entretanto, que essas diferenças na qualidade de envelhecimento estão intimamente relacionadas às classes sociais, variando inclusive em relação à localidade de residência do indivíduo.

Desta maneira a diferença individual determina como cada ser humano irá envelhecer. Entretanto variáveis como sexo, herança genética e estilo de vida contribuirão determinando entre homens e mulheres as diferenças nos ritmos de envelhecimento que cada um apresentará. [...] a categorização funcional do idoso não depende apenas da idade, mas também de sexo, estilo de vida, saúde, fatores socioeconômicos e influências constitucionais, estando provado, assim, que não há homogeneidade na população idosa (Fechine; Trompieri, 2012, p. 112).

O processo de envelhecimento, a velhice (etapa da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados (Netto, 1992). Tal processo também acontece nas áreas psicológicas e sociais, e estas interferem de forma significativa na vida das pessoas idosas. Sua capacidade intelectual, dificuldades de aprendizagem e esquecimento são algumas alterações que podem ocasionar tanto para o declínio, como na manutenção de suas capacidades, e este tem correlações com as atividades que estes se propõem a

viver, interferindo de forma exponencial na sua vida em sociedade. “Este declínio pode variar dependendo de fatores como educação, saúde, nível intelectual entre outros” (Netto, 1992, p 126). Continuando na esteira da escrita, no próximo capítulo será abordado as marcas do tempo no Brasil, um jovem país que envelhece rapidamente, e a aposentadoria é uma realidade presente neste grupo.

Por este aspecto, buscou-se, nessa tese, dar maior ênfase às correntes teóricas que tratam do envelhecimento no campo da Gerontologia Social Crítica e Gerontologia Social Cultural, as quais discutem o envelhecimento como um problema social, argumentando que a velhice não é apenas um fenômeno biológico, mas uma construção social moldada por estruturas econômicas, políticas e culturais (Debert, 1999; Neri, 1993).

Constata-se ser crucial destacar que as correntes teóricas consideradas pela Gerontologia Social Crítica surgem como uma reação às abordagens tradicionais e puramente biomédicas do envelhecimento, propiciando uma análise que vai além do declínio orgânico e individual. Esta vertente teórica compreende a velhice a partir das dinâmicas estruturais do capitalismo, das relações de poder e das desigualdades sociais acumuladas ao longo do curso de vida.

Em referência à teoria da economia política do envelhecimento, um dos pilares da gerontologia crítica, observa-se que a mesma postula que o estatuto social e a qualidade de vida da pessoa idosa são determinados diretamente pelo modo de produção capitalista e pela organização do Estado de Bem-Estar Social. Dentro desta lógica, o envelhecimento passa a ser socialmente construído como um “problema” ou um “fardo” fiscal e social, a partir do momento em que o indivíduo é retirado do mercado de trabalho formal e perde a sua capacidade produtiva direta (Debert, 1999). A marginalização da velhice, portanto, não decorre de uma fatalidade biológica, mas sim de uma imposição econômica que desvaloriza o sujeito não produtivo, transferindo a responsabilidade do cuidado para o âmbito privado e familiar (Debert, 1999; Neri, 1993).

Outra dimensão essencial da vertente crítica é a perspectiva do curso de vida, que rejeita a homogeneização da velhice ao demonstrar que o envelhecimento reflete as trajetórias históricas e sociais prévias do indivíduo. Segundo essa abordagem, as desigualdades de classe, gênero, raça e inserção no mercado de trabalho

experimentadas na juventude e na idade adulta sofrem um processo de acumulação progressiva, culminando em velhices profundamente desiguais (Neri, 1993). Dessa forma, a gerontologia social crítica denuncia que os marcadores de vulnerabilidade social na fase tardia da vida são produtos de injustiças estruturais crônicas, contestando a retórica neoliberal que tenta reduzir o envelhecimento precário a escolhas individuais erradas ou à falta de autocuidado (Debert, 1999), além do comprometimento dos recursos do fundo público destinados as políticas sociais que integram a seguridade social (Abigalil, 2024).

No contexto do envelhecimento, reporta-se à autora Solange Maria Teixeira (2021) que, em seu texto “Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas”, aponta para o envelhecimento humano partindo da perspectiva da gerontologia crítica, no qual argumenta que as formas de envelhecer não podem ser compreendidas apenas por dimensões biológicas, psicológicas ou cronológicas, pois essas abordagens são descritivas e insuficientes para explicar o fenômeno em sua complexidade. Embora a gerontologia contemporânea reconheça o envelhecimento como um processo biopsicossocial heterogêneo, muitas análises acabam caindo em dois extremos: ou homogeneizam a velhice, ignorando diferenças de classe, gênero e raça, ou a singularizam excessivamente, reduzindo-a a experiências individuais desconectadas das condições sociais concretas.

Em seu artigo, Teixeira (2021) propõe superar essas limitações por meio de uma abordagem histórico-dialética, capaz de articular singularidade, particularidade e totalidade, situando o envelhecimento nas condições materiais de existência dos indivíduos e nas contradições do modo de produção capitalista. A referida autora destaca que a condição de classe é um dos principais determinantes das experiências de envelhecimento. A classe trabalhadora é internamente diferenciada entre trabalhadores formais, superpopulação relativa (desempregados, informais, excedentes) e pauperismo, e essas frações vivenciam velhices profundamente desiguais. Concebe-se que, no marxismo, a superpopulação relativa é composta por trabalhadores excedentes ao ritmo de acumulação do capital, que ora são atraídos, ora repelidos do mercado de trabalho, vivendo situações de instabilidade, informalidade e pobreza que impactam diretamente o envelhecimento, especialmente quando somadas às desigualdades de gênero, raça e geração.

A gerontologia crítica dedica-se, ainda, a desconstruir os discursos contemporâneos da "biomedicalização" e do "envelhecimento ativo", que transformaram o corpo que envelhece em um nicho de mercado e consumo de intervenções estéticas e farmacológicas. Sob o pretexto de promover a vitalidade, a sociedade de consumo impõe ao idoso uma performance constante de juventude prolongada, na qual a manifestação de limitações físicas associadas a patologias crônicas é interpretada culturalmente como um fracasso moral do indivíduo (Featherstone; Hepworth, 1991). Para os teóricos críticos, essa medicalização e mercantilização geram uma nova forma de controle social, que mascara as deficiências das políticas públicas de previdência, saúde e assistência ao focar unicamente na responsabilidade individual do idoso em performar um corpo jovem e saudável (Twigg; Martin, 2015); (Abigalil, 2024).

Por outro lado, as economias dependentes, isto é, economias que, historicamente, se especializaram em abastecer as economias centrais com produtos primários — agrícolas e minerais — enquanto importam produtos industrializados, tecnologias e bens de alto valor agregado. Essa estrutura gera um desequilíbrio permanente na balança comercial, pois o valor produzido internamente é sistematicamente transferido para os países centrais. Para compensar essa perda estrutural, a burguesia dependente recorre a um mecanismo decisivo pela superexploração da força de trabalho, característica estrutural dessas formações sociais. A superexploração se expressa em jornadas extensas, intensificação do trabalho e salários abaixo do necessário para a reprodução da vida, gerando desgaste físico e psíquico acelerado e envelhecimento precoce entre trabalhadores formais e informais. Mesmo com avanços demográficos e epidemiológicos, o envelhecimento da população brasileira só foi possível graças às políticas públicas e ao sistema de proteção social, ainda que limitado, que garantiram acesso à saúde, saneamento, educação e benefícios sociais.

Entretanto, o artigo de Teixeira (2021) enfatiza que as contrarreformas recentes — trabalhista, previdenciária e a ampliação da terceirização — aprofundam a precarização das condições de trabalho e vida, ampliando o desemprego estrutural, a informalidade e a pobreza. Essas medidas estendem jornadas, intensificam o desgaste psicofísico, reduzem salários e transferem para os trabalhadores os custos da reprodução da vida, comprometendo o futuro das

gerações atuais e o envelhecimento com dignidade. A ofensiva do capital financeiro sobre o fundo público e sobre as políticas sociais desestrutura o sistema de proteção social, ampliando vulnerabilidades e desigualdades entre idosos e adultos jovens.

O texto da referida autora apresenta uma crítica à tendência contemporânea de “reprivatização da velhice”, que devolve às famílias e aos indivíduos a responsabilidade por envelhecer bem, difundindo a ideia de que mudanças de hábitos e estilos de vida seriam suficientes para garantir uma velhice saudável. Essa perspectiva ignora os limites impostos pela precarização, pelos baixos valores de aposentadorias, pelo retorno ao trabalho informal e pela restrição ao acesso a serviços públicos. Ao tratar problemas estruturais como questões individuais, essa visão mascara as desigualdades e fragiliza a luta por políticas públicas universais e de qualidade. O texto conclui defendendo que compreender o envelhecimento exige considerar a totalidade social e as contradições do capitalismo, reconhecendo que as formas de envelhecer são profundamente determinadas pelas condições de vida, trabalho e pelas lutas de classe que atravessam a sociedade contemporânea.

Segundo Simone de Beauvoir (1990), “Viver é envelhecer”. De fato, é uma assertiva para os que conseguem a proeza de viver mais de 60 (sessenta) anos, no caso no Brasil, idade que determina a classificação etária, entretanto, alguns obstáculos existem para os sexagenários de hoje, como conviver com o etarismo, idadismo, ageísmo, termos utilizados para indicar discriminação, preconceito e estereótipos em relação à pessoa idosa.

Paremos de trapacear; o sentido da vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles. Isso é necessário, se quisermos assumir em sua totalidade nossa condição humana. Para começarmos não aceitaremos mais com indiferença, a infelicidade da idade avançada, mas sentiremos que é algo, que nos diz respeito. Somos nós os interessados. Essa infelicidade denuncia o sistema de exploração no qual vivemos (Beauvoir, 2018, p. 11).

De acordo com o dicionário Cândido de Figueiredo (de Figueiredo, [s. d.]): Etarismo, idadismo, ageísmo, ocorre quando a idade é usada para categorizar as pessoas em atributos que causam desvantagens, injustiças ou danos. Já no Dicionário Aurélio, etarismo é um substantivo masculino que significa preconceito e

discriminação em relação a pessoa idosa, as pessoas mais velhas, ou a própria velhice; idadismo e ageísmo (Ferreira, 2014).

A autora Fran Winandy (2023), em sua obra “Etarismo: um novo nome para um velho preconceito”, já aponta em seu título, o tratamento dado à pessoa idosa pela sociedade desde que o mundo é mundo. Nesta obra, a autora assinala o preconceito e a discriminação em relação à pessoa idosa, que ocorre nas mais diferentes formas, e faz a diferenciação entre os dois termos. Preconceito estaria relacionado à forma como a pessoa vê a outra que, no caso, é a pessoa idosa. Discriminação é utilizar esta visão para prejudicar o indivíduo. “O preconceito traz junto um componente afetivo negativo relacionado a uma crença, isso desperta uma atitude hostil para com uma pessoa pelo simples fato de ser membro de um grupo, em geral desvalorizado socialmente” (Winandy, 2023, p. 42).

A utilização desta nomenclatura pela primeira vez, foi feita pelo psiquiatra e gerontólogo americano Robert Neil Butler (1969) que adotou o termo etarismo, incorporado pela OMS no relatório Mundial sobre o idadismo em 2021, no qual foi enfatizado que esta discriminação resulta em violência e intolerância especialmente com pessoas acima de 60 anos. Este tipo de comportamento utilizado pelos indivíduos, geralmente ocorre de forma quase imperceptível até mesmo de forma inconsciente, o que fortalece a manutenção deste comportamento, que melhor seria uma conscientização da sociedade de uma forma geral para combater o preconceito. Neste sentido, se faz importante o trabalho de esclarecimento desta temática nos mais diferentes espaços, incluindo principalmente a academia e as escolas, apontando as pesquisas desenvolvidas pelos estudiosos do tema.

Para auxiliar este combate ao preconceito, foi lançada pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) a Campanha Mundial de Combate ao Idadismo, termo utilizado como referência à discriminação ou preconceito relacionado à idade (Relatório mundial sobre o idadismo, 2022). A idade é uma das primeiras características - junto com sexo e raça - que se nota sobre outras pessoas quando se interage com elas. O idadismo surge quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneira que levam a perdas, desvantagens e injustiças, causando desgaste no relacionamento entre as gerações (OPAS-2022).

A prática de discriminação se interliga com outras modalidades de preconceitos, intolerância, o sexismo, capacitismo, racismo, compõem as várias categorias de distinção, em curso na atualidade. Diversos preconceitos somados ao etarismo, ampliam ainda mais os efeitos do idadeísmo sobre o indivíduo nas suas mais diferentes áreas, principalmente na saúde e no bem-estar de uma forma geral. “O preconceito sobre si mesmo, é outra prática que pode ocorrer, definido como auto etarismo, quando a própria pessoa se sente velha para executar determinadas atividades” (Soares; Mattaraia; Castro, 2024, p. 240).

Segue, na Figura 1, uma tabela⁵ ilustrativa apresentada no Relatório Mundial sobre idadeísmo.

INSTITUIÇÃO OU SETOR	ESTEREÓTIPOS	
	OS JOVENS SÃO...	AS PESSOAS IDOSAS SÃO...
Saúde e assistência social^a		
POSITIVO	Saudáveis Fisicamente ativos Fortes e enérgicos	Calorosas Agradáveis
NEGATIVO	Pessoas que gostam de assumir riscos Usuários de drogas Estressados e ansiosos	Rígidas Irritantes e frustrantes Solitárias e isoladas Frágeis e fracas Sexualmente inativas Facilmente confusas Deprimidas e deprimentes Exigentes de muita atenção Deficientes
Trabalho^b		
POSITIVO	Enérgicos Ambiciosos Conhecedores das tecnologias Trabalham duro (mela-idade)	Confiáveis Dedicadas Experientes Trabalhadoras Socialmente hábeis Boas mentores e líderes Capazes de lidar com mudanças
NEGATIVO	Narcisistas Desleais Acham que têm direito a tudo Preguiçosos Desmotivados Facilmente distraídos	Incompetentes ou improdutivas Desmotivadas Resistentes a mudanças Difíceis de treinar e incapazes de aprender Inflexíveis Tecnologicamente incompetentes
Mídia^c		
POSITIVO	Atraentes	Engajadas com a vida saudável Produtivas, independentes
NEGATIVO	Causadores de problemas Criminosos violentos	Pouco atraentes, infelizes Séias Mal vestidas e inativas Dependentes e insalubres Dependentes, pobres e vulneráveis Diabólicas

FIGURA 1 – Catálogo dos estereótipos identificados em diferentes ambientes institucionais e países

Fonte: Relatório Mundial sobre idadeísmo. OPAS, 2022, p.5.

⁵ Fornece um catálogo dos estereótipos identificados em diferentes ambientes institucionais mundo afora. Os estereótipos que predominam em uma dada situação dependem, em grande parte, da idade da pessoa que está sendo idadista e do contexto, como, por exemplo, o local onde a pessoa mais idosa ou mais jovem se encontra. Mudanças socioeconômicas e de valores dentro de uma sociedade podem levar os estereótipos a evoluir com o passar do tempo (Relatório mundial sobre o idadeísmo (OPAS, 2022)).

O etarismo relaciona-se à forma de tratamento dado as pessoas idosas, ou seja, relacionados à idade e como se dirige a outras pessoas ou a si próprio, como foi citado anteriormente, a auto discriminação, em se tratando de estereótipos, refere-se à forma como pensamos, preconceitos como sentimos e a discriminação no modo como as pessoas agem. A forma de como o etarismo se apresenta no cotidiano, no trabalho, no lazer, na família, induz ao entendimento de que, marcar a vida não deveria ser a idade, mas a posição ocupada na sociedade pelos indivíduos, que tem seu início com o nascimento e finitude na passagem para outra dimensão. Sabe-se que nascer é uma possibilidade, mas envelhecer é um privilégio, é uma etapa da vida na qual todos que permanecerem vivos por mais tempo alcançarão, independentemente de sua classe, gênero, etnia, e este processo ocorre de forma dinâmica, progressiva e irreversível. Entretanto, o envelhecer ainda está imbricado de preconceitos e inexistência de programas ou má gestão dos recursos disponíveis, carência de formação de profissionais adequados, situações que podem ser superadas com acesso à informação da sociedade de forma geral quer seja no Brasil, quer seja nos países considerados mais evoluídos.

O preconceito em relação à pessoa idosa pode fazer com que as pessoas tirem conclusões errôneas baseadas na idade, interpretando que não possuem capacidades cognitivas, físicas e sociais, como acarretar doenças físicas, mental, emocional (Fig. 2), como também repercussões econômicas, conforme gráfico demonstrativo (Fig. 3) apresentado no relatório mundial acerca do idadismo, 2022.

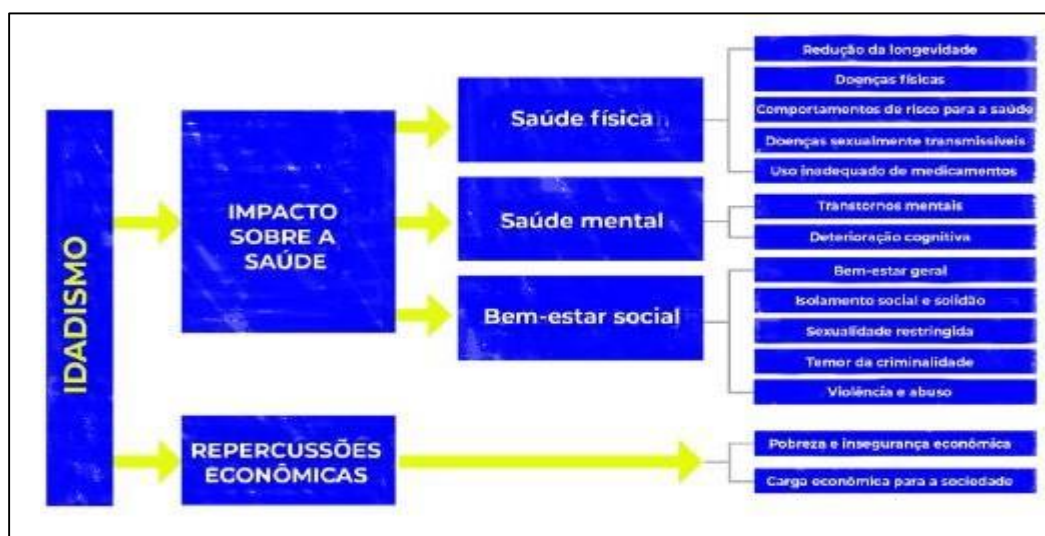


FIGURA 2 – O impacto do idadismo sobre pessoas idosas
Fonte: Relatório Mundial sobre idadismo. OPAS, 2022, p.53.

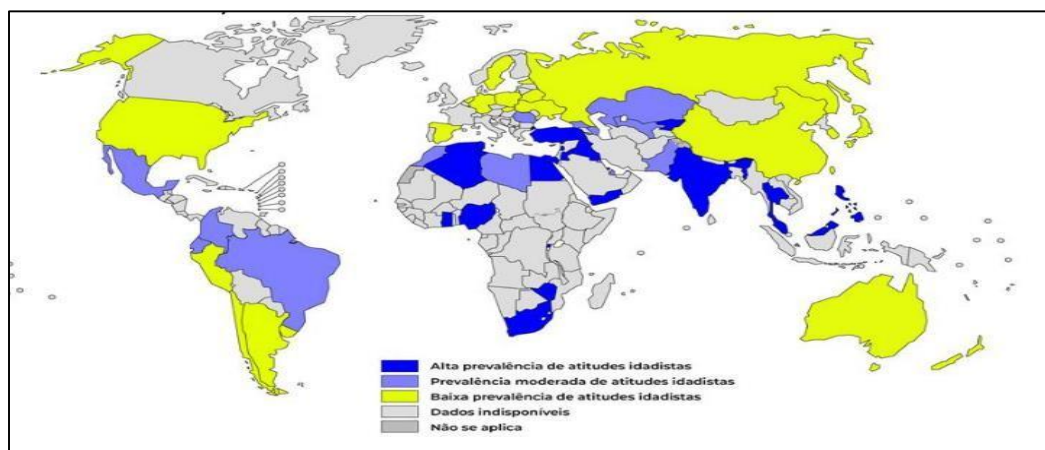


FIGURA 3 – Países classificados com índices de atitudes idadistas baixos, moderados e altos

Fonte: Relatório Mundial sobre idadismo. OPAS, 2022, p.36.

Na vida cotidiana de todo cidadão, fatos inerentes ao dia a dia se apresentam de forma natural, como andar, correr, vestir, comer. Viver em sociedade, no entanto, induz à necessidade de adaptação das pessoas aos conceitos e normas existentes para uma convivência harmônica, no qual, todos devem seguir. No entanto, alguns padrões de comportamento têm sido observados nas atitudes das pessoas ao lidar com o processo de envelhecimento tanto no convívio social como de forma individualizada. O autopreconceito e o preconceito social tem aumentado de forma exponencial no mundo, talvez pelo crescimento de posições conservadoras em relação ao comportamento e a forma de vida da sociedade.

Este movimento crescente influencia as pessoas a emitirem opiniões de diversas formas, e com o auxílio das redes sociais, ferramenta muito utilizada pela sociedade atual, um mundo no qual todos se sentem e se comportam como arautos da razão. Neste sentido, as opiniões diversas têm influenciado a disseminação do etarismo nos mais diferentes espaços sociais, interferindo nas relações e no convívio com a realidade que é envelhecer.

Ficar idoso, com as mudanças físicas naturais do processo, é um caminho sem volta, mas, atualmente vive-se uma época que tem como ideal de beleza, os corpos conhecidos como sarados, malhados, sem marcas do tempo. Segundo Araújo (2019), para dar razão a este ideal de beleza sonhada e buscada por quem pode, as clínicas de estética se proliferaram em todas as cidades e a moda atual é a harmonização facial e as academias para definição corporal.

Na visão de Araújo (2019), a cobrança social de beleza estética tem dois pesos e duas medidas, pois recai nas mulheres, tanto que, nestes últimos anos algumas resolveram assumir os cabelos grisalhos, movimento popularizado pelo termo “liberdade grisalha” ou “onda prateada”, passando a ser consideradas descuidadas, velhas, caquéticas, enquanto para os homens, manter os cabelos brancos, que geralmente chegam com a idade, é considerado glamour, mas, embora não seja regra, pode ocorrer de forma precoce em ambos os casos, sendo que os olhares decaem da mesma forma, nas mulheres desleixo e nos homens, charme. Os meios de comunicação participam de forma velada, mas tendenciosa, travando uma relação de disputa entre o velho e o novo, o idoso/a e o/a jovem. O jovem que não quer envelhecer e o idoso que deseja permanecer jovem, que nega a velhice, afinal esta pessoa idosa, não deseja ser discriminada, solitária, feia, doente.

Uma forma de identificar esta visão deturpada e preconceituosa é o crescente aumento por procedimentos estéticos, como também ouvir uma pessoa dizer: “nossa você não parece ter 60 anos”. Os diálogos realizados na pesquisa de campo, para a construção desta tese, possibilitaram escutar relatos desta forma de tratamento recebida por participantes dos estudos. Este tipo de discriminação pode afetar diferentes idades, mas é mais usual em relação ao tratamento dado à pessoa idosa, que passa por isto no dia a dia, quando encontra obstáculos para conseguir trabalho, tentar retornar aos estudos, vestir determinada roupa considerada roupa para jovens, podendo acarretar danos irreparáveis para os que não conseguem lidar com esta situação, levando ao afastamento do convívio social, à depressão, ao isolamento, ao descuido com a própria saúde.

A prática do etarismo, consoante o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) em seu art. 96, é considerado crime, a saber:

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:
 Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa
 § 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo (Brasil, 2003).

Neste sentido, ao refletir sobre o processo do envelhecimento humano, é comum esbarrar por diversos caminhos que se interligam sociologicamente,

fisicamente, biologicamente, culturalmente e se entrelaçam com nosso cotidiano e com as diferenças culturais nas quais estamos inseridos. O etarismo no trabalho é o assunto que apontaremos no próximo parágrafo.

No desenvolvimento da sociedade e do ser humano, o trabalho faz parte de ambos os contextos, entretanto mudanças ocorrem nas duas vias, fazendo-se necessário entender estes processos sociais da pessoa humana nesta relação com o trabalho. Como o envelhecimento difere de pessoa para pessoa, o trabalho também possui esta característica, e, os trabalhadores idosos não são iguais inclusive no tratamento recebido pela sociedade em geral.

Esta diferenciação tem seu início no direito à aposentadoria, como sendo uma conquista, que também não contempla a todos, principalmente na atualidade, em que muitos não conseguem sequer ter uma carteira assinada, quiçá se aposentar. Os direitos trabalhistas estão passando por mudanças desde 2016, após golpe de estado contra a Presidenta Dilma Rousseff, um projeto que já vinha sendo articulado por anos pelo poder dominante, movidos e custeados por empresários no Brasil, isto é, o mercado capitalista.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta no gráfico abaixo (ver Fig. 4), a ocupação brasileira por população entre 2014 e 2023, na qual, a população idosa vem crescendo de forma acelerada, e este processo vai requerer mudanças e ajustes nas políticas destinadas a este grupo, incluindo as despesas de aposentadoria e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

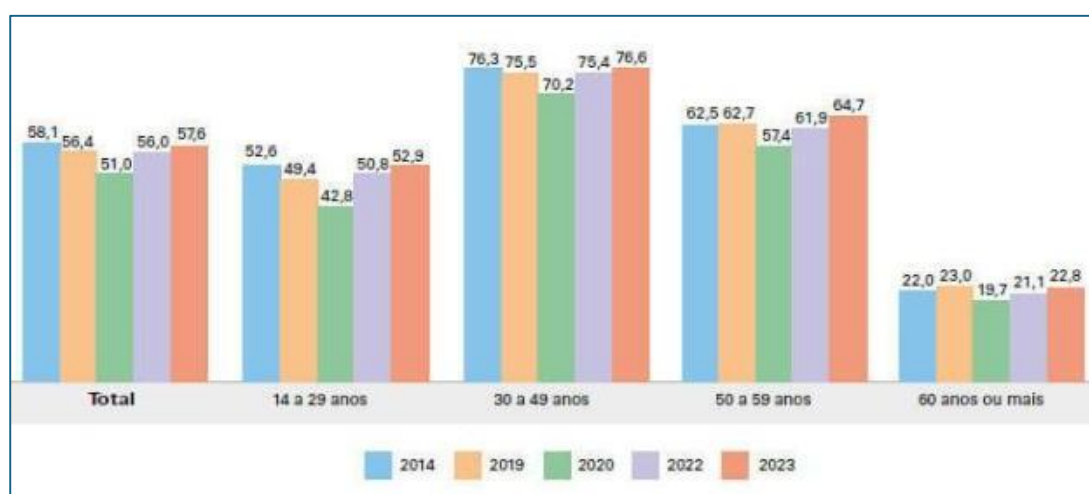


FIGURA 4 – Nível de ocupação, segundo os grupos de idade – 2014/2023

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de domicílio ocupada. 2014/2023.

Observa-se que a população idosa está representada de forma significativa na figura acima, sendo maior que a população considerada jovem, o que poderá futuramente acarretar outras questões socioeconômicas, com a diminuição da força de trabalho, consequência da redução da natalidade, obrigando com isto a permanência no mercado de trabalho de pessoas com idade avançada.

Atualmente, a prática da permanência das pessoas idosas no mercado de trabalho vem acompanhada da prática do etarismo. Muitas empresas preferem contratar pessoas com idade inferior a 60 anos, acreditando em uma maior produtividade, a menor possibilidade de afastamento por questões de saúde, além de acreditarem na incapacidade intelectual e física é uma prática recorrente.

Alguns destes estereótipos e normas de idade operam para que trabalhadores mais velhos enfrentem a barreira do teto grisalho nas organizações, limite que os torna ultrapassados e muito velhos para aprender novas habilidades e acompanhar as demandas da organização. Cabe ressaltar que para a mulher a idade é mais um fator discriminativo além do gênero e da aparência (Winandy, 2023, p. 53).

Segundo dados do IBGE (2021/2024), devido às necessidades econômicas, cerca de 4,6 milhões de pessoas idosas retornaram ao mercado de trabalho, o que reflete uma realidade do despreparo para aposentadoria, como também a necessidade devido a diferentes fatores, como custo de vida, auxílio nas despesas com filhos, netos, entre outros.

Deixar o mercado de trabalho não é uma tarefa fácil de ser vivenciada. Muitos desejam por este momento durante os anos de labor, no entanto, este dia, um dia chega, pode ocorrer também no mesmo período em que os filhos deixam a casa dos pais para viverem suas vidas de forma independente, o que pode gerar mais conflitos de ordem emocional, social, econômica. O salário da aposentadoria muitas vezes não é suficiente e a busca por uma nova colocação pode ser uma opção. Quando isto não é necessário, procurar algo que preencha seu dia se torna uma tarefa a ser realizada.

Ecléa Bosi já citava em seu livro “Memória e Sociedade: lembranças de velhos” a visão estereotipada da pessoa com mais idade, e como naquela época (1979) já se percebia o apagamento da pessoa idosa inclusive no mercado de trabalho, no qual, a pessoa ainda em atividade não tem o dever de lembrar pois as

atividades do labor consomem seu “tempo”. No entanto, ao aposentado cabe esta tarefa de recordar, inclusive cotidianamente, pois o tempo, para este, sobra.

Como a sociedade capitalista trata o envelhecimento: o que se poderia, no entanto, verificar, na sociedade em que vivemos, é a hipótese mais geral de que o homem ativo (independentemente da sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos frequentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à reflexão do seu passado (Bosi, 1979, p. 24).

A necessidade de trabalho não deve ser vista como uma questão meramente de subsistência, mas também de realização pessoal e profissional. Esta valoração pessoal e a necessidade vital, dificulta o processo de afastamento deste devido a determinação legislativa, que obriga estes a aposentadoria compulsória, processo que torna este afastamento obrigatório e muitas vezes não desejado.

Esta forma de discriminação da pessoa idosa, o etarismo, acompanha inclusive em espaços que poderíamos dizer - impossíveis de acontecer na própria família e nos espaços de lazer. Conhecida em passado recente como a “melhor idade”, pois em tempos atuais outras terminologias surgiram em substituição a este termo, devido possivelmente a novas pesquisas sobre o assunto que veem o envelhecimento como um período de bem estar, de novas conquistas e não somente associada ao lazer. Esta terminologia ficou marcada em associar o envelhecimento a um período em que a pessoa idosa possui tempo livre e condições financeiras para desfrutar a vida, viver o que não conseguiu enquanto estava no mercado de trabalho, ou porque o dinheiro não era suficiente, pois ainda tinha despesas com filhos e outras. Pacotes de viagens, encontros, bailes para este grupo é um mercado promissor.

Academias, lojas, vestuário e uma gama de produtos para rejuvenescimento ascendeu no comércio com a pandemia da COVID 19⁶, que obrigou o mundo a ficar em isolamento social, isto é, as pessoas não podiam inicialmente sair de casa, posteriormente somente de máscaras, sendo liberadas após a vacinação que trouxe maior segurança para a população. Esta pandemia levou a óbito no Brasil cerca de

⁶ **Covid-19** é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida em Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/.../c/covid-19>. Acesso em: 02 maio. 2025.

715.858 (Setecentos e quinze mil, oitocentas e cinquenta e oito) pessoas, entre estas muitas pessoas idosas, pois eram mais vulneráveis. Neste grupo, estava inserido um percentual grande de pessoas com idades próximas ou superior a 60 (sessenta) anos, visto que, como já foi dito anteriormente, a população brasileira está envelhecendo de forma acelerada em relação a outros países.

Muitas mulheres resolveram aproveitar e deixar de pintar os cabelos, e veio a onda dos cabelos grisalhos femininos, muito embora não tenha sido uma medida acolhida pela maioria da população (Cardoso, 2025). Normalmente, é bastante comum para as mulheres em processo de envelhecimento, que preferem conviver com os cabelos brancos ouvirem expressões como: “Nossa, você não ficou bem assim, com cabelos brancos, envelheceu você”. Nesta fala está presente o etarismo, de forma às vezes inconsciente, mas é discriminação. Os próprios familiares às vezes são as primeiras pessoas a fazer esta observação. Denise Castilho de Araújo, em sua obra “A revolução grisalha. Mulheres (re)semantizando signos do envelhecimento” (2019), apresentou sua pesquisa⁷ na qual optou por utilizar como fonte textos midiáticos, *sites* de redes sociais, devido o Brasil ter o corpo com relevância, sendo a beleza e sua manutenção essencial para a maioria dos indivíduos.

No texto supracitado, a autora apresenta diferentes discursos de reportagens de *sites*, revistas de variedades, internet, nas quais, os aspectos físicos do envelhecimento são vistos de formas diferenciadas. Entretanto, evidencia a visão ainda comum de desleixo, descuido, entre outros.

Em 2013 foram publicadas mais duas matérias discutindo o assunto, com exemplos de mulheres que assumiram os brancos, ressaltando que, muitas vezes, eram interpeladas por outras mulheres ou homens, que sugeriam que pintassem os cabelos, pois o cabelo branco remetia ao desleixo. Essa é uma das significações ainda recorrentes em relação aos cabelos brancos – a falta de cuidado consigo –, como se o branquear dos cabelos fosse exclusivamente por falta de asseio, de cuidados por parte da pessoa, e não uma consequência hereditária ou da velhice. Em 2015 observa-se a publicação de três matérias discutindo a aceitação dos cabelos brancos pelas mulheres. Em uma delas há a menção à necessidade de uma revolução dos cabelos brancos. Nessas publicações há o relato de mulheres que assumiram seus brancos com naturalidade, para evitarem a “escravidão das tinturas”, como afirma Laurení, uma comerciante que aceitou os brancos com 51 anos de idade. [...] outra mulher disse que passou a manter seus cabelos brancos, mas que os sobrinhos “acham um horror”, evidenciando que há a imposição por parte dos grupos sociais de que as mulheres evitem os cabelos brancos, ou disfarcem-nos de alguma maneira (Araújo, 2019, p.138).

⁷ A razão pela escolha da referida fonte de pesquisa se deu devido ao grande número de pessoas idosas no Brasil que acessam a internet e as redes sociais.

Da mesma forma que grupos ou pessoas discriminam o uso de cabelos brancos, existem os que enaltecem, valorizam, respeitam esta opção.

Elas assumem cada vez mais jovens os “fios brancos”, apresentando uma série de mulheres que passaram a não pintar mais seus cabelos. A autora menciona: ‘A onda prateada é protagonizada por mulheres de personalidade forte, bem-humoradas e que têm um discurso pautado pela pacífica aceitação da passagem do tempo’. Assim, observa-se que as mulheres que deixam seus cabelos brancos têm algumas características – o bom humor, a personalidade forte – e não estão muito preocupadas em seguir determinadas regras, aceitando que o processo de envelhecimento é inevitável (Araújo, 2019, p. 137).

A autora do Glossário Coletivo de Enfrentamento ao Idadismo fez uma coletânea de expressões utilizadas de forma velada pela sociedade:

Como você faz para parecer tão jovem? Demonstra surpresa com a aparência da pessoa idosa, quando não corresponde à expectativa. Desculpa perguntar, mas quantos anos você tem? Pergunta usada, geralmente, quando alguém está surpreso com a boa aparência da pessoa idosa. A expectativa é de que, ao se ter mais de 60 anos, a pessoa estaria cheia de rugas, frágil e “acabada”. Como já dito, a velhice é um processo heterogêneo, que não é igual para todos. Existe a variação desta expressão na frase ‘Ela(ele) é muito bonita(o) para a idade que tem’, que tem o mesmo sentido. É normal, é da idade, justifica os problemas de saúde ou de comportamento como se fossem típicos do envelhecimento. Está querendo parecer mocinha (garotão) Expressão usada quando a pessoa não se comporta ou se veste de acordo com os estereótipos de uma pessoa idosa. Quando a pessoa idosa é jovial, envelhecer saudavelmente e é feliz, sofre esse preconceito idadista. Gente velha vive na idade do ‘condor’: é com dor aqui com dor ali... Frase dita como piada que embute a ideia de que a pessoa idosa é sempre uma pessoa doente e queixosa. Mesmo que ela possa ser mais suscetível a dores, isto não a determina. Isso é do seu tempo, desvaloriza e desrespeita a história e a experiência de uma pessoa pelo fato de ela falar e/ou estar saudosa de um tempo antigo. Toda vivência e saberes acumulados ao longo da vida podem e devem ser respeitados. Lugar de velho é na outra fila, aqui é a fila dos normais. Frase duplamente preconceituosa, humilhante e violenta ao se referir às filas de prioridade em bancos, supermercados etc. Essas filas existem para dar equidade a quem tenha necessidades específicas, tais como dificuldade de locomoção, saúde fragilizada (Gomes, 2022, p. 19-40).

Desta forma “velada”, comportamentos de discriminação da pessoa idosa acontecem diariamente. Fato que pode ser observado esta forma camuflada no comportamento das pessoas ao criticarem o modo de vestir, a frequentar bares, festas, espetáculos, como se estes locais fossem destinados somente a pessoas “jovens”. Na família, o etarismo é menos frequente, mas ao tratarmos a pessoa idosa no diminutivo, conversar como se fossem crianças, inconscientemente esta é uma

prática preconceituosa, afinal envelhecer não é retroceder, não no sentido de perdas, mas sim de perder a consciência, o domínio de si, a maturidade.

Nas entrevistas realizadas nos espaços pesquisados, a grande maioria, ao ser questionada o que é ser idoso(a), a resposta foi não sentir que estão idosas/os, sentem que tem mais experiência, mais autonomia, mais liberdade, estão mais felizes, a melhor época de sua vida. Preocupam em ter saúde, sentir menos dores (alguns reclamaram que com a idade as dores apareceram). Seus familiares incentivam que estes frequentem as instituições e participam nos eventos em que eles(as) irão se apresentar. São tratamentos esperados pela pessoa mais velha, que contrapõe o tratamento infantilizado.

Ao entrevistar uma frequentadora de uma das instituições em pesquisa, ela deixou bem claro, ao afirmar que:

Minha participação e frequência nas aulas e atividades são bem-vindas por meus familiares, que incentivam e apoiam minha escolha. Recordo que não imaginava um dia poder se dar o direito de me sentir livre nas escolhas, afinal, compor uma família muitas vezes é acompanhada de renúncias em função desta família. Não digo isto como arrependimento, pois faço questão de frisar isto, de poder desfrutar desta oportunidade, mesmo que seja mais tarde, mas sempre é possível (AM).

O controle financeiro é outra forma de praticar o etarismo pelos familiares, que decidem como, onde, com o que utilizar seus provimentos. A alimentação, o ir e vir, com quem, aonde ir, eles estão idosos, mas não incapazes, exceto quando esta condição ocorre, o que deve ser acompanhado de relatório médico, entre outras exigências legais. Para tentar minimizar esta prática que tem sido recorrente, visto as denúncias recebidas no disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SNPI) lançou a Cartilha de Apoio à Pessoa Idosa: enfrentamento à violência patrimonial e financeira.

Alguns Estados e municípios também têm aparelhado os conselhos com documento informativos, educativos e realizado encontros com as instituições de cuidado da pessoa idosa, para auxiliar nas demandas observadas na vida das pessoas com mais idade. Estas informações serão tratadas no capítulo destinado às políticas públicas existentes no Brasil, mais especificamente na cidade de Goiânia, localidade em que ocorreram os estudos.

CAPÍTULO II - AS MARCAS DO TEMPO: O MUNDO E O BRASIL ENVELHECERAM. O TEMPO NÃO PARA E ENVELHECE

“O velho sem conselhos
 De joelhos
 De partida
 Carrega com certeza
 Todo o peso
 Da sua vida
 Então eu lhe pergunto pelo amor
 A vida inteira, diz que se guardou
 Do carnaval, da brincadeira
 Que ele não brincou
 Me diga agora
 O que é que eu digo ao povo
 O que é que tem de novo
 Pra deixar
 Nada
 Só a caminhada
 Longa, pra nenhum lugar.”
 Chico Buarque

2.1 A nova pirâmide populacional mundial e brasileira. Estamos com mais anciãos (ãs) do que jovens

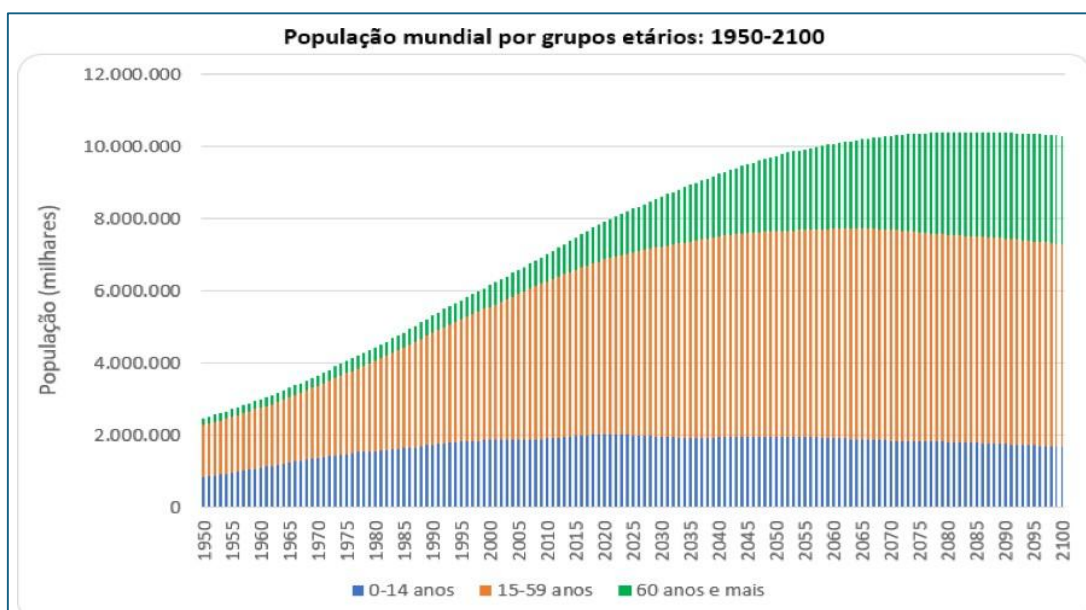


FIGURA 5 - Gráfico ilustrativo demográfico do crescimento populacional por faixa etária.
Fonte: IBGE Brasil, 2024.

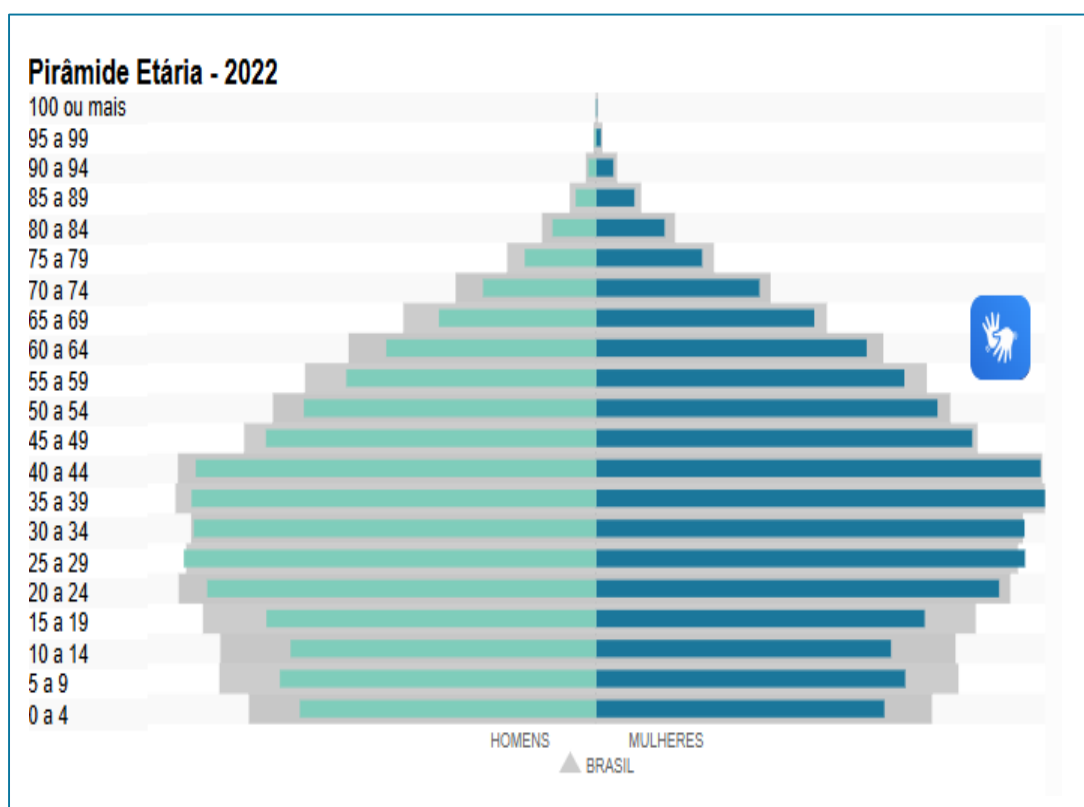


FIGURA 6 - Gráfico ilustrativo da pirâmide etária no Brasil, 2022
Fonte: IBGE Brasil, 2024.

As figuras 5 e 6 acima apontam dois gráficos relacionados ao envelhecimento, referentes ao Censo demográfico de 2022, conforme publicação do IBGE (2024). O primeiro gráfico especifica a pirâmide populacional mundial, no segundo o envelhecimento populacional no Brasil.

Analisando as figuras que retratam a pirâmide, percebe-se que este crescimento foi acelerado em todo mundo. No Brasil especificamente, isto se deve, segundo dados estatísticos do IBGE, ao aumento da expectativa de vida da população e ao declínio da natalidade. De acordo com esses dados, o Brasil classifica-se em sexto lugar em população idosa no mundo. Dados desse mesmo Censo Demográfico de 2002 evidenciam os grupos da população idosa do país, em relação aos estados brasileiros (Ver Fig. 7).

Observa-se na Tabela ilustrativa, que a população idosa representa 15,8% do total de brasileiros (as), ou seja, de 203.080.756 (Duzentos e três milhões, oitenta mil, setecentos e cinquenta e seis) habitantes, com maior representatividade (8,8%) das pessoas com idade de 60 a 69 anos, que somam 17.820.621 (Dezessete milhões,

oitocentos e vinte mil, seiscentas e vinte um). Aquelas com 70+ (setenta e/ou mais) totalizam 14.292.869 (Quatorze milhões, duzentas e noventa e duas mil, oitocentos e sessenta e nove) ou 7,0%. Visualiza-se, ainda, na mesma figura que os estados brasileiros com maior quantidade de pessoas idosas, nos grupos apresentados, são respectivamente: São Paulo (3,78%); Minas Gerais (1,80%) e Rio de Janeiro (1,5%). Em Goiás, o índice dessa população em análise é de apenas 0,47%.

Brasil e unidades da Federação	Grupos por idade		
	Total	60 a 69 anos	70 anos ou mais
Brasil	203.080.756	17.820.621	14.292.869
Rondônia	1.581.196	118.007	78.039
Acre	830.018	45.538	32.878
Amazonas	3.941.613	215.739	141.243
Pará	8.120.131	507.379	68.953
Amapá	733.759	37.479	24.437
Tocantins	1.511.460	104.386	84.535
Maranhão	6.776.699	447.639	374.322
Piauí	3.271.199	259.137	234.762
Ceará	8.794.957	672.897	617.636
Rio Grande do Norte	3.302.729	263.949	233.942
Paraíba	3.974.687	317.404	297.924
Pernambuco	9.058.931	724.940	607.219
Alagoas	3.12.683	203.17	179.049
Sergipe	2.210.004	163.089	131.520
Bahia	14.141.626	1.153.753	1.005.526
Minas Gerais	20.539.989	2.013.201	1.646.726
Espírito Santo	3.833.712	362.203	29.195
Rio de Janeiro	16.055.174	1.678.255	1.347.347
São Paulo	44.411.238	4.266.063	3.384.505
Paraná	11.44.380	1.069.300	823.820
Santa Catarina	7.610.361	688.604	495.789
Rio Grande do Sul	10.882.965	1.204.482	988.934
Mato Grosso do Sul	2.757.013	224.963	166.128
Mato Grosso	3.658.649	258.407	172.072
Goiás	7.056.495	555.696	408.721

FIGURA 7 – Tabela ilustrativa da população por grupos de idade variável dos estados brasileiros

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2022.

Dados do IBGE também mostram que o crescimento da população idosa com 60 anos ou mais, quase duplicou no período entre 2000 a 2023, passando de 8,7% para 15,6%. De uma população estimada de 15,2 milhões, alcançando o patamar de 33 (trinta e três) milhões neste período (IBGE, 2024).

Segundo estudos estatísticos do mesmo órgão, estima-se que em 2070⁸ cerca de 37,8% da população brasileira serão idosos, correspondendo a 75,3 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. A idade média da população brasileira em 2000 era de 28,3 anos, subindo para 35,5 anos em 2023, sendo a projeção desta idade para 2070 de 48,4 anos. Estas idades diferem nos estados, ficando o Rio Grande do Sul em primeiro lugar com a média de idade de 38,1 anos. Na sequência tem-se os estados do Rio de Janeiro (37,5 anos) e Minas Gerais (37,1 anos). Os estados mais jovens são da região Norte: Amapá (29,3 anos) e Roraima (28,7 anos).⁹

Ainda, seguindo as informações do IBGE (2024), com as novas políticas públicas sociais existentes no Brasil e os avanços da medicina, consta-se que a expectativa de vida tem aumentado de forma significativa. Em 2000, a média de idade era de 71,1 para 76,4 em 2023. Analisando baseado em gênero, os homens passaram de 67,3 anos para 73,1 entre as mulheres, passando de 75,1 para 79,7.

O mesmo levantamento apresenta o período da pandemia, sendo que, neste período, ocorreu um recuo na expectativa de vida de 76,2 anos em 2019 para 72,8 anos em 2021. No entanto, os estudos apontam para o indicador de aumento da esperança de vida da população, indicando que nas projeções atuais, para 2070 as

⁸ De 2000 a 2023, taxa de fecundidade do país recuou de 2,32 para 1,57 filho por mulher. Entre os estados, a taxa mais alta foi de Roraima (2,26) e a mais baixa, do Rio de Janeiro (1,39).

• Idade média em que as mulheres tinham filhos era de 25,3 anos em 2000, passou para 27,7 anos em 2020 e deverá chegar a 31,3 anos em 2070.

• Número de nascimentos por ano recuou de 3,6 milhões em 2000 para 2,6 milhões em 2022, e deve cair para 1,5 milhão em 2070.

• De 2000 a 2023, taxa de mortalidade infantil recuou de 28,1 para 12,5 óbitos por mil nascidos vivos. Esse indicador cairá para 5,8 em 2070.

• Esperança de vida ao nascer subiu de 71,1 anos em 2000 para 76,4 anos em 2023, e deve chegar aos 83,9 anos em 2070.

• De 2000 a 2023, proporção de idosos (60 anos ou mais) na população brasileira quase duplicou, subindo de 8,7% para 15,6%. Em 2070, cerca de 37,8% dos habitantes do país serão idosos.

• A idade média da população era de 28,3 anos em 2000, subiu para 35,5 anos em 2023 e deve chegar aos 48,4 anos em 2070.

• As Projeções de População orientam políticas públicas das três esferas de governo e permitem que o IBGE atualize as amostras de suas pesquisas domiciliares. **Disponível em:**

<https://agenciagov.ebc.com.br>. Acesso em: 22 maio. /2025

⁹ <https://agenciagov.ebc.com.br> /Acesso em: 22 maio. /2025

peessoas possam atingir 83,9 anos, sendo 81,7 anos para os homens e 86,1 anos para as mulheres.

2.2 Envelhecimento populacional na cidade de Goiânia

Localizada no planalto central brasileiro, na região Centro-Oeste do Brasil, o município de Goiânia, a capital do Estado de Goiás, segundo dados do último censo realizado no país em 2022, possui uma população de 1.437.331¹⁰ (Um milhão, quatrocentas e trinta e uma), na qual se inserem 216.513, pessoas idosas, representando aproximadamente 15% da população total da cidade, que abriga, também, uma população conhecida atualmente como super idosa ou quarta idade, totalizando 903 (novecentas e três) pessoas acima de 100 anos, conforme aponta o Censo IBGE¹¹. Destes centenários, 581 (quinhentos e oitenta e um) são mulheres e 322 (trezentos e vinte e dois) são homens. Observa-se que a disparidade entre eles corresponde a 28,7%, ou seja, enquanto a representatividade de mulheres é de 64,3%, a de homens equivale a 35,6%.

Sob a nova gestão, que assumiu a administração da prefeitura da cidade em 2025, uma nova estrutura administrativa foi implantada, descentralizando e se organizando em diversas secretarias e órgãos autônomos. Para o atendimento à população idosa, ficaram incumbidas a Secretaria de Coordenação de Políticas Públicas e a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, ambas voltadas à pessoa idosa e dentro da estrutura de cada uma delas foram inseridas em seu organograma, uma coordenadoria, uma superintendência e uma gerência.

Das estruturas governamentais do Estado, as secretarias que desenvolvem programas, projetos voltados para a pessoa idosa são: Secretaria da Educação; Secretaria da Saúde; Secretaria da Habitação; Assistência Social; Esporte e Lazer; Cultura. Os Conselhos de Direitos da pessoa idosa configuram-se como espaços coletivos de conquistas dos cidadãos, com a participação da população nos movimentos democráticos e com a descentralização do poder do Estado. Estes

¹⁰ IBGE | Cidades@ | Goiás | Goiânia | Pesquisa | Panorama censo 2022 | População. Acesso em: 08 ago. 2025.

¹¹ O Popular - Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/goias-tem-mais-de-900-pessoas-acima-de-100-anos-aponta-censo-ibge-3078376>. Acesso em: 05 ago. 2025.

espaços foram implementados a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que incentivou a participação da sociedade civil nos espaços das conferências e dos conselhos de direitos para discutir, planejar e avaliar as políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

O Conselho Municipal do Idoso (CMPI) de Goiânia¹², fundado em 2002, é composto por um colegiado com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de caráter paritário entre o governo e a sociedade civil. Em sua composição paritária, conforme o artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.747, de 28 de dezembro de 2007, estabelece oito titulares e oito suplentes das entidades governamentais e oito das entidades da sociedade civil, que desenvolvem trabalhos com a pessoa idosa.

Uma das funções do CPMI de Goiânia consiste em promover ações que venham atender as demandas da população idosa, entre estas, a realização de conferências com a participação de membros de outros conselhos, instituições voltadas ao atendimento da pessoa idosa, pesquisadores, bem como a comunidade em geral. Estas conferências referem-se aos espaços destinados a debates, articulações, procurando estabelecer estratégias de organização apontando caminhos de diálogos entre o governo e a sociedade civil, que indica as prioridades nas políticas públicas destinadas a este grupo, formando uma aliança para realização das metas determinadas. Estas conferências geralmente ocorrem a cada dois anos, sendo que em Goiânia, no ano de 2025 foi realizada a 2ª. Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema “Envelhecimento Multicultural e Democracia: urgência por equidade, direitos e participação”.

Nesta conferência ocorreu a realização de eleição de oito delegados que deverão representar a sociedade civil na conferência estadual, Os grupos de trabalhos foram divididos por eixos distribuídos por temas discutidos pelos integrantes dos trabalhos, a saber:

- ❖ Eixo 1: Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais.
- ❖ Eixo 2: Fortalecimento de políticas para a proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa.

¹² Fonte: informe recebido do Conselho Municipal da Cidade de Goiânia para a pesquisa de campo.

- ❖ Eixo 3: Proteção e Enfrentamento a todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa
- ❖ Eixo 4: Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices.
- ❖ Eixo 5: Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do estado brasileiro.

O encontro supracitado ocorreu no Centro Cultural e Social Oásis, situado na Rua Florianópolis, Qd. 14-167, Vila Paraíso, no dia 30/06/2025, tendo como Comissão Organizadora, segundo a Resolução 002/2025 do Diário Oficial do Município nº. 8560 do dia 17/06/2025, p. 385/386, as seguintes representações:

Número de representantes do governo: 04 (quatro)

- ❖ Secretaria Municipal de Educação
- ❖ Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
- ❖ Assistência Social e Direitos Humanos
- ❖ Secretária Municipal de Saúde

Número de representantes da sociedade civil: 04 (quatro)

- ❖ Arquidiocese de Goiânia;
- ❖ Pontifícia Universidade Católica de Goiás-GO
- ❖ Federação Espírita do Estado de Goiás
- ❖ Serviço Social do Comércio – SESC.

Número total de participantes na Conferência: 399 (trezentos e noventa e nove), sendo do total 66,7% idosos. Número total de participantes do governo na Conferência: 61 (sessenta e um). Número de participantes da sociedade civil na Conferência: 338 (trezentos e trinta e oito).

Apresenta-se, a seguir, os conceitos de políticas públicas, estado, sociedade, políticas sociais e suas aplicações nas instituições

2.2.1 O que vem a ser políticas públicas, estado, sociedade e políticas sociais

Para falar sobre políticas públicas, inicia-se trazendo alguns conceitos necessários para a compreensão de como foi a construção deste sistema utilizado pelos estados como forma de atender às diferentes demandas necessárias para o desenvolvimento humano, no qual o Estado está à frente na aplicação das políticas quer sejam sociais, econômicas, de saúde, entre outras. Seguindo na esteira da escrita, os conceitos de Estado e Sociedade farão parte do tópico que segue.

Abordando os conceitos de políticas públicas, necessário se faz, entender a trajetória para sua consolidação. Inicia-se abrindo um parêntese para definir e entender o que é o Estado e sociedade, como esta relação se constitui, sendo esta muitas vezes acompanhada de conflitos e reciprocidades. Esta forma de relação foi construída historicamente resultado de relações de força, e interesses, no qual, os objetivos são singulares para ambos os lados e se faz presente, embora de forma independentes, mas com subordinação. Neste sentido pode-se dizer que “[...] o Estado e a sociedade atuam como vias de mãos duplas, um está intrinsecamente ligado ao outro, onde quer que ambos atuem, sofrem influências e consequências para ambos os lados” (Pereira, 2021, p. 135).

Sabe-se, no entanto, que o Estado, conforme se apresenta, uma instituição verdadeiramente política, teve a participação da própria sociedade na sua formação, sociedade esta que também o mantém. Este movimento foi fortemente influenciado pelos religiosos no século XVII, utilizando os recursos do avanço da burocracia e o controle da sociedade civil, nas demarcações de fronteiras, facilitando o controle das informações, a cobranças de impostos, que gerou condições de aparelhamento do Estado inclusive com poder coercitivo diante da sociedade, o que Weber denominou de “Monopólio legal da Violência”, conforme citado por Potyara Pereira (2021).

Na antiguidade e idade média, este poder acreditava advindo de Deus, do criador, segundo a teologia. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino atuavam politicamente, e para eles o governo advinha de uma ordem celestial e não de natureza humana. Manuais de orientações para governantes surgiram neste período, incluindo manuais com objetivos determinados, como forma de auferir benefícios. Estudiosos da época, descreviam inclusive “[...] as qualidades que este governante

deveria possuir para governar o estado, deveria ser de boa linhagem e de sólida educação moral, além de serem possuidores de sentimentos de piedade, sabedoria, temperança e clemência” (Pereira, 2021, p. 137).

A mesma autora cita a obra de Erasmo - “A educação do príncipe cristão”, dedicada a Carlos V, na qual, o texto sugere que o príncipe é indicado por Deus a quem deverá prestar contas de suas decisões, e estes ensinamentos terão início desde a infância, como preparação para exercer a missão a ele destinada.

Neste mesmo século, Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo inglês, mais conhecido por seu livro “Leviatã” (Hobbes, 2019), no qual o citado autor aponta o governo como uma entidade artificial e não natural, em que o governante e o governo possuem posições distintas. Uma sociedade sempre ameaçada por guerras, em um permanente conflito, está presente nas entrelinhas de sua frase emblemática “[...] o verdadeiro lobo do homem era o próprio homem” (Hobbes, 2002, p. 03). Esta frase muito utilizada pelos escritores e pesquisadores foi citada em sua obra “Do Cidadão”, inspirada na peça teatral Grega de autoria de Tito Mácio Plauto (254–184 a.C) - *LA COMEDIA DE LOS ASNOS- ASINARIA* - “*Lobo es el hombre para el hombre, y no hombre, cuando desconoce quién es el otro. (Cuando una persona te es desconocida, pues es para ti, como un lobo, mas no un hombre)*” (Plauto. 211 a.C.- Ato II, Cena IV, verso 88 ou linha 495). Por conseguinte, Hobbes está ligado a conceitos como absolutismo, ordem, obediência e medo (Menezes Lopes, 2018).

Por sua vez, John Locke (1632–1704) elaborou uma concepção mais positiva sobre a natureza humana. Para Locke, no estado de natureza, os indivíduos são livres e dotados de razão, porém necessitam de um governo para resguardar seus direitos naturais — vida, liberdade e propriedade.

Nesse contexto, o contrato social não implica uma abdicação completa, mas sim uma delegação de poder condicionada. O Estado existe para proteger os direitos individuais; se deixar de cumprir esse papel, o povo conserva o direito de resistir e substituí-lo. Conforme Menezes Lopes (2018), Locke é reconhecido como o fundador do liberalismo político, e suas teses marcaram o constitucionalismo moderno e influenciaram a independência dos Estados Unidos.

Na visão de Jean-Jacques Rousseau (1762, 2011), em sua obra publicada em 1762, o Contrato Social seria um meio de deter a violência. Sem este contrato

que controlaria a sociedade, o homem retornaria a era medieval, onde imperava a violência, colocando em risco as conquistas sociais até aquele momento. Para este filósofo, o homem é por natureza bom, mas passível de se corromper, necessitando com isso de um Estado forte que venha garantir seus direitos. Seria, portanto, “[...] um acordo entre os cidadãos para consolidação da sociedade, abrindo caminhos para criação do Estado” (Rousseau, 2011, p. 23).

Ao sustentar que os homens nascem livres, mas são corrompidos pela convivência social, concebe-se que Rousseau (1762, 2011) elevou a discussão ao defender a igualdade e a soberania popular. Isto porque, o poder não reside no governante, mas no povo, que deve tomar parte ativa nas decisões políticas. Suas ideias constituíram o embrião da noção de democracia participativa e da cidadania ativa (Menezes Lopes, 2018).

Outros estudiosos do tempo deixaram seus escritos acerca do papel, da função e de ideais de formação do Estado, entretanto qual a necessidade da existência desta instituição que perdura até os dias atuais? Porque os seres humanos se organizam em sociedade e necessitam de uma instituição reguladora politicamente? Estas questões são levantadas por Potyara Pereira (2021) em sua obra “Políticas Sociais. Temas e questões”. Para essa autora, cumprir a função de Estado é uma árdua tarefa nas diferentes áreas de atuação como regras, controles de entradas, exercício do poder de autoridade, que se estabelece em constantes relações de antagonismos e reciprocidades, nos limites dos anseios de ambos (Pereira, 2021, p 143).

Várias definições existem e continuarão a existir enquanto pesquisadores continuarem a se debruçar sobre o tema, como também com as movimentações que acompanham a vida das sociedades de forma global. Potyara Pereira (2021) exemplifica questionando diferentes visões de Estado:

O Estado de Direito seria uma forma de organização política ideal ou uma prática de governos não totalitários? O que vem a ser Estado Liberal? Trata-se de um Estado progressista ou conservador? O que vem a ser Estado Social ou Bem-estar Social? Que ele produz bem-estar a todos os cidadãos que vivem sobre sua jurisdição? (Pereira, 2021, p. 143).

Observa-se, neste sentido, a complexidade na definição do termo – Estado de Direito, posto que não pode ser engessada, vista e analisada de forma linear, mas sim

com suas diferenças, principalmente quando o Estado de Direito é visto como basilar nas relações, que está voltado para o bem comum, para servir a todos de forma igualitária, quando muitas vezes está mais voltado para as classes abastadas que mantêm o poder perante este Estado.

Desta forma, mesmo sendo possuidor de uma autonomia que esta sociedade e as classes sociais lhe concerne, é primordial que este Estado para se legitimar e fortalecer sua base de sustentação, mantenha um bom relacionamento com estes que sustentam sua existência - os cidadãos. São estes indivíduos que, através de sua força de trabalho subvencionam o Estado de Direito, apesar da maioria dos próprios trabalhadores não possuírem este entendimento, que sem seu labor, o Estado não se sustenta, sendo fundamental para seu êxito, que sua atuação seja direcionada para toda população, sem distinção, e principalmente para as classes menos favorecidas, que necessitam mais da atuação do Estado, e não somente para as classes dominantes que, geralmente, tem prevalecido sob as classes dominadas e subalternizadas, de forma geral. Seguindo o próximo assunto será entendermos o que é sociedade.

Sociedade também é um conceito cuja definição é muito complexa. Segundo o dicionário Aurélio, dependendo do contexto cabe o termo "comunidade", "coletividade", "corpo social", "povo" ou "grupo social", em se tratando de contextos mais específicos, associação ou organização, pode usar termos como "associação", "agrupamento", "grêmio", "clube" ou "corporação" (Ferreira, 2014). Sociedade, para alguns autores, refere-se a um grupo de indivíduos em um espaço ou território específico. No estudo que aqui se apresenta, traremos a sociedade e sua relação com o Estado, que pode ser de reciprocidade ou antagonismos, partindo do princípio, de que a sociedade é muito mais que a soma de indivíduos, e toda atividade humana, mesmo individual é social (Pereira, 2021).

Esta construção de conceitos acerca do Estado e sociedade advém de séculos passados, da necessidade de se entender os caminhos percorridos para estruturação da vida neste espaço comum, a terra. Como o ser humano ao ser inserido a um determinado grupo, este, para manter a ordem, a paz, a segurança, deve estabelecer um contrato, no qual designam seus direitos a um soberano que lhe garantirá estes direitos. Assim, para Thomas Hobbes (1588–1679), o conceito de sociedade é uma composição de indivíduos que renunciam a certos direitos,

compondo um grupamento único sob a regência de um soberano. Segundo este filósofo inglês, “[...] a única maneira de instituir um poder comum [...] É conferir todo o seu poder e força a um homem, ou a uma assembleia de homens” (Hobbes, 2019, p. 109).

Émile Durkheim (1858–1917) já definia sociedade como uma instituição com a existência de leis próprias, sendo esta responsável pela imposição de leis, normas e valores dos indivíduos através do que ele denominou fatos sociais, fatos estes de natureza exterior, generalizados e com poder de coerção. “A sociedade é um sistema de forças que nos constrange a agir, pensar e sentir de determinadas maneiras” (Durkheim, 2007, p. 15).

Seguindo na esteira de estudiosos no tema, Jean Jacques Rousseau (1712-1778), definia sociedade como uma construção coletiva, na qual os anseios de todos deveriam ser contemplados e a garantia de liberdade de forma ampla, isto é, para todos os indivíduos. Para ele, o ser humano nasce com natureza boa, mas o meio o corrompe, mas este mesmo meio é capaz de regenerá-lo. “O homem nasce livre, e por toda parte encontra-se acorrentado” (Rousseau, 2011, p. 31).

Trazendo para uma interpretação mais recente, Potyara Pereira (2021), autora que apresenta o conceito de sociedade partindo de uma análise mais crítica, em que para a ela, a sociedade está intrinsecamente relacionada às estruturas de classes, aos processos de produção e reprodução social e as incoerências advindas do sistema capitalista. Para ela, a sociedade capitalista não é composta de forma harmoniosa, mas sim de um conjunto de relações sociais marcadas por desigualdades estruturais, principalmente em relação às classes sociais existentes como um todo, especialmente ao analisar a sociedade pelo viés do sistema capitalista, nos quais os conflitos entre os grupos sociais ocupam posicionamentos distintos no processo produtivo. Neste sentido, a sociedade deve ser entendida em sua totalidade concreta, isto é, um conceito dinâmico, contraditório e historicamente determinado. Ela afirma: “A sociedade deve ser apreendida como uma totalidade complexa e contraditória, marcada por relações sociais desiguais e com os antagonismos de classe, que estruturam as formas de organização da vida social” (Pereira, 2021, p.149).

Após apresentar alguns conceitos de estudiosos a respeito do tema em pesquisa, faz-se necessário indicar qual deles mais se aproxima desta reflexão, isto

é, o envelhecimento e as políticas públicas destinadas à população idosa. Vive-se atualmente períodos sombrios mundialmente, não ficando o Brasil fora deste contexto. Governos considerados de direita e extrema direita se proliferam e seus ideais são o Estado mínimo, as privatizações, o que ficou conhecido como neoliberalismo, sistema socioeconômico fundado no pós segunda guerra mundial, com a pretensão de atuação do governo como agente central nas negociações, focando no crescimento econômico e redução das desigualdades. Os aspectos importantes do neoliberalismo estão relacionados aos fatores: liberdade de atuação dos agentes privados, privatização de empresas e serviços estatais, redução dos impostos e; flexibilização do trabalho (Andrade, 2019).

Potyara Pereira (2001) assinala os efeitos desta política Neoliberal e seus resultados nas políticas públicas:

Com efeito, sob a égide do neoliberalismo, a política social, além de perder a sua já escassa prioridade na agenda dos governos, passa a submeter-se a uma racionalidade que a descaracteriza como política pública e a reduz a um receituário de ações pontuais, emergenciais e de baixo custo, repassadas, em grande parte, para a chamada sociedade civil (Pereira, 2001, p. 23).

O Brasil adota o sistema de governo Presidencialista, com a presença do estado e do capital privado. Entretanto, estávamos sendo governados anteriormente por um gestor que atuou com uma economia neoliberal que perdurou por sete anos, isto após ser governado por 16 (dezesesseis) anos pelo Partido dos Trabalhadores, que investiu em programas sociais. Este novo governo infelizmente veio para trabalhar para as classes dominantes, destruindo grande parte das políticas sociais implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores. O enfraquecimento do Estado e a presença forte do privado foram seus aliados constantes.

Segundo Jessé de Souza, em sua obra intitulada 'A Elite do Atraso' na qual, para ele, a escravidão mudou de nome, mas continua existindo pois segundo este autor, para classe dominante ela é necessária: A 'ralé' brasileira, composta de negros e mulatos pobres no pós-abolição, foi percebida como 'lixo humano' e tratada como tal. [...] A 'ralé' é o nosso 'segredo', a nossa 'verdade' que escondemos a sete chaves" (Souza, 2017, p. 131).

No entanto, a estrela voltou a brilhar, mas para sairmos deste governo de extrema direita que antecedeu o governo atual, foi necessário adotar um sistema de

coalizão com partidos conhecidos como de centro e de direita. Entretanto, apesar desta “parceria” para elegermos um governo social democrata, os embates ocorrem, permanentemente, com tentativas às vezes com êxito de cortes nas áreas sociais.

Em tal contexto, almejar governos que atuam no desenvolvimento social, que rejeita o neoliberalismo e as políticas antissociais deveria ser uma alternativa essencial para todas as sociedades ao redor desta nave terra, como Ailton Krenak (2019) escreve em seu texto “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”. Esta nave nos proporciona tudo, e um dia irá nos cobrar de volta o que dela fizemos. Esta ideia de nave, presume a existência de dentro e fora na relação com o cosmos. Neste sentido, nós não estamos na terra, nós somos a terra. Viemos dela da mesma forma que a natureza, os rios, as florestas, e para ela retornaremos, e aí está todo entendimento, a relação do ser humano com o local em que vivemos.

Neste sentido, uma sociedade apresenta cenários diversos e conflitantes, entretanto, viver em um estado democrático de direito, tendo a sociedade representada e respeitada, na qual as políticas públicas não sejam práticas de assistencialismo, mas um dever do Estado para com seu povo, razão de sua existência e o motor que o sustenta, tendo como um dos objetivos a diminuição das desigualdades pode ser um norte para a humanidade. As políticas públicas constituem o assunto a seguir, pois elas nascem dos anseios da sociedade e cabe ao Estado sua consolidação.

Nos tópicos anteriores foram apresentados os conceitos e construções das instituições Estado e Sociedade, pois sem ambos, as políticas públicas seriam inexistentes, pelo menos da forma nas quais se apresentam na atualidade. Será necessário também apresentar como foi construído este caminho, no qual a presença de ambos foi fundamental.

Por este aspecto, falar de políticas públicas e políticas sociais é fundamental entender que estas partem do Estado e são destinadas a sociedade formada por múltiplos grupos e indivíduos, cada um com suas características, habilidades, interesses, trajetórias de formação, competências e recursos. Essas pessoas interagem continuamente de maneira dinâmica e complexa, adotando comportamentos que buscam atender suas demandas particulares e específicas, e que os conflitos estão presentes, e deverão passar por procedimentos que visam

permitir uma convivência harmoniosa, pacífica. Políticas, conforme Arendt (2016, p.23), “[...] são procedimentos que visam permitir a convivência entre diferentes”.

Em outra conhecida obra da mesma autora, “A Condição Humana” (2018), ela aponta que a política nasce no espaço público, no qual os indivíduos se revelam uns aos outros por meio de ações e discursos. “A política trata da liberdade humana. [...] A liberdade é o espaço entre os homens, e não dentro deles” (Arendt, 2018, p. 144). Continuando na esteira do pensamento de Hanna Arendt, ela distingue três ações fundamentais para o ser humano que são, o trabalho voltado para sobrevivência, a criação de um mundo durável que seria a obra e a ação, ou seja, a interação entre pessoas livres e iguais. No entendimento de Arendt (2018), a ação política só é possível na pluralidade, ou seja, na convivência entre diferentes que compartilham um mundo comum, e o sentido da política está em agir em conjunto, respeitando a diversidade e construindo consensos sem apagar as diferenças

Nestes espaços de acolhimento, de vivência, de moradia, de convivência, são inúmeras definições, sendo que aqui são apresentadas as modalidades permitidas e sugeridas pelo Estatuto da Pessoa Idosa e pela Política Nacional da Pessoa idosa, que são quatro: Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILP), Nas Casas-Lares, Centro Dia e Centro de Convivência, que serão abordadas ao longo do texto, a presença das diferenças e da diversidade é notória, entretanto aprender a lidar com estas peculiaridades, é um dos pilares centrais e fundamentais, pois é inerente ao ser humano, e como o espaço é público, necessário se faz aprender a respeitar as singularidades individuais. “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt, 2018, p. 16).

Assim, as políticas públicas não devem ser destinadas a um grupo seletivo, mas a quem dela se fizer necessário, sendo que, nesta construção política, o governo ou o Estado atua em diferentes áreas, sendo compreensível que o conceito de políticas públicas corresponde a toda e qualquer ação governamental, citando aqui como exemplos de políticas públicas: política econômica, ambiental, de saúde, infraestrutura, de educação, entre outras. Já as políticas sociais são também uma modalidade de políticas públicas, que visam o bem-estar do cidadão, lidando diretamente com questões sociais, como a desigualdades e vulnerabilidades.

Segundo Marilda lamamoto (2011), "Às políticas sociais, como decodificações da 'questão social', expressam o reconhecimento e a legitimação que o Estado realiza das necessidades sociais dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que buscam preservar os interesses do capital" (lamamoto, 2011, p. 287).

Neste sentido, as instituições elencadas nesta tese, como campo de pesquisa na cidade de Goiânia, são exemplos de políticas públicas e sociais resultantes de anseios e necessidades da população idosa que aumenta de forma progressiva. Cada uma destas corporações tem seu papel no atendimento à pessoa idosa, seguindo critério estabelecidos, com propostas para suprir os anseios dos usuários, da mesma forma que atualizam conforme esta própria comunidade solícita como também seus dirigentes percebem e são instigados por resultados em instituições semelhantes.

As novas tecnologias são um exemplo de atividades atualizadas e que têm recebido demanda devido ser quase impossível viver sem utilizá-las, e estas se modernizam todos os dias, com isto, aulas de computação, uso de *WhatsApp*, redes sociais, em geral, fazem parte do cotidiano das pessoas idosas.

2.2.1.1 Conceitos fundamentais de políticas públicas sociais

As políticas públicas sociais representam um conjunto de ações e decisões governamentais voltadas para a promoção do bem-estar social e a garantia de direitos básicos à população. Elas se distinguem das políticas públicas em geral por seu foco explícito na redução das desigualdades e na proteção social. A literatura brasileira sobre o tema é vasta e conta com importantes contribuições para a sua definição e análise como: Potyara Amazoneida P. Pereira - Política Social: temas & questões (2021); Marilda Villela lamamoto - Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social (2011); Sônia Miriam Draibe – O *Welfare State* no Brasil: características e perspectivas (1993).

Políticas públicas são o campo do conhecimento que estuda as ações do Estado e suas relações com a sociedade (Souza, 2006). No contexto das políticas sociais, essas ações visam a intervenção estatal para mitigar problemas sociais e promover a inclusão. Elisabeth Raquel Behring e Ivanete Boschetti (2007), em sua obra "Política Social: fundamentos e história", abordam a política social como um conjunto de intervenções que buscam assegurar o exercício de direitos e a proteção

social. “A política social é um campo de intervenção do Estado que busca responder às demandas sociais, garantindo direitos e promovendo a proteção social” (Behring; Boschetti, 2007, p.25).

Para Celina Souza (2006), existem quatro modalidades de políticas públicas sociais, a saber:

- a) **Políticas Distributivas:** Beneficiam grupos específicos da população, como programas de infraestrutura local ou políticas de cotas.
- b) **Políticas Redistributivas:** Visam a redistribuição de recursos e serviços de forma mais equitativa, como programas de transferência de renda (ex: Bolsa Família).
- c) **Políticas Regulatórias:** Estabelecem normas e regras para o comportamento de indivíduos e instituições, buscando organizar processos sociais e econômicos. (ex: Regulamentação ambiental, Planos de saúde, medicamentos, financeiros-bancos).
- d) **Políticas Constitutivas:** Definem as regras do jogo político, ou seja, as normas que regulam a criação e implementação de outras políticas públicas. (ex: reforma administrativa, criação de novo ministério).

A história aponta como foi a construção das políticas sociais no mundo, um caminho que foi necessário ser trilhado por diversos países, pois esta não acontece somente no Brasil. Seguindo, abordarei de forma sucinta, como iniciou-se esta prática que perdura até os dias atuais, e a necessidade desta continuidade.

Historicamente, as políticas sociais estão intrinsecamente ligadas à evolução das sociedades e à forma como os Estados passaram a intervir para mitigar as desigualdades e garantir o bem-estar de seus cidadãos. Segundo Justiniano; Souza; Rodrigues (2024), embora ações de auxílio aos necessitados existam há séculos, o conceito moderno de políticas sociais e, em particular, o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), consolidou-se a partir do final do século XIX e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial.

Os primeiros indícios de legislação voltada à pobreza podem ser encontrados na Grã-Bretanha, no século XIV, com as Leis dos Pobres, que podem ser

consideradas precursoras das políticas sociais. No entanto, foi no século XIX, com a Revolução Industrial e o surgimento de novas questões sociais decorrentes da crescente urbanização e das condições precárias de trabalho, que a necessidade de intervenção estatal se tornou mais evidente (Scortegagna; Oliveira, 2020).

As Leis dos Pobres evoluem juntamente com a evolução do Estado. Estas leis foram se modificando de acordo com a organização social, desde o sistema feudal até o liberalismo. O Estado moderno, com aparato teórico a partir dos contratualistas (Hobbes, Locke, Rousseau), representa a necessidade de legitimar a ordem social. A questão da propriedade determina o limite entre a pobreza e a riqueza. Com a ascensão da burguesia no século XVII, inicia-se um período de modificação e modernização nos modos de produção (Scortegagna; Oliveira, 2020, p. 4).

Inicialmente estas práticas estavam atreladas ao assistencialismo, sem garantia efetiva de direitos e quando surgiram as primeiras leis voltadas à pobreza, que, embora pioneiras, eram mais punitivas do que assistencialistas. O século XIX é marcado pelo avanço do capitalismo e pela intensificação das lutas sociais dos trabalhadores em busca de direitos. A partir do século XX, as políticas sociais passaram a estar intrinsecamente ligadas aos contextos liberal e neoliberal.

Os princípios neoliberais, que ingressaram no Brasil no começo da década de 1990, foram determinantes para a formulação de uma política econômica orientada à rentabilidade, em detrimento dos progressos sociais (Silva Jacques, 2022). Concebe-se que tal fenômeno acarreta implicações muito graves para o sistema de proteção social brasileiro e, por conseguinte, para as políticas que o integram. Isso se deve ao fato de que a predominância dos valores de mercado provoca um impacto nocivo na garantia dos direitos coletivos e nas políticas sociais.

No Brasil, a adoção dos princípios neoliberais foi condicionada por especificidades históricas e políticas, sendo afetada por elementos como o processo de industrialização e a evolução do capitalismo dependente (Santos; Acosta, 2026). Considera-se que o *Welfare State* teve papel central na formulação de políticas sociais no país, embora seu percurso tenha apresentado desafios e retrocessos.

Observa-se que o modelo estatal tem como propósito atenuar as desigualdades e prover uma rede de proteção aos mais vulneráveis, manifestando um compromisso com a justiça social e o desenvolvimento mais equitativo, apesar de sua concepção enfrentar obstáculos relevantes. Soares (2020), por exemplo, ilustra essa

visão ao problematizar a efetividade do Estado de bem-estar no Brasil, diante da persistente marca das desigualdades e da exclusão de minorias e das camadas mais pobres.

No contexto nacional, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, registraram-se progressos nas políticas sociais brasileiras, decorrentes da criação de um novo sistema de proteção social alicerçado em direitos de cidadania, com feições universais e inclusivas, em oposição ao modelo de natureza contributiva e excludente (Santos; Acosta, 2026). Nesse sentido, pode-se entender que a consolidação do Estado de bem-estar social constitui um processo prolongado ao longo de amplo período histórico, marcado por distintos marcos de transformação social e política, culminando no fim da limitação da assistência social pública a ações pontuais e descentralizadas.

2.2.1.2 O envelhecimento populacional e seus desafios para as políticas sociais no Brasil

O Brasil tem vivenciado, como já foi citado anteriormente, uma rápida transição demográfica, caracterizada pela diminuição das taxas de natalidade e fecundidade e pelo aumento da expectativa de vida. Esse cenário resulta em uma população progressivamente mais envelhecida, com um impacto direto sobre a sustentabilidade e a adequação das políticas sociais existentes.

Na perspectiva da transição demográfica, o envelhecimento populacional constitui uma realidade de escala global que se caracteriza, simultaneamente, pelo aumento da expectativa de vida e pela queda da fecundidade; isto é, por tendências que, juntas, resultam em uma grande quantidade de pessoas idosas e em significativa redução de crianças e jovens. Tal fenômeno, por sua vez, gera uma transição demográfica que modifica a interpretação da pirâmide populacional (Camarano, 2014).

A transição demográfica e suas consequências são alardeadas com preocupação por gerarem mudanças no padrão de transferência de recursos públicos e privados, bem como por promoverem a associação mecânica entre envelhecimento e dependência. Isso porque o declínio da fecundidade acarreta, a médio e longo prazos, a redução da população nas idades produtivas (potenciais contribuintes e

cuidadores). Por outro lado, a diminuição da mortalidade nas idades avançadas resulta em aumento no número de anos vividos pelos/as idosos/as (Camarano, 2014) *apud* Abigailil, 2024).

Segundo Scortegagna e Oliveira (2020), em seu artigo "Política social: de sua gênese ao contexto brasileiro", embora focando na gênese da política social, apontam para um problema crucial decorrente dessa transição demográfica:

O aumento significativo de idosos, a diminuição das taxas de natalidade e consequentemente a diminuição de jovens gera um grave problema. Por um lado, a quantidade de trabalhadores está diminuindo, por outro a condição de sobrevivência dos idosos se agrava, levando muitos deles novamente ao mercado de trabalho. Além disso, a falta de estrutura para atendimentos de saúde e assistência e as péssimas condições de sobrevivência refletem num dos maiores problemas sociais atuais: o idoso, que não trabalha e que necessita da previdência social, representando altos gastos para o governo (Scortegagna; Oliveira, 2020, p. 07).

Essa observação das autoras ressalta a complexidade do desafio. A redução da força de trabalho ativa, combinada com a crescente demanda por serviços de saúde, assistência e previdência social por parte de uma população idosa em expansão, cria uma pressão significativa sobre os orçamentos públicos e a capacidade de resposta do Estado. A necessidade de muitos idosos retornarem ao mercado de trabalho, muitas vezes em condições precárias, evidencia a insuficiência das políticas de proteção social e a fragilidade de sua condição econômica. No Brasil, segundo Scortegagna e Oliveira (2020), as políticas sociais implementadas não conseguem atingir o objetivo fundamental de combater a pobreza de forma efetiva. Em vez disso, elas se caracterizam por serem ações paliativas e compensatórias, o que sugere uma abordagem que não resolve as causas estruturais da pobreza, mas apenas mitiga seus efeitos mais imediatos.

Apesar dos desafios impostos pelo envelhecimento, o Brasil tem construído um arcabouço legal e institucional que representa um avanço para a proteção dos idosos, embora com lacunas. No que tange às políticas internacionais para o tratamento da pessoa idosa, o Brasil participa como signatário de acordos com um robusto arcabouço jurídico, composto tanto por instrumentos de natureza vinculante (*hard Law*) quanto por documentos e resoluções (*Soft Law*), através de um Sistema Internacional de Proteção aos Direitos da Pessoa Idosa, refletindo o compromisso do

Estado com a promoção do envelhecimento digno e a erradicação do idadismo através de diversos instrumentos.

Dentre os tratados ratificados pelo Brasil que possuem aplicação direta ou transversal à pessoa idosa, destacam-se:

a) **Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador):** Ratificado pelo Brasil por meio do Decreto nº 3.321/1999, este instrumento é pioneiro ao dedicar o seu Artigo 17 especificamente à "Proteção dos Idosos". O dispositivo estabelece o compromisso dos Estados em fornecer instalações adequadas, alimentação e cuidados médicos especializados para pessoas idosas que careçam de meios de subsistência.

b) **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD):** Promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, esta convenção possui status de emenda constitucional no Brasil (conforme o Art. 5º, §3º da CF/88). Embora voltada às pessoas com deficiência, sua aplicação é fundamental ao envelhecimento, dada a alta prevalência de deficiências adquiridas na velhice, garantindo acessibilidade, autonomia e proteção contra a exploração.

c) **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC):** Ratificado pelo Decreto nº 591/1992, protege o direito à seguridade social e a um padrão de vida adequado, essenciais para a população idosa.

d) **Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas (OEA, 2015):** Este é o instrumento mais específico e abrangente sobre o tema. O Brasil é signatário da convenção desde 2015. Contudo, até meados de 2026, o texto encontra-se em fase final de tramitação legislativa para ratificação plena (PDC 863/2017), aguardando aprovação pelo Congresso Nacional para sua definitiva incorporação ao direito interno com *status* constitucional.

Além dos tratados, o Brasil é signatário de importantes documentos que orientam as políticas públicas nacionais, a exemplo dos Instrumentos Programáticos e Declarações (*Soft Law*), a saber:

a) **Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas (Resolução 46/91 da ONU, 1991):** Estabelece cinco pilares fundamentais: independência, participação, assistência, autorrealização e dignidade.

b) **Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (2002):** Resultado da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, define estratégias globais para lidar com o envelhecimento populacional no século XXI.

c) **Declaração de Brasília (2007) e Carta de San José sobre os Direitos das Pessoas Idosas da América Latina e do Caribe (2012):** Documentos regionais que reforçam a necessidade de uma convenção internacional vinculante e a proteção contra a violência patrimonial e física.

No Brasil especificamente, uma das primeiras conquistas foi através da Constituição Federal de 1988 que, ao estabelecer a seguridade social como um direito universal, foi um marco fundamental. Posteriormente, a Lei nº 8.842 de 1994, instituiu a Política Nacional do Idoso (PNI), que visava assegurar os direitos sociais do idoso e promover sua autonomia e participação. Um avanço ainda mais significativo foi a promulgação da Lei nº 10.741, de 2003 o Estatuto do Idoso, que passou a ser denominado Estatuto da Pessoa Idosa devido a alteração da lei em 2022 - Lei 14.423 de 2022.

Observa-se, entretanto, que este desenvolvimento de políticas públicas destinadas a pessoa idosa, caminhou a passos lentos, o que pode ter acarretado as dificuldades de lidar com este processo pelo qual o país vive atualmente, isto é, um grande número de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, que necessitam da atuação do Estado, e este ainda está construindo, discutindo as necessidades que vem surgindo com este novo quadro social. A presença de médicos geriatras nos planos de saúde era incipiente, somente recentemente este quadro aumentou. Acessibilidade nas cidades, atendimentos domiciliares, casas lares, centros de convivência, enfim, apoios que viriam mitigar também continuam em fase de implantação e ampliação em algumas cidades, como é o caso de Goiânia.

O Estatuto da Pessoa Idosa detalha os direitos dos idosos em diversas áreas, como saúde, assistência social, previdência, transporte e moradia, reforçando o dever da família, da sociedade e do Estado em garantir a proteção integral a essa população. No entanto, a efetivação dessas políticas enfrenta obstáculos. Estudos apontam para

a morosidade na implementação e a persistência de desigualdades no acesso aos serviços e benefícios. A questão da proteção social para idosos em situação de dependência, por exemplo, é um ponto crítico que demanda aprimoramento contínuo das políticas existentes.

A construção das políticas públicas para a pessoa idosa no Brasil foi, e continua sendo, um processo no qual houve o engajamento de diversas etapas e a participação de múltiplos atores sociais. Segundo o Estatuto do Idoso, "[...] a política de atendimento ao idoso far-se-á através do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (Brasil, 2003, p. 1). Esse conjunto de ações visa garantir os direitos sociais dos idosos, promovendo sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Nesse contexto, a Política Nacional do Idoso (PNI), instituída pela Lei nº 8.842/1994, tornou-se um marco importante ao estabelecer as diretrizes para a formulação e implementação de ações voltadas para a promoção do envelhecimento saudável e da qualidade de vida dos idosos. De acordo com a PNI, "[...] cabe ao poder público assegurar à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade" (Brasil, 1994, p. 2).

Além disso, a criação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, tanto em nível nacional quanto estadual e municipal, é uma estratégia fundamental para a efetivação dessas políticas. Esses conselhos têm a função de "supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Nacional da Pessoa Idosa" (Brasil, 2023, p. 3), garantindo que as ações sejam implementadas de forma eficaz e que os direitos dos idosos sejam respeitados. Para a sua efetivação torna-se necessário observar os seguintes passos:

Mobilização da Comunidade; elaboração de anteprojeto com a participação da comunidade e com representantes; encaminhamento do anteprojeto a autoridade local - no caso Municipal ao Prefeito cabendo a este o encaminhamento ao Legislativo, estadual ao Governador e Federal ao Presidente ou Ministro ou Secretário Executivo da Pasta dos Direitos da Pessoa Idosa; aprovação pelo órgão competente; eleição dos Representantes da Sociedade Civil; posse dos Integrantes e elaboração e aprovação do regimento interno; eleição do Presidente e Vice-presidente; estruturação do Conselho; Infraestrutura logística e financeira; funcionamento do Conselho (Brasil, 2022, p. 69).

A participação da sociedade civil também é essencial nesse processo. Movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades de classe têm desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos dos idosos e na promoção de políticas públicas inclusivas. "[...] a mobilização social é um elemento chave para a construção de políticas públicas que atendam às necessidades reais da população idosa" (Alcântara, 2023, p. 151).

A efetivação e a construção das políticas públicas para a pessoa idosa no Brasil são sempre precedidas de um processo complexo e multifacetado, que requer a colaboração de diversos atores sociais e a implementação de ações articuladas em diferentes níveis de governo. A concretização das políticas públicas é fundamental para garantir um envelhecimento digno e saudável para todos os cidadãos. Desse modo, a implantação da PNI emerge orientando e pavimentando caminhos para a criação dos conselhos estaduais e municipais, servindo como ferramentas fundamentais de participação e controle social, na promoção dos direitos de cidadania e qualidade de vida da pessoa com idade avançada. Estes conselhos são instituições criadas a partir da lei acima supracitada, que devem integrar a estrutura dos poderes executivo, estadual, municipal ou distrital. Possui poder de decisão, podendo com isto, propor ações, acompanhar e avaliar as políticas públicas destinadas à pessoa idosa. Os conselhos devem ser constituídos em números iguais de representantes do governo e da sociedade civil. Cabe a este conselho:

Art. 34¹³. Ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019. Nova redação dada pelo Decreto Nº 11.483, de 6 de abril de 2023 – Art. 2º.

Art. 2º Ao CNDPI compete:

I - Propor as diretrizes, os objetivos e as prioridades da Política Nacional da Pessoa Idosa;

II - Supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Nacional da Pessoa Idosa, na forma do disposto no art. 7º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994;

III - apoiar os conselhos e os órgãos estaduais, distrital e municipais dos direitos da pessoa idosa e as entidades não governamentais, de modo a efetivar os direitos estabelecidos pela Lei nº 10.741, de 2003;

IV - Acompanhar as políticas estaduais, distrital e municipais da pessoa idosa e a atuação dos conselhos estaduais, distrital e municipais dos direitos da pessoa idosa;

V - Fiscalizar e propor, quando necessário, modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento da pessoa idosa;

¹³ Revogado pelo Decreto Nº 11.483, de 6 de abril de 2023 – Nova redação - Art. 2º: Disponível em: [https:// www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-idosa](https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-idosa). Acesso em: 26 nov. 2024.

- VI - Apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos da pessoa idosa, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentado ou violação desses direitos;
- VII - Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária da União e recomendar alterações necessárias à consecução de ações para a promoção dos direitos da pessoa idosa;
- VIII - Elaborar o seu regimento interno, no qual será definida a forma de indicação do seu Presidente e do seu Vice-Presidente;
- IX - Gerir o Fundo Nacional do Idoso e estabelecer os critérios para sua utilização;
- X - Acompanhar e avaliar a expedição de orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.741, de 2003, e dos demais atos normativos relacionados à promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa;
- XI - Promover a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil na formulação e na execução da Política Nacional da Pessoa Idosa;
- XII - Propor o desenvolvimento de sistemas de indicadores, em parceria com órgãos e entidades, públicos e privados, nacionais e internacionais, com vistas a estabelecer metas e procedimentos com base nesses índices, para monitorar as atividades relacionadas à Política Nacional da Pessoa Idosa;
- XIII - Realizar estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos de promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, desenvolvidos pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- XIV - Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede nacional de órgãos colegiados regionais, estaduais, distrital e municipais, com vistas a fortalecer a promoção e a defesa dos direitos da pessoa idosa (Brasil, 2023).

Os estados e municípios também devem instituir seus conselhos. O Ministério Público de Goiás possui um trabalho importante na defesa dos direitos da pessoa idosa. Promove encontros com conselhos, ministra formação de agentes na própria instituição com cursos de Ensino a Distância (EaD). Possui em sua plataforma um *e-book* de orientações. Segue aqui, de forma resumida, os passos necessários para criação de um Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMPI).¹⁴

1º Passo - Reunião do Ministério Público com o prefeito para explanar a importância deste órgão de controle social;

2º Passo - Caso a implantação do Conselho não faça parte do plano de governo do prefeito, o promotor de Justiça poderá mobilizar e sensibilizar a sociedade civil, o Poder Legislativo (Câmara de Vereadores) e secretarias municipais visando criar uma Comissão Organizadora para realizar uma Audiência Pública ou um encontro para discutir a Política Municipal para o Idoso e a Criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;

3º Passo - A comissão organizadora pode solicitar apoio ao Conselho Estadual dos Direitos do Idoso para ser parceiro na organização e execução do evento;

4º Passo – Realização do evento;

5º Passo - No encerramento do evento, poderá ser formada uma nova comissão, com as pessoas presentes, visando à elaboração do anteprojeto

¹⁴Disponível em: https://www.mpgo.mp.br/portal/arquivos/2021/10/08/16_09_51_892_E_book_Conselho_do_Idoso.pdf/. Acesso em: 26 nov. 2024.

de lei para a criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e do Fundo;

6º Passo - Após conclusão do anteprojeto, no âmbito da comissão, sugere-se que a sua versão final seja submetida à aprovação da Câmara dos Vereadores para que o legislativo municipal possa apresentar sugestões de caráter jurídico. Também pode ser realizada a apresentação do anteprojeto aos diferentes setores sociais para a legitimação da comunidade local, o que poderá ocorrer por meio de um novo encontro; 23

7º Passo - O anteprojeto deverá ser encaminhado pela comissão ao prefeito, pois cabe ele a iniciativa de envio deste documento ao Legislativo;

8º Passo - Acompanhamento, pela comissão, da tramitação do projeto no Executivo Municipal e, principalmente, na Câmara Municipal, sensibilizando os vereadores sobre os benefícios da criação do Conselho e do Fundo Municipais de Direitos da Pessoa Idosa para atender as necessidades da população idosa e, sobretudo, exercendo pressão para que a lei que criará o Conselho não seja desviada de seu objetivo.

9º Passo - Aprovada a Lei de criação do Conselho e do Fundo Municipais de Direitos da Pessoa Idosa, o Conselho deverá ser formado, seguindo a previsão legal. Os representantes do poder público (governamental) deverão ser indicados pelo prefeito, dentre seus servidores ativos; entretanto, em relação à escolha dos representantes da sociedade civil (não governamental), será preciso organizar um encontro/fórum para eleger, por meio do voto, as entidades que comporão o Conselho. Esta eleição deverá ser precedida de ampla divulgação de suas regras: data, local, horário, público votante, inscrição de candidaturas, processo eleitoral (modo de votação – eletrônica ou manual -, apuração, proclamação do resultado) etc.

10º Passo - Definidos os representantes governamentais (indicados pelo prefeito) e os não governamentais (eleitos pela sociedade civil organizada), o prefeito deverá publicar um Decreto ou Portaria efetuando a nomeação destes.

11º Passo - É necessário marcar data específica para a instalação oficial do Conselho, com uma primeira capacitação de seus integrantes, antes da assunção de tão importante missão.

12º Passo - Recomenda-se que a instalação do Conselho seja um evento amplamente divulgado e festejado, visando dar conhecimento à comunidade local da existência de um órgão superior de defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa.

13º Passo - Após instalado o Conselho e empossados os seus conselheiros, deverá ser marcada uma plenária para elaboração e aprovação do Regimento Interno (Goiás, 2021).

Atribuições do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa?

- Supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, zelando pela sua execução;
- Elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito à população idosa;
- Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal 8.842/1994, a Lei Federal 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e legislação pertinente de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas (Goiás, 2021).

Fora do Brasil, também existem movimentações relacionadas ao envelhecimento, como a programação ocorrida em 2002, na cidade de Madri com a realização da II Assembleia Mundial sobre envelhecimento, sendo aprovado o Plano

Internacional do Envelhecimento, visando orientar medidas normativas sobre o tema no século XXI. Este plano contou com a participação ativa de pessoas idosas da sociedade civil, no desenvolvimento, e erradicação da pobreza, promoção de saúde, qualidade de vida, enfim, um programa voltado para um bom envelhecimento.

Voltando ao Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa – Lei 10.741/2003, garante os direitos fundamentais das pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, como está explícito nos Artigos 1º e 2º como: direito à vida, o direito à saúde, mediante políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade, além de assegurar no art.3º os deveres do Estado, da família e da sociedade como um todo.

Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos
Art 02- a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2003).

Foi através da promulgação da lei supra mencionada, a qual orientou a implementação das modalidades de instituições não asilares de atendimento, que representam uma verdadeira novidade, sob a Lei nº 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), e institui o Conselho Nacional do Idoso¹⁵. Esta

¹⁵ Os conselhos de direitos da pessoa idosa são órgãos criados por lei e devem integrar, obrigatoriamente, a estrutura do poder executivo estadual, distrital ou municipal. Como órgãos superiores permanentes, deliberativos e paritários (art. 6º da Lei 8.842 de 04/01/1994), os conselhos devem estar livres de qualquer condição de subordinação de caráter clientelístico, partidário e político. Sua natureza deliberativa significa que o colegiado tem autoridade e competência para intervir, formular, propor alterações, acompanhar, e avaliar as políticas públicas e ações privadas destinadas ao atendimento da pessoa idosa, incentivar e/ou propor, junto aos poderes e autoridades competentes, a criação dos fundos especiais da pessoa idosa em sua instância político-administrativa. Já a natureza paritária significa que o conselho deve ser constituído por igual número de representantes do governo e da sociedade civil local. Com estas características os conselhos constituem espaços propícios para o exercício da participação direta e do controle democrático das políticas destinadas ao atendimento da pessoa idosa. (Brasil). Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. QUER UM CONSELHO? Guia Prático para Criação de Conselhos, 2022, p.13).

aprovação foi resultado do processo participativo que teve seu início no Fórum Nacional dos Idosos em 1989 (Alcântara, 2023, p.151).

Essa lei teve como principais articuladores as entidades civis, destacando-se a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e as entidades técnicas, como a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). A finalidade da lei é assegurar os direitos sociais do idoso (Alcântara, 2023, p. 360).

O Dia do Idoso, comemorado anualmente no dia 1ª de outubro, foi instituído pela Lei 11.433 de 2006, com o intuito de coincidir com as comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1990. Também foi criado o Disque Idoso pela Lei nº. 11.551/2007, que atualmente atende como “Disque 100”, na ouvidoria dos Direitos Humanos.

No ano de 2010 é promulgada a Lei Nº 12.213/2010 que institui o Fundo Nacional do Idoso. Esta lei, autoriza a dedução do Imposto de Renda a pessoas físicas e jurídicas que realizarem doações ao referido fundo. Já o Direito à Educação coube à Lei Nº. 13.535/2017, que definiu que as instituições de ensino superior devem oferecer atividades destinadas às pessoas idosas, cursos e programas de extensão, presenciais e a distância, tanto ensino formal como não formal.

Pessoas idosas portadoras de doenças graves têm prioridade na tramitação nos processos judiciais e procedimentos administrativos, pela Lei Nº, 12.008/2009, como também a Lei de Nº 13.466/2017, uma prioridade maior para pessoas acima de 80 anos. A obrigatoriedade de comparecimento da pessoa enferma perante os órgãos públicos foi vedada perante a Lei Nº. 12.896/2013, assegurando também o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), assegurando também o laudo de isenção tributária.

Em relação aos crimes contra a pessoa idosa, o Ministério Público é o titular das ações penais públicas incondicionadas, decorrentes da prática de crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa. O Estatuto definiu que àqueles, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal (Espírito Santo/ES, 2023).¹⁶

¹⁶ Construção do Estatuto da Pessoa Idosa. Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – Memp1 Vitória, outubro/2023). Disponível em: <https://mpes.mp.br/ceaf/wp-content/uploads/sites/6/2023/12/A-CONSTRUCAO-DO-ESTATUTO-DA-PESSOA-IDOSA-1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Políticas públicas é um tema sempre em discussão para atualizar e aprimorar sua eficácia. Neste sentido, foi realizado o Seminário coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), em parceria com a Fiocruz, em Brasília, cujo tema foi “O amanhã é hoje. O futuro é agora”, e contou com a participação de especialistas e da sociedade civil. Foram discutidos caminhos para novas políticas públicas destinadas à população idosa, como também discussão acerca das políticas já existentes e suas eficácias.

Foi apresentado o programa Envelhecer nos Territórios, uma nova política implementada pelo MDHC, que terá a abrangência de 50 municípios do país, com a finalidade de garantir mais dignidade a 114 mil pessoas idosas. Esta política visa formar agentes de direitos que irão realizar visitas domiciliares fortalecendo uma rede de proteção social local, a saber:

Envelhecer nos Territórios’ formou, desde que foi lançado, 390 agentes em 13 municípios do país, chegando a cerca de 80 mil idosos. Agora ampliado para 50 municípios brasileiros, a iniciativa conta com 180 agentes em formação para atuação nos territórios até o fim de 2024, passando de 78 mil idosos assistidos na primeira fase – com treze municípios escolhidos com base nos indicadores de privação socioeconômica, desigualdade social e envelhecimento populacional – para mais 36 mil pessoas idosas a serem cobertas pelo Programa. A expectativa é de que a ação atinja municípios com menos de 10 mil habitantes nos seguintes estados: Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia, no Nordeste; Minas Gerais, no Sudeste; Tocantins, na região Norte. Além dessas regiões, dois municípios, em Breves e Curralinho, no Pará, municípios com 100 mil e 30 mil habitantes, respectivamente, também receberão a política pública (Brasil, 2024).¹⁷

Outra ação apresentada foi o anúncio da publicação da portaria nº 355 de 13 de junho de 2023 que instituiu o grupo de trabalho para o Enfrentamento à Violência Financeira e Patrimonial contra a Pessoa idosa, visto este grupo estar sendo vítima de golpes fraudulentos em empréstimos consignados, entre outros.

Educação para Toda a Vida¹⁸, projeto que visa atender as pessoas com 60 anos ou mais no direito à educação e ao envelhecimento com dignidade e cidadania,

¹⁷ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/acoes-do-governo-federal-promovem-envelhecimento-ativo-saudavel-e-com/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

¹⁸ Projeto Educação para Toda a Vida — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/acoes-e-projetos/projeto-educacao-para-toda-a-vida>. Acesso em: 27 nov. 2024.

será desenvolvido através da parceria com as secretarias de Educação e Universidades.

Para auxiliar o melhor acesso às novas tecnologias, está em andamento o Projeto Viva mais Cidadania Digital¹⁹, que irá propiciar aos idosos a educação digital e midiática, evitando assim que estes sejam envolvidos em ações fraudulentas.

Ainda na esteira dos projetos existentes para as pessoas idosas, tem-se o Projeto Viva Mais Periferia²⁰ e Vida Digna em casa²¹. A finalidade do primeiro refere-se a fornecimento de equipamentos de apoio assistencial para pessoas acamadas e residentes nas periferias brasileiras. Já o segundo consiste em promover ações de auxílio nos cuidados da pessoa idosa acamada domiciliar, visando a diminuição da internação da pessoa idosa. Contará com a participação coletiva com outros órgãos de estrutura governamental.

Uma cartilha de apoio à pessoa idosa²² e o Curso de Desenho Universal²³, curso este na modalidade virtual, que dispõe de quatro módulos e desenvolve competências entre pessoas idosas e agentes locais voltados a este público, de forma a compreenderem as implicações práticas da aplicação dos princípios do Desenho Universal.

Apresenta-se, a seguir, de forma detalhada, as particularidades de cada programa existente, relativo às políticas públicas sociais para a pessoa idosa.

– **Programa Viva Mais Cidadania:** instituído através da promulgação da Portaria nº 627, de 2 de outubro de 2023, este programa é oriundo de um projeto da iniciativa do MDHC que, através da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, tem como finalidade de promover os direitos e o fortalecimento da cidadania das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e vítimas de múltiplas discriminações.

Seu foco principal deverá se destinar a grupos sociais com peculiaridades e marcadores históricos, sociais, étnico-raciais, econômicas, territoriais, culturais e

¹⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/acoes-e-projetos/projeto-viva-mais-cidadania-digital/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

²⁰ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/acoes-e-projetos/projeto-viva-mais-periferia>. Acesso em: 27 nov. 2024.

²¹ Projeto Vida Digna em Casa — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

²² https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoaidosa/publicacoes/Cartilha_da_Violencia_Patrimonial__SDDPI__Outubro2024.pdf.

²³ Acesso ao site | UFPR Aberta

religiosas, com enfoque na equidade, interseccionalidade e intersectorialidade, promovendo a comunicação e a participação da comunidade, visando sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre o envelhecimento e os direitos da pessoa idosa, colaborando para a valorização da cultura, da territorialidade, da memória e da ancestralidade visando também a intergeracionalidade, observando a diversidade presentes em cada grupo social a ser contemplado.

O programa pretende, também, empreender ações de formação em política voltadas especialmente em Direitos Humanos e Cidadania, formação digital, educação midiática, facilitando o acesso aos canais de atendimento que utilizam estas ferramentas de acesso, como também contribuir como agente facilitador no acesso à saúde, previdência social entre outros direitos que venham contribuir para um envelhecimento ativo e saudável.

Proteção e segurança da pessoa idosa, relacionados a violência de qualquer ação ou conduta que venham prejudicar ou causar danos, quer sejam físicos, emocionais, sexuais, financeiros, entre outros, quer sejam nas esferas públicas e privadas, é mais um dos objetivos deste programa.

Trazendo este programa para a realidade da cidade de Goiânia, campo da pesquisa desta tese, sua relevância se acentua ao considerarmos as realidades locais. Dados do Censo Demográfico de 2022 revelam que, para cada grupo de 100 crianças (0 a 14 anos), o índice de envelhecimento da capital goiana é de 83,5% (65 anos ou mais), um patamar superior à média estadual (67,4%) e nacional (80%). Estes dados destacam a emergência de políticas eficazes e a necessidade de articulação entre as diretrizes federais e as ações municipais já existentes.

O último censo indica o aumento da proporção de idosos em relação aos jovens, sinalizando um rápido processo de transição demográfica. Este cenário torna a cidade um local propício para a introdução e aprimoramento de políticas de envelhecimento.

A prefeitura local tem atuado nesta demanda em diversas frentes, como a Política Municipal do Idoso, estabelecida pela Lei Nº 8.083/2002, foi recentemente fortalecida pela Lei nº 11.412/2025, que ampliou a composição do Conselho Municipal do Idoso para 22 (vinte e dois) membros, incluindo representantes governamentais e

da sociedade civil. Essa ampliação é um indicativo do reconhecimento da necessidade de maior participação social e controle na formulação e fiscalização das políticas.

Além disso, Goiânia tem implementado programas específicos que se alinham, em princípio, com os objetivos do Programa Viva Mais Cidadania (PVMC), a exemplo do programa Patrulha da Pessoa Idosa, implantado em 2025, cuja iniciativa visa o combate à violência que se harmoniza diretamente com o quarto eixo do programa federal, isto é, o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.

Outras ações, como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio e projetos de convivência e fortalecimento de vínculos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como o "Entre Linhas e Pincéis", buscam promover a qualidade de vida e a inclusão social. Neste sentido, pode-se concluir a importância que o Programa Viva Mais Cidadania (PMVC) representa, é um marco na política federal de atenção à pessoa idosa, ao adotar uma perspectiva de direitos humanos, letramento digital e combate à violência. Sua estrutura em eixos bem definidos oferece um modelo de intervenção que pode ser um catalisador para o aprimoramento das políticas municipais na cidade de Goiânia.

– **Programa Envelhecer nos Territórios:** outra iniciativa do MDHC, através da SNPI, vivenciando a realidade presente nos territórios existentes no país, por meio da Portaria nº 561, de 4 de setembro de 2023, o Programa “Envelhecer nos Territórios” tem como propósito promover o direito de envelhecer para todos, garantindo inclusive que os Direitos Humanos sejam respeitados. Para que o projeto seja efetivado, será ofertado curso de formação de Agentes de Direitos Humanos da Pessoa Idosa e a criação e fortalecimento de organizações institucionais que viabilizem a efetividade da política destinada à pessoa idosa, priorizando as ações de atuação nos territórios onde vivem pessoas idosas.

Para compreender o Programa Envelhecer nos Territórios, imperativo se faz recorrer ao conceito de território usado, proposto por Milton Santos (2002, p.23), “O território não é apenas uma base física ou um recorte administrativo, mas o lugar onde a vida se manifesta em sua plenitude, onde as relações sociais se materializam e onde as políticas públicas ganham (ou perdem sentido)”. No contexto do envelhecimento, o território torna-se o palco da capacidade funcional e de autonomia da pessoa idosa. O Envelhecer nos Territórios é estruturado em três ações principais:

I - incentivo à criação de órgãos públicos estaduais, distrital e municipais responsáveis pela gestão das políticas de direitos humanos voltadas à pessoa idosa em Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de ações de equipagem e capacitação;

II - atuação de agentes locais de direitos humanos para identificação e articulação intersetorial com vistas à resolatividade das violações de direitos humanos de pessoas idosas; e

III - fortalecimento da participação social nos conselhos de direitos da pessoa idosa, com oferta de diretrizes e capacitação de conselheiros (as). A execução do Programa ocorre em parceria com Instituições Federais de Ensino Superior, Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Pessoa Idosa, Secretarias Estaduais e Municipais de Direitos Humanos e Assistência Social e Organizações da Sociedade Civil.

Promover a aplicação deste programa na cidade de Goiânia traria benefícios ainda não experimentados. A cidade apresenta um perfil demográfico que reflete a tendência nacional de envelhecimento, mas com especificidades regionais marcantes. Segundo dados do Censo 2022 do IBGE, a capital goiana possui aproximadamente 15,1% de sua população composta por pessoas com 60 anos ou mais, o que representa um contingente de mais de 217 mil indivíduos. Este dado é superior à média de muitos municípios do estado, evidenciando que a capital é um polo de concentração da população idosa, atraída pela oferta de serviços de saúde e infraestrutura (IBGE, 2023).

Entretanto, a distribuição dessa população no espaço urbano é desigual. Observa-se em Goiânia o fenômeno da segregação socioespacial, onde idosos residentes em bairros centrais e de classe média possuem acesso facilitado a equipamentos culturais e de saúde, enquanto aqueles situados em regiões periféricas, como a Região Noroeste e a Região Leste, enfrentam barreiras significativas. Nestes territórios de fragilidade, a vulnerabilidade social é agravada pela carência de transporte público adaptado, pela insegurança e pela insuficiência de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Considerando que a territorialização da política é, em última análise, um exercício de democracia, ao garantir que a pessoa idosa possa envelhecer com

dignidade no lugar onde construiu sua história, o Estado brasileiro, e especificamente a gestão de Goiânia, pode-se reafirmar o valor social da velhice e a obrigação de uma cidade para todas as idades. O envelhecimento em território não é apenas uma questão de assistência, mas de justiça socioespacial.²⁴

– **Projeto Viva Mais Cidadania Digital:** projeto do MDHC junto à SNDPI, cujo objetivo consiste em garantir acesso às tecnologias e aos ambientes digitais, através de conhecimentos acerca das formas de acesso e utilização desta nova modalidade de equipamentos tecnológicos.

O referido projeto visa auxiliar a obtenção do domínio destas tecnologias, resguardando as pessoas idosas de possíveis riscos como violência financeira, patrimonial, notícias falsas, golpes, discursos de ódio, entre outros. E, também, pretende garantir um acesso consciente e seguro. Para efetivação foram mapeados Universidades e Institutos Federais que possam servir como auxiliares na sua execução.

– **Projeto Vida Digna em Casa:** Este projeto nasceu de uma iniciativa do MDHC, por meio da SNDPI. Sua implementação ocorre em parceria com governos estaduais e municipais. Um exemplo notável é a implementação no Rio Grande do Norte, onde o projeto foi integrado a um programa de atenção primária à saúde já existente no estado.

O foco do projeto é garantir que essa parcela da população, que muitas vezes sofre com violações de direitos, tenha uma vida mais digna. Para isso, busca assegurar o direito à saúde, ao cuidado integral e à assistência social, com o intuito de reduzir a necessidade de institucionalização (ou seja, de levar o idoso para um asilo ou casa de repouso). O público alvo são as pessoas idosas (com 60 anos ou mais) que se encontram acamadas ou restritas ao domicílio e pessoas cuidadoras desses idosos, que também recebem apoio e atenção do projeto. Suas principais metas são:

I - Revisão do cadastramento de pessoas idosas acamadas e domiciliadas pelas equipes das Estratégias de Saúde da Família (EsF), equipes dos Centros de

²⁴ CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE GOIÂNIA. Diagnóstico da Pessoa Idosa no Município de Goiânia. Goiânia: SEMAS, 2024,

Referência da Assistência Social (CRAS) e registro no e-SUS APS;

II - Matriciamento de pessoas idosas acamadas e domiciliadas e pessoas que cuidam das equipes de Saúde da Família mais próximas do seu território de residência, bem como a identificação e o atendimento de suas necessidades em saúde e de proteção socioassistencial, quando for o caso;

III - Formação dos agentes comunitários de saúde, das equipes técnicas dos CRAS e dos profissionais ligados ao Programa Melhor em Casa para identificação de possíveis violações dos direitos humanos da pessoa idosa acamada e domiciliada e das pessoas que cuidam delas, assim como contribuir para o fortalecimento do trabalho dos Núcleos de Educação Permanente (NEP) municipais, com relação à violação de direitos e outros aspectos relacionados às pessoas idosas;

IV - Criação de um grupo de acompanhamento, visando a Integração do Sistema único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e demais setores do município, com vistas à resolutividade, de modo intersetorial, das violações identificadas;

V - Criação do Cadastro Estadual de Pessoas Idosas Acamadas e Domiciliadas, articulado ao e-SUS APS, CADÚNICO e CONECTE SUS.

– **Projeto Educação Para Toda a Vida:** lançado como uma iniciativa crucial dentro da Política de Superação do Analfabetismo do Rio Grande do Norte (RN), o Projeto Educação para Toda a Vida representa um avanço significativo na garantia de direitos e na promoção da cidadania para a população a partir dos 50 anos, com foco especial nos idosos. Em uma parceria que envolve o MDHC, o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Estado da Educação do RN, o programa visa combater o analfabetismo e promover a inclusão social e digital dessa faixa etária.

O projeto foi criado para enfrentar um desafio expressivo no estado: estima-se que 33,8% das pessoas idosas no Rio Grande do Norte sejam analfabetas, um índice que corresponde ao dobro da média nacional. Diante dessa realidade, a meta do programa é alfabetizar cerca de 2.800 (duas mil e oitocentas) pessoas com 50 anos ou mais, por meio da abertura de turmas do programa Brasil Alfabetizado em 54 municípios potiguares.

Em Goiânia existe um programa semelhante lançado em 2019, o projeto “Alfabetização em Família”, implementado pela Secretaria de Educação e Gabinete de Políticas Sociais, em parceria com as prefeituras dos municípios, visando atender jovens adultos, idosos, quilombolas e indígenas, no intuito de diminuir o número de analfabetismo no estado. Sua realização pode ser em associações, asilos, igrejas, salões comunitários, desde que tenham estrutura para tal, com as aulas ministradas por profissionais graduados ou cursando pedagogia ou que tenham formação na área de educação, critérios para sua execução. Todo material necessário como livros, uniformes e kit escolar, são fornecidos pela secretaria executiva. Este projeto visa alcançar a meta de chegar a 10 mil estudantes alfabetizados até o final do ano de 2026.

De conformidade com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, divulgados entre 2024 e junho de 2025, a taxa de analfabetismo no Estado de Goiás caiu de 5,9% em 2016 para 4% em 2023, representando uma redução de 32,2%. Em 2024, foram alfabetizadas 2.186 pessoas em todo o estado, desde o início do projeto Alfabetização e Família, totalizando 6.711 pessoas alfabetizadas.²⁵

– **Fortalecimento e valorização da cultura das pessoas idosas de povos e comunidades tradicionais:** a SNDPI, ligada ao MDHC, anunciou o lançamento do Edital de Chamamento Público 1/2024²⁶, com o principal objetivo de apoiar projetos que trabalhem pelo fortalecimento cultural, promoção da saúde e melhoria na qualidade de vida de pessoas idosas em Povos e Comunidades Tradicionais. Seguem as etapas para sua efetivação:

- Organizações da Sociedade Civil (OSCs) enviaram projetos para firmar Termos de Colaboração com o Ministério.
- Cada projeto aprovado recebeu R\$ 150 mil para execução, e teve como Eixos de atuação, como também parcerias firmadas:
 1. Cultura – Preservação da memória, ancestralidade e tradições.
 2. Economia Sustentável

²⁵ [Goiás reduz o analfabetismo e amplia a inclusão social - Goiás Notícia](#)

²⁶ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/edital-01-2024.pdf>

3. Apoio a iniciativas que gerem renda de forma sustentável.

Os princípios do projeto fundamentam-se no respeito à diversidade das velhices nos territórios e, também, na promoção de políticas públicas que combatam desigualdades e violações de direitos.

Com o propósito de obtenção da finalidade de interesse público e recíproco, foram selecionadas seis OSCs em diferentes estados, representando comunidades quilombolas, indígenas e povos de terreiro, como: Associação Quilombola Carrasco (AL); Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AP); e Tenda de Umbanda Filhos de Oxalá e Yemanjá (PR), dentre outras, as quais firmaram parcerias com a SNDP/MDHC.

– **Guia de orientação para pessoa idosa em situação de riscos e desastres:** em uma colaboração estratégica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o MDHC conduziu um diagnóstico aprofundado da população idosa residente em áreas suscetíveis a riscos e desastres.

Esta iniciativa teve como propósito fundamental fortalecer as parcerias interinstitucionais e a atuação integrada SNDPI/MDHC nas fases cruciais de prevenção, resposta e recuperação de eventos adversos. O objetivo primordial é assegurar a proteção e a promoção dos direitos das pessoas idosas que residem nessas áreas de vulnerabilidade. O resultado deste trabalho técnico-científico é o Guia de Orientação para Pessoa Idosa em Situação de Riscos e Desastres²⁷, um instrumento consultivo e orientativo de relevância inquestionável.

– **Prêmio Experiências Exitosas para Pessoas Idosas:** O MDHC lançou o Edital de Premiação n.º 02/2024, que cria o Prêmio Experiências Exitosas para Pessoas Idosas. O principal objetivo é reconhecer, valorizar e potencializar projetos que se destacam na promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa em todo o país. A premiação é válida tanto para iniciativas já executadas quanto para aquelas que ainda estão em andamento. Interessados podem encontrar todas as

²⁷ O acesso integral está disponível por meio do portal oficial do MDHC. link: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/editais>.

informações sobre o edital, os critérios de participação e o cronograma do processo seletivo no link²⁸ oficial do ministério.

– **Cartilha de Apoio à Pessoa Idosa: Enfrentamento à Violência Patrimonial e Financeira.** Esta cartilha refere-se a uma publicação fundamental do MDHC, desenvolvida para capacitar a população idosa e seus cuidadores na identificação e prevenção de abusos. O material oferece definições claras sobre como entender e combater a violência financeira e patrimonial, que afeta significativamente as pessoas idosas no Brasil.

O conteúdo da referida cartilha²⁹ foi atualizado entre outubro e dezembro de 2024, para refletir a crescente sofisticação dos crimes, incorporando orientações sobre novos golpes e riscos emergentes no ambiente digital e financeiro. A violência patrimonial ou financeira ocorre quando uma pessoa ou instituição utiliza ou se apropria indevidamente do dinheiro, bens ou recursos da pessoa idosa. Este tipo de abuso pode ser praticado com ou sem o consentimento da vítima, sendo que, em muitos casos, a permissão é obtida por meio de ameaças, violência psicológica, desinformação ou falta de compreensão das consequências do ato. Essa violência pode causar danos, perdas, situações humilhantes, comprometimento da sobrevivência digna e violações dos direitos humanos e de cidadania.

– **Projeto intergeracionalidade: fortalecimento da cultura de respeito aos direitos humanos da pessoa idosa e do envelhecimento com dignidade.** Este Projeto constitui uma iniciativa transversal desenhada para consolidar uma cultura de sensibilização acerca do envelhecimento digno e da proteção aos direitos fundamentais da pessoa idosa, sendo que o foco central da proposta, está na implementação de estratégias de formação e qualificação voltadas especificamente para o corpo docente e discente da rede básica de ensino.

O Projeto fundamenta-se na educação intergeracional, utilizando como estratégia, uma revista em quadrinhos³⁰ como ferramenta didática principal. Este

²⁸ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/editais>.

²⁹ A Cartilha está disponível no link: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-portemas/pessoa-idosa/publicacoes/cartilha_violencia_patrimonial_dezembro_2024_A5.pdf/.

³⁰ O exemplar em quadrinhos e seu acesso se dá através do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/governo-federale-instituto-mauricio-de-sousa-lancam-gibi-da-turma-da-monica-sobre-importancia-da-valorizacao-de-idosos>.

recurso visa não apenas facilitar o processo de aprendizagem, mas, também, promover o desenvolvimento social e a cidadania ativa. Ao integrar diferentes gerações no ambiente escolar, este projeto procura combater violações de direitos e fomentar a valorização das pessoas idosas, reconhecendo a existência de velhices plurais e heterogêneas.

O conteúdo da revista foi desenvolvido mediante escuta participativa entre a equipe da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) e os produtores do Instituto Mauricio de Sousa.

– Criação da portaria e fluxo de atendimento prioritário relacionados às violações dos direitos das pessoas idosas por meio do Disque 100

Diante do quadro de alta vulnerabilidade, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias de violações, e a SNDPI, dedicada à promoção e garantia dos direitos desse grupo, propuseram a criação de uma Portaria para instituir um novo fluxo de atendimento prioritário.

Esta iniciativa visa otimizar a resposta do Estado às denúncias, reconhecendo a pessoa idosa como um grupo social que requer atenção imediata e especializada. No ano de 2024, receberam mais de 960 mil denúncias de violações dos direitos das pessoas idosas. Conforme o detalhamento do ranking apresentado, as dez violações mais frequentes contra a pessoa idosa são: negligência, exposição a riscos à saúde física, tortura psíquica, maus-tratos, abandono, constrangimento, violência patrimonial e financeira, exposição psíquica e ameaça/coação.

Considerando a totalidade de denúncias expostas no Painel de dados³¹ da ONDH do MDHC, no que se refere às violências patrimoniais, foram registradas 45.431 em 2023 e 47.665 violações patrimoniais denunciadas por pessoas idosas até o dia 1º de dezembro de 2024. O fluxo prioritário proposto é estruturado para garantir uma comunicação mais acessível e um encaminhamento mais eficaz das denúncias, com foco especial no enfrentamento à violência financeira e patrimonial.

³¹ O painel pode ser acessado a partir do link: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>.

Goiânia também possui este canal de atendimento ligado diretamente ao Conselho Municipal e Estadual da pessoa idosa que atua em parceria com o Ministério Público de Goiás e a Delegacia de Proteção à Pessoa Idosa, localizada na Rua 227, Qd. 67, Lt. 17 (Setor Leste Universitário), Goiânia, GO, 74605.

2.3 A preparação para aposentadoria e para velhice - um caminho em construção

O trabalho sempre esteve presente na vida do ser humano, remunerado ou não, inexiste a vida sem labor. Imaginar o que fazer neste período da vida deveria ser algo a ser pensado e ensinado desde a mais tenra idade, pois ficaria quem sabe mais fácil enfrentar os desafios que este processo acarreta na vida das pessoas. Considerando que o emprego desempenha papel essencial na existência das pessoas, inclusive garantindo maior qualidade de vida, quando elas se veem fora do mercado de trabalho e sem chance de reinserção, antecipar a preparação para essa situação proporcionaria uma compreensão mais adequada do contexto.

Este período representa um dos processos de transição mais significativos da vida adulta. Muito mais do que o encerramento da vida do trabalho institucionalizado, mas representa uma mudança de perspectivas, de identidade, rotinas, propósitos, enfim uma guinada importante a ser enfrentada. Preparar-se para esse momento é essencial para garantir bem-estar, saúde mental e qualidade de vida. “A aposentadoria não é apenas um evento econômico, mas uma transição psicossocial que exige planejamento e adaptação” (Neri, 2001, p. 45). Isto, porque, a aposentadoria deve ser encarada como uma nova etapa de desenvolvimento pessoal.

Trazer para a escrita esta reflexão deve-se às respostas das entrevistas que, em sua maioria foram negativas, ao serem questionadas(os) se tinham projetos hipotéticos após deixarem de exercer atividades profissionais. Por exemplo:

Não, nunca fiz planos para quando eu fosse aposentar. Então, quando o momento chegou, que eu saí do mundo do trabalho eu nem tinha ideia de como eu ia viver e que mundo que eu iria enfrentar. A única coisa que pensei foi em atender alguns desejos simples, sem planos de vida (RF).

Poucos(as) entrevistados(as) responderam que haviam se preparado, mas sem dar qualquer justificativa. Neste universo pesquisado, encontrou-se também muitas mulheres que atuaram somente como “donas de casa” e, atualmente, recebem

ou aposentadoria do cônjuge que já faleceu, ou benefícios do governo. Nas pesquisas bibliográficas também desenvolvidas, existem estudos que apontam a necessidade de maior engajamento neste sentido, tanto na rede pública como na rede privada, pois como segue na esteira da escrita, a preparação para esta etapa da vida traz benefícios para todos, seja para o Estado como também para a sociedade.

Uma proposta da Organização Mundial da Saúde (OMS) para enfrentar o processo da aposentadoria, que ocorre mundialmente, foi o Envelhecimento ativo, que teve como uma das bandeiras de incentivo a participação ativa das pessoas idosas em todos os setores, seja no âmbito estatal como na rede privada. Este envelhecimento ativo não indica somente atividades físicas, como a princípio o nome sugere, mas estar engajado nas diferentes oportunidades de participação, de manter-se ativo física, social e economicamente. “Envelhecer ativamente significa continuar participando da vida social, econômica, cultural, espiritual e cívica, mesmo após a aposentadoria” (Kalache, 2025, p. 59).

Durante a pesquisa de campo, realizada nas instituições apresentadas no próximo capítulo, foi possível observar nas diferentes entrevistas a inexistência de preparação para este novo ciclo da vida. O termo aposentadoria é visto em sua maioria como ausência de obrigações trabalhistas e aquisição de tempo livre. As dificuldades financeiras acarretadas pela diminuição do numerário foi outro tema que não foi citado. Muitos(as) entrevistados(as) dizem ainda serem responsáveis pelo seu sustento e não dependem dos filhos. Uma entrevistada relatou que:

Ah, meu desejo era ser livre para poder viver a vida, porque passei grande parte de meu tempo só cuidando da casa, do marido e dos filhos. Já tava muito cansada de só ficar em casa, era só trabalho, nem dava pra dormir direito, além de aguentar muita reclamação (AC).

A maioria do público participante é do gênero feminino. Outras relatam que dividem as atividades agora com cuidado dos(as) netos(as), uma realidade atual, que muitas vezes vem acompanhada das mães “solo”, ou porque se separaram dos pais dos filhos, ou porque estes nunca assumiram os filhos, e alguns poucos casos de produção independente. Neste sentido, estas não estão diariamente nas dependências dos centros de convivência. Algumas questões podem ser apontadas para se pensar na aposentadoria, pois este processo acarreta algumas situações que ocorrem e que podem trazer benefícios como também situações adversas.

2.3.1 Dimensões para pensar na preparação para aposentadoria

Ao considerar que o envelhecimento populacional constitui um dos principais desafios contemporâneos, Camarano (2004, p. 29) afirma: “O envelhecimento brasileiro é rápido e heterogêneo, refletindo desigualdades acumuladas ao longo da vida”. Essa perspectiva evidencia que a velhice é profundamente marcada por desigualdades sociais. Assim, a aposentadoria não pode ser analisada de forma isolada, mas como parte de um processo mais amplo de desigualdade ao longo do ciclo de vida. Premissa esta que depende de uma preparação consistente.

Dessa forma, preparar para a aposentadoria corresponde a um processo bastante complexo, por ultrapassar significativamente os limites da organização financeira. Tal preparo abarca o planejamento de uma nova fase de vida, que demanda equilíbrio entre saúde, finanças, atividades sociais e propósito. As principais dimensões a considerar são:

a) Financeira: planejar a aposentadoria exige organização financeira desde cedo. A ausência de planejamento pode gerar insegurança e dependência. Investir em previdência complementar, controlar gastos e manter uma reserva de emergência são estratégias fundamentais. Além disso, é importante considerar o aumento de despesas com saúde e a possível redução de renda. “A educação financeira é um dos pilares da preparação para a aposentadoria, pois permite ao indivíduo manter sua autonomia e dignidade” (Silva; Souza, 2018, p. 102).

b) Psicológica: a aposentadoria pode impactar diretamente a saúde mental, especialmente quando há perda de propósito ou isolamento social. Por outro lado, pode ser uma oportunidade para cuidar mais do corpo e da mente. “A saúde mental na aposentadoria está diretamente relacionada à capacidade de adaptação e à manutenção de vínculos afetivos e sociais” (Coutinho, 2015, p. 88). Práticas como atividade física regular, alimentação equilibrada, acompanhamento médico e envolvimento em atividades prazerosas contribuem para um envelhecimento ativo e saudável, importante neste processo de transição do deslocamento para um período ainda não vivido, mas que está logo ali, impossível desviar a rota. A saída do trabalho pode gerar sentimentos de inutilidade ou perda de identidade. Por isso, é importante desenvolver novos projetos de vida “A aposentadoria bem-sucedida está associada à

capacidade de ressignificar o tempo livre e manter vínculos sociais” (Coutinho, 2015, p. 88).

c) Construindo propósitos e uma nova identidade: o trabalho, muitas vezes, é uma das principais fontes de identidade. Ao se aposentar, é comum que a pessoa sinta um “vazio existencial”. Por isso, é essencial construir novos projetos de vida. “A construção de um novo projeto de vida é essencial para que a aposentadoria seja vivida com plenitude” (Camargo, 2020, p. 76). Participação em cursos, voluntariado, hobbies ou até mesmo empreender são formas de manter o senso de utilidade e pertencimento.

d) Social: manter uma rede de apoio e vínculos sociais é fundamental para evitar o isolamento. A participação em grupos comunitários, atividades culturais, esportivas e educacionais fortalece a autoestima e previne o distanciamento da convivência social, importante neste novo ciclo da vida, afinal, estar vivo é também um privilégio. “A participação em grupos sociais e atividades comunitárias contribui para o envelhecimento ativo e saudável” (Kalache, 2025, p. 59).

O trabalho existe desde as primeiras civilizações, pois para o ser humano sobreviver é necessário ter acesso a alimentação e moradia, itens básicos que o próprio indivíduo teria de adquirir ou produzir para sua subsistência. A diferença, no entanto, é que, nesta época, a existência da troca do trabalho pelo salário era uma prática ainda de subsistência, sendo também comum cada um produzir para si. Com o surgimento do sistema capitalista, o modo de produzir os bens de consumo e serviços tornou-se uma forma de obter um rendimento.

As transformações constantes que ocorrem nas sociedades, o mercado de trabalho é um motor que muitas vezes interfere nestas mudanças, quer seja ofertando trabalho ou disponibilizando, como forma de auferir mais lucro. Neste processo ter onde trabalhar e como aposentar são questões que assolam a população, visto que a cada período os governos procuram atender ao mercado e dificultar a vida dos trabalhadores retirando direitos, que muitas vezes atinge os aposentados.

A proximidade do processo de aposentadoria, em sua maioria, coincide quando o envelhecimento bate às portas, e pensar ou se preparar para enfrentar este período ainda é uma política pública em construção. Para muitos idosos, a aposentadoria é vista como final de carreira, para outros, oportunidade de viver de

forma mais livre, mais independente, devido não ter mais compromissos com hora, deslocamento, executar determinada atividade, enfim trocar sua força laboral pelo salário. Mas afinal, o que é aposentaria?

O dicionário Houaiss (2009) atribui à palavra aposentadoria o significado de; “ato ou efeito de aposentar”, ou a um “fazer” menos sacrificado e mais agradável que o anterior; particularidade da pessoa aposentada; ação de se afastar do trabalho após completar os anos estipulados por lei; afastamento do trabalho por invalidez. Aposento, foi o termo que melhor corresponde a aposentar, por fazer referência ao quarto de dormir. Foi um sistema de organização voluntária proposto por profissionais para auxiliar o trabalhador e a família, no caso de doença, invalidez e morte.

A construção histórica da aposentadoria no mundo está ligada à lenta transição de formas privadas e comunitárias de amparo (família, irmandades religiosas, caixas de socorro e associações mutualistas) para sistemas públicos de seguro social. Antes de existirem “previdências” nacionais, predominavam arranjos fragmentados de poupança, ajuda mútua e assistência, em geral incapazes de lidar com riscos de longa duração, sobretudo em contextos de industrialização acelerada e urbanização.

No final do século XIX, consolidou-se um marco decisivo: a experiência alemã associada às reformas sociais de Otto von Bismarck, que instituiu seguros compulsórios vinculados ao trabalho e financiados por contribuições (empregadores e trabalhadores, com participação estatal). Esse desenho “contributivo e ocupacional” tornou-se referência para diversos países, ao combinar proteção social com integração e disciplina do trabalho assalariado. Esse ponto costuma ser interpretado como a base do “seguro social” moderno, diferente de políticas assistenciais não contributivas e de caráter discricionário.

A partir do pós-guerra, muitos países ampliaram cobertura e valores de benefícios, em um contexto de crescimento econômico e fortalecimento de pactos sociais. Mais recentemente, porém, as transformações demográficas (queda da fecundidade e aumento da longevidade), as mudanças no mercado de trabalho e a financeirização reabriram disputas sobre o formato dos sistemas: idade mínima, regras de cálculo, indexação, e, em alguns casos, a migração para regimes de capitalização. As autoras Lena Lavinas e Denise L. Gentil (2018) discutem esse

movimento como parte de mudanças mais amplas na política social contemporânea, nas quais a proteção tende a ser reconfigurada por mecanismos de mercado e por pressões de ajuste fiscal.

Um dos primeiros avanços em relação à aposentadoria surge em particular na Europa ocidental, a qual já possuía estruturas mais robustas na procura do bem-estar social, pós Segunda Guerra, no qual, já contavam com sistemas de previdência e saúde mais desenvolvidos. Para os autores Justiniano, Souza e Rodrigues (2024):

A evolução temporal da previdência, no mundo e no Brasil, pode ser dividida em três períodos sequenciais: 1) período compreendido do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial; 2) período subsequente à Segunda Guerra Mundial até anos 1980, conhecido como anos de ouro do Welfare State e; 3) período de 1980 à contemporaneidade. Cada um deles é identificado com focos distintos (Justiniano; Souza; Rodrigues, 2024, p. 976).

Antes da Segunda Guerra Mundial, o cenário global era dominado por ideais corporativistas e de luta de classes, como ocorreu também no Brasil³², ao mesmo tempo em que a Revolução de Outubro na Rússia inspirava iniciativas para equilibrar

³² Durante a ditadura do Estado Novo, instalada por Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940, Oliveira Vianna serviu como o principal consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e aproveitou seus estudos na área de Sociologia sobre a condição de atraso do Brasil em relação a outras nações mais industrializadas para reescrever as leis do país. Oliveira Vianna aderiu totalmente ao corporativismo como um modelo que poderia resolver conflitos de classe e promover o desenvolvimento econômico. Enquanto muitos na década de 1930 tentaram desautorizar o corporativismo, reduzindo o ao fascismo ou, ainda, dando-lhe a pecha de “bela fachada” para um governo nacionalista e repressivo, Oliveira Vianna defendeu o corporativismo como uma das muitas experiências surgidas a partir da Grande Depressão que privilegiavam o Estado na gestão da Economia. Em sua troca com Aronson e outros intelectuais da área do Direito norte-americano, é possível perceber parte de um projeto intelectual mais amplo, no qual Oliveira Vianna não só defendeu o corporativismo, mas também afirmou a sua relevância diante de eventos políticos em todo o mundo, incluindo o *New Deal*. (Teixeira, 2023, p. 235). Oliveira Vianna trabalhou para implementar o corporativismo no Brasil no contexto de uma crise mundial do liberalismo e do capitalismo de livre mercado, que se iniciou na Primeira Guerra Mundial e atingiu seu ápice com a quebra de Wall Street, o crash de 1929. A Grande Depressão provocou um declínio vertiginoso de 26% no volume de comércio internacional entre 1929 e 1932, com uma queda de 48% no valor global de trocas. A América Latina, região economicamente dependente da exportação de produtos agrícolas, foi duramente atingida pelo colapso do preço dos bens primários e também da demanda. Os países da região tiveram de enfrentar o aumento do desemprego, o encalhe e a elevação de estoques de produtos agrícolas, consequências de uma superprodução sem escoamento, os calotes e a instabilidade política, ao passo que seus governos, há muito dominados pelas elites agrárias, desmoronaram. No Brasil, foi a queda da economia cafeeira que deu espaço para que Vargas derrubasse as oligarquias regionais agrícolas, assumindo o poder, e impusesse projetos de modernização centralizadores. Em resposta à crise do mercado global, governos em todo o mundo experimentaram novos modelos de intervenção estatal para a recuperação econômica, num processo profundamente transnacional. Durante a década de 1920, exemplos como a economia política corporativista do fascismo na Itália, o bem-estar social na Alemanha da República de Weimar e a política de economia planejada dos planos quinquenais soviéticos circulavam amplamente como soluções viáveis para as possíveis falhas do livre mercado, como a instabilidade dos preços e o desemprego, ou, ainda, os conflitos sociais (Teixeira, 2023, p. 236).

o conflito entre trabalhadores e capital. Em resposta a essas tensões, os Estados Unidos implementaram o *New Deal*³³ e a Europa começou a desenvolver seus primeiros sistemas de seguridade social (Teixeira, 2023). Posteriormente, a era que vai do fim da guerra até os anos 1980, chamada de "anos dourados do *Welfare State*", foi caracterizada por um novo papel do Estado, ou seja, o de interventor ativo, que regulava a economia e equalizava os riscos sociais para promover um amplo estado de bem-estar social, que passou a ser encarado como um desafio para a sustentabilidade desses sistemas e para a organização do mercado de trabalho.

Esse breve panorama internacional ajuda a situar o caso brasileiro como uma trajetória que combinou, de modo particular, seguro social contributivo e segmentado (associado ao trabalho formal) com ações assistenciais e, mais tarde, com a institucionalização de um sistema de seguridade social. A incorporação de direitos sociais ocorreu de forma seletiva e fortemente mediada pelo Estado, o que ajuda a explicar por que a aposentadoria se estruturou, por longo período, como privilégio ocupacional antes de se afirmar como direito de caráter mais abrangente.

A aposentadoria, como atualmente é conhecida, já era consolidada para a maioria da população, como forma de garantia de vida e a assistência aos idosos. Com esta realidade batendo as portas, foi iniciado debates acerca do papel da pessoa idosa na sociedade, a necessidade de políticas públicas para a terceira idade e a importância do lazer e da socialização para essa faixa etária (Ivic, 2013).

Outra questão se apresenta como preocupação decorrente do envelhecimento acelerado e, conseqüentemente, da aposentadoria da atual população idosa, segundo Ivic (2013), refere-se aos desafios orçamentários e econômicos, consequência da combinação de baixas natalidades e aumento do envelhecimento, que futuramente acarretará também a diminuição da mão de obra.

A dissociação entre aposentadoria e a velhice [...] é vista como a consequência da ampliação do trabalho assalariado para as camadas médias e outros setores sociais e profissionais. Passando a abarcar setores com níveis mais altos de aspirações e de consumo, a aposentadoria deixa de ser uma forma de assegurar apenas a velhice dos mais pobres. Um contingente cada vez mais exigente e mais jovem de aposentados será o objeto da ação de agências que se especializam na gestão da aposentadoria (Debert, 1999, p. 59).

³³ *New Deal* nos Estados Unidos tornou se um exemplo das respostas estatais à catástrofe econômica, e foi, nas palavras do historiador Daniel Rodgers, uma "bomba libertadora" de novas políticas sociais e econômicas que circulou pelo Atlântico Norte nas décadas anteriores (Teixeira, 2023).

No Brasil, a prática da dissociação entre aposentadoria e velhice data de 1888, no tempo do império, para pagar funcionários que trabalhavam na construção de estradas, correios, entre outros. Todavia, a primeira legislação brasileira destinada à previdência social foi criada com a promulgação do Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, pelo então presidente Artur Bernardes e, segundo Silma Maria Ribeiro da Silva (2021), a conhecida Lei Eloy Chaves, e teve como objetivo, homenagear os trabalhadores, permanecendo este dia também determinado “O dia nacional dos aposentados”. A autora descreve:

Inicia-se a história da previdência social, da forma que é, atualmente, no Brasil, em 1930, Getúlio Vargas estabelece os Institutos de Aposentadorias e Pensões, e vincula a previdência ao governo federal. Em 1966, a fusão desses institutos resultou na criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Ao longo do tempo, o conceito de aposentadoria sofreu modificações, e define-se, na atualidade, como uma obrigação social do Estado, que apoia, financeiramente, o indivíduo em uma etapa da vida na qual decai sua força física e a aptidão para o trabalho. Esse conceito é fundamentado no princípio de que o trabalhador, após expressiva contribuição à sociedade, deve ser ajudado na sua velhice (Silva, 2021, p 09).

Concebe-se, pois, que a Lei Eloy Chaves (1923) inaugurou a previdência social no Brasil, mas sua estrutura evidencia o caráter restrito do sistema. Maria Lúcia Werneck Vianna (2000) observa: “A previdência social brasileira nasce segmentada, restrita a categorias organizadas e vinculada ao emprego formal” (Vianna, 2000, p. 45). Essa segmentação revela que o Estado não buscava universalizar direitos, mas integrar setores estratégicos da classe trabalhadora. A aposentadoria, nesse contexto, emerge como instrumento de regulação do trabalho e não como política universal. Essa lógica pode ser interpretada como expressão de um modelo de desenvolvimento desigual, no qual a proteção social acompanha — e legitima — as desigualdades existentes no mercado de trabalho.

O período varguista representa momento central na consolidação da previdência social. No entanto, essa expansão ocorre dentro de um projeto de modernização que preserva desigualdades. Octavio Ianni (1989) afirma: “A modernização brasileira realizou-se de forma conservadora, preservando desigualdades ao mesmo tempo em que incorporava setores ao processo produtivo” (Ianni, 1989, p. 115).

Essa análise permite compreender que a ampliação dos direitos sociais não significou democratização plena. Ao contrário, a previdência funcionou como mecanismo de integração subordinada dos trabalhadores. Nesse sentido, Santos (1979) complementa: “O acesso aos direitos sociais sempre esteve condicionado à posição ocupacional, gerando uma cidadania estratificada” (Santos, 1979, p. 78). A articulação entre esses autores evidencia que a aposentadoria, ao mesmo tempo em que protege, também atua como instrumento de controle social.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na ampliação dos direitos sociais, ao instituir a seguridade social como sistema integrado. Segundo Sposati (2004): “A seguridade social introduz uma nova lógica de proteção baseada no reconhecimento do cidadão como sujeito de direitos e não mais como objeto de assistência” (Sposati, 2004, p. 41). Do ponto de vista teórico, esse momento pode ser interpretado como avanço na construção da cidadania social. No entanto, a universalização formal não elimina as desigualdades estruturais, gerando tensões entre norma jurídica e realidade social.

Todavia, o ato de aposentar está relacionado com a interrupção definitiva de um determinado trabalho, que geralmente está associado a idade, no entanto, não é regra, pois existem pessoas que aposentam com idade inferior a 60 anos, e outros acima desta idade, sendo que aposentar não tem relação com incapacidade, mas sim do término de um tempo determinado por lei para que o cidadão possa usufruir deste benefício. Para ter acesso à aposentadoria, o trabalhador deve contribuir com descontos na folha de pagamento no caso de funcionários com contrato de trabalho, ou pagar de forma independente no sistema de aposentadoria do qual pertence, seja público ou privado.

Para solicitar aposentadoria no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mulheres podem se aposentar com idade mínima de 62 (sessenta e dois) anos e o mínimo de 15 (quinze) anos de contribuição, e homens com 65 (sessenta e cinco) anos de idade e 20 (vinte) de contribuição. As normas entraram em vigor em novembro de 2019, com a

promulgação da Emenda Constitucional 103 (EC 103), que instituiu a Reforma da Previdência.³⁴

2.3.2 Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA)

Empresas e instituições públicas têm implementado Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA), que visam apoiar os trabalhadores nesse processo de transição. Esses programas abordam temas como finanças, saúde, relações familiares, lazer e planejamento de futuro. “Os PPAs são estratégias eficazes para reduzir o impacto da aposentadoria e promover o envelhecimento com qualidade” (Miranda; Mendes; Silva, 2016, p. 134).

Os primeiros PPAs surgiram nos EUA na década de 1950, sendo inicialmente limitados a prestar informações sobre os sistemas de aposentadoria e pensões (Zanelli; Silva; Soares, 2010). No Brasil, eles tiveram início na década de 1980, em um momento de globalização e fusão em que as grandes organizações precisavam reduzir o número de trabalhadores. Consistiam basicamente em momentos de encontro curtos, pensados para transmitir informações sobre saúde, finanças, lazer e empreendedorismo aos trabalhadores, além de fornecer indenizações aos trabalhadores por parte da organização (França, 2016). A principal crítica aos programas realizados dessa maneira, que ainda hoje são implementados, é a carência de uma reflexão mais profunda ou um acompanhamento da aposentadoria enquanto processo, que pode estimular uma decisão precipitada ou involuntária extremamente prejudicial a longo prazo.

Nesse sentido, conforme proposta de Ricardo Antunes (2013), que trabalhadores que optam por permanecer ativos podem ter papel relevante no avanço organizacional, ao transmitir saberes às novas gerações e fomentar processos inovadores. Entretanto, a aposentadoria exige o estabelecimento de novas fontes de realização e a preservação da autoestima, desvinculando a noção de que a satisfação pessoal depende exclusivamente do emprego formal. Tornar-se preparado para a aposentadoria é, portanto, fundamental, diante da ambivalência emocional e dos desafios afetivos próprios dessa transição. Programas preparatórios para a

³⁴<https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/ajustes-na-idade-minima-e-nas-regras-de-transicao-para-pedir-aposentadoria>. Acesso em: 05 jun. 2025.

aposentadoria devem abranger tanto os aspectos individuais, como as dinâmicas familiares e sociais, assegurando que o trabalhador esteja apto para essa fase.

Os PPAs são oferecidos por diversas instituições, incluindo órgãos públicos, empresas privadas e entidades de previdência. Alguns exemplos incluem:

a) **Programas para Servidores Públicos:** Muitos órgãos públicos, como o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)³⁵ e a Prefeitura de São Paulo³⁶, oferecem PPAs para seus servidores, abordando temas como regras de aposentadoria, planejamento financeiro e qualidade de vida.

b) **Iniciativas de Empresas Privadas:** Algumas empresas reconhecem a importância de preparar seus funcionários para a aposentadoria, oferecendo programas que visam a uma transição suave e produtiva.

c) **Entidades de Previdência Complementar:** Fundos de pensão e seguradoras também oferecem programas e materiais educativos para seus participantes, com foco no planejamento financeiro e na gestão dos recursos para a aposentadoria.

d) **Cursos e Materiais Educativos Online:** Plataformas como a Escola Virtual de Governo (EVG)³⁷ disponibilizam cursos *online* sobre planejamento para a aposentadoria, acessíveis a um público mais amplo.

A legislação brasileira, especialmente a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e as reformas previdenciárias mais recentes, estabelecem as regras para a concessão de aposentadorias. As constantes mudanças nas regras previdenciárias tornam o planejamento ainda mais complexo e reforçam a necessidade de programas de preparação atualizados. Entende-se que programas bem estruturados podem facilitar

³⁵ Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Programa de Preparação para a Aposentadoria Servidor. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/servidor/programa-de-preparacao-para-a-aposentadoria>. Acesso em: 05 jun. 2025.

³⁶ Prefeitura de São Paulo. PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/gestao/w/saude_do_servidor/preparacao_aposentadoria. Acesso em: 05 jun. 2025.

³⁷ Escola Virtual Gov. Preparação para Aposentadoria - Caminhos. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

uma transição mais tranquila para a aposentadoria, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos nessa fase (França; Menezes; Siqueira-Brito, 2012).

Como a aposentadoria, também, se configura como um método de mudança, e não apenas um processo de transformação de uma exterioridade, mas de uma vida a ser modificada em todas as suas extensões, evidentemente, “[...] uma boa adaptação à aposentadoria está aliada ao investimento em mudanças comportamentais, respaldadas em recursos cognitivos, motivacionais, emocionais, financeiro, ocupacional-social, autonomia e bem-estar” (Silva, 2021, p.37).

Um dos aspectos mais importantes a serem desenvolvidos pelas pessoas idosas, sejam elas aposentadas, ou que se enquadram em fase de aposentadoria e, ainda, aquelas em situação de vulnerabilidade, estão conexadas às precisões de estabelecer novas relações sociais, esportivas e de lazer.

Nesse contexto, e por ressaltar a relevância da promoção e da valorização dos direitos humanos dos idosos, como um ideal a ser alcançado por meio de uma ação conjunta entre família, sociedade e Estado, implicando no respeito à sua liberdade, integridade e dignidade, o terceiro capítulo desta tese coloca em discussão as características de três instituições existentes em Goiânia destinadas ao atendimento à pessoa idosa, com o objetivo de adentrar em seus espaços físicos e simbólicos de acolhimento, entendidos como locais de cruzamento entre a história oficial e as memórias individuais, haja vista a sua finalidade primordial de acolher e garantir a proteção integral de pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais.

CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA: UMA ANÁLISE DAS PECULIARIDADES DAS INSTITUIÇÕES EXISTENTES EM GOIÂNIA

O clamor do idoso a Deus

“Não me rejeites no tempo da velhice; não me desampares quando se for acabando a minha força” (SI 71:9).

Inicia-se agora o percurso de apontar as instituições selecionadas para o estudo sobre as políticas públicas destinadas ao atendimento à pessoa idosa na cidade de Goiânia. Ao reunir instituições com naturezas distintas, buscou-se mapear a complexidade do envelhecimento em Goiânia, permitindo que a análise respondesse aos dilemas que motivaram esta pesquisa, que é compreender como as experiências nas performances do cotidiano aos frequentadores dos três espaços de acolhimento: o Centro de Convivência de Idosos Assunção (CCA), o Centro de Idosos Vila Vida (CIVV) e o Centro Livre de Artes (CLA), os quais colaboram no processo de envelhecimento, promovendo transformações psicossociais, e também funcionam como auxiliar no contexto que insere este drama social, confrontando as políticas públicas com a realidade de um envelhecimento, multicultural e desigual.

Informo aos leitores que o tratamento durante o desenvolvimento da pesquisa esta evoluiu de forma imparcial, entretanto, como tenho a Museologia como principal formação, o Centro Livre de Artes apresentou caminhos para uma maior discussão pois o diálogo com a museologia social foi identificado, razão pela qual ocorreu um aprofundamento maior na tese.

3.1 As instituições existentes em Goiânia para o cuidado da pessoa idosa

Com o aumento de pessoas idosas no Brasil, a oferta de serviços e produtos voltados para essa faixa de público tem aumentado de forma crescente. Instituições para o cuidado da pessoa idosa têm se espalhado pela cidade, tanto nas diversas camadas sociais como nas esferas públicas e privadas, e nas privadas sem fins lucrativos, também conhecidas como Organizações Não Governamentais (ONGs).

Geralmente as públicas são mantidas pelo Estado e às vezes em parceria com a iniciativa privada, já as instituições privadas sem fins lucrativos são mantidas,

No quadro 1, as ILPIs estão relacionadas conforme mapeamento do Ministério Público Federal em Goiânia, com o principal objetivo de auxiliar o trabalho dos promotores de justiça na fiscalização e, também, ser uma fonte segura de informações sobre as instituições, informando número de vagas disponíveis, endereço, telefone, e se a documentação exigida está regular.

QUADRO 1 - Instituições de Longa Permanência para Idosos em Goiânia/GO

Documentação Necessária	 Possui	 Não possui
Alvará de Funcionamento	13	16
Alvará da Vigilância Sanitária	16	13
Alvará dos Bombeiros	0	01
Natureza Jurídica		
Privada com fins lucrativos	29	
Privada sem fins lucrativos	07	
Pública	01	

Fonte: adaptado do Ministério Público Federal em Goiânia, 2024.

Em referência aos investimentos necessários para a manutenção das instituições Públicas e Privadas sem fins lucrativos, destinadas ao cuidado da pessoa idosa, pode-se dizer que, na esfera pública, estes ainda estão a desejar, mas o privado não representa esta mesma realidade. Na esfera privada, as acomodações estão no patamar da simplicidade até o glamour de um hotel de alto luxo. Suítes individuais com antessala para receber visitas de forma privada, ar-condicionado, salas de massagens, atendimento individualizado 24 horas, entre outros. São realidades que condizem com as classes sociais existentes no país, no qual a desigualdade ainda é substancial. Famílias que delegam o cuidado às instituições e cuidadores, hoje é uma realidade que vem crescendo de forma ascendente, comprovadamente com o crescimento destes empreendimentos estarem cada dia maior.

Independentemente da modalidade, seja ILPIs, Centros de Convivência, Casas-Lares e Centro dia, o funcionamento de cada uma das instituições está condicionado ao cumprimento de alguns requisitos fundamentais conforme elencados no próximo item.

3.2 Critérios para abertura

3.2.1 Documentação necessária

Juridicamente, é necessário cumprir alguns critérios para abertura e funcionamento de uma instituição voltada para o atendimento das pessoas idosas, quer seja pública, privada com fins lucrativos, privada sem fins lucrativos como listado abaixo:

- ✓ Alvará de Autorização Sanitária, emitido pela Vigilância Sanitária
- ✓ Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios, emitido pelo Corpo de Bombeiros
- ✓ Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)
- ✓ Alvará de Funcionamento, emitido por instituições governamentais nos níveis municipal, estadual ou federal
- ✓ Registro no Conselho Municipal do Idoso, dependendo da cidade.
- ✓ Documento de constituição da pessoa jurídica, que pode ser um estatuto registrado ou um registro de entidade social, se a ILPI for uma associação.
- ✓ Contratos formais de prestação de serviço com os idosos, suas famílias ou responsáveis legais.
- ✓ Relatório admissional com a classificação do grau de dependência do idoso.
- ✓ Registros atualizados de cada idoso, com exames médicos, intervenções de profissionais de saúde, e outros fatos relevantes.
- ✓ Plano de cuidados individualizado para cada idoso.
- ✓ ILPI também precisa ter um Responsável Técnico (RT) com nível superior.

3.2.2 As tipologias de instituições existentes no atendimento à pessoa idosa

- ✓ **ILP - Instituição de Longa Permanência de Idosos** para idosos semi-dependentes ou dependentes. Estas organizações possuem suporte

multiprofissional, isto é, profissionais das mais diferentes áreas de atuação de forma permanente.

- ✓ **Casas-Lares** - para aqueles que ainda possuem autonomia funcional, podendo residir nas moradias individuais com segurança e acompanhamento.
- ✓ **Centro Dia** - são espaços destinados ao acolhimento em que estes poderão passar o dia realizando atividades das mais diferentes formas, como ginásticas, dança, trabalhos manuais, palestras, entretanto possuem endereço próprio, e retornam para o mesmo.
- ✓ **O Centro de Convivência** - semelhante ao centro dia, oferece atividades que visam agregar melhoria na qualidade de vida da pessoa idosa, sociabilidade e fortalecimento de vínculos com sua família e grupos sociais. Nestes espaços, o idoso pode escolher o que fazer e depois retorna para casa, não passa o dia no local.

Observa-se que as definições das tipologias Centro Dia e Centro de Convivência parecem iguais. Para melhor entendimento, ressalta-se que, no primeiro, a pessoa idosa escolhe qual atividade deseja frequentar e retorna para casa, muito parecido com uma creche ou academia destinada às pessoas idosas. Já o Centro de Convivência precisa focar no fortalecimento de vínculos e, geralmente, ele utiliza como estratégia ou metodologia as rodas de conversas, sempre acompanhadas de uma assistente social ou psicóloga. Os temas as vezes são pertinentes com a realidade observada pelos profissionais de atendimento, que percebem a necessidade de orientação ou conscientização, ou os próprios idosos sugerem. O porquê de se utilizar e ser uma norma para ser considerado centro de convivência? Estudos que comprovam que as relações sociais é o melhor " remédio" contra as demências.

A seguir, apresenta-se a relação das instituições sediadas na capital de Goiás, às quais dedica-se a presente pesquisa, conforme documento adquirido junto ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa na cidade de Goiânia, nas visitas de campo. Constam dos Quadros 2 e 3, respectivamente, as Instituições de Longa Permanência (ILPs) e os Centros de Convivência de Idosos, com suas respectivas denominações, endereço, telefone e data de fundação.

QUADRO 2 - Instituições de Longa Permanência (ILPs)

Nº	ILPI REGISTRADA NO CONSELHO	ENDEREÇO	TELEFONE	FUNDAÇÃO
1	Organização das Voluntárias de Goiás	Rua T15 Nj 249 Setor Bueno	(62) 32019419	30/10/1947
2	Grupo Fraterno Assistência Social	Rua VF Qd 76 Lt 4/9 Setor Finsocial	(62) 32925255	10/08/1979
3	Abrigo de Idosos São Vicente de Paulo	Rua B-6 N° 250 Vila Americano do Brasil	(62) 32531191	23/02/1994
4	Obras Sociais do Grupo Espirita Regeneração	Rua SC-25 Qd APM 4 Lt Área Bairro São Carlos	(62)36098291	14/11/1997
5	Clinica Recanto Ideal Ltda.	Av T06 com T03 Setor Bueno	(62) 35212407	18/11/2013
6	Solar Quatro Estações Ltda.-Me	Rua 88 Nj 602 Qd F Lt 38 Setor Sul	(62)984050335	15/02/2006
7	Aconchego Residencial para Idosos Ltda.	Av Professor Venerando de Freitas Borges N° 1576 Setor Jaó	(62)39322442	25/09/2015
8	E.V. de Souza Amorim- Lar Doce Lar Ltda.	Rua j 36 N° 191 Qd 55 Lt 15/12 Setor Jaó	(62)991616288	03/05/2016
9	LM Marinho Lar Hermes Ltda.	Rua j 08 N°191 Qd 55 Lt 15/12 Setor Jaó	(62)998073218	07/02/2019
10	Residenza Hotelaria Especializada para Idosos Cancilieri Ltda.	Rua 89 E N° 70 Qd F45 Lt 06 Setor Sul	(62)41015396	13/09/2013
11	Espaço Vida Ltda.	Rua 1138 N° 315 Qd 246 Lt 28 Setor Marista	(62)39427890	30/01/2012
12	Conviver Residencial Sênior Ltda.	Rua C 165 Qd 587 Lt 14 Setor Nova Suíça	(62)39200065	07/02/2018
13	Grupo Espirita Luz Lar Caminho de Maria	Rua Travessa Violeta Qd 108 Lt 13 N° 45 Parque Oeste Industrial	(62)35191646	03/01/2000
14	Associação Santa Terezinha do menino Jesus	Alemeda dos Mangalôs Qd 24 Lt 08 Chácara. 08 - Recreio dos Bandeirantes	(62)34324855	11/07/2016
15	Abrigo de Idosos Xangô Ltda.	Av A N° 1401 Qd 03 Lt 05 Jardim Goiás	(62)35944316	01/04/2019
16	Instituto de Atenção a Terceira Idade N, Senhora do Perpétuo Socorro	Rua Bahia Qd 60 Lt 06 Setor Urias Magalhães	(62)32942053	01/11/2016
17	Instituto Geriátrico Iar Mariana Ltda.	Rua 1049 Qd 103 Lt 17 Setor Pedro Ludovico	(62)99314512	16/11/2021
18	Mont Serrat Residencial para Terceira Idade Ltda.	Rua C106 Qd 286 Lt 16 N° 60 Setor Jardim América	(62)981349517	13/07/2021
19	Sossego Residência Para Idosos Ltda.	Rua C 158 Qd 395 Lt 10 Setor Jardim América	(62)985485719	02/09/2016
20	Afeto Hotelaria Especializada para Idosos	Avenida D N° 323 Setor Oeste	(62)994709825	29/09/2016
21	Espaço Viver Bem Ltda.	Rua 132 N 159 Setor Sul	(62)39425560	23/06/2015
22	Pequena Obra da Divina Providência Recanto Dom Orione	Rua Marata Esq. com Grajaú. Setor Jardim Mirabel	(62)40065353	06/08/2004
23	Agreement Desenvol. e Parcerias Ltda. Vila Bem Viver	Av Pampulha Qd 25 Lt 10/14 Setor Jaó	(62) 32806974	11/04/2012
24	Residencial Terça da Serra Marista Goiânia Ltda.	Rua 32 N° 335 Qd 16 Lt 11/13 Setor Marista	(62)30992150	18/01/2021
25	E J O Marcola Residencial Cannã Eireli	Rua T 27 N° 1753 Qd 86 Lt 07 Setor Bueno	(62)984370261	24/07/2017
26	Cabana Residencial Sênior Ltda.	Rua Caraibas N° 486 Qd 130 Lt 62 Setor Santa Genoveva	(62)39200065	01/10/2021
27	Encanto Residencial Sênior Ltda.	Rua C 146 Qd 285 Lt 05 Setor jardim América	(62)39200065	13/04/2021
28	Arte de Cuidar Casa de Repouso Ltda.	Rua Jaguaribe N° 69 Qd 85 Lt 13 Parque Amazônia	(62)981334646	30/05/2023
29	Solar Colombo de Bastos	Av, Antônio Fideles N° 800 Qd 69 Parque Amazonas	(62)32442133	12/03/1975
30	Espaço Melhor Idade Ltda.	Rua 119 N° 60 Qd F 36 Lt 04 Setor Sul	(62)32492149	23/05/2017
31	Casa Margarida Hotelaria Especializada- Renato Gonçalves Teles Eireli	Rua Unaí. Condomínio Rio Branco Zona Rural	(62)992928888	25/05/2017
32	Lar Luiza Amorim JVL Prado Ltda.	Rua J 33 Qd 53 Lt 19/20 N° 84 Setor Jaó	(62)996877352	12/07/2022
33	Roda da Vida Hotelaria e Residencial Sênior Ltda.	Rua C 152 N° 1140 Qd 404 Lt 2021 Jardim América	(62)99547377	14/01/2022
34	Bela Vida Residencial Geriátrico Ltda.	Rua J 35 N° 747 Qd 55 Lt 27/29 Setor Jaó	(62)982062071	27/12/015
35	Inov Med. Saúde e Tecnologia Ltda.	Av T 02 N° 438 Qd 90 Lt 04 Setor Bueno	(62) 96777100	04/10/2021
36	Casa Nosso Lar Eireli	Rua C 176 Qd 423 Lt 04 Jardim América	(62)30926271	01/11/2013
37	Associação Cristã para o Desenvolvimento Humano	Rua FL09 Qd 09 Lt 04 N° 209 Parque das Flores	(62) 981532509	17/01/2020

Legenda: As instituições em Negrito pertencem a gestão pública, o restante são instituições privadas.

Fonte: Documento adquirido junto ao Conselho Municipal da Pessoa idosa na cidade de Goiânia nas visitas de campo. Acervo da autora, 2025.

QUADRO 3 – Centros de Convivência de Idosos(as)

Nº	DENOMINAÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE	FUNDAÇÃO
1	Associação de Idosos Arte e Vida	Rua C 3 Qd C 04 Lt 18/21	(62)35413458	15/06/2010
2	Associação dos Idosos do Brasil	Rua Francisca Costa Cunha c/ Dona Tita N 570 Qd 63A Lt 1,2 S. Aeroporto	(62)32129528	06/11/1989
3	Associação dos Idoso Bom Viver	Rua VF 66 Qd 49 Lt 01 Setor Finsocial	(62)991529525	03/02/2006
4	Associação Defesa de Idosos Bem Viver	Av Pedro Ludovico Teixeira Qd 58 Lt 21 Nº 776 Jardim Vila Boa	(62)30865000	25/01/2007
5	Congregação do Sant. Redentor de Goiás Convivência Perpetuo Socorro	Rua 23 Nº 256 Vila Monticeli	(62)40091266	03/05/2010
6	Assoc., dos Idosos do Jardim Balneário Meia Ponte e Bairros Adjacentes	Rua Milão Sn Jardim Balneário Meia Ponte	(62)32922785	
7	Organização das Voluntárias de Goiás	Av T 15 Nº 249 Setor Bueno		30/10/1947
8	Centro de Trabalho Comunitário- CTC	Rua 06 Qd 32 Lt 11 Setor Progresso	(62)35862206	
9	Associação da Terceira Idade do Jardim América	Rua 164 com C 145 Nº 1175 Jardim América	(62)991032340	27/03/2001
10	Fundação Banco de Olhos de Goiás	Rua Couto Magalhães Nº 50 Jardim da Luz		
11	Associação de Combate ao Câncer de Goiás	Rua 239 Nº 206 Setor Universitário		
12	Associação Vozes e Violão Flores do Cerrado	Avenida Goiás Nº 462 setor Central		
13	Associação Semente da Vida. Projeto Semear	Rua R 12 Galpão 1A Chácara 01 Residencial Itaipu		
14	Federação de Idosos do Estado de Goiás	Rua 06 N º 310 Sala 202 Ed. Drogasil Centro		
15	Círculo de Apoio- Aprendizagem Profissional de Goiânia	Rua 57 Nº 47 Setor Central		
16	Centro de Convivência Seio de Abrão	Rua C 23 Qd 67 Lt 33/34 Setor Novo Horizonte		
17	Centro de Conivência de Idosos Assunção	Av. Bandeirantes Nº 370 APM 03 Residencial Morada do Bosque		
18	Associação dos Idosos do Parque Amazônia	Rua Coronel Inácio Elia Bufaiçal SN Parque Amazônia		
19	Comunidade Espírita Eurípedes Barsanulfo	Rua GB 08 esq. GB 19 SN APM 14 Jardim Guanabara		
20	Associação Casa da Cultura Antônia Ferreira de Souza	Rua João Alves Forte Chácara Residencial Forte Ville		
21	Associação dos Idosos do Bairro Feliz e Bairros Adjacentes	Rua Pedro lauricio Rasmusssem Qd 940 SN Jardim Moema		
22	Obras Sociais do Centro Espírita Irmão Áureo	Rua Dom Pedro II SN Qd 176 Lt 10 Jardim Nova Esperança		
23	Liga dos Amigos do Jardim Guanabara	Rua Ubá Nº 61 Qd 24 Lt 01 Jardim Guanabara		
24	Ação e Trabalho pela Cidadania Consciência do Dever	Rua B 17 Qd 29 Lt 12A Setor Novo Horizonte		
25	Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás	Av. Independência com av. C Qd 23 Lt 9E Nº 41 Setor Moraes		
26	Lar de Jesus	Rua 278 Nº 64 Setor Coimbra		
27	Associação dos Idosos dos Bairros Serrinha, Pq Amazônia e Nova Suíça	Rua T 15 Qd 03 Setor serrinha		
28	Soc. Renascer. Centro de Conviver e Cultura do Jardim Guanabara II	Av GB 05 Área L Jardim Guanabara II		
29	Sociedade Assistencial de Goiás	Av Tropical Nº 123 Qd 50 Recanto do Bosque	(62)99397036	04/02/2009
30	Associação Forro sem Fronteiras	Rua S 3 Qd 55 Lt 05	(62)999208573	
31	Missão Amor sem Fronteiras	Rua C 185 Nº 235 Qd 570 Lt 28		02/10/2023
32	Associação Estadual de Apoio à Saúde Organizacional Cláudio Brandão	Av. José Barbosa Reis Nº 60 Lt 03 Conjunto Madre Germana II	(62)35412020	06/02/2024
33	Sociedade Goiana de Cultura	Primeira Avenida Nº 656 Setor Universitário Celular (62)984045939	(62) 33096154	15/04/1968

Fonte: Acervo da autora, 2025.

3.3 Os Conselhos dos Idosos e campo de atuação na cidade de Goiânia

Goiânia é uma capital considerada ainda jovem, que possui seus conselhos de idosos nas duas esferas, a Estadual responsável pela política no Estado e a Municipal pelas ações na cidade de Goiânia na qual se debruça a pesquisa.

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMPI) é o órgão executivo criado por lei, cabendo a este a responsabilidade de supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações e políticas públicas destinadas a pessoa idosa, no âmbito da administração municipal na cidade de Goiânia. Na definição do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), o CMPI:

[...] tem papel consultivo, normativo, deliberativo e formulador de ações, projetos e programas destinados à população idosa visando promover e defender os direitos da população idosa. Dentre algumas ações possíveis, temos projetos destinados à promoção de atividades de esporte, cultura, turismo e lazer; ações de melhoria de acessibilidade; estudos e pesquisas na área do envelhecimento; a estruturação de Centros Dia e de Instituições de Longa Permanência para Idosos, etc. (Brasil, 2016, p. 25).³⁸

Em referência ao cumprimento do papel do CMPI, o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) editou o guia para construção de políticas públicas para a população idosa, que trata de suas respectivas competências, a saber:

- I – Propor e implementar políticas que visem o exercício da cidadania, a proteção, a assistência e a defesa dos direitos do idoso;
- II – Acompanhar a elaboração das propostas orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, visando a preservação e o aporte de recursos nos planos, programas e projetos voltados para a execução da Política Municipal do Idoso;
- III- Promover o intercâmbio com as entidades públicas, particulares, nacionais e estrangeiras visando a consecução de suas finalidades.
- IV – Acompanhar o atendimento ao idoso na rede sócio-assistencial do Município, inclusive a aplicação de auxílios, subvenções e outras verbas concedidas às entidades particulares, filantrópicas e sem fins lucrativos que atuam no atendimento ao idoso no âmbito do Município;
- V – Promover o desenvolvimento de projeto (Goiás, 2021).

O CMPI de Goiânia está localizado a Rua B nº 56, Vila Viana, podendo ser contatado por telefone (62) 99565-8533, pelo endereço eletrônico sedhs@goiania.go.gov.br, ou pessoalmente no horário de funcionamento - da 08 às

³⁸https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2021/10/08/16_09_51_892_E_book_Conselho_do_Idoso.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026.

13h. Foi constituído pelo Decreto-lei Municipal nº 8.083, de 4 de janeiro de 2002, lei que define a Política Municipal do Idoso e estabelece as diretrizes para a criação e seu funcionamento, tendo como principal objetivo promover e defender os direitos dos idosos no município.

Entretanto, o telefone informado no *site* da Prefeitura de Goiânia está bloqueado para receber e fazer ligações. O órgão possui atualmente duas funcionárias que respondem por toda documentação, análise de projetos, visitas, recebem denúncias e encaminham para os órgãos responsáveis pela fiscalização. De janeiro até novembro de 2024 receberam cerca de 735 (setecentos e trinta e cinco) denúncias de maus tratos, sendo que a maioria destas advém dos bairros periféricos, no qual, segundo as funcionárias relataram, muitas idosas(os) ajudam a cuidar dos netos, vivem junto com as famílias ajudando também no sustento da casa, sofrem ameaças por netos(as) que utilizam drogas e querem dinheiro.

Como políticas públicas existentes, tem-se o cartão do idoso que permite gratuidade no transporte público, cartão de estacionamento, que no caso é um benefício para os idosos mais abastados, disque 100 para as denúncias, emenda parlamentar e fundo municipal do idoso para captação de recursos. Para ter acesso a este fundo, é necessário a produção de um projeto que é apreciado pelo conselho, e mediante sua aprovação, as instituições podem captar recursos junto às empresas em troca de isenção de imposto de renda.

O referido projeto pode ser feito em conjunto e ter diversas finalidades, como a compra de equipamentos, reformas, pagamento de funcionários, entre outros. O grande entrave que parece existir é o desconhecimento das empresas desta possibilidade, e o investimento em projetos ligados à pessoa idosa. Em conversa informal com um grupo de idosas, foi possível ouvir de uma delas que não quis se identificar: “[...] eles (as empresas) disseram que gostam de investir em jovens e crianças, pois o idoso vai morrer mesmo” (s/i).

De fato, é mesmo angustiante, pois em uma sociedade que privilegia a juventude em detrimento da pessoa idosa, e onde a mídia incentiva de todas as formas a manutenção da aparência jovem pelo maior tempo possível, como se envelhecer fosse algo indesejável, a discriminação contra o idoso revela esse modo de pensar dominante, em que o essencial é ser jovem.

3.4 As Instituições Pesquisadas

3.4.1 Centro de Convivência do Idosos Assunção (CCI)

“Venho do século passado e trago comigo todas as idades”
Cora Coralina



FIGURA 9 - Vistas da fachada do Centro de Convivência do Idosos Assunção (CCI)
Acervo da autora.

Localizado na Avenida Bandeirantes APM 03 - Res. Morada do Bosque, Goiânia/GO, 74690-227, o Centro de Convivência do Idosos Assunção (CCI) – modalidade de atendimento em que a pessoa idosa frequenta as atividades de sua escolha – classifica-se como pessoa jurídica de direito privado. Trata-se de um espaço considerado novo na cidade de Goiânia, visto que sua inauguração aconteceu em 16 de janeiro de 2019. Conforme consta em sua página na *internet*, este Centro de Convivência visa atender, semanalmente, 200 (duzentas) pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com o objetivo de atenuar os problemas de saúde física, emocional, social e psíquica que, geralmente, acarretam às pessoas idosas.

Os primeiros passos para o conhecimento da instituição, um dos objetos de pesquisa da presente tese, contaram com o apoio de uma frequentadora do espaço, amiga desta pesquisadora, que a levou a conhecer o local. Eis as suas palavras:

Tudo começou em fevereiro de 2017, com um grupo de oito idosas que resolveram se reunir na sala da paróquia Nossa Senhora da Assunção ou na Casa Mãe da Misericórdia, no Setor Itatiaia em Goiânia, iniciando assim atividades como crochê, bordados e rodas de conversa. A notícia correu pelas redondezas e o grupo cresceu rapidamente (MG).

Dando continuidade, MG relatou que, o pároco da igreja, Padre Marcos Rogério, vendo o interesse dos idosos (as), sugeriu que desenvolvessem um projeto social com os idosos, com a finalidade de ofertar a estes, uma melhor qualidade de vida e longevidade. Este projeto foi desenvolvido pela assistente social da Associação Assunção, Edna Benetti, inicialmente denominado “Centro de Interação para Idosos”. Ela apresentou também outro projeto para as famílias, visando pessoas em vulnerabilidade social.

Com estes dois projetos idealizados, Padre Marcos resolveu dispor de um lugar para sua realização, alugando uma casa na rua da igreja, iniciando assim as atividades do projeto das famílias e o projeto da Melhor Idade, que em menos de dois meses já possuía mais de sessenta integrantes e, em setembro do mesmo ano, mais de 150 (cento e cinquenta) pessoas idosas. Com esta grande demanda, fomentou a necessidade de adquirir um espaço próprio e definitivo para realização das atividades. Iniciou-se, assim, uma grande campanha de arrecadação para realização deste feito.

Uma história de superação. Em sua inauguração esteve presente várias autoridades, entre elas, o prefeito da cidade na época, Iris Rezende, que fez um convênio com o então “Centro de Convivência de Idosos Assunção” e doou o terreno através da prefeitura. Várias atividades são oferecidas como rodas de conversa, pilates, hidroginástica, ginástica funcional, zumba, leitura, alfabetização, inclusão digital, cozinando com CCI, atividades laborais como crochê, bordados, desenhos, palestras de temas de interesse do grupo, entre outros. Estas dependências, durante a pesquisa de campo, já sofreram alterações com a ampliação do espaço devido à alta demanda.

3.4.1.1 Critérios para poder frequentar as atividades

Apesar de ser mantido pela Igreja Católica, todos podem frequentar o CCI. É aberto a toda população da cidade de Goiânia, independentemente de sua crença, sendo o único critério para associar, agendar horário de atendimento com a assistente social e possuir idade igual ou superior a sessenta anos, apresentar documentos pessoais como identidade e comprovante de endereço. Para as atividades físicas é necessário apresentar atestado médico. As dependências da instituição são bem amplas e arejadas.

3.4.1.2 Descrição dos espaços e atividades disponíveis

Logo na entrada, depara-se com um grande salão com paredes brancas, ventiladores umidificadores instalados no teto, local onde são realizadas as rodas de conversa que acontecem todas às segundas-feiras. Sempre um tema importante e atualizado é apresentado para seus frequentadores, que participam com bastante interesse. As perguntas sempre ocorrem durante as rodas de conversa, que terminam sempre com um lanche confeccionado pela cozinha local ou levado pelos idosos/as, quando solicitado, ou espontaneamente, pois gostam de mostrar uns para os outros as suas habilidades, inclusive culinárias.



FIGURA 10 – Salão principal multiuso do CCI Assunção. Acervo da autora.

Imagens espalhadas pelo espaço também fazem parte da rotina do Centro de Convivência, imagens estas (Fig. 11) dos eventos realizados como festas, passeios, viagens. Existem atividades das mais diversas modalidades, como também as esperadas viagens. Em uma de nossas visitas, estavam organizando uma viagem para Hidrolândia, considerada a capital da jabuticaba no Estado do Goiás.



FIGURA 11 – Salão principal do CCI com seu painel de fotos dos eventos. Acervo da autora.

Neste salão também ocorrem as aulas de pilates, funcional e zumba, que futuramente serão realizadas na nova sala que está sendo construída, e espaço para ampliações. A campanha solidária já está em andamento, sendo realizado uma rifa e o sorteio de um carro no final do ano, sendo a renda toda destinada à ampliação do centro de convivência.

À direita de quem adentra ao salão, logo na primeira porta está a secretaria (Fig. 12), depois a sala das assistentes sociais, sala da fisioterapia, sala de alfabetização, sala de inclusão digital e atividades laborais e, ao fundo, localizam-se os banheiros masculino e feminino.

Ainda, no salão principal, pode-se visualizar as portas das salas de atendimento (Fig. 13) como, também, a porta que dá acesso ao pátio no fundo, onde nos deparamos com o verde das plantas nos canteiros suspensos da horta, vasos

de plantas espalhados pelo espaço, como também suspensos nas paredes, tudo cuidado pelos idosos (Fig. 14). Já, à esquerda, dentro do salão, está a cozinha onde são preparados lanches que são oferecidos de forma gratuita para todos, como todas as atividades disponibilizadas. A gratuidade é total.

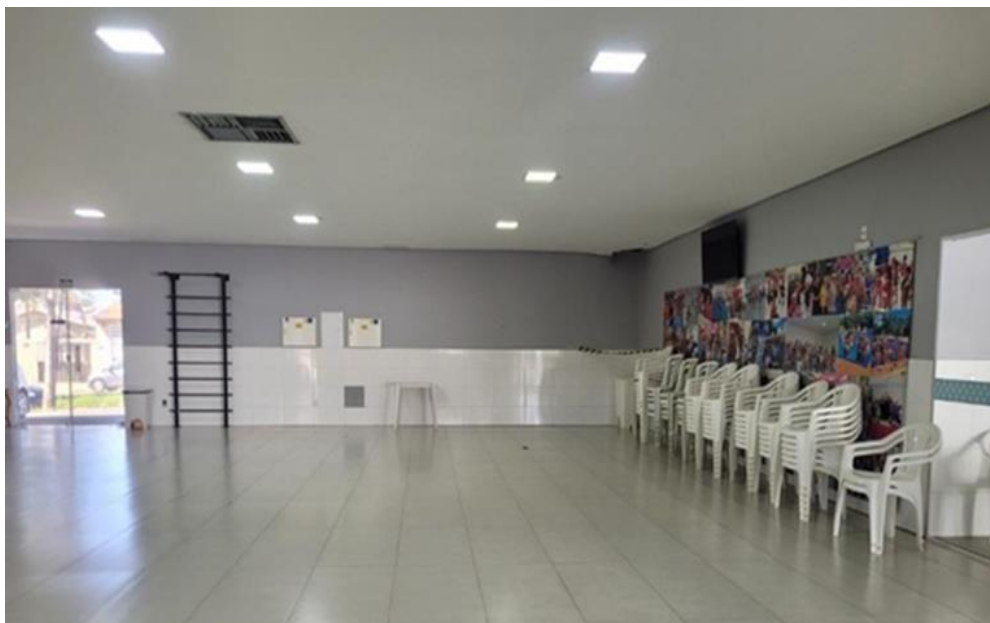


FIGURA 12 – Salão principal multiuso do CCI – Porta de entrada da Secretaria. Acervo da autora.

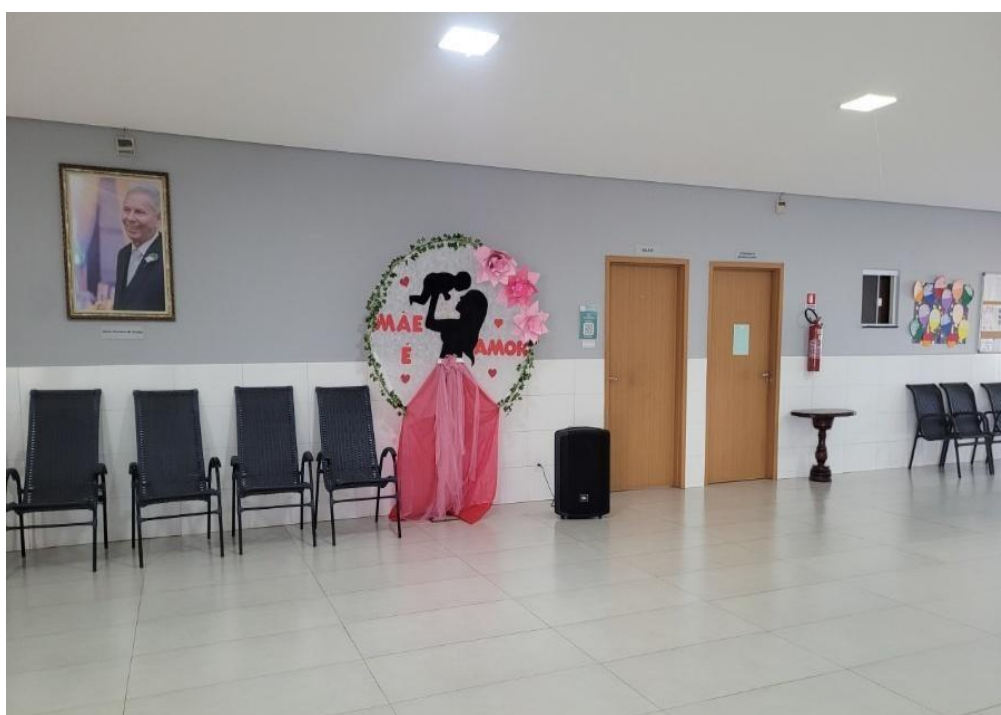


FIGURA 13 – Salão principal do CCI com vista das portas das salas de atendimento. Acervo da autora.



FIGURA 14 – Vista do pátio de fundo do salão com flores e ampliação da horta. Acervo da autora.

As aulas de hidroginástica e de pilates são as mais procuradas, gerando, com isto, uma longa fila de espera o que levou a instituição a criar regras específicas para estas duas atividades. A pessoa idosa precisa optar por uma delas, já que não tem espaço nem horários suficientes para atender a todos.

Continuando a descrição deste espaço convidativo e pensado com carinho para as pessoas idosas, chega-se à piscina coberta e aquecida (Fig. 15), localizada atrás de uma grande porta de vidro, onde também estão os vestiários.

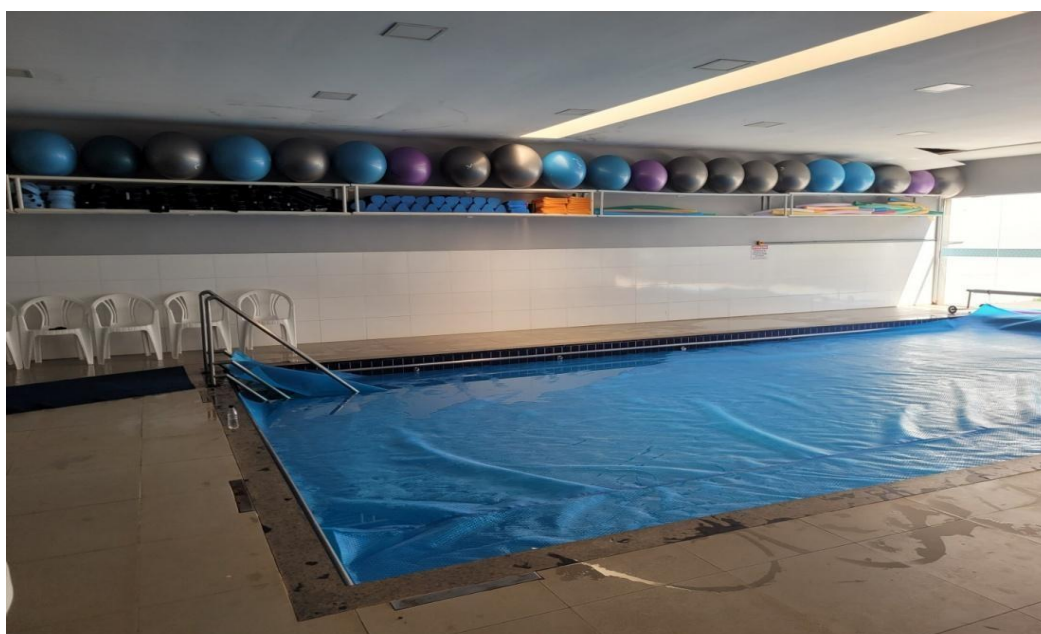


FIGURA 15 - Piscina coberta e aquecida. Acervo da autora.

Como foi dito anteriormente, as segundas-feiras sempre são realizadas rodas de conversa (Fig. 16), nas quais um assunto de interesse dos/as idosos/as é trazido por uma pessoa que domine o assunto.



Figura 16 – Roda de conversa. Fiandeiras do ponto de memória tecendo a vida no CCI Assunção. Acervo da autora.

Em uma dessas rodas de conversa, a pesquisadora assistiu a palestra de uma oficial do Corpo de Bombeiros, que ministrou uma aula de primeiros socorros. A palestrante apresentou uma abordagem sobre o que é necessário ter na casa de cada pessoa idosa, para que possa viver com mais segurança, e como solicitar socorro caso necessite. Barras de apoio, retirada de tapetes que podem provocar acidentes, assentos mais elevados entre outros foram temas abordados.

Outra roda de conversa aconteceu com a visita de um grupo de fiandeiras e seu coral que entoava cantigas oriundas do meio rural. Foi um momento interessante e inesperado conforme nos relatou a assistente social responsável pela organização da agenda de atividades. As pessoas idosas saíam de suas cadeiras para irem fiar nas rodas das fiandeiras. Diziam que sabiam fiar, que cresceram vendo as mães fiarem e aprenderam com elas, um retorno ao passado de forma inesperada pela organização. Cantavam também as músicas entoadas pelo grupo, ao ponto de pegarem o microfone e se tornarem protagonistas na performance das fiandeiras.

O grupo das fiandeiras do Museu da Associação dos Idosos do Brasil se reúne semanalmente para praticar e ensinar seu saber entre eles e para a comunidade. Além de se reunirem, levam seu saber a diversas instituições onde são convidados, formando parcerias com alguns, como é o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG) em seus eventos, o Memorial do Cerrado, A festa da Pecuária, entre outros. Nos eventos e em suas reuniões semanais, a alegria contagiou os presentes e os visitantes. [...] A música acompanha a tecelagem, com suas sanfonas, violas, violões, pandeiros, tambores e a dança, afinal, são idosos, mas o saber não é esquecido. Os passos são lentos, os cabelos cor de nuvem; escutar? cada dia mais difícil, mas nada impede de continuar a alegrar e transmitir seus conhecimentos, suas experiências, seu lazer. Afinal o tempo passa... (Matteucci, 2018, p.19).

Como se pode ver, tudo muito animado e organizado. Outras festividades também não passam em branco, carnaval, festas juninas e Dia das Mães, dos pais, dos avós, são sempre celebradas. O baile mensal acontece também toda última sexta feira do mês. A animação e programação farta é uma realidade no Centro de Convivência de Idosos Assunção. Visitas a museus e instituições de cultura é outra programação realizada com os idosos.

Para que estas atividades se consolidem, muitas vezes é necessário a locação de ônibus para levar os idosos/as, ficando a cargo de cada um, auxiliar no pagamento das despesas, que geralmente equivale a uma passagem de ônibus. Neste ano, fizeram uma visita ao Planetário da UFG, localizado nas dependências do Parque Mutirama, e como transporte alugaram a conhecida Carreta Furacão, imaginem a animação dos idosos. Segue abaixo (Fig. 17), a relação das atividades com seus respectivos horários e professores que fica afixada bem na entrada da instituição, visível e de fácil acesso a todos os interessados.



FIGURA 17 - Programação das atividades com os respectivos horários e professores. Acervo da autora.

A instituição pesquisada a ser apresentada no próximo tópico é o Centro de Idosos Vila Vida (CIVV), modelo de casas lares, que tem como mantenedora a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), isto é, o Estado.

3.4.2 Centro de Idosos Vila Vida - finalmente um lar, doce lar

“Gente velha não é mercadoria”³⁹. Não é mesmo. Grifo nosso.

O espaço de convivência de pessoas idosas na Vila Vida localiza-se na Rua 267 com 270-A, Setor Coimbra – Goiânia/GO. E como já foi citado anteriormente, é uma instituição administrada pelo governo do Estado de Goiás, através de sua Secretaria de Ação Social – Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). Sua estrutura é composta pelas Casas Lares, destinadas às pessoas idosas independentes, e pelo Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para idosos (as) independentes da comunidade.



FIGURA 18 – Vistas da fachada de entrada do Centro de Idosos Vila Vida. Acervo da autora.

³⁹ Frase escrita em uma cena do filme “O Último Azul” dirigido por Gabriel Mascaro. 2025/2026.

As Casas-Lares são espaços destinados a pessoas que vivem em vulnerabilidade social, que não possuem casa própria e nem condições de se manter de forma independente, com todas as despesas inerentes de uma moradia, como pagar aluguel, água, energia, alimentos.

Essas despesas, especificamente, são destinadas às pessoas da terceira idade com autonomia funcional, isto é, ser um idoso capaz de realizar as tarefas necessárias para viver, sem auxílio de cuidadores, enfermeiros, médicos e familiares. Ser capaz de tomar banho, limpar a casa, preparar seus alimentos, se deslocar para comprar seus mantimentos, ir a médicos, trabalhar, ou seja, realizar atividades do dia a dia.

É necessário adequar aos seus critérios e aguardar uma vaga, pois existem somente 30 (trinta) residências, residências estas que, caso o idoso(a) seja contemplado com uma casa, poderá residir na mesma enquanto tiver autonomia. Durante o período da pesquisa, os residentes eram formados por 15 (quinze) pessoas idosas do gênero masculino e, também, 15 (quinze) do gênero feminino. Caso este/esta residente venha precisar de acompanhamento médico, enfermeiro entre outros, será transferido/a para outra unidade, o Centro de Idosos Sagrada Família, também mantido pela OVG, estabelecimento este, que acolhe os idosos nas quatro formas existentes de acolhimento à pessoa idosa na atualidade, que já foi informado anteriormente, mas reafirma-se neste espaço:

- ✓ Longa Permanência: Neste local atendem idosos semidependentes ou dependentes e oferecem um apoio multiprofissional na Instituição de Longa Permanência.
- ✓ Casas-Lares: são espaços destinados a idosos com autonomia funcional. Eles moram em casas individuais com segurança e acompanhamento.
- ✓ Centro Dia: as pessoas que possuem 60 (sessenta) ou mais, passam o dia na instituição realizando as atividades oferecidas como as físicas, as cognitivas e de socialização, mas após retornam para suas casas.
- ✓ Centro de Convivência - similar ao centro dia, disponibiliza atividades com o objetivo de agregar melhoria na qualidade de vida da pessoa idosa, além da sociabilidade e fortalecimento de vínculos familiares e sociais. Nestes

espaços, o idoso pode escolher o que fazer e depois retorna para casa, não passa o dia no local.

Esses espaços de convivência para pessoas idosas atuam como autênticos refúgios de sociabilidade e bem-estar. São mantidos por prefeituras, organizações não governamentais ou, em alguns casos, por iniciativas do setor privado. Na maior parte das situações, o ingresso é gratuito ou envolve uma taxa bastante acessível, assegurando a participação de todos. A programação do centro é elaborada por profissionais qualificados, responsáveis por zelar para que as atividades sejam envolventes, seguras e compatíveis com as necessidades dos idosos.

Impende mencionar que, na modalidade Centro Dia existe mais controle de frequência, devido ao fornecimento de refeições, aulas de alfabetização, entre outras. O controle do Estado também é mais direcionado, devido ao repasse de recursos para seu funcionamento, que eram enviados pelo Governo Federal para a Prefeitura, que ficava encarregada de gerir esta distribuição, repassando para as entidades. Entretanto, este procedimento foi substituído por projetos, a exemplo do Fundo Nacional da Pessoa Idosa (FNPI), como também de políticas socioculturais ofertadas pelo Estado e Municípios, nos quais as instituições devem apresentar ao Conselho, que, sendo aprovado, estas entidades são autorizadas a buscar parceiros que se interessem em investir no projeto, que recebem a isenção de uma parte dos impostos, como contrapartida ao patrocínio.

No Centro de Convivência, a pessoa idosa frequenta as atividades de seu interesse, que contribuem para um processo de envelhecimento saudável, autonomia e sociabilidade, reforçando o fortalecimento dos vínculos familiares.. Nesta modalidade de atendimento, não existe por exemplo, a obrigatoriedade de fornecimento de refeições ou lanches. O recurso para o funcionamento destas instituições, como o Centro do Idoso Vila Vida (CIVV), geralmente advém de doações, emendas parlamentares, como também de projetos culturais e dos fundos destinados à pessoa idosa.

3.4.2.1 Critérios para Casas-Lares

- ✓ Idade mínima de 60 anos;

- ✓ Ser aposentado e/ou Beneficiário da Prestação Continuada (BPC) - com um salário-mínimo;
- ✓ Ter autonomia funcional;
- ✓ Não ser portador de doença infectocontagiosa, comprometimento mental grave ou dependência química;
- ✓ Vínculo familiar ou afetivo fragilizado;
- ✓ Apresentar documentos pessoais e comprovante de endereço.

As moradias - casas-lares – (Fig.19), possuem em suas dependências uma sala conjugada com a cozinha, um quarto, banheiro, área de serviço e quintal. O mobiliário é de responsabilidade do morador, como também os cuidados de limpeza interna e do seu quintal.

As áreas comuns são de responsabilidade da instituição, incluindo os jardins na frente das casas (Fig. 20). Em algumas residências os moradores fizeram adaptações decorando com adesivos nos azulejos, peças decorativas nos jardins e árvores frutíferas no quintal.



FIGURA 19 - Imagens das casas do Centro de Idosos Vila Vida. Acervo da autora.



FIGURA 20 - Moradias - Casa Lar Vila Vida. Acervo da autora.

3.4.2.2 Critérios para Centros de Convivência

- ✓ Idade mínima de 60 anos.
- ✓ Ter autonomia funcional.
- ✓ Apresentar documentos pessoais e comprovante de endereço.
- ✓ Comprovar renda *per capita* de até um salário-mínimo.

Os Centros de Convivência são espaços que disponibilizam atividades para comunidade, desde que se enquadrem nos critérios estipulados pela organização, sendo que os serviços ofertados não possuem ônus para seus frequentadores e são subsidiados pelo Governo Estadual. Estas atividades acontecem de segunda a sexta-feira das 08:00 às 17:00h (Fig.21 e 22).



FIGURA 21 - Cantinho do Truco. Espaço preferido da comunidade. Acervo da autora



FIGURA 22 - Cantinho do Truco da Vila Vida. Acervo da autora.



FIGURA 23 – Produtos produzidos nas aulas artesanais. Acervo da autora.

Na modalidade “Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos(as)”, a Vila Vida dispõe de inúmeras atividades, com o intento de compactuar com a população atendida o propósito de manter sua permanência em constante atividade e consequente melhoria de qualidade de vida. Dentre as diversas atividades oferecidas pela instituição, podemos citar: palestras, cozinha terapêutica, oficina de higiene e beleza, atividades socioeducativas, dispondo, também, de um espaço para prática de trabalhos manuais, que estimulam a capacidade produtiva dos idosos(as). Uma outra atividade disponível na instituição é a hidroginástica. Contudo, a participação nessa atividade está condicionada aos seguintes critérios: idade mínima de 60 anos; comprovar renda per capita de até um salário-mínimo; não ser portador de comprometimento mental grave ou de doença infectocontagiosa; apresentar documentos pessoais e comprovante de endereço e; caso se enquadre nos critérios, apresentar atestado médico (cardiologista) e foto 3×4.

Por ser considerada uma modalidade esportiva efetivada no meio aquático (Fig. 24), a hidroginástica tem sido bastante discutida quando se trata dos benefícios para as pessoas idosas, tanto no aspecto físico quanto mental. Isso porque, ela possui propriedades que ajudam e facilitam a realização dos exercícios. E, ainda,

sua prática costuma acontecer em grupo, o que favorece a interação social entre os praticantes (Almeida; Teles, 2020).



Figura 24 - Piscina aquecida para atividades aquáticas. Acervo da autora.

A Vila Vida tem uma programação bem diversificada que atende também a população do entorno. Aulas de artesanato possuem uma grande procura. Mais frequentados pelas mulheres, que se reúnem para fabricar inclusive adereços para festas que são realizadas para seus moradores e alunos da comunidade. Em uma das visitas da pesquisadora no local, uma aluna que estava presente relatou que:

Conhecer a Vila Vida foi fundamental no processo de minha cura da depressão. Aquela coisa de ninho vazio afetou por demais o meu lado emocional. Eu não estava preparada para lidar com a solidão da casa vazia. Agora não fico sem ir para as aulas. Inclusive meus filhos me estimulam e até me levam para as aulas (LH).

No mesmo dia da referida visita, observou-se que, enquanto algumas alunas estavam fazendo uma técnica conhecida como vagonite⁴⁰, outras que lá estavam produziam flores de papel crepom para enfeitar as festas.

⁴⁰ Bordado executado sobre um tipo de tecido que possui fios que se sobrepõem mais frouxos sobre uma base lisa, permitindo que a linha do bordado seja introduzida por cima e por baixo desses fios, produzindo efeitos especiais no desenho. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=vagonite+o+que+significa&oq=VAGONITE/>. Acesso em: 14 out. 2024.



FIGURA 25 - Painel para festa de aniversário dos residentes produzidos nas aulas de artesanato - Acervo da autora

A Organização das Voluntárias (OVG) fornece todo material necessário para realização dos trabalhos a esta oficina conhecida como Terapia Ocupacional funciona há mais de 30 anos, o que já ajudou muitas alunas saírem da depressão. Fazem bordados, almofadas de fitas, enfeites de Natal, ovos de Páscoa, enfim uma infinidade de artes manuais.

3.4.3 Centro Livre de Artes - o envelhecimento em um espaço que respira artes

“A dimensão do esquecimento, por alguma razão a vida nos propõe que você comece a esquecer de tudo. Este esquecimento é uma providência biológica, uma condição de existirmos, e com o deslocamento do tempo, a proximidade da finitude, se torna um imperativo mesmo, esquecer” (Gilberto Gil).

Envelhecer proporciona às pessoas atitudes que quando jovens não são praticadas, muito por vergonha, timidez, medos. O amadurecimento pode ajuda-las a serem mais audaciosos a se arriscarem mais, afinal, os anos passam rápidos demais, e somente se percebe isto com o tempo.

3.4.3.1 Conhecendo o Centro Livre de Artes



FIGURA 26 – Fachada do prédio do Centro Livre de Artes - Acervo da autora.

Conhecer um espaço aberto a novas possibilidades para pessoas idosas foi o objetivo de trazer para discussão o Centro Livre de Artes de Goiânia (CLA), pois como foi dito anteriormente, vergonha, timidez, medos são sentimentos que às vezes acompanha muitas pessoas, e a idade às vezes intensifica ou ao contrário, apresenta possibilidades até então impossíveis de se realizarem ou serem enfrentadas em períodos anteriores na vida de cada pessoa.

O Centro Livre de Artes (CLA), entidade pública da Prefeitura de Goiânia, sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), caracteriza-se como instituição que se abriu para ser objeto da pesquisa, inclusive houve interesse dos grupos escolhidos, pois até então este fato não ocorreu, isto é, não foram alvo de análise até o momento. O critério para escolha dos grupos foi, ser destinado às pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e o desejo pessoal desta doutoranda de incluir nos seus estudos uma instituição cultural que ofertasse atividades na cidade de Goiânia, de preferência um Museu, devido a mesma ser museóloga e trazer esta realidade para pauta, como também por acreditar ser uma possibilidade a ser ofertada pelos museus, cumprindo a função

social presente no estatuto dos museus, principalmente por estar este grupo entre os vulneráveis.

A função social dos museus encontra-se expressa, especificamente, no Inciso III do Art. 2º de seu Estatuto (Lei 11.904/09), a saber: "Art. 2º São princípios fundamentais dos museus: (...) III – o cumprimento da função social;" (Brasil, 2009). Em suas discussões sobre este assunto, Paula Assunção dos. Santos (2012), assim descreve:

[...] museus em todo o mundo assumem um papel ativo na vida que acontece do lado de fora de seus muros. Muitos reconhecem sua responsabilidade em relação aos problemas sociais, atuam em parceria com diferentes grupos, comunidades, organizações e movimentos sociais; como, por exemplo, em projetos de inclusão social, de redes de conhecimento e fóruns de diálogo, por meio de novas gerações de ecomuseus e museus comunitários, etc. O desafio é assumir o compromisso com a transformação (da realidade e de si mesmos, a fim de evitar que parem no tempo!), manter uma atitude autocrítica, redefinir prioridades e formas de ação (Santos, 2012, p. 9).

Nessa perspectiva, a Museologia, enquanto campo de estudo e reflexão crítica sobre a natureza, função e práticas dos museus, tem experimentado um desenvolvimento significativo nas últimas décadas, especialmente no Brasil.

Longe de ser uma disciplina estática, ela se reinventa continuamente em resposta às transformações sociais, políticas e culturais, tanto que esta doutoranda, em seu Trabalho de Conclusão de curso de Graduação em Museologia, da UFG, em 2018, fez referência à pretensão do Museu de Idoso(a) do Brasil de construir uma política de memória social justa para a população de pessoas idosas no município de Goiânia, com a finalidade de imprimir-lhe a responsabilidade de dialogar com as perspectivas de um museu histórico, antropológico, social, comunitário, onde o saber e o fazer tornassem um ponto da política do museu, contando com diálogo intergeracional.

Estudiosos deste assunto, Bruno, Araújo e Coutinho (2010), fazem referência à brasileira Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, pioneira na sistematização do pensamento museológico, ao introduzir o conceito de fato museológico, definido como a relação profunda e dinâmica entre o Homem (sujeito), o Objeto (testemunho) e o Cenário (território ou contexto). Também afirmam que, para a referida museóloga, a Museologia é a ciência que estuda essa relação, e os

processos museológicos são as ferramentas que tornam essa interação inteligível e socialmente útil. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional que via o museu apenas como um espaço de guarda, elevando-o a um campo de estudo complexo e multifacetado, com implicações sociais e culturais profundas (Bruno. Araújo. Coutinho, 2010).

Em tal contexto, o CLA, fundado em Goiânia em 1975, consolidou-se como um espaço fundamental na paisagem cultural de Goiás, atuando como escola livre de artes, oferecendo formação em música, artes visuais, teatro e dança. Sua trajetória é marcada pelo compromisso com a democratização do acesso à cultura, atendendo historicamente as camadas da população com menor poder aquisitivo e promovendo a inclusão social através da educação artística. É o que se concebe como museologia social, cujo fio conduto reside na ideia de que o museu deve ser um espaço de diálogo, reflexão e ação, onde as comunidades são protagonistas na construção e interpretação de suas histórias e patrimônios. Este compromisso, essência desta função social, consta na nova definição de Museus, definida na Conferência realizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM)⁴¹ em Praga, 2022:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos⁴² (ICOM-Brasil, 2022).

Não somente na nova definição de Museus do ICOM, como também no Estatuto Brasileiro de Museus, consolidada mediante à edição da Lei 11.904, de janeiro de 2009, o qual abriu caminhos para regular e reconhecer os museus no Brasil e toda sua diversidade. Segundo este estatuto:

Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e

⁴¹ Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. O ICOM Brasil foi criado em 1946. Disponível em: <https://www.icom.org.br/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional.

Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação. (aqui sua aquisição está nos saber, fazer e criar nas artes, na música, na dança entre outras atividades).

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministram cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação (Brasil, 2009).

O Centro Livre de Artes (CLA) se aproxima dos museus, se levar em conta o disposto no Parágrafo Único do Art.1º da Lei 11.904/2009, a respeito de sua proteção às instituições e os procedimentos museológicos dedicados ao atendimento do patrimônio cultural e territorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento cultural e socioeconômico e de fomentar a participação das comunidades. Neste sentido, o CLA atua na proteção do Patrimônio Cultural, ao oferecer para o público goianense, aulas nas mais diversas áreas do conhecimento, colaborando na preservação e conservação do Patrimônio Cultural de Goiânia.

Suas aulas de pintura, desenho, música, atividades físicas não são disponibilizadas de forma aleatória, muito pelo contrário, existe um levantamento

(pesquisa) junto à comunidade do que oferecer, quando e para quem. O Coral Raio de Sol é um exemplo deste anseio. As mães que vinham trazer seus filhos para as aulas, ficavam ociosas à espera dos filhos. Reivindicaram uma ocupação enquanto esperavam os filhos, e assim surgiu o Coral.

Outra particularidade que aproxima as duas modalidades de instituição, seria a comunicação mais conhecida pelo público como exposição. O Centro Livre realiza todos os meses o evento conhecido como Arte no Bosque, oportunidade de apresentar para a comunidade as ações desenvolvidas. Cada mês fica a cargo de uma modalidade como ponto central, entretanto, geralmente ocorre em conjunto exposições de desenhos, pinturas, música e dança. Os professores de forma individual também realizam eventos para expor os trabalhos dos alunos pelos corredores, recitais, enfim, a entidade trabalha em função de atender as demandas da sociedade, com a sociedade e para a sociedade.

Todas as ações supracitadas servem de embasamento, que confere às práticas da museologia social como uma prática presente no Centro Livre de Artes, uma museologia social que se revela como um campo de estudo e prática que busca ressignificar o papel das instituições culturais e dos museus na sociedade, transcendendo a mera guarda e exposição de acervos para se tornar um agente ativo de transformação social.

Impende mencionar que a atuação do Centro Livre de Artes apresenta profundas convergências com o campo da museologia social, por sua proposta de um deslocamento do foco tradicional do museu — centrado no objeto e na conservação — para o sujeito e a transformação social, a saber:

- ❖ **Territorialidade e Comunidade:** O CLA não é apenas um espaço de ensino, mas um polo de resistência e identidade cultural no território goianiense. Ele atua na preservação da memória imaterial através do ensino de técnicas artísticas tradicionais e contemporâneas, fortalecendo os laços comunitários.
- ❖ **Democratização e Acesso:** Alinhado aos princípios da museologia social, o CLA rompe com a visão elitista da arte. Ao oferecer cursos gratuitos e focar em classes menos favorecidas, a instituição promove a

apropriação do patrimônio cultural por parte da sociedade, transformando o conhecimento artístico em ferramenta de cidadania.

- ❖ **Patrimônio Vivo:** Diferente de museus convencionais que guardam o passado, o CLA trabalha com o "patrimônio vivo". A música, a dança e as artes visuais produzidas e ensinadas ali são formas de patrimônio imaterial que são constantemente reinterpretadas e mantidas vivas pela comunidade escolar.
- ❖ **Função Social:** A instituição cumpre a premissa de que a cultura e a memória devem servir ao desenvolvimento humano e social, funcionando como um espaço de diálogo, reflexão e produção de novos sentidos para a realidade local.

Nesta pesquisa, procurou-se localizar Museus que ofertam atividades esporádicas para pessoas idosas, como comemoração do dia dos idosos, dia dos avós, mas com atividades constantes, infelizmente ainda é uma realidade distante, mesmo com o aumento substancial de pessoas idosas no Brasil, e Goiânia faz parte desta população. Ao questionar os idosos (as) que fazem parte da pesquisa, se conhecem museus, se visitam museus, as respostas foram variadas, mas muitos não o fazem por desconhecimento até da existência de museus na cidade, e outros só vão a museus se seus filhos levarem, o quê, conforme observação desta doutoranda, também não ocorre.

Na procura por um museu em Goiânia, que atendesse a pessoa idosa com atividades constantes de sua programação, identificou-se a inexistência de uma instituição com estas características, sendo o Centro Livre de Artes, a única entidade cultural que pratica esta política nesta capital. Destaca-se ainda, que o Museu de idosos que foi tema do trabalho de conclusão de curso desta doutoranda, infelizmente não se consolidou, e como já foi tema de pesquisa, não foi incluído como possível campo de estudos.

Pensando em ser uma luz nesta direção, isto é, que os museus se abram para as pessoas idosas, pretende-se apontar algumas funções exercidas pelos museus, presentes no Centro Livre de Artes, uma instituição dedicada à cultura a mais de 40 (quarenta) anos na cidade de Goiânia, sendo que o Coral Raio de Sol,

destinado à pessoas acima de 50 (cinquenta) anos, e que faz parte dos estudos, iniciou praticamente em conjunto a abertura do Centro Livre, isto é, desde sua fundação.

Da conversa dialogada com uma das frequentadoras (MN) do CLA, obteve-se a sua noção sobre a existência de atividades destinadas à pessoa idosa naquele local, conforme suas palavras:

Até pouco tempo, eu desconhecia a instituição que teve seu início em 1975 e era conhecida como “Escola Municipal de Música José Ricardo de Castro”, e funcionava como sede provisória no Colégio São Domingos, no Setor Coimbra, sob a direção do professor Osmar Siqueira. Fiquei conhecendo o Centro Livre, e sua história me remete a um período triste que o mundo e o Brasil viveram, a Pandemia da Covid 19 (MN).

De fato, há de se concordar com MN, pois a pandemia da Covid 19 provocou momentos tenebrosos que durou por volta de dois anos, seus piores momentos até a descoberta e aplicação das vacinas. Tudo iniciou em 26 de fevereiro de 2020⁴³ quando foi registrado o primeiro caso de covid no Brasil, na cidade de São Paulo. Em março do mesmo ano foi decretado o fechamento de diversas atividades e aconselhado o distanciamento social e uso de máscaras respiratórias para conter o vírus que tem alta transmissibilidade.

Devido a este ocorrido, MN conheceu o Centro Livre motivada por sua filha que contraiu Covid 19. Em seu relato, ela com a voz embargada por voltar no passado, que um dia foi presente como também futuro segundo Santo Agostinho (2008) ao escrever sobre o tempo, recordou:

Minha filha entrou no hospital andando e saiu sem caminhar, falar e outros movimentos inerentes ao ser humano. Com o passar do tempo, ela readquiriu os movimentos e foi aconselhada pelo médico a fazer terapias manuais, pois os movimentos de pinça dos dedos das mãos ainda estavam comprometidos. Foi assim a nossa descoberta do Centro Livre, pois ali, as atividades artísticas são diversas e gratuitas, e ao saber que teria atividades também para sua mãe, não perdeu tempo em levá-la para conhecer (MN).

A frequentadora do CLA contou que já tem por volta de um ano e meio que frequenta as aulas e não pretende parar mais. Ela participa do Coral Raio de Sol às quartas-feiras das 07:15h às 08:15h e depois vai para aula de desenho. Faz também

⁴³ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/.../2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavid>.

hidroginástica na Universidade Federal de Goiás (UFG), no projeto para pessoas idosas na Faculdade de Educação Física e a mesma atividade na CCI. E continua com sua fala:

Estou muito feliz com as novas ocupações e não me sento velha. Meus filhos apoiam minhas atividades. Sou casada há 55 anos, estou com 68 anos, tenho três filhos, fui professora de história na rede pública no ensino fundamental e médio e estou aposentada. Minha vida foi sempre de muita luta, sendo praticamente a maior responsável pelo sustento da família apesar de ser casada. Meu marido, hoje idoso, requer cuidados que são executados por mim. Nunca planejei o que fazer quando aposentasse, pois, imaginava que não iria conseguir viver como vivo hoje, realizada com o que faço, pois me viro nos trinta para conseguir fazer o que faço que me deixa feliz. Se pudesse ficaria o dia todo no centro livre, pois ali as pessoas são alegres, tem muitas oportunidades e a arte lhe traz muita paz (MN).

Seguindo no relato da criação do Centro Livre que, de acordo com o início história, funcionava no setor Coimbra, em 1977, o vereador Pedro Xavier Teixeira, através da Lei 5.377 de sua autoria, regulamenta a “Escola de Música”, que é transferida do setor Coimbra para a Praça Universitária na Biblioteca Pública Municipal “Marietta Telles Machado”. Em 1979, a escola funcionava em três turnos oferecendo cursos para crianças e adultos e, em 1981, foi novamente transferida para o Museu de Arte de Goiânia, sob a direção da professora Yara Moreira. Como a escola de música funciona em conjunto com o museu, o seu diretor Fernando Costa Filho resolveu ampliar os cursos criando Oficinas de Artes e havia também aulas de dança.

Através do Decreto-Lei nº 867, de 15 de setembro de 1988, foi aprovado o regimento interno da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente do município de Goiânia, passando, com isto, a ser denominado como Centro Livre de Artes, nomenclatura já utilizada pela então assessoria de Cultura a escritora Marietta Telles Machado. Nasce daí o Núcleo Centro Livre de Artes, que além do setor de música, são oficializados os setores de dança, artes plásticas, teatro e oficinas integradas idealizadas pelos professores que visavam reunir as artes de uma forma geral. Posteriormente, foi criada também uma oficina de arte integral especial para pessoas com deficiências e em 1991 atividades para pessoas idosas.

Dentre as atividades para o público em geral, atualmente, existem aulas de pintura, música, desenho, instrumentos musicais como violão, piano, teclado, viola, violino, história da arte, dança, teatro, ginástica, yoga, dança de salão, alongamento,

aero local, pilates, dança de salão, *Street Dance* e acrobacias de solo, Danças Populares afro-brasileiras, Capoeira Angola, Capoeira para bebês, oficina: Alongamento, Relaxamento e Consciência Corporal, : Oficina para História em Quadrinhos e Animações, Origami, Graffiti e Letter, Modelagem básica de Argila, Aquarela *Fashion*, Gravura Experimental, Desenho de Moda, Arte Entre Nós (específica para mulheres acima de 20 anos) Bandolim, Cavaquinho, Contrabaixo, Flauta, Violoncelo, Gaita.

O Centro Livre continua ligado à Secretaria Municipal de Cultura e, para se inscrever, basta acompanhar a publicação do edital no início do ano. As aulas são gratuitas e de excelente qualidade. Os professores são concursados e graduados nas áreas de atuação, alguns com especialização, mestrado e doutorado. Suas dependências são amplas, com salas para realização das diversas atividades e com instrumentos necessários para realização dos mesmos, disponíveis para os alunos. Possui também recepção, secretaria, sala de coordenação de cursos, banheiros, biblioteca e um amplo jardim. O mesmo está situado na Rua 01, nº 605, Bosque dos Buritis, Setor Oeste, Goiânia, CEP: 74115-040 - 93524-1192/ 93524-1194.



FIGURA 27 - Biblioteca do Centro Livre de Artes aberta ao Público. Acervo da autora.



FIGURA 28 - Entrada do Centro Livre de Artes. Acervo da autora.



FIGURA 29 – Recepção do Centro Livre de Artes. Acervo da autora.



FIGURA 30 – Piano de cauda do Centro Livre. Acervo da autora



FIGURA 31 - Vista do Bosque dos Buritis, local onde funciona o Centro Livre de Artes de Goiânia. Acervo da Autora.

Dentre as atividades acima descritas, existem turmas para todas as idades, inclusive bebês a partir de dois anos até 60+ (sessenta mais). As atividades específicas para grupos de pessoas idosas são o Coral Raio de Sol e o grupo de idosos Sonho e Cor através da Oficina Integrada Cor e Movimento. Este grupo se reúne às quintas feiras no período da manhã, das 07:30 às 11:00h. Mesclam atividades como psicoterapia, teatro, música e movimento corporal. Estes encontros também eram realizados duas vezes por semana, o que se observou que havia muita ausência, levando-os a alterar para ofertar somente uma vez na semana, o quê para eles, os professores e alunos foi um acerto.

Conforme relato de uma de suas professoras (SC), os encontros são realizados desde 2008, quando foi idealizado pelo professor Wheide de Melo⁴⁴ por acreditar que a união das atividades seria benéfica para os participantes, ofertando em apenas um dia as várias vertentes, facilitando a vida das pessoas interessadas, que são em sua maioria mulheres. Uma das professoras explicou que:

Mesmo aposentadas ou com o descompromisso das idades mais jovens, muitas mulheres ainda carregam para si o auxílio do cuidado de netos, com isto facilitaria para elas, pois o grupo do qual participam é como uma família, saem juntos, fazem diversas programações extras sala de aula. Algumas saem correndo para ajudar a cuidar dos netos, mas outras permanecem por mais tempo no bosque conversando umas com as outras (SC)..

E, assim, dando continuidade à produção textual da tese, apresenta-se, a seguir, a percepção pessoal das ações destinadas à pessoa idosa, desenvolvidas pelo Centro Livre de Artes. Tal percepção decorre da observação e do acompanhamento de atividades da referida instituição e se justificam pela necessidade de articulação entre teoria e prática, desenvolvimento de uma visão crítica sobre o envelhecimento e compreensão dos direitos fundamentais do(as) idosos(as). Certamente, essa imersão é que possibilita vivenciar o cotidiano institucional, observar o atendimento multiprofissional e compreender os desafios biopsicossociais do envelhecimento ativo ou fragilizado.

⁴⁴<https://www.facebook.com/CentroLivreArtes/posts/nossa-escola-se-solidariza-e-compartilha-o-sentimento-de-tristeza-de-toda-a-fam/> falecida em 21/03/2021. Acesso em: 26 jan. 2026.

3.4.4 Assistindo as ações do Centro Livre de Artes destinadas à pessoa idosa

3.4.4.1 *Coral Raio de Sol*

O Coral Raio de Sol tem suas atividades nas quartas-feiras às 07:00h da manhã e possui três professoras que comandam as aulas, respectivamente: A pianista que, além de tocar o piano, é compositora de diversas músicas por elas entoadas; as outras duas são responsáveis por reger as alunas. Sim, alunas, neste grupo não existe a presença masculina, somente mulheres. Este coral foi criado especificamente para atender o público feminino.

As respectivas professoras informaram às suas alunas a respeito desta pesquisa, elas ficaram muito lisonjeadas ao entenderem que o motivo da presença desta doutoranda ali era para pesquisar o trabalho que já existe há 30 (trinta) anos. E, conforme expôs a coordenação do Centro Livre, esta é a primeira vez que este grupo se tornou tema de estudo. Ficaram bastante animadas e interessadas em auxiliar na pesquisa. A palavra foi dada à pesquisadora para explicar o objetivo, bem como a solicitação de permissão para fotografar, filmar e entrevistar as alunas que se dispusessem a fazê-lo. Foi exposto que nada seria obrigado e que somente seria utilizado as informações mediante autorização explícita e assinada de cada uma. O que foi prontamente entendido e autorizado por todos. Soube-se, também, que no ato da matrícula de cada aluno, existe uma cláusula, onde o aluno permite o uso de sua imagem pelo centro livre, por ser uma escola de formação e difusão da cultura no Estado de Goiás.

E, assim, iniciou-se a pesquisa de campo, assistindo, filmando e fotografando a aula e entrevistando quando possível. O coral possui mais de 30 (trinta) participantes, formado por mulheres com idade acima de 50 (cinquenta) anos, devido solicitação de mães de alunos que iam levar seus filhos e não tinham ocupação enquanto aguardavam, conforme informado recebida de uma de suas gestoras. Outra informação é que nem sempre a frequência é 100%. Isto porque:

As ausências existem, principalmente visto que muitas ainda auxiliam os filhos nos cuidados dos netos, uma realidade anteriormente praticamente inexistente, pois cabia a mulher ficar em casa e cuidar do lar e dos filhos, e devido à expectativa de vida ter sido menor do que atualmente, que está por volta de 70/80 anos ou mais (Gestora 1).

Verificou-se, também, que, na participação do grupo pesquisado, a maioria é formada por mulheres que trabalharam fora de casa, funcionárias públicas agora aposentadas, alfabetizadas, presença de professoras, pedagogas, bancárias, bibliotecária, comerciante, cozinheira e donas de casa também, e representam a classe média brasileira.

A atuação de auxiliar no cuidado dos netos é uma função que as participantes da pesquisa apreciam, sentem-se realizadas por conviverem com as crianças, algo que no século passado não foi uma prática usual, até porque a expectativa de vida era menor do que atualmente vivemos. Segundo Liliana Sousa (2005), autora de um texto que traz a relação afetiva entre avós e netos e aborda também o envelhecimento, intitulado “Avós e Netos: uma Relação Afetiva, uma Relação de Afetos, a presença dos avós na vida dos netos”, hoje as pessoas são avós com idades em média de 50/60 anos, o que permite uma convivência maior com os netos.

A atual geração de avós é a primeira na história que pode esperar ter tempo para ver os netos crescer e serem adultos. Atualmente, a assunção do papel de avô/avó ocorre em média entre os 50 e os 60 anos, o que possibilita que avós e netos possam esperar viver em comum 2 a 3 décadas, sendo que a terceira década ocorrerá já com os netos adultos (SOUSA, 2005, p 40).

Na geração atual existe a necessidade de auxílio dos avós nos cuidados dos netos, para que seus filhos possam trabalhar, pois muitas famílias não possuem condições de custear funcionários domésticos. Há pouca oferta de creches, e o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho, sendo que muitas são as responsáveis pelo sustento do lar, o que propicia esta nova formatação familiar. O aumento das mulheres/mães, que integram o mercado regular de emprego, passou a exigir alteração na implicação dos avós na educação dos netos, pois “[...] é cada vez mais frequente que os avós assumam tarefas como levar os netos à escola, que os levem às atividades extracurriculares [...]” (Sousa, 2005, p 41).

Nesta esteira de vida mais longa e com maior qualidade, é que esta população descobriu formas de ocupar o tempo já que agora ficou mais livre, mesmo com a demanda dos netos, aproveitam para fazer o que não podiam quando estavam no mercado de trabalho. O Coral foi a opção para estas mulheres jovens há mais

tempo. Foi assim que se ouviu da participante AD, que residia em Brasília retornando a Goiânia para cuidar de sua mãe com demência, para dar-lhe o apoio necessário.

Tenho 61 anos, sou solteira e sem filhos. Já conhecia o Centro Livre pois moro nas redondezas. Sempre fiz atividades culturais, físicas como dança, teatro, línguas, pintura, sendo que inclusive minha primeira experiência com coral foi aos 15 anos. Entrei no Coral Raio de Sol em 2022. Durante a pandemia fiquei isolada com minha mãe, fiz atividades online e com isto, ninguém da família contraiu covid. Aliás, minha família sempre apoiou minhas atividades, e nunca fui tolhida por ela neste processo (AD).

Ao ser questionada como foi o processo de envelhecimento e se pensou em aposentadoria, ela respondeu: “[...] convivi com cuidados de idosos desde minha infância, pois meus pais cuidaram de seus avós na sua casa, pois os trouxeram para morar com eles” (AD). Neste sentido, pode-se deduzir que AD não teve dificuldade de lidar com o envelhecimento da mãe, já que viu a importância desta atitude, cuidar. Assim, entende-se que envelhecer é se aproximar da finitude, mas que é algo natural, então não tem como fugir da situação e sim enfrentá-la, sem, no entanto, sofrer com isto. Outra preocupação da participante com o envelhecimento é “[...] perder a autonomia, o que seria muito difícil, pois sempre fui muito independente, se pudesse escolher, não gostaria de ficar na situação de minha mãe” (AD).

Voltando ao coral que inicia as aulas com aquecimento das cordas vocais (ver Fig. 32), exercícios que beneficiam as pessoas com maior idade, pois o envelhecimento natural da voz conhecido como presbifonia (Meirelles; Bak; Cruz, 2012). Conforme estes autores, a presbifonia refere-se ao envelhecimento da voz, resultado das alterações fisiológicas que ocorrem na laringe, nas pregas vocais e nas estruturas respiratórias e de ressonância à medida que a idade avança., e a prática do canto auxilia para melhorar esta capacidade advinda com o envelhecimento.

O canto coral é uma atividade que pode ser realizada por pessoas de diferentes idades ou estilos, que normalmente praticam o canto amador na busca apenas de prazer, fazendo desta atividade uma terapia para sua vida. Seu interesse é estar com seus amigos passando mensagens através da música e muitas vezes não dão importância à qualidade de seu canto, mas à qualidade de seu envolvimento. Além do bem-estar social e cultural, cantar, seja em coro ou não, é um excelente exercício para o desenvolvimento físico dos sistemas respiratório, auditivo e fonatório (Meirelles; Bak; Cruz, 2012, p 81).

São diversos benefícios auferidos na prática do canto como a estimulação da memória, evocação de recordações, ritmo, autoestima, sociabilidade, entre outros. O canto é particularmente indicado para prevenir os engasgos, mais frequentes entre as pessoas idosas.



FIGURA 32 – Aula do Coral Raio de Sol. Acervo da autora.

Após o aquecimento tem início o ensaio das melodias, músicas conhecidas pela comunidade em geral como Dança do carimbó, composta Aurino Quirino Gonçalves (Pinduca), em parceria com Rui Guilherme, lançada em 1975, no álbum “Carimbó e Sirimbó no Embalo do Pinduca”.

DANÇA DO CARIMBÓ

Dona Maria que dança é esta que a gente dança só,
Dona Maria que dança é esta é Carimbó, é carimbó.
Braço pra frente, braço pra traz, agora quero ver como é que é,
Só falta bater as mãos, batendo também os pés. (bis)

Cantam em forma de Cãnone, isto é, alternam entre grupos a entrada de cada refrão. Elas cantam com animação. Muitas vezes cantam sem segurar a partitura para treinar a memória, metodologia utilizada pelas professoras durante os ensaios. Segue abaixo a letra da melodia e “Cantar faz muito bem”, de autoria da professora Elza Almeida:

Conversa vai, conversa vem
Ninguém duvida que cantar faz muito bem. Repete

Por isto eu canto, canto bem, canto que cantar faz muito bem.
Por isto eu canto, canto bem, canto que cantar faz muito bem.

Atividades não faltam para elas. Nos encontros semanais, em conversas informais, as componentes do coral contaram que frequentam outras aulas em outras instituições, pois querem ocupar seus dias, e nesta ocupação, fizeram a primeira apresentação no dia 18 de maio de 2024. Esta performance contou com a participação tanto de seus familiares como do público em geral na programação mensal conhecida como “Arte no Bosque”. Este evento acontece mensalmente no último sábado de cada mês, como uma forma de atrair e divulgar as aulas que acontecem diariamente no Centro Livre para população da cidade de Goiânia.

Esta apresentação foi composta pela união de dois corais. Imagens e vídeos comprovam a presença de pessoas com idade inferior a 60 (sessenta anos). Muito embora, este grupo seja destinado às pessoas com 60 anos ou mais, integram-se a ele algumas mulheres com idade inferior ao determinado, haja vista que muitas levam seus filhos para atividade na instituição, com a finalidade de conciliar os horários o que foi permitido. Pode-se, no entanto, observar a troca de experiências entre jovens com as idosas do grupo, a atenção, o carinho que existem nas trocas de experiências entre as diferentes gerações, afinal, em todas as épocas as trocas existem de ambas as partes.



FIGURA 33 - Aula de arte psicoterapia no parque. Acervo da autora

3.4.4.2 *Oficina integrada cor e movimento.*

Esta oficina partiu da iniciativa de uma professora da instituição, que acreditou que a junção de diferentes modalidades de contexto seria uma forma de atrair e facilitar a aceitação das pessoas com mais de 60 anos que procuravam o centro livre para realizar ali suas ocupações e novos aprendizados e experiências. Ainda acontecem ausências, mas em número bem menor. E isto já se vão alguns anos, pois esta iniciou-se em 2008, isto significa que já tem 16 anos de funcionamento.

Para que as aulas sejam ministradas, formou-se um grupo de professores que atuam em conjunto, cada um em sua área de atuação. Eles dividem os horários diversificando semanalmente qual vai iniciar, como e qual será a última aula, para não cair na rotina. As professoras aplicam as aulas de movimento corporal com atividades de dança, ginástica, ritmo, coordenação, equilíbrio entre outras habilidades funcionais necessárias para a vida diária das alunas. Muito embora não seja uma oficina destinada especificamente ao público feminino, existe aluno do gênero masculino. De acordo com observação visualizada nas visitas da pesquisadora nas aulas do coral, a maioria das pessoas idosas nos espaços escolhidos para estudar é formada pelo gênero feminino.

Outra atividade que acontece na oficina integrada refere-se às aulas de teatro ministrada pelo professor WG. Técnicas de descontração, percepção de espaço, representação são metodologias utilizadas por ele na montagem da peça que irão apresentar no final do ano. Percebe-se uma interação muito forte entre as alunas, que conseguem, cada uma dentro de suas limitações, atuarem nos personagens escolhidos por cada uma para representar. Modos de andar, falar, gesticular e lidar com a plateia também faz parte das dinâmicas nas aulas, tudo feito com maestria.

Um professor (DN) fica por conta da música. Com seu violão ensina diversas melodias introduzindo movimentos de coordenação motora como mãos, pés, bater palmas, entre outros. Músicas conhecidas popularmente e músicas que combinam com memorização e movimentos coordenados são as preferidas pelas alunas. Já as psicoterapeutas (AL e LI) mesclam terapia com artes. Desenhos, pinturas, atividades

que trabalham emoções, sentimentos de pertencimento, criatividade são algumas das áreas que elas procuram trabalhar com os integrantes da oficina.



FIGURA 34 - Aula de música e ritmo. Acervo da Autora.



FIGURA 35 - Aula de Teatro. Acervo da Autora.

Neste capítulo, foram especificadas as instituições escolhidas para pesquisa de campo, no qual apontou-se a fundação de cada uma, como funcionam, critérios

para poder compor ou frequentar cada uma delas. Imagens de suas dependências com as atividades propostas foram incorporadas ao texto.

Dando continuidade à jornada que é escrever esta tese, em que se pretende apontar como se dá o envelhecimento na cidade de Goiânia, nas instituições elencadas, apoiadas nas políticas públicas existentes, apresentar-se-á um pouco do que é o envelhecimento abordando classe, raça e gênero. Envelhecer para a maioria não é um fardo como as pessoas que ainda não chegaram a esta etapa da vida imaginam, mas um período de muitas novas experiências, e difere na população, como se evidenciará no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – AS PERFORMANCES CULTURAIS E O ENVELHECIMENTO NAS DIFERENTES CLASSES SOCIAIS NO BRASIL: UMA REALIDADE DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

“Por mais que você seja amado por mais que você seja cuidado, a velhice é a solidão e saber viver na solidão. Não é a solidão romântica terrível, não, é você com você mesmo, e a consciência de que você já não é ou do que você ainda é. É saber dar conta da perda e porque o acordar já é um ganho”
Fernanda Montenegro.

4.1 O Cenário Demográfico do Envelhecimento no Brasil – um drama social

O processo de envelhecimento populacional, como já foi dito anteriormente, é uma realidade global, e o Brasil não é exceção. Nas últimas décadas, o país tem experimentado uma transição demográfica significativa, caracterizada pela queda das taxas de natalidade e mortalidade e pelo consequente aumento da proporção de idosos na população. No entanto, esse processo não ocorre de forma homogênea em todas as camadas sociais. As desigualdades socioeconômicas e raciais no Brasil manifestam-se de maneira acentuada na experiência do envelhecimento, impactando diretamente a qualidade de vida, o acesso a serviços e as oportunidades para a população idosa. Neste sentido, as nuances do envelhecimento nas diferentes classes sociais no Brasil, com base em dados demográficos e socioeconômicos, as implicações dessas disparidades para as políticas públicas, são descritas a seguir.

O Brasil tem se tornado um país cada vez mais envelhecido. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a população com 60 (sessenta) anos ou mais tem crescido consistentemente. Em 2021, a população idosa no Brasil apresentava uma distribuição por cor/raça que reflete as suas características demográficas gerais, mas com particularidades importantes quando se observa a proporção dentro de cada grupo.

Conforme dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)⁴⁵ de 2021, ao analisar a população idosa (60 anos ou mais), de acordo com sua classificação no Brasil por cor/raça, como já descrito nos

⁴⁵ IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/.desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.htm> Acesso em: 20 dez. 2025.

capítulos anteriores, reforça-se que a população parda e preta, quando somada, representa uma parcela significativa, aproximando-se da população branca em termos absolutos. Isso é um reflexo da composição demográfica brasileira, onde pardos e pretos constituem grande parte da população. No entanto, é crucial analisar como o envelhecimento afeta cada grupo de forma distinta, especialmente, se consideradas as condições socioeconômicas. Segue, na Figura 36, um gráfico ilustrativo referente à população idosa no Brasil por Cor/Raça, de 60 anos ou mais, conforme consta da PNADC/2021.

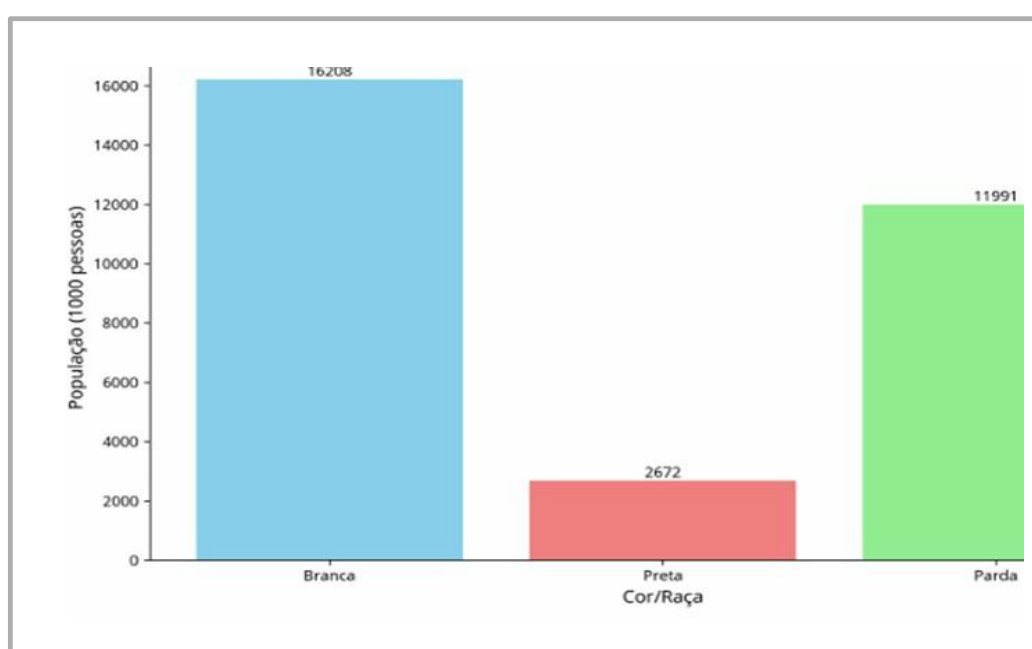


FIGURA 36 – População Idosa no Brasil por Cor/Raça (60+ anos)
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC), 2021.

Pode-se observar na Fig. 36, a distribuição de pessoas idosas com idade igual ou acima de 60 anos e, ao analisar no tocante a cor/raça no Brasil, baseado nos dados de população em milhares de pessoas, fica evidente que, enquanto o quantitativo da cor/raça branca equivale a 16.208 (dezesesseis mil, duzentos e oito), a população perda e preta, conjuntamente, ou seja, 14.463 (quatorze mil, quatrocentos e sessenta e três) representa uma parte expressiva (46,7%) de pessoas idosas no país. Tais resultados, certamente, reforçam a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades desses grupos.

4.1.1 Desigualdades Socioeconômicas e o Envelhecimento. Questão Racial e de Gênero no Envelhecimento, uma realidade visível

O envelhecimento não é uma experiência uniforme. As condições socioeconômicas ao longo da vida, como acesso à educação, saúde, moradia e oportunidades de trabalho, moldam profundamente a velhice. Indivíduos de classes sociais mais baixas, muitas vezes, chegam à velhice com uma saúde mais fragilizada, menor reserva financeira e menos acesso a serviços de apoio. Isso se agrava quando consideramos o recorte de raça, uma vez que a população negra e parda no Brasil historicamente enfrenta maiores barreiras e desigualdades sociais.

No entendimento de Scortegagna e Oliveira (2020), a diminuição das taxas de natalidade e o aumento relevante da população idosa, são fatores que resultam na diminuição de jovens, gerando, assim, um grave obstáculo. Se, por um lado, a quantidade de trabalhadores está encolhendo; por outro, a situação de subsistência dos idosos piora, fazendo com que muitos retomem a inserção no mercado de trabalho. Além do mais, como reforçam os autores, a carência de infraestrutura para atendimento em saúde e assistência, combinada com condições de vida precárias, resulta em um dos mais graves problemas sociais contemporâneos, ou seja, idosos/as que não trabalham e dependem da previdência social, geram custos elevados para o Estado.

A esse público a ser atendido é assegurado o direito de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), financiado com recursos da Assistência Social. O BPC voltados as pessoas idosas no Brasil está assegurado a 2.7 milhões de pessoas idosas com 65 anos e mais, e no Estado de Goiás é estimado em 85 a 90 mil pessoas idosas (MDS, 2026).

Impende mencionar que a questão racial é um determinante social da saúde e do bem-estar, e suas implicações se estendem ao longo de todo o ciclo de vida, incluindo o envelhecimento. A população negra e parda no Brasil, devido a um histórico de discriminação e desigualdades estruturais, tende a apresentar piores indicadores de saúde, menor acesso a serviços de qualidade e menor acumulação de bens e renda ao longo da vida. Isso resulta em uma velhice mais precária e com maiores desafios.

A distribuição percentual da população idosa por cor/raça e faixa etária, delineada na Fig. 37, a seguir, permite observar como a proporção desta população, em cada grupo racial, se comporta nas diferentes faixas etárias. Embora os dados do IBGE não forneçam diretamente informações sobre classes sociais em conjunto com raça e idade de forma detalhada para essa análise, a correlação entre raça e classe social no Brasil é amplamente reconhecida na literatura acadêmica. Populações negras e pardas estão desproporcionalmente representadas nas classes sociais de menor renda, o que agrava as vulnerabilidades no processo de envelhecimento.

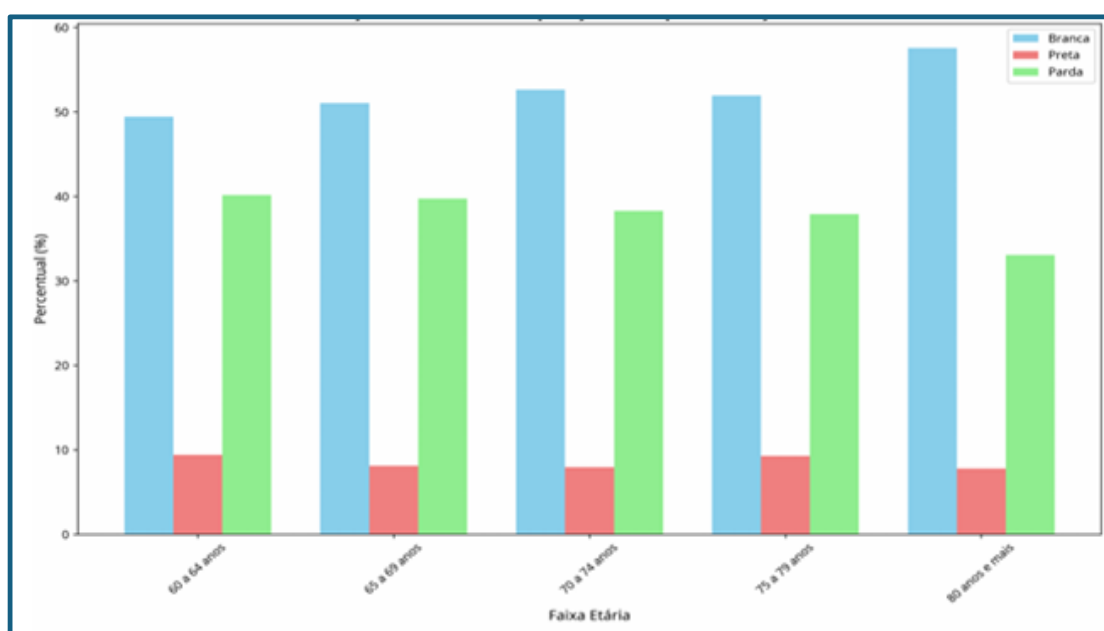


FIGURA 37 – Distribuição da população idosa no Brasil por Cor/Raça Faixa etária
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC), 2021.

A distribuição da população idosa por Cor/Raça e Faixa Etária evidencia as diferenças na composição etária dentro de cada grupo racial. Ressalta-se que, mesmo com o aumento da longevidade, as condições de vida e saúde na velhice são fortemente influenciadas pelas desigualdades acumuladas ao longo da vida.

O quesito cor ou raça da população brasileira é investigado pelo IBGE/PNAD(2021), a partir do critério de autoidentificação, para o qual são apresentadas 5 categorias de escolha: Branca – para a pessoa que se declara branca; Preta – para a pessoa que se declara preta; Amarela – para a pessoa de origem do leste asiático (japonesa, chinesa, coreana, etc.); Parda – para a pessoa que se identifica com a mistura ou miscigenação de duas ou mais opções de cor ou

raça; Indígena – para a pessoa que se declara indígena, morando ou não em terras indígenas.

As figuras 38 e 39, a seguir, apontam a distribuição da população idosa em percentuais absolutos e por raça e cor, mostrando a disparidade do envelhecimento nesta distribuição. Pode-se observar também que a longevidade do gênero feminino é maior.

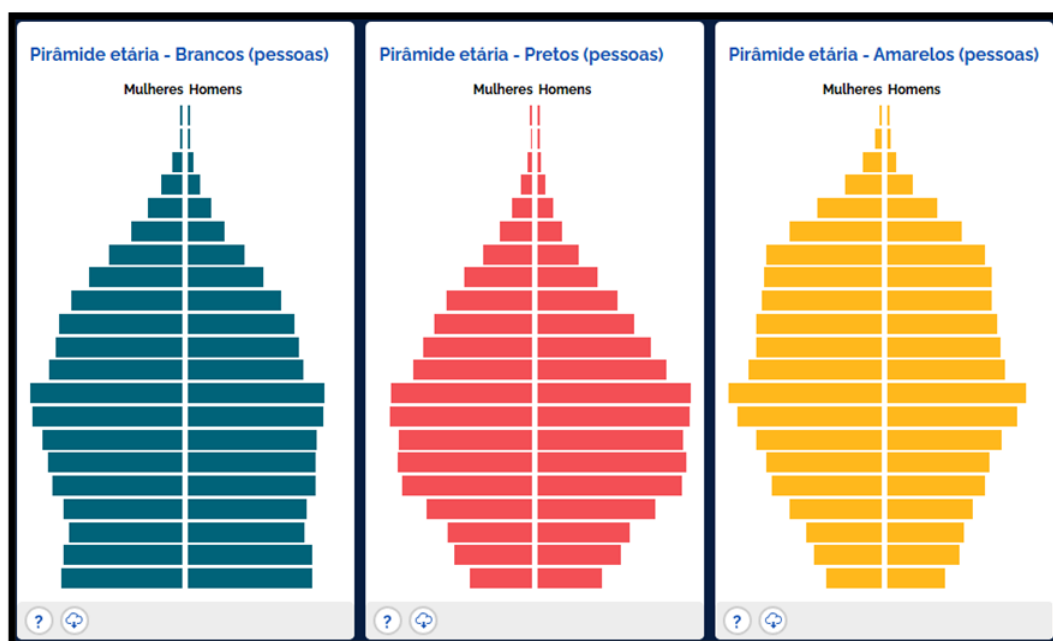


FIGURA 38 – Pirâmides etárias por cor/raça – pessoas brancas, pretas e amarelas
Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2022

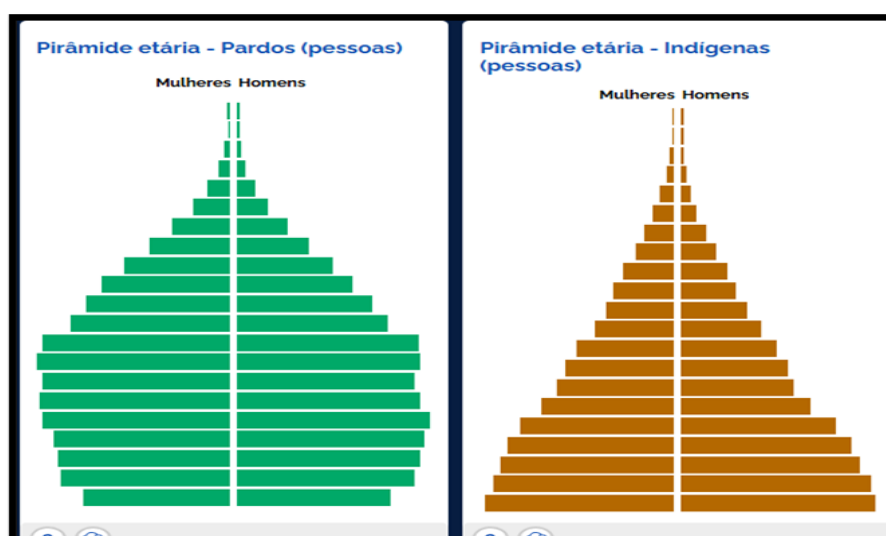


FIGURA 39 – Pirâmides etárias por cor/raça – pessoas pardas e indígenas
Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2022

As figuras representativas dos gráficos referentes à pirâmide etária por cor e raça, de acordo com o Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciam que o processo de envelhecimento populacional ocorre de forma desigual entre os diferentes grupos raciais. A população de cor ou raça amarela apresenta a estrutura etária mais envelhecida, enquanto as populações indígena e parda mantêm perfis relativamente mais jovens. A população branca também apresenta elevado grau de envelhecimento, superior ao observado entre as populações preta e parda, refletindo diferenças históricas na dinâmica da fecundidade, da mortalidade e da composição etária desses grupos. Em comparação com o Censo Demográfico de 2010, todos os grupos de cor ou raça registraram aumento do índice de envelhecimento, confirmando o avanço do envelhecimento demográfico no Brasil, ainda que em ritmos distintos entre os segmentos populacionais.

4.1.2 A Interseccionalidade na análise da Invisibilidade da Pessoa Idosa: Gênero, Raça e idade.

No entendimento de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), o conceito é vital para explorar como as desigualdades de raça, gênero e idade se moldam mutuamente. Ao incluir a "faixa etária" em sua obra "Interseccionalidade" como um eixo de análise, as autoras fornecem o arcabouço teórico para examinar a invisibilidade da pessoa idosa não como uma experiência única, inflexível, mas como um fenômeno interseccional, ou seja, como os fatores podem ser usados, resultando em várias implicações como cruzamentos e sobreposições de opressão e invisibilidades relacionados à raça, gênero, classe, idade da pessoa idosa.

A invisibilidade social da pessoa idosa está, frequentemente, associada ao etarismo, pois o preconceito ainda é um comportamento presente nesta sociedade contemporânea, sendo constantemente intensificada e reconfigurada quando cruzada com as categorias de gênero e raça. Uma mulher idosa negra, por exemplo, não experimenta a invisibilidade apenas por sua idade, mas pela confluência de sistemas de opressão que a marginalizam simultaneamente por ser mulher, negra e idosa.

A interseccionalidade, nesse sentido, permite ir além da análise de fatores isolados, revelando que "[...] raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidades

e etnia se moldam mutuamente" (Collins; Bilge, 2020, p. 03). A Figura 39 apresenta a distribuição da população idosa por cor ou raça (pessoas), conforme levantamento do Censo Demográfico de 2022 pelo IBGE.

Novamente, expõe-se aqui (Fig. 40) os resultados da distribuição da população idosa por cor ou raça no Brasil, de conformidade com o Censo Demográfico de 2022, publicados pelo IBGE.

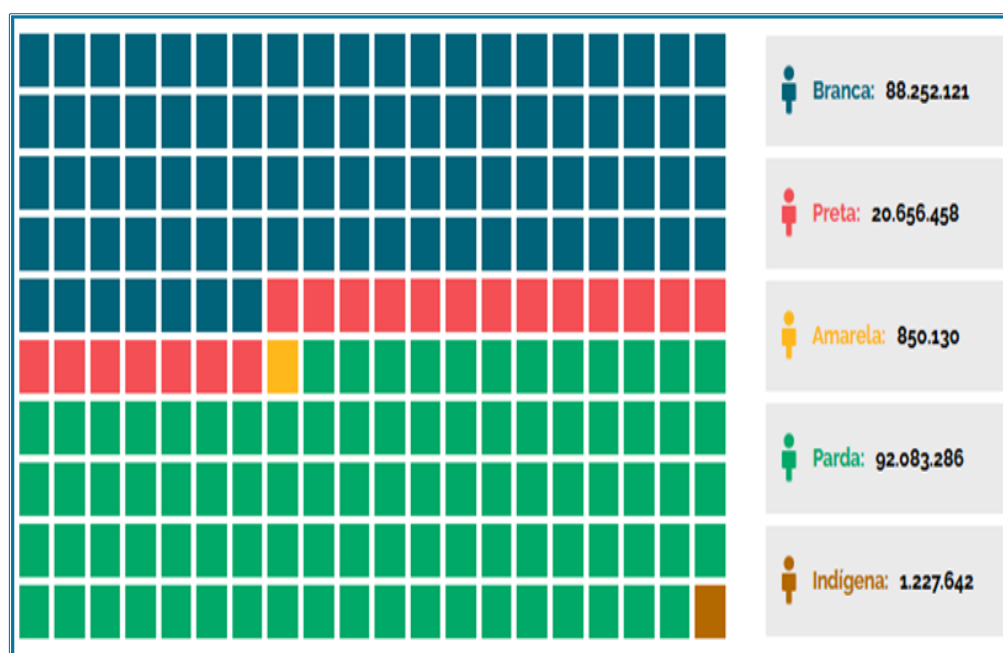


FIGURA 40 - Distribuição da população idosa por cor ou raça (pessoas)
Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2022

Constata-se na Fig. 40 que, do total de 203.099.637 (duzentas e três milhões, noventa e nove mil, seiscentas e trinta e sete) das pessoas que compõem a população brasileira (IBGE, 2022), aquelas que se dizem pardas sobressaem dentre as demais classes, haja vista que sua representatividade corresponde a 45,4%. Na sequência, o índice de pessoas brancas equivale a 43,4%, enquanto as de cor preta são indicadas pelo índice de 10,2% e a população indígena figura-se com 0,62%. Restou às pessoas de cor/raça amarela a menor proporção, ou seja, 0,42%.

Mas, qual a relação da interseccionalidade com os índices da população idosa? De acordo com estudos publicados neste aspecto, há de se considerar que a interseccionalidade é essencial para interpretar os indicadores relativos à população idosa no Brasil, pois evidencia que o envelhecimento demográfico não ocorre de

maneira homogênea, sendo fortemente marcado por desigualdades e configurado por atributos sociais como gênero, raça, classe, território e orientação sexual.

Como o Censo de 2022 apontou um aumento de 56% na quantidade de pessoas com 60 anos ou mais, em comparação a 2010, atingindo mais de 32 milhões de indivíduos, a perspectiva interseccional mostra de que modo esses dados se distribuem de forma desigual.

Em tal contexto, há de se concordar com as autoras Collins e Bilge (2020), de que a interseccionalidade deve ser compreendida como uma lente que "propõem saídas para questões habituais", como a forma pela qual a opressão se manifesta de maneira única em grupos específicos, neste caso as pessoas idosas, negras, trans, entre outras. A invisibilidade das mulheres idosas negras pode se manifestar na ausência de políticas públicas de saúde adequadas, na precarização de suas condições de vida e na desvalorização de seus saberes e histórias, um reflexo direto da forma como os sistemas de poder estrutural (como o racismo e o patriarcado) se cruzam com o domínio da idade.

Neste sentido, com a análise utilizando como ferramenta a interseccionalidade, verifica-se que esta é indispensável para a compreensão da invisibilidade da pessoa idosa, principalmente no âmbito familiar, haja vista que:

Existe uma invisibilidade praticada pelas famílias que passa despercebida, é acometida inconscientemente, retirando aos poucos o idoso do palco de suas próprias vidas, deixando-os nos bastidores e com isso intensifica a sua dependência. Deve-se observar e evidenciar as atividades de vidas diárias que os idosos conseguem desenvolver sozinhos e as que precisam de auxílio, providenciar ambientes favoráveis e adaptados que contemplem todas as suas necessidades para que tenham cada vez mais autonomia e liberdade (Ramos, 2017, p. 1).

A interseccionalidade exige que se reconheça a heterogeneidade dentro do grupo etário, mostrando que a experiência de envelhecer é também marcada profundamente pela raça e pelo gênero. Somente ao adotar essa perspectiva é possível formular uma práxis-crítica e ações de justiça social que abordem as formas específicas de marginalização enfrentadas por aqueles que se encontram nas intersecções mais vulneráveis do sistema de poder.

4.2 Implicações para as Políticas Públicas

As disparidades no envelhecimento entre as diferentes classes sociais e grupos raciais no Brasil exigem políticas públicas específicas e interseccionais⁴⁶. É fundamental que as políticas voltadas para a população idosa considerem não apenas a idade, mas também incluam raça, renda e outras dimensões da desigualdade.

No campo das políticas públicas é relativamente recente a sua utilização enquanto princípio norteador, sendo propagado principalmente por força das recomendações dos organismos internacionais e por órgãos promotores de políticas de igualdade de gênero. Especificamente no Brasil, a apropriação do termo interseccionalidade no campo das políticas públicas ainda é tímida e circunscrita aos discursos, práticas e iniciativas no âmbito federal (Ortiz, 2013, p. 01).

Isso inclui, por exemplo, a implantação e fortalecimento de Políticas de Saúde, isto é, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na atenção primária e na saúde do idoso, com programas específicos para doenças crônicas muito comuns no envelhecimento e condições de saúde prevalentes em populações vulneráveis. Uma Previdência Social que venha garantir acesso a benefícios previdenciários e assistenciais que assegurem uma renda mínima para os idosos, especialmente aqueles que não tiveram acesso a empregos formais ao longo da vida, como também acesso à moradia, urbanismo, uma cidade acessível nas mais diferentes necessidades das pessoas idosas ou como deficiência física, que não se restringe a rampas de acesso ou transporte acessível, o que é mais comumente utilizado, mas uma cidade amiga da pessoa idosa.

A implantação dessa política pública e social no Brasil ocorreu em 2019, com a edição do primeiro Projeto de Lei (PL) de criação do Programa Cidade Amiga do Idoso, e veio a ganhar maior viabilidade, com a publicação da Portaria Nº 399, de 20 de março de 2026, no Diário Oficial da União (DOU), posteriormente transformado na Lei n.º 15.476, de 23/07 de 2026, com a denominação de Programa Nacional Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, com o objetivo de impulsionar

⁴⁶ A análise e avaliação de políticas sociais ultrapassa a mera disposição e utilização primorosa de métodos e técnicas racionais e operativos, preocupados com a relação custo-benefício ou com eficiência e eficácia. A avaliação de políticas sociais deve se situar na compreensão do significado do papel do estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

os municípios a adotarem medidas para o envelhecimento saudável e, consequente, melhoria da qualidade de vida dessa população e, também, promover ações que contemplem sua diversidade e assegurem a autonomia, inclusão e participação plena em todas as dimensões da vida comunitária (BRASIL, 2026).

Esta já é uma realidade presente em algumas cidades brasileiras⁴⁷. O projeto supracitado tem obtido resultados satisfatórios nas regiões no qual foi implantado, trazendo uma realidade diferente para a população. Em uma entrevista com um dos promotores que atua com a pessoa idosa, Dr. Vagner Jerson Garcia, na cidade de Goiânia, o mesmo relatou que:

Conheço este projeto e como esta transformação tem sido positiva nas cidades que já o implantaram, criando o que poderia ser denominado gerontologia intergeracional. A comunidade se transformou no cuidado da pessoa idosa. Desde os condutores do transporte urbano, que foram treinados para acolher, dirigindo com mais cautela, auxiliando o acesso para os que assim necessitam, como os jovens que passaram a acolher, escutar, cuidar das pessoas idosas. Tenho tentado trazer o programa para cidade de Goiânia, mas ainda não consegui apoio do poder executivo nos dois âmbitos, estadual e municipal (Promotor Vagner J. Garcia, 2024).

Uma realidade vivenciada na capital do estado de Goiás, são ainda ausentes o número de ofertas de instituições de acolhimento, principalmente na modalidade casas lares. Na planilha no qual está relacionado às organizações existentes na cidade para o cuidado da pessoa idosa, a maioria são entidades da rede privada. Entretanto, nos últimos anos, foi construído pelo governo do Estado três novos centros de convivência em regiões mais distantes da região central: Espaços Bem Viver I, II, III⁴⁸

⁴⁷ As cidades que receberam o certificado da OMS foram: Porto Alegre, Esteio e Veranópolis, no Rio Grande do Sul; Pato Branco, no Paraná; Balneário Camboriú, Santa Catarina; e Jaguariúna, São Paulo. A OMS criou um guia a ser seguido pelas cidades para tornarem-se amigas do idoso. Para que recebam o selo é necessário que elas cumpram os três pilares da organização: saúde, segurança e participação, além dos critérios bases, separados em: Espaços abertos e prédios Transporte Moradia Participação social Respeito e inclusão social Participação cívica e emprego Comunicação e informação Apoio comunitário e serviços de saúde Guia Global: Cidade Amiga do Idoso - SBGG. [guia-global-oms.pdf](#) ([guia-global-oms.pdf](#), [2008.]).

⁴⁸ Espaço Bem Viver I Rua Palmares, entre CM-08 e CM-10, Setor Cândida de Moraes – Goiânia/GO Tel.: (62) 3201-6399 E-mail: espaco.bemviver1@ovg.org.br, Espaço Bem Viver II Avenida Contorno esq. com Rua 44, Setor Norte Ferroviário – Goiânia/GO, Tel.: (62) 3201-9701 / 3201-9704 E-mail: espaco.bemviver2@ovg.org.br, Espaço Bem Viver III Avenida do Povo, Qd: 33, Vila Mutirão I – Goiânia/GO, Tel.: (62) 3914-6777 / (62) 3914-6778 E-mail: espaco.bemviver3@ovg.org.br

Outra instituição de casas lares está em construção no Setor Jaó. Mas se faz necessário desenvolvimento de políticas habitacionais que garantam moradia digna e segura para idosos de baixa renda a nível estadual e municipal, planejamento urbano que promova a acessibilidade e a inclusão, são fundamentais na promoção de melhoria no atendimento para uma melhor qualidade de vida deste grupo ainda invisibilizado. A Educação e Inclusão Digital refere-se a uma outra política pública, que deveria ser ofertada à população idosa, posto que, com o aumento da demanda na utilização de tecnologias, um programa de educação continuada com inclusão digital para o referido público, possibilitaria o alcance de sua autonomia e participação social.

Para melhor compreensão do envelhecimento multicultural, impende analisar a adoção do conceito de múltiplas velhices deliberada pelas resoluções da 6ª CONADIP, ao distinguir que a experiência de envelhecer é moldada de forma distinta pelo gênero e pela etnia, como descrito na sequência.

4.3 O envelhecimento multicultural e a democracia: análise das resoluções da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

A Sexta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (6ª CONADIP), realizou-se em Brasília no período de 16 a 19 de dezembro de 2005, com o tema “Envelhecimento Multicultural e Democracia: por um Brasil de todas as idades”, de acordo com sua divulgação (Fig. 41), representando um marco na discussão das políticas públicas voltadas à população idosa brasileira. O evento, que reuniu delegados de todo o país, teve como foco a necessidade de reconhecer e responder à multiplicidade das velhices no Brasil, atravessadas por marcadores sociais como gênero, classe, etnia.

Este evento foi a retomada da conferência nacional sobre o assunto, após ficar paralisada por nove anos, reunindo representantes do Governo Federal, Conselhos de Direitos, Movimentos Sociais e Organismos Internacionais. A 6ª CONADIP resultou do processo realizado em todo país, com a realização democrática e participativa a partir de inúmeras conferências realizadas nos estados, municípios em todo território brasileiro.



FIGURA 41 – Divulgação do evento da 6ª CONADIPI – Brasília/DF, 2025.
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), 2025.

A Ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo, em sua palestra de abertura, destacou que “[...] o envelhecer é um processo plural e desigual, e a pessoa idosa deve ocupar um lugar central na formulação das políticas públicas e no enfrentamento do idadismo, o drama social da desigualdade” (Evaristo, 2025, s/p.).

Uma conferência possui o papel fundamental que é, como a própria palavra sugere, conferir o que foi feito e aprimorar o que ainda está por fazer, como também sugerir novos caminhos, levando em conta a realidade atual do envelhecimento populacional que, segundo informações no próprio *site* do evento, atualmente, o número de pessoas idosas representa 15,8% da população brasileira, ou 32.113.490 (Trinta e dois milhões, cento e treze mil, quatrocentas e noventa) de pessoas com 60 anos ou mais, representados no cenário das múltiplas velhices, que inclui mulheres e homens de diversas etnias (amarela, parda, branca, indígena, negra), identidades LGBTQIAPN+, quilombolas, populações do campo, floresta e águas, além de pessoas em situação de rua e de privação de liberdade.

Uma das finalidades objeto da mencionada conferência também se destina a constatar se as ações voltadas para as pessoas idosas acontecem de acordo com

as legislações existentes: Constituição Federal, Estatuto da Pessoa Idosa, Política Nacional do Idoso, Políticas Estaduais e Municipais da Pessoa Idosa, como também verificar possíveis atualizações devido às novas realidades pungentes e os avanços nas pesquisas existentes.

Neste sentido, a relevância da 6ª CONADIPI reside na sua capacidade de traduzir a complexidade do envelhecimento contemporâneo em 15 (quinze) propostas prioritárias, as quais tiveram embasamento nos eixos temáticos oficiais, eixos estes que serviram como pontes a orientar a agenda nacional de políticas para a próxima década. As propostas prioritárias e seus respectivos eixos constam de forma detalhada no Quadro 4, a seguir.

QUADRO 4 – Eixos temáticos e as propostas prioritárias da 6ª CONADIPI

Eixo 1 - Financiamento das Políticas Públicas para Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais
01- Fundos municipais, estaduais e nacional da pessoa idosa
02- Financiamento de políticas públicas para pessoas idosas
03- Controle social dos recursos e financiamentos específicos
Eixo 2 - Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa
04- Cuidado integral e proteção à vida da pessoa idosa
05- Previdência e assistência social às pessoas idosas
06- Saúde das pessoas idosas
Eixo 3 - Proteção e Enfrentamento Contra Quaisquer Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa
07- Prevenção à violência contra a pessoa idosa
08- Defesa de direitos e proteção da população idosa
09- Atenção e escuta qualificada à pessoa idosa vítima de violência
Eixo 4 - Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices
10- Protagonismo e valorização das múltiplas velhices
11- Inclusão digital, educação e cultura para as múltiplas velhices
12- Vida comunitária: habitação, mobilidade e acessibilidade das pessoas idosas
Eixo 5 - Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro
13- Consolidação dos conselhos de direitos da pessoa idosa
14- Múltiplas velhices: participação e controle social
15- Formação, cidadania e múltiplas velhices

Fonte: Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), 2025.

Para auxiliar neste caminho a ser trilhado no referido evento, foram convidadas para trazer a realidade de alguns eixos, a escritora Conceição Evaristo que realizou a palestra magna, a socióloga Laís Wendel Abramo e a pesquisadora

Albamaria P. de C. Abigalil, abordou o campo das políticas públicas integradas, intersetoriais com ênfase em direitos, democracia, participação social e enfrentamento das desigualdades, como também representantes nacionais e internacionais. A mesma defende a importância de garantir financiamentos adequados para proteção social, combate à violência e inclusão das múltiplas velhices.

Albamaria Abigalil, pesquisadora representante do (NEPPOS, UnB), deu ênfase e foco para a questão do financiamento e do ciclo orçamentário no âmbito da União, dos Estados e Municípios, considerando o Ciclo orçamentário e as datas específicas para elaboração do PPA, da LDO e da LOA nas três esferas de governo, com o controle democrático e social dos Conselhos de defesa de Direitos e fiscalização do Ministério Público.

A socióloga Laís Wendel Abramo, representante da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome (MDS) destacou a necessidade de políticas intersetoriais para garantir o acesso universal ao cuidado, ressaltou a centralidade do Sistema Único de assistência Social (SUAS) do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Cuidado (PNC) como instrumentos fundamentais para o bem-estar da pessoa idosa e para a reprodução da vida e da sociedade. Apontou de forma crítica, a sobrecarga do cuidado sobre as mulheres, especialmente as mais pobres, negras e residentes em periferias.

Outra participação importante foi do representante da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS), Cristian Morales Fuhrmann, que em seu discurso, convidou a comunidade ali presente a conhecer o projeto “Cidade amiga da pessoa idosa”, tema já citado na escrita anteriormente, projeto almejado a ser implantado nesta capital pelo promotor de Justiça Dr. Vagner Jerson Garcia, que atua no cuidado da pessoa idosa em Goiânia.

Segundo informações de Fuhrmann, no Brasil, oito estados e 69 (sessenta e nove) municípios já aderiram ao programa: Paraná, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Piauí, sendo que Paraná e Rio de Janeiro são filiados. No mundo 18 países e 1000 cidades fazem parte deste projeto que tem

obtido resultados importantes na transformação da sociedade no tratamento dispensado a pessoa idosa.

4.3.1 O Drama Social do Envelhecimento na 6ª Conadipi e a Memória Coletiva

O envelhecimento no Brasil, especialmente para as camadas populares, é indissociável do profundo drama social que tem sido o envelhecimento da população brasileira. A ausência de políticas públicas estruturantes e a persistência de desigualdades históricas transformam a longevidade, que deveria ser uma conquista, em um período de vulnerabilidade e risco.

As resoluções da 6ª CONADIPI que tratam da Proteção e Enfrentamento a todas as formas de Violência (Resoluções 7, 8 e 9) e do Cuidado Integral (Resolução 4) são uma resposta direta a esse drama social vivenciado na atualidade pelas pessoas idosas. A violência contra a pessoa idosa, quer seja ela de forma física, psicológica, financeira ou por negligência, é um sintoma da desvalorização social do velho na sociedade capitalista e produtivista. A proposta de Atenção e escuta qualificada à pessoa idosa vítima de violência (Resolução 9) e a Defesa de direitos e proteção da população idosa (Resolução 8) buscam resgatar a dignidade e a cidadania.

Neste contexto, a memória e o papel social do idoso, conforme discutido pela socióloga Ecléa Bosi, autora citada na palestra magna pela escritora Conceição Evaristo, na qual a escritora por ela citada, ressalta seus ensinamentos da importância da memória na construção da identidade e da luta por direitos, que se tornam elementos de resistência. A obra de Bosi, “Memória e sociedade: lembranças de velhos” (Bosi, 1979), demonstra como a experiência de vida dos idosos, muitas vezes marginalizada, é um repositório de saberes e de história social.

A experiência acumulada, que deveria ser valorizada, é frequentemente ignorada. O idoso, no entanto, carrega consigo a história de seu grupo social. A função social do idoso como guardião da memória é fundamental para a coesão social e para a transmissão de valores, especialmente em um país com a história de apagamento e silenciamento como o Brasil.

O velho é o guardião da memória. A experiência possui valor diferencial, pois é o retrato da experiência vivida. É preciso entender que o fato de o velho ter vivido mais tempo, ter passado por mais experiências, não o torna, necessariamente, mais sábio, mas o torna um depositário de um saber que é social, que é coletivo, e que precisa ser transmitido (Bosi, 1979, p. 12).

A valorização da memória e da experiência, como propõe Bosi (1979), é um contraponto direto ao idadismo e à cultura do descarte, que marginalizam a pessoa idosa. As resoluções da Conferência, ao priorizarem o Protagonismo e valorização das múltiplas velhices (Resolução 10), alinham-se a essa perspectiva, reconhecendo o idoso não como um fardo, mas como um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa.

4.3.2 Gênero, Classe, Raça, Etnia e o Protagonismo das Múltiplas Velhices

A 6ª CONADIPI adotou o conceito de múltiplas velhices, reconhecendo que a experiência de envelhecer é moldada de forma distinta pelo gênero e pela etnia. As mulheres idosas, em particular as negras e indígenas, enfrentam uma dupla ou tripla jornada de desigualdade, marcada pelo racismo, pelo machismo e pela invisibilidade social. De fato, o “[...] Combate ao Racismo e à Discriminação é mais uma política necessária atualmente, pois o racismo estrutural vigente impacta a vida da população negra e parda desde a infância até a velhice” (Bucci, 2023, p. 22).

A escritora Conceição Evaristo, em sua participação na Conferência, trouxe a perspectiva da escrevivência para o debate sobre o envelhecimento. Sua obra é um testemunho da resistência e da força das mulheres negras, cuja longevidade é uma vitória contra um sistema que historicamente tenta aniquilá-las. A velhice, para essas mulheres, é um tempo de memória e de afirmação da ancestralidade.

A voz de Conceição Evaristo ressoa com a urgência de dar visibilidade às histórias silenciadas. A sua poesia, que se torna um ato político, reflete a luta por reconhecimento e dignidade: "A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes, recolhe em si as vozes mudas caladas, engasgadas nas gargantas" (Evaristo, 2017, p. 49). Esta citação, do poema "Vozes-Mulheres", simboliza a passagem da memória e da luta entre gerações, um tema central para o protagonismo e valorização das múltiplas velhices, tema central contido na resolução.

As resoluções da Conferência, especialmente as que tratam de Inclusão digital, educação e cultura para as múltiplas velhices (Res.11) e Formação, cidadania e múltiplas velhices (Res.15), buscam criar mecanismos para que a diversidade de experiências se torne um motor de transformação social. A inclusão digital, por exemplo, é uma ferramenta crucial para combater o isolamento e garantir a participação plena das pessoas idosas, especialmente aquelas que vivem em territórios periféricos ou rurais.

A discussão sobre etnia e envelhecimento é vital. O envelhecimento da população negra e indígena é marcado por piores indicadores de saúde, renda e acesso a serviços. O Envelhecimento Multicultural, tema da Conferência, exige que as políticas públicas sejam desenhadas com um olhar interseccional, que considere as especificidades de cada grupo. A valorização das culturas e saberes tradicionais, como defendida por Leda Martins (2021) em "Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela", é um passo fundamental para a construção de um envelhecimento digno e respeitoso.

4.3.3 Classe Social, Capital e a Crise do Cuidado

A dimensão da classe social⁴⁹ é um fator determinante na experiência do envelhecimento. A precarização do trabalho e a desigualdade de renda acumuladas ao longo da vida se manifestam de forma brutal na velhice, especialmente no contexto da crise estrutural do capital. As resoluções da 6ª CONADIPI, que tratam do Financiamento de políticas públicas nos eixos 1, 2, 3 e da Previdência e assistência social no eixo 5, são um reconhecimento da necessidade de enfrentar a dimensão econômica do drama social.

Na perspectiva marxista, classe social pode ser compreendida como uma relação social historicamente determinada, constituída a partir da posição que

⁴⁹ **Classe social**, na perspectiva marxista, é um grupo social definido pela posição que ocupa nas relações de produção, especialmente pela relação com os meios de produção. No capitalismo, essa relação estrutura o antagonismo entre a **burguesia**, proprietária dos meios de produção, e a **classe trabalhadora**, que vende sua força de trabalho em troca de salário. Assim, as classes sociais expressam relações históricas de exploração e apropriação da riqueza socialmente produzida (MARX, 2013).

diferentes grupos ocupam no processo de produção e, sobretudo, de sua relação com os meios de produção.

No capitalismo, essa estrutura produz fundamentalmente a oposição entre a classe burguesa, proprietária dos meios de produção, e a classe trabalhadora, que, desprovida desses meios, necessita vender sua força de trabalho para garantir sua reprodução social. Para Marx, portanto, as classes sociais são definidas pelas relações sociais de produção e pelas formas de apropriação da riqueza socialmente produzida (MARX, 2013). A classe social deve, assim, ser entendida como uma relação de exploração e de antagonismo, vinculada à apropriação do trabalho excedente.

No modo de produção capitalista, a força de trabalho é transformada em mercadoria e o trabalhador produz um valor superior àquele que recebe sob a forma de salário. Essa diferença constitui a mais-valia, apropriada pelo capitalista, constituindo um elemento central da relação entre capital e trabalho (MARX, 2013).

Nesse sentido, a perspectiva marxista permite compreender que as desigualdades sociais não resultam exclusivamente de diferenças individuais de capacidade, mérito ou renda, mas estão relacionadas à própria estrutura da sociedade capitalista e à divisão social do trabalho. As classes são constituídas historicamente no interior das relações de produção e podem desenvolver consciência de classe e organização coletiva, particularmente quando os trabalhadores reconhecem interesses comuns e as contradições existentes entre capital e trabalho (MARX; ENGELS, 2007).

Para a análise contemporânea, Antunes (2009) amplia essa compreensão ao discutir as transformações do mundo do trabalho e a heterogeneização da classe trabalhadora. O autor destaca que a classe trabalhadora contemporânea apresenta diferentes formas de inserção laboral, incluindo trabalhadores assalariados, precarizados, terceirizados e outras formas de trabalho subordinado ao capital. Essas transformações não eliminam a centralidade da relação capital-trabalho, mas modificam suas formas de manifestação.

Desse modo, para uma análise das políticas sociais, da proteção social e do envelhecimento da população, o conceito marxista de classe social possibilita compreender que as condições de vida, trabalho, renda, acesso a direitos e proteção

social são produzidas em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais entre classes, pela apropriação privada da riqueza social e pelas contradições entre capital e trabalho. A velhice, nessa probabilidade, não deve ser analisada apenas como uma condição biológica ou individual, mas também em sua dimensão social, econômica e histórica, considerando as diferentes trajetórias de trabalho e de acesso à riqueza socialmente produzida.

Alguns analistas neodireitistas veiculam o discurso equivocado de que o envelhecimento constitui empecilho para manutenção dos sistemas de previdência e proteção social, apregoando, a partir dessa premissa, a necessidade de corte de recursos, ajustes fiscais e desmantelamento dos sistemas de proteção social (Abigalil, 2024).

Em muitos casos, a velhice se expressa por uma dupla contradição: os trabalhadores que, em sua idade ativa produziram o capital excedente — para acumulação capitalista — vivem na velhice com poucas aposentadorias (não reajustadas ao devido valor) ou com benefícios assistenciais; com o retorno ao mercado informal de trabalho, super endividados, sustentam suas famílias, filhos e netos desempregados, sendo ainda responsáveis pelo auto sustento; e, quando a velhice se dá com grau de dependência, a mulher, a filha, a cuidadora ou as instituições de longa permanência (ILPs) são as responsáveis pelos cuidados, com residual cooperação e/ou negligência estatal, exigindo, como na atualidade, a judicialização para garantir o acesso às Políticas Sociais, em especial à da saúde e aos benefícios previdenciários e assistenciais (Abigalil, 2024, p.84).

A socióloga Alba Maria Pinho de Carvalho (2014), em sua análise sobre a crise do capital e o precariado, oferece um arcabouço teórico essencial para compreender a vulnerabilidade econômica da pessoa idosa. A velhice, para muitos, é a continuidade de uma vida marcada pela precarização estrutural do trabalho, que se estende para a aposentadoria e a dependência de políticas sociais frágeis.

No contexto da civilização contemporânea do capital, a socióloga enfoca a precarização estrutural do trabalho, a expressar uma nova morfologia laboral, na temporalidade histórica da crise estrutural do capital⁵⁰. Salieta a nova forma de precarização ampliada do trabalho, nos marcos da “maquinofatura”, a perpassar

⁵⁰ Crise estrutural do capital, para Mészáros (2017), isto é, em seus ensinamentos sobre o avanço destrutivo da força metabólica do capital contra o meio ambiente e a classe trabalhadora. Isso porque, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalistas, mais nefastas tornam-se as consequências que redundam na destruição da força humana que trabalha e na degradação do meio ambiente.

experiências de diferentes segmentos de trabalhadores e trabalhadoras, encarnando o estranhamento do “homem-que-trabalha” a manifestar-se na totalidade da sua vida e na cotidianidade. “Demarca a universalidade da condição de proletariedade, como condição existencial de homens e mulheres que vivem sob a ordem burguesa, em tempos de capitalismo global” (Carvalho, 2014, p. 225).

A análise de Carvalho (2014) sobre a condição de proletariedade e o precariado, embora focada no mundo do trabalho, se estende à velhice, pois a falta de segurança econômica e a ausência de um sistema de proteção social robusto transformam a pessoa idosa em um segmento vulnerável do “precariado”. A luta por Fundos Públicos⁵¹ nas instâncias municipais, estaduais e nacional da pessoa idosa, presente na resolução 1 e o Controle social dos recursos e financiamentos específicos da resolução 3 são, portanto, uma luta contra a lógica do capital que precariza a vida em todas as suas fases.

Em referência ao fundo público, Salvador (2010, p.81) salienta que este:

[...] desempenhou uma função relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. Entre as principais motivações que orientaram o Estado de Bem-Estar Social nos países desenvolvidos encontra-se a [sua] natureza socialdemocrata que, de acordo com Pochmann (2004), privilegiou ‘a redistribuição da renda gerada por meio dos fundos públicos, com tributação sobre os mais ricos e transferências dos recursos dos fundos para os mais pobres’.

A questão da classe social articula-se diretamente com o Cuidado Integral - eixo 4. A palestrante socióloga Laís Wendel Abramo, Secretária Nacional da Política de Cuidados e Família, destacou a importância da Lei Nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a PNC como um instrumento para enfrentar as

⁵¹ “O fundo público é formado com recursos tanto do trabalho excedente, isto é, da mais-valia extraída da exploração do trabalho alheio, quanto do trabalho necessário, por meio de tributação **que no contexto** brasileiro apresenta caráter regressivo e onera substancialmente a classe trabalhadora. Os mecanismos de extração desses recursos ocorrem pela forma fetichizada do capital, pelo desmonte dos direitos sociais e pela financeirização da Seguridade Social, a qual dispõe, no âmbito orçamentário um dos seus principais instrumentos para operar as contrarreformas. Dessa forma, retira-se do fundo público, grande parte dos recursos oriundos da classe trabalhadora, valores vultuosos para a remuneração do capital portador de juros. Isso se dá por meio do capital fictício, que traduz como ocorre o fetiche do capital portador de juros e que tem na dívida pública sua principal forma de atuação. Isto demonstra o processo de endividamento público, que tem se tornado um mecanismo e um instrumento de manipulação e controle do Estado utilizado pela oligarquia burguesa, em meio à correlação de forças presente no cenário contemporâneo a qual se apresenta mais favorável à atenção dos interesses do grande capital” (SILVA, 2011, p. 2 *apud* Abigail, 2019).

desigualdades estruturais. O cuidado, historicamente delegado às mulheres e invisibilizado economicamente, é um direito que precisa ser garantido pelo Estado.

A PNC reconhece o direito de receber cuidado, cuidar e autocuidar-se, visando a "[...] redução de desigualdades estruturais, como renda, gênero, raça, etnia, idade, território e deficiência" (Abramo, 2024, p. 6). Ainda na mesma palestra proferida na Conferência, ela reforça que a política de cuidados é uma política de classe e de gênero, pois atenta na busca de liberar o tempo das mulheres, majoritariamente responsáveis pelo cuidado não remunerado, e garantir que o envelhecimento com dependência não seja um fardo individual, mas uma responsabilidade social.

4.3.4 Democracia, Multiculturalismo e o Fortalecimento dos Conselhos

O tema central da 6ª CONADIPI, “Envelhecimento Multicultural e Democracia”, sublinha a interdependência entre a afirmação da diversidade e a solidez das instituições democráticas. O multiculturalismo no envelhecimento não é apenas a constatação da diversidade de etnias, gêneros e classes, mas a exigência de que o Estado e a sociedade reconheçam e valorizem essas diferenças, transformando-as em políticas de equidade.

As resoluções de número 13 e 14 da Conferência que tratam da Consolidação dos conselhos de direitos da pessoa idosa e das Múltiplas velhices, participação e controle social resolução, compreendem o cerne da dimensão democrática do evento. Os Conselhos de Direitos são os espaços privilegiados para o exercício do controle social e para a garantia de que as políticas públicas reflitam as necessidades reais da população idosa, em toda a sua diversidade.

A participação social, o protagonismo e a vida comunitária, eixo 4 são elementos cruciais para a construção de uma democracia inclusiva. A Vida comunitária: habitação, mobilidade e acessibilidade das pessoas idosas, item da resolução de número 12, demonstra a preocupação em criar ambientes que favoreçam a autonomia e a convivência intergeracional, combatendo o isolamento e a segregação.

O envelhecimento multicultural exige uma mudança de paradigma, onde a norma não é mais o idoso branco, de classe média e urbano, mas sim a multiplicidade de experiências. Isso implica em políticas de saúde que considerem as doenças prevalentes em populações negras e indígenas, em programas de assistência social que cheguem às comunidades rurais e quilombolas, e em ações de cultura que valorizem as diferentes expressões artísticas e saberes.

A democracia, para ser plena, precisa incorporar a voz e a experiência de todos os seus cidadãos, independentemente da idade, procurando inserir no contexto da sociedade em geral, um diálogo intergeracional. Neste sentido, a 6ª CONADIPI, ao pautar o envelhecimento multicultural, lança um desafio à sociedade brasileira: construir um futuro em que a longevidade seja, de fato, um direito universal e uma experiência vivida com dignidade e respeito à diversidade.

Com o papel de atuar junto a soluções de ferramentas que venham agregar políticas públicas destinada às pessoas idosas, a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa cumpriu seu papel de diagnosticar os desafios e propor caminhos para a política de envelhecimento no Brasil. As 15 resoluções prioritárias, ao abordarem o financiamento, o cuidado, a proteção e o protagonismo, demonstram uma compreensão aprofundada da intersecção entre o envelhecimento e os marcadores sociais de gênero, classe, etnia e multiculturalismo.

No texto, procurou-se resumir e destacar o trabalho realizado durante a 6ª Conadipi, elencando as resoluções e seus eixos, evento este que evidenciou que o envelhecimento no Brasil é, para muitos, um drama social que se manifesta na violência, na precarização e na invisibilidade. As contribuições de Conceição Evaristo (2017), ao destacar a força da mulher negra e a ancestralidade, e de citar Ecléa Bosi, resgatando o valor da memória, oferecem um contraponto teórico fundamental para a valorização do idoso. A análise de Alba Maria Pinho de Carvalho (2014) sobre a crise do capital e o precariado, juntamente com a defesa da Política Nacional de Cuidados, por Laís Wendel Abramo (2024), evidencia que a luta por um envelhecimento digno é, intrinsecamente, uma luta por justiça social e econômica.

O caminho apontado pela 6ª CONADIPI é o do fortalecimento da democracia e do controle social, por meio dos Conselhos de Direitos, para garantir que as políticas públicas sejam efetivamente multiculturais e equitativas. A implementação

dessas resoluções é o desafio posto à sociedade brasileira, para que o tema da Conferência – “Envelhecimento Multicultural e Democracia” – se materialize em um Brasil onde a velhice seja, para todos, um tempo de direitos e dignidade.

4.4 As Performances, Memórias e o Drama Social do envelhecimento

As Fiandeiras do Tempo

No tear do silêncio, as fiandeiras dançam.
 Fios deslizam entre dedos enrugados
 como rios que se negam a parar.
 Suas mãos sabem o que o corpo lembra —
 sabem do vento, da perda, do fio que parte e volta,
 tecendo o que somos e o que fomos.
 Mulheres de passos lentos, mas de gestos largos,
 bordam o tempo em linhas invisíveis,
 fazem do cotidiano uma cena, da rotina, performance.
 Cada ponto é uma história, cada nó, uma resistência.
 E quando o fio se quebra, elas reatam —
 com paciência de quem já viu o mundo girar
 e ainda crê na beleza do retorno
 Nos seus olhos, a memória brilha como lâ ao sol.
 No fuso, o passado gira, e o presente se fia em silêncio.

Jose Henrique Rodrigues Machado
 20/10/2025, Luanda - África

Richard Schechner (2012), em seu texto "Podemos Ser o (Novo) Terceiro Mundo", oferece uma perspectiva valiosa sobre como as performances culturais podem ser utilizadas para abordar questões sociais e promover mudanças. Consoante o autor, os estudos sobre a performance são uma resposta particular a essa circunstância global. Surgem da premissa de que tudo ou qualquer coisa pode ser estudado “como” performance o que pode ser entendido desta forma pelo senso comum, mas não na academia. Performance, na forma literal da palavra, apresenta diversos significados como espetáculo, desempenho, exposições entre outros, entretanto sob a perspectiva de análise, depende do objeto a ser estudado e como vai ser analisado pelo pesquisador. O mesmo autor define que:

Performance é um termo inclusivo. Teatro é somente um ponto num continuum que vai desde as ritualizações dos animais (incluindo humanos) às performances na vida cotidiana - celebrações, demonstrações de emoções, cenas familiares, papéis profissionais e outros, por meio do jogo, esportes, teatro, dança, cerimônias, ritos – e às apresentações espetaculares (Schechner, 2012, p. 18).

Para o referido autor, as ferramentas dos estudos da performance são retiradas de outras disciplinas e ainda não se consolidaram em uma singularidade coerente. Talvez isso seja bom, mantém os estudiosos da performance ligados com o cotidiano, com o que tem acontecido na sociedade mundo afora. Algumas das disciplinas tomadas de empréstimo nos estudos da performance roubam, adaptam, manuseando-a de forma própria, rotulando-a como ciência social ou biológica, como história, estudos de gênero, psicanálise, teoria social, estudos críticos raciais, teoria do jogo, economia, estudos de cultura popular, teatro, dança, cinema e estudos da mídia. “[...] e mais, os estudos das performances são atrevidos, promíscuos e arrojados –, isso, mesmo quando tentamos nos organizar e alcançar consistência e coerência” (Schechner, 2014, p. 716).

A questão social apresentada no decorrer do texto aborda o envelhecimento populacional como um fenômeno global e crescente, que impõe à sociedade contemporânea a necessidade de revisitar e ressignificar a experiência da velhice. Longe de ser apenas um fato biológico, o envelhecimento se configura como um fenômeno social e existencial (Beauvoir, 1990), marcado por tensões e contradições que o qualificam como um verdadeiro drama social.

Durante o trabalho realizado no campo da pesquisa, entrevistas aconteceram nos três espaços, e apresento aqui realidades que confirmam o drama social do envelhecimento. Na Vila Vida, tive a oportunidade de entrevistar dois moradores que viveram de forma independente, possuíam trabalho, casa própria e atualmente vivem nesta instituição. Segue o diálogo estruturado em cinco questões:

a) Janice: Conte um pouco sobre sua vida

– Pd: Nasci em Santa Helena no estado de Goiás, vivi com minha tia, pois minha mãe faleceu, lá trabalhava como técnico em contabilidade. Mudei para São Paulo. Lá terminei o curso técnico em contabilidade, e comecei a trabalhar em uma sapataria internacional no setor de vendas. Ocorreu uma crise no porto de Santos e com isto perdi o trabalho. Minha mãe era costureira, então eu tinha um pouco de noção e acho que herdei este dom, fui trabalhar em uma fábrica de casacos de couro. Como no verão não vendia casacos de couro, fui costurar tecido, fazia fantasias de carnaval. Resolvi ser cabeleireiro, fiz o curso. Já tinha montado um apartamento para viver. Trabalhei como cabeleireiro na Rua Augusta, depois no Shopping Iguatemi.

Trabalhava para uma cliente que iria se casar em Foz do Iguaçu, ela me convidou para ir arrumar seu casamento. Fui e depois montamos um salão juntos e me tornei referência na cidade. Viajava sempre para a praia, acabei comprando um apartamento em Recife e resolvi fixar residência. Doei o salão de Foz do Iguaçu para dois funcionários. Trabalhei como voluntário na escola de cabeleireiro de Recife. Fiz muitas amizades e acabei costurando um vestido junino para uma cliente e fiquei conhecido como costureiro em Recife também, o que fez eu voltar a costurar. Com 5 anos vivendo em Recife passei a frequentar a igreja Messiânica. Fiz um curso de desenho em uma associação de artes. Comecei a desenhar e fui trabalhar com estamparia de tecidos.

b) Janice: como você conheceu a Vila Vida?

– Pd: Meu irmão frequentava aqui às sextas-feiras pois tinha umas tardes dançantes eu vim com ele. Interessei em morar aqui, pois no período do plano cruzado eu perdi meus bens. Doei o apartamento em troca de liquidar a dívida, e atualmente faço bolsas de tecido para vender. Já frequentei as aulas de bordado, mas fui criticado, com isso abandonei as aulas. Como meu irmão conhecia o governador Alcides, ele conseguiu uma casa para eu morar. Estou aqui desde 2010.

c) Janice: o que é envelhecer para você?

– Pd: o envelhecimento não me incomoda, acho um processo maravilhoso, o difícil é a saúde, medicamentos, dependência.

d) Janice: o que você gosta de recordar?

– Pd: gosto de lembrar das danças, dos bailes. Atualmente pratico pilates, hidroginástica. Gosto de música, de ritmos.

e) Janice: sua família participa de sua vida?

– Pd: Tenho meu irmão e sobrinhos que vem me visitar, e alguns amigos.

Este relato aponta como envelhecer se torna um drama social a ser enfrentado. Esta história nos apresenta um envelhecimento na população LGBTQIA+ que muitas vezes são invisibilizadas e discriminadas pela sociedade atual, o que muitas vezes colabora para o descompasso de suas vidas. Esta pessoa

idosa passou por diversas oportunidades e acabou necessitando de auxílio do estado para sobreviver, reexistir.

A noção de Drama Social, cunhada por Victor Turner, oferece um quadro analítico potente para compreender a velhice. O envelhecimento pode ser visto como um processo que desencadeia uma ruptura no status quo social do indivíduo, levando a uma crise de identidade e de seu papel social. A busca por ações reparadoras e a eventual reintegração ou cisão social do idoso se desdobram em performances culturais que merecem ser examinadas (Turner, 2013).

As performances culturais, na perspectiva de Richard Schechner (2017) e Robson Corrêa de Camargo (2016), revelam-se fundamentais para entender de que maneira o corpo idoso, frequentemente invisibilizado, transforma-se em um espaço de resistência e em fonte de novas narrativas. A invisibilidade e o silenciamento da pessoa idosa no tecido social constituem manifestações da crise dramatizada do envelhecimento. Esse apagamento, todavia, dá origem a memórias subterrâneas (Pollak, 1989), a histórias e saberes que persistem contra a versão oficial e hegemônica da história, procurando emergir por meio de práticas culturais e artísticas.

Marilena Chauí, ao escrever o prefácio do livro “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos de Ecléa Bosi” de 1979, discorre acerca das memórias da pessoa idosa, o apagamento de suas memórias, e argumenta que:

[...] a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. Aos idosos cabe um papel fundamental na sociedade, o lembrar. O passado às vezes é distante para uns e não para outros, pois alguns relatam com prazer, nos levando a pensar que o ocorrido foi próximo. Recordar a família, a cidade, momentos que marcaram suas vidas, sua geração. Saudade do que se foi, para eles faz bem recordar (Chauí, 2010, p. 03).

Um dos fundadores e sistematizadores dos Estudos da Performance, Richard Schechner (2017) oferece uma perspectiva valiosa para compreender como os eventos sociais se manifestam e são processados através de performances. Este campo de estudo emergiu do resultado de um diálogo profundo entre Schechner e o antropólogo Victor Turner, que exploraram as conexões entre rituais e teatro,

introduzindo conceitos como "liminaridade" e "drama social". Assim, o conceito de "drama social" possui intrínseca relação com as sequências de conflitos que ocorrem na vida social e que possuem uma estrutura dramatúrgica.

O drama social, para Schechner (2017), não é uma metáfora, mas uma realidade vivida, onde os conflitos e as crises sociais são encenados e negociados publicamente. Ele argumenta que as performances culturais, como rituais, celebrações e até mesmo interações cotidianas, são intrinsecamente ligadas aos dramas sociais, servindo como arenas onde as tensões são expostas, exploradas e, por vezes, resolvidas. Essa interconexão é fundamental para analisar como as memórias dos idosos são ativadas e ressignificadas em contextos performáticos, especialmente quando esses contextos abordam questões de conflito ou mudança social.

Isso significa que as performances não são meras representações passivas da realidade social, mas ações que ativamente moldam e são moldadas pelas dinâmicas sociais e conflitos existentes na sociedade. Para os idosos, participar ou assistir a performances que espelham seus dramas sociais – como a perda de entes queridos, a luta contra o etarismo ou a celebração de suas conquistas – pode ser uma forma poderosa de processar experiências, validar emoções e encontrar solidariedade. A performance, nesse sentido, torna-se um espaço de libertação e de construção de novos significados para suas memórias e vivências.

Lawrence Cohen, em sua vasta obra sobre o envelhecimento e a cultura, especialmente em "Não há velhice na Índia: os usos da Gerontologia" (1994), oferece uma perspectiva antropológica crucial para entender como a velhice é construída social e culturalmente. O autor investiga as narrativas e práticas em torno da senilidade, mostrando que a experiência do envelhecimento não é universal, mas profundamente moldada por contextos culturais específicos.

Cohen (1994) desafia a visão ocidental hegemônica que frequentemente associa a velhice ao declínio e à perda, revelando como em outras culturas, como na Índia, a demência e outras condições da velhice são interpretadas e vivenciadas de maneiras distintas. Sua contribuição é fundamental para desnaturalizar o envelhecimento e compreendê-lo como um fenômeno social complexo, onde as memórias e as identidades dos idosos são constantemente negociadas em meio a

expectativas culturais e sociais, e onde as políticas públicas desempenham um papel significativo na formação dessas experiências.

Reafirma-se, pois, que a Gerontologia Cultural reforça a perspectiva da performance do processo de envelhecimento, pois o concebe para além do declínio biológico, interpretando-o como uma construção sociocultural continuamente negociada e encenada através de práticas cotidianas e interações sociais. Ancorada nas teorias da performatividade, esta corrente defende que a identidade na velhice não é fixa, mas sim moldada por roteiros mediáticos e de consumo que impõem exigências estéticas e corporais ao indivíduo (Debert, 1999; Twigg; Martin, 2015).

Cria-se, deste modo, uma tensão profunda entre a experiência subjetiva interna e a "máscara do envelhecimento" — o corpo físico publicamente exposto —, forçando o idoso contemporâneo a performar uma vitalidade e juventude prolongadas sob o risco de exclusão social (Featherstone; Hepworth, 1991).

O conceito de “drama social do envelhecimento” emerge da intersecção das ideias de Schechner (2014), de Cohen (1994), e da pesquisa sobre o envelhecimento na sociedade contemporânea. Conforme discutido anteriormente, o envelhecimento é frequentemente enquadrado por narrativas sociais que o associam à perda, declínio e marginalização, configurando um verdadeiro drama social. A sociedade, que exalta a juventude, muitas vezes relega aos idosos um papel passivo, enfrentando desafios como o isolamento, o etarismo e a falta de políticas públicas adequadas.

Concebe-se, assim, que políticas, ou a ausência delas, podem intensificar o drama social, ao não proverem suporte adequado para a saúde, bem-estar e participação social dos idosos. Essa construção negativa do envelhecimento, a perda de atividades e a invisibilidade social contribuem para uma percepção dramática da velhice. O drama social do envelhecimento pode ser entendido neste contexto, como a sequência de conflitos, crises e ações redentoras que os indivíduos e grupos de idosos vivenciam em sua interação com as estruturas sociais e culturais, incluindo as respostas e falhas das políticas públicas.

4.5 O Drama Social do Envelhecimento: Ritos, Crises e o Apagamento Social

O envelhecimento, na sociedade ocidental, é frequentemente associado em sua maioria pela doença e à proximidade da morte, configurando-se como um processo de deslocamento social. Victor Turner, ao descrever o Drama Social, delinea quatro fases: 1) Ruptura da relação social regida por normas; 2) Crise que se estende no tempo; 3) Ação Reparadora ou ajustamento; 4) Reintegração do grupo social perturbado ou reconhecimento da cisão (Turner, 1987). No contexto do envelhecimento, a ruptura pode ser marcada pela aposentadoria, pela perda de entes queridos ou pela diminuição da capacidade física, eventos que retiram o indivíduo de seu papel social estabelecido. A crise se manifesta na luta contra o etarismo e a invisibilidade, que levam ao apagamento da voz e da experiência do idoso. A filósofa Simone de Beauvoir já apontava que a velhice é construída socialmente, e a sociedade impõe ao idoso um estatuto de “outro”, de ser marginalizado (Beauvoir, 1990).

O velho, enquanto categoria social, nunca interveio no percurso do mundo. Enquanto conserva uma eficácia, ele permanece integrado à coletividade e não se distingue dela: é um adulto macho de idade avançada. Quando perde suas capacidades, aparece como outro; então, muito mais radicalmente que a mulher, um puro objeto; ela é necessária à sociedade; ele nem serve para nada: nem valor de troca, nem reprodutor, nem produtor, não passa de uma carga (Beauvoir, 1990).

Neste sentido, nas entrevistas realizadas no trabalho de campo, as respostas ao se questionar o que é, foi e continua sendo o processo do envelhecimento, em sua maioria, as pessoas idosas respondem que não se sentem velhas, mas, a sociedade instituiu o que é ser idoso/a, e este é sempre o outro. Ainda nos depoimentos, dizem perceber que, geralmente, as pessoas não imaginam o futuro, não se imaginam velhas, por isto dizem ser sempre o outro. Falam que estão na melhor fase da vida, pois fazem o que querem, não se sentem obrigados a seguir regras preestabelecidas, já fizeram isto ao longo da vida. Contam que gostam de compartilhar experiências, de sentirem que ainda possuem representatividade, valor, saberes. Em sua maioria residem sozinhas, e não dependem financeiramente dos filhos, incluindo os moradores da Vila Vida que, apesar de serem pessoas de baixa renda, pois é critério para ter acesso ao benefício, vivem com o salário-mínimo de

sua aposentadoria ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que tem o mesmo valor.

Sentirem visibilizados é uma forma de atenuar a invisibilidade do(a) idoso(a) que pode ser vista como uma forma de violência simbólica, que o retira do “palco de suas próprias vidas”. É nesse vácuo que as memórias subterrâneas se tornam cruciais. Elas representam as narrativas não oficiais, as experiências silenciadas e a resistência à norma. A pessoa idosa, ao ser apagada da história oficial, carrega consigo um acervo de vivências que, quando trazidas à luz, funcionam como uma ação reparadora no drama social. A performance, nesse sentido, é um ato de reintegração ou, no mínimo, de afirmação da existência ou performance da reexistência da pessoa idosa. O corpo idoso, que a sociedade tenta tornar invisível, se coloca em cena, seja no cotidiano, seja em espaços artísticos, para renegociar seu lugar e sua identidade.

A performance da Reexistência da pessoa idosa representa a luta contra a injustiça específica e o preconceito, como reclamar de uma fila preferencial desrespeitada ou protestar contra o etarismo. Ou seja, este tipo de performance caracteriza-se como uma nova forma de viver a velhice. Um idoso que se torna performer, que inicia uma nova carreira criativa ou que usa sua estética para chocar e encantar, criando um mundo onde ser velho é ser potente.

Falar em reexistência da pessoa idosa é falar em esperança política. Um termo que reconhece que a vida não “termina” na aposentadoria, mas que pode ser reconfigurada através da arte, da presença e da ação. Reexistir é transformar a sobrevivência em vida plena, usando a memória como combustível para a criação do novo, alinhado ao pensamento decolonial.

O termo indicado vem com o propósito de promover um encontro inédito entre três campos que raramente conversavam, a saber:

- a) **Estudos da Performance** - que antes focavam muito em jovens e em arte de vanguarda.
- b) **Pensamento Decolonial (Reexistência)** - que surgiu para falar de questões raciais e territoriais, e agora é usado para falar do “território” do corpo envelhecido.

- c) **Gerontologia Crítica** - que deixa de ver o idoso como um "paciente" e passa a vê-lo como um "sujeito político".

A performance da Reexistência propõe uma mudança de visão, um termo com objetivo de substituir conceitos antigos utilizados. Falava-se em "Terceira Idade" ou "Melhor Idade" (termos que soam como marketing ou eufemismo).

Falava-se em "Resistência ao Envelhecimento" (como se envelhecer fosse uma batalha contra o inimigo. Falar em Reexistência muda o foco da luta contra o tempo para a "invenção de novas formas de tempo", inovando porque não nega a velhice, mas a transforma em matéria-prima para a criação. Desafia a ideia de que a criatividade diminui com a idade propondo que a pessoa idosa é possuidora de saberes próprios geradores de performances desconhecidas pela nova geração.

Termo que vem com a finalidade de substituir e fortalecer politicamente para ações que antes eram vistas apenas como "atividades de lazer para idosos" uma abordagem contemporânea e decolonial, tirando a pessoa idosa do lugar da passividade e a colocando-a no lugar da vanguarda cultural. Este termo aponta para o que os idosos fazem, e propõe uma nova filosofia sobre o que significa envelhecer em nossa sociedade.

Esta reintegração pode ser observada nas atividades oferecidas nas instituições, que atuam como agente facilitador de visibilidade da pessoa idosa. Passeios, festas, atividades físicas, viagens, são algumas das inúmeras oportunidades para os que frequentam estes espaços. Entretanto, existe uma atividade essencial que são as rodas de conversa, que atuam no processo conhecido como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Esta metodologia utilizada auxilia na promoção de interação social familiar e comunitária, promovendo debates, diálogos, resultando que ideias e sentimentos sejam compartilhados, tornando os ambientes mais seguros e colaborativos tanto familiar como na própria instituição. Se esta atividade não for incorporada ao planejamento das atividades, esta instituição deixa de cumprir seu papel social se tornando meramente um espaço de atividades físicas e laborais.

Dessa forma, torna-se imprescindível apresentar uma abordagem acerca da Transição Epidemiológica e suas especificidades das performances no processo de envelhecimento. Para assegurar a consistência científica em consonância com os

achados da pesquisa, as teses sobre a transição epidemiológica e desigualdade estrutural foram fundamentadas, especialmente em Neri (1993), enquanto os conceitos de performance, consumo, mercado e novas práticas na velhice foram atribuídos a Debert (1999), Featherstone e Hepworth (1991) e Twigg e Martin (2015).

A transição epidemiológica influencia diretamente as performances culturais e o processo de envelhecimento. Essa transição altera radicalmente o perfil de saúde da população, substituindo a predominância de doenças infectocontagiosas por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como hipertensão, diabetes, câncer e demências (Neri, 1993). Essa mudança biológica e estrutural ressignifica a forma como a sociedade enxerga, encena e vivencia a velhice através dos seguintes fatores:

1. Extensão do "Tempo de Performance" e a Quarta Idade. A transição epidemiológica, aliada aos avanços médicos, garante que as pessoas vivam mais tempo com condições crônicas controladas. Isso fragmentou a velhice em duas performances culturais distintas (Featherstone; Hepworth, 1991):

- A Terceira Idade: marcada por uma performance de envelhecimento ativo, na sua grande maioria autônomo e focado no consumo, lazer e vitalidade.
- A Quarta Idade: marcada pelo surgimento da dependência física ou cognitiva avançada. Aqui, a performance cultural muitas vezes migra para o cenário do cuidado, da medicalização e, em contextos estigmatizantes, da perda de protagonismo social.

2. A Performance do "Autocuidado" como Norma Cultural – com a cronicidade das doenças, o processo de envelhecer passa a exigir um novo roteiro social: o gerenciamento constante da própria saúde (Debert, 1999).

- O idoso contemporâneo precisa performar a identidade de um "sujeito responsável", que monitora exames, pratica exercícios e mantém dietas restritivas.
- Aqueles que manifestam sequelas graves de DCNTs são, muitas vezes, culturalmente julgados como "fracassados" na performance do envelhecimento bem-sucedido, como se a doença fosse uma falha moral ou falta de cuidado individual.

3. Medicalização e a Estética do Corpo Envelhecido – a rotina de consumo de medicamentos e a convivência de longo prazo com limitações físicas alteram a cultura material da velhice. Bengalas, andadores, organizadores de comprimidos e tecnologias de monitoramento são incorporados ao cotidiano. A Gerontologia Cultural estuda como esses objetos, antes puramente clínicos, passam a fazer parte da identidade visual e da performance corporal pública do idoso (Twigg; Martin, 2015).

4. Desigualdade Epidemiológica e Desigualdade de Performance – constata-se que a transição epidemiológica não ocorre de forma homogênea. No Brasil, por exemplo, classes sociais mais vulneráveis sofrem com o chamado "envelhecimento precoce" e maior carga de incapacidades devido ao acesso precário à saúde ao longo da vida (Neri, 1993). Isso gera duas performances culturais desiguais (Debert, 1999):

- Performance Privilegiada: a velhice idealizada pela mídia, marcada por viagens, academias e autonomia.
- Performance da Sobrevivência: a velhice real de grande parte da população, marcada pelo gerenciamento da dor, pela dependência funcional precoce e pela necessidade de continuar trabalhando informalmente para complementar a renda.

Nessa perspectiva, a transição epidemiológica, caracterizada pela substituição do perfil de morbimortalidade das doenças infectocontagiosas pelas DCNTs, redefine estruturalmente a temporalidade e as condições biológicas do curso da vida. No entanto, esse fenômeno não se restringe a uma métrica demográfica ou clínica, pois impacta diretamente os roteiros sociais disponíveis para as pessoas idosas. À medida que os avanços médicos estendem a longevidade — transformando patologias antes fatais em condições gerenciáveis —, a sociedade passa a exigir novas dinâmicas identitárias, estendendo o tempo e o palco das chamadas performances culturais da velhice (Twigg; Martin, 2016).

Nesse cenário, o gerenciamento de corpos marcados pela cronicidade passa a ser mediado por uma forte imposição moral e de consumo. Como aponta Debert (1999), a contemporaneidade promove uma reinvenção da velhice que transfere a responsabilidade pelo bem-estar, com políticas de saúde e demais de

responsabilidade do Estado para própria pessoa idosa e suas famílias, transformando o "envelhecimento ativo", saudável e digno em uma obrigação performática. Aqueles que conseguem mascarar os declínios biológicos por meio de estilos de vida saudáveis performam a "terceira idade" idealizada, enquanto as pessoas idosas acometidas pelas incapacidades mais severas da transição epidemiológica acabam empurrados para a invisibilidade da "quarta idade", onde o corpo envelhecido é frequentemente rotulado como um desvio ou falha na performance do autocuidado (Featherstone; Hepworth, 1991).

4.6 As Memórias nas Instituições Pesquisadas e as Performances da Velhice

As instituições goianas que trabalham com a população idosa se configuram como verdadeiros laboratórios como análise de performances culturais, no cotidiano desta população pesquisada, no qual, estas instituições atuam como espaços de ações reparadoras no Drama Social do envelhecimento, utilizando a arte e cultura como ferramentas de promoção do direito de envelhecer com dignidade.

Aponta-se aqui um caminho observado, no qual, as instituições atuam como provedores de performances do cotidiano, que resultam em transformações significativas no processo de envelhecimento das pessoas que optaram por participar destes locais de acolhimento,

No Centro de Idosos Vila Vida (CIVV) da OVG acontece a performance da Convivência e do Cuidado, pois oferece um modelo de Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atuando como um espaço de reintegração social. As atividades promovidas, como festas e oficinas, são performances que fazem parte do cotidiano dos seus moradores que reconstróem o tecido social rompido pela velhice. O foco no cuidado e na assistência é a base para que o idoso possa se sentir seguro para validar sua identidade e manter o sentimento de pertencimento. A convivência é, em si, uma performance de resistência à solidão e ao isolamento, elementos centrais da crise do Drama Social.

No Centro de Idosos Assunção, os ritos de passagem e expressão comunitária destacam-se pelas performances comunitárias, pois os frequentadores da instituição, em sua maioria, são moradores da comunidade do entorno, e os bailes e aulas de zumba são ferramentas que funcionam como ritos de passagem e

afirmação da identidade. Cada atividade possui um objetivo, uma finalidade particular, proporcionando mudanças, deslocamentos, passagens. Em suas performances ou em suas aulas de zumba, danças, pilates, entre outras atividades, a alegria e a disposição estão presentes, sendo uma resposta direta ao apagamento e à imagem de fragilidade imposta pela sociedade. O corpo, que poderia ser visto como um vetor de crise, é ressignificado como um corpo ativo e celebratório, um palco onde as memórias subterrâneas de vitalidade e pertencimento emergem, “[...] é o próprio fato de viver que exige às passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas [...]” (Van Genep, 2011, p. 24).

Cita-se, como exemplo, as atividades do grupo das fiandeiras e participantes do coral do CCI Assunção que, sempre juntos, vivem em harmonia, e suas performances correm pelo mundo, e contagia o público que:

[...] vai chegando e a atmosfera se transforma. Os componentes do Grupo Juntamente com as fiandeiras se dispõem no espaço por eles organizado. Aqui o espaço já está definido, porém novo, variado. As fiandeiras com suas rodas de fiar, sentam lado a lado e o Grupo em semicírculo comanda o ritmo. Neste momento, elas passam a atuar no ofício que dominam, fiar o algodão. Já não são as mesmas pessoas que chegaram carregando suas rodas, agora passam a ser as personagens principais do espetáculo. Todos foram até ali apreciar este momento, e elas sabem disto (Matteucci, 2021, p. 95).

No Centro Livre de Artes (CLA) tem-se o Corpo Idoso em Cena e a Criação Artística, com suas iniciativas como o primeiro, presente nas aulas do Coral Raio de Sol e a segunda, na oficina integrada, são espaços que atuam como laboratórios de criação de novas performances, como “poéticas do envelhecimento”. O CLA oferece o espaço e as ferramentas para que o idoso possa se expressar artisticamente, transformando o corpo e a voz em instrumentos de arte. O ato de cantar em um coral, por exemplo, é uma performance que exige disciplina, memória e presença, confrontando diretamente a invisibilidade e o apagamento social. É no CLA que o idoso, como agente criador, transforma suas memórias subterrâneas (Pollak, 1989) em arte pública, realizando a mais potente das ações reparadoras.

Nos diálogos e na observação na pesquisa de campo, foi possível identificar essas ações reparadoras, com as interações entre as componentes do grupo, bem como com as professoras que atuam no processo, a música como uma ferramenta

importante no trabalho de memória, coordenação, ritmo, harmonia entre outros. Os ensaios hora são acompanhados de leitura das letras, ora utilizando a memória, os ritmos marcados por palmas, danças, coreografias, canto em cânone, ações que muitas relataram que aprenderam ali nas aulas, que jamais imaginavam serem capazes de cantar, quanto mais, apresentar para o público, como acontece nos recitais que ali acontecem. Ações que atuam na autoestima, e ao citar a memória, esta não está relacionada somente a memória fisiológica, mas a memória coletiva construída ao longo das histórias de vida de cada componente como também das memórias vividas e compartilhadas pelo grupo.



FIGURA 42 – Ensaio do coral para apresentação do dia Arte no Bosque
Acervo da autora.

Esta imagem refere-se ao ensaio para apresentação do evento mensal que ocorre no Centro Livre - Arte no Bosque, com objetivo de divulgar e estimular a participação da sociedade. Nesta imagem está presente uma aluna portadora de Alzheimer que frequenta o grupo sempre acompanhada de sua cuidadora. Trago aqui esta informação, para esclarecer aos leitores a ausência de pessoas idosas com deficiência no campo escolhido para pesquisa. Esta ausência se dá, devido às instituições selecionadas não possuírem suporte para atender este público. Neste caso, a instituição acolhe, desde que seja acompanhada pelo apoio individual, o mesmo se dá no Centro de Idosos Assunção. Na Vila Vida um dos critérios é ter

autonomia, sendo que as pessoas idosas que necessitam de apoio, a organização das voluntárias dispõe de outras unidades que os acolhem.

Em uma entrevista com uma bancária aposentada que frequenta o coral, a mesma relata suas experiências com seu trabalho e família, suas memórias construídas ao longo de história de vida. Ela disse:

Sou casada, tenho filhos e netos. Frequento o coral há mais de dez anos, sendo a única atividade que faço como aposentada. Meu marido gosta de ir para fazenda, mas eu faço questão de ir as aulas e ele me apoia. Aqui me sento bem com as amigas e consigo, desta forma, atender aos anseios da família. Passamos a semana na fazenda, mas voltamos para Goiânia na segunda feira para vir para às aulas na Centro Livre de artes (GC).

Entretanto, nem todas as velhices são iguais. Infelizmente, principalmente em um país no qual a desigualdade social ainda é grande. Este será o tópico a seguir.

4.7 Diversidade das Velhices: Invisibilidade e Marginalização

Goiânia, uma cidade situada no centro do Brasil foi projetada inicialmente para ser uma capital moderna, bonita, eficiente e uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, apresentando hoje, uma realidade bem diferente da prevista em seu projeto inicial. Com a divulgação da estimativa da população goiana, em 28 de agosto de 2025, pelo IBGE, e extraíndo os dados da Taxa Geométrica de Crescimento (TGC), Goiânia se destaca como uma das cidades que tiveram crescimento acima da média. Com a décima com maior quantidade, com 1.503.256 habitantes (1,5 milhão), foi a oitava que mais cresceu entre as capitais desde 2024 (0,58%). A cidade cresce de forma acelerada e desordenada, com fatores socioeconômicos desiguais, o que acarreta necessidades de políticas destinadas a minimizar este cenário ainda carente nas mais diferentes áreas sociais, neste caso, políticas para pessoas idosas.

A experiência do envelhecimento em Goiânia é marcada por uma profunda diversidade cultural e socioeconômica, que produz múltiplas "velhices" que se distanciam do modelo hegemônico, geralmente branco, de classe média e com acesso a recursos (Piegues; Musial, 2021). Wanessa Melo, em sua dissertação de mestrado que teve como título "Políticas de Atenção ao idoso e de democratização: a experiência em Goiânia – 2003-2010-2011" também aponta a velhice como

categoria social, que está intrinsecamente ligada ao processo de envelhecimento populacional e às desigualdades estruturais do país (Melo, 2011, p 18).

Em Goiânia, a diversidade das velhices se acentua em razão do elevado grau de desigualdade social da cidade, classificada entre as mais desiguais do país (Lima; Macedo, 2022). Tal desequilíbrio dá origem a formas de envelhecimento vulneráveis, nas quais o acesso a políticas públicas e a uma rede de suporte adequada é prejudicado. As velhices invisibilizadas ou marginalizadas, tanto na cidade quanto no Brasil, são aquelas que não se enquadram no padrão dominante e que carregam desvantagens sociais acumuladas ao longo da vida. Dentre elas, sobressaem as velhices de pessoas com deficiência, para as quais a acessibilidade urbana é bastante limitada.

As ruas não acolhem com seus calçamentos em desníveis, esburacados. O atendimento, a nível de saúde pública, requer a oferta de especialistas em casos específicos, sendo comprometidos pela enorme fila para seu atendimento. As pesquisas realizadas pelo IBGE, revelam que grande proporção de pessoas idosas necessita ou utiliza prioritariamente o Sistema Único de Saúde – SUS, que ainda carece além de médicos especialistas, de geriatras e gerontólogos para lidar com este grupo.

Outro grupo que merece destaque são as Velhices Negras, pois o racismo estrutural no Brasil como na cidade de Goiânia, impõe uma dupla vulnerabilidade às pessoas idosas negras, especialmente às mulheres negras, muitas ainda necessitam estar no mercado de trabalho. As velhices dos moradores de rua, que precisam inclusive de um teto para viver com dignidade, ou quando muito um alojamento em que possam passar a noite, uma cidade que nos últimos anos tem elevado o número de construções de alto luxo, levando as populações de baixa renda para moradias mais distantes do centro urbano, provocando o aumento do surgimento de favelas, que hoje corresponde a 55 (cinquenta e cinco) existentes na cidade. A forma de identificar este tipo de agrupamento domiciliar, é a relação da inexistência de diversos fatores essenciais como a insegurança jurídica da posse, isto é, o morador não possui documentos de registro do imóvel, falta de serviços públicos como abastecimento de água, energia, coleta de lixo e iluminação pública (IBGE, 2025)

Nos espaços de pesquisa deste estudo, a presença desses idosos/as é infinitamente menor, refletindo a desigualdade socioeconômica e o acesso limitado a direitos e serviços de saúde e previdência social que, ao longo da vida, culminam em um envelhecimento com maiores dificuldades e menor visibilidade social. A comunidade LGBTQIAPN+ idosa, é outra categoria que em Goiânia e no Brasil, frequentemente relatam isolamento e exclusão, devido à falta de rede de apoio e ao preconceito persistente. A velhice LGBTQIAPN+ é uma das velhices invisibilizadas na pesquisa e nas políticas públicas, exigindo um olhar que considere as especificidades de suas trajetórias de vida e a necessidade de espaços de acolhimento e cuidado.

Nas periferias de Goiânia, o mapeamento destas "velhices periféricas" é ainda um caminho em construção, mas uma realidade pungente, que revela um impacto significativo da discrepância no envelhecimento, com altos índices de analfabetismo e uma predominância de pessoas que se autodeclaram negras. Essas velhices, marcadas pela vulnerabilidade social e pela falta de acesso a recursos, diferenciam-se drasticamente do modelo hegemônico, que pressupõe um envelhecimento ativo e com qualidade de vida.

Na trilha da escrita acadêmica, o próximo capítulo será dedicado às considerações finais e os desafios encontrados no caminho da pesquisa. Travessia que nem sempre é acompanhada de trajetos fáceis e liberdade nas escolhas, muito pelo contrário, as pedras no caminho existem, mas não impede que o percurso seja interrompido, mas que alcance o objetivo, isto é, apontar a construção do edifício, que iniciou com o alicerce, ao trazer o envelhecimento e como nasce uma política pública, construída através de paredes as vezes firmes, com lutas sociais, outras com rachaduras, quando essas lutas não são ouvidas, concretizadas, para finalmente chegar ao telhado, que pode conter telhas firmes, com políticas efetivadas ou telhados de vidro, quando as mesmas permanecem somente no papel, veremos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese, antes de ser um volume encadernado, consiste em um mapa de cicatrizes, um diário de vigílias. É a jornada que se inscreve na pele, um caminho que se faz ao caminhar, onde a matéria da pesquisa se confunde com a matéria da própria vida. Mergulhar nas performances e memórias dos idosos, na cidade de Goiânia, foi mais do que um exercício acadêmico; foi um encontro com a essência do tempo, aquele senhor que a tudo rege e transforma. O tema, por si só, carrega a beleza e a melancolia da passagem, a dignidade dos anos vividos e a urgência do presente que se esvai.

O tempo acompanha o indivíduo desde o nascimento e termina, de modo particular, com a finitude da vida. Embora o tempo seja infinito e passível de diversas interpretações, como as visões da mitologia grega que o classificam em *chronos* e *kairós*. O *chronos* designa o tempo cronológico, termo que remete, muito das vezes, à noção de demora e de duração, enquanto *kairós* aponta para o instante oportuno — a melhor ocasião, o momento decisivo para agir, a circunstância adequada em relação a certo objeto, processo ou contexto.

Foi esse tempo *chronos* que impulsionou a elaboração da tese: implacável, com prazos a cumprir, impõe-se a observância do cronograma estabelecido. *Kairós*, por sua vez, representa o tempo da oportunidade plena, da qualidade vivida — um tempo que não se quantifica, mas se experimenta. Esse tempo também integra a pesquisa, pois o tema investigado deve ser alvo não apenas de descobertas, constatações, respostas e sugestões, mas igualmente de expectativas de encontros, de aprendizagem e — por que não — de prazer nesta árdua trajetória que é a investigação acadêmica.

Ao ouvir as histórias e testemunhar a dança da memória nos espaços de acolhimento, o pesquisador se depara com a força inelutável do *chronos*. É nesse instante de profunda reflexão que a poesia se impõe sobre a frieza dos dados, lembrando que o tempo é, acima de tudo, uma entidade de reverência e respeito. A pesquisa torna-se, assim, um ato de profunda humildade diante da vastidão das existências. O envelhecimento, como fenômeno social e cultural, exige mais do que

a simples catalogação de dados; exige a escuta atenta, a sensibilidade para captar os matizes da experiência humana.

É o que ensina o poeta/cantor, em uma súplica que se torna mantra, um pedido de trégua e de entendimento com a força que tudo move e transforma. A voz de Veloso ecoa, fazendo lembrar que a ciência, em sua busca por ordem, não pode ignorar a dimensão lírica da vida: Em sua canção “Oração ao Tempo”, composta em 1979, ele entoa:

És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo, tempo, tempo, tempo.
Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo.
Entro num acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo.
Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo.
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo.
(Veloso, 1978).

Essa negociação com o tempo, essa busca por um “acordo”, é a própria essência da pesquisa sobre o envelhecimento. É a tentativa de congelar, por um instante, a fluidez da memória e da performance, para que o olhar acadêmico possa registrar e compreender a beleza e a complexidade desse ciclo da vida.

A pesquisa, contudo, não se fez apenas de beleza e contemplação. O percurso acadêmico é, por natureza, uma “caminhada árdua”, como bem se registra nos agradecimentos da jornada. Mas, para além das dificuldades inerentes à escrita e à reflexão, a travessia em Goiânia revelou um obstáculo de natureza mais dura e fria: o labirinto burocrático do acesso à informação pública. A busca por dados concretos sobre a realidade do envelhecimento na cidade esbarrou na resistência institucional. A dificuldade em acessar os órgãos públicos para obter estatísticas atualizadas e detalhadas sobre a população idosa transformou a coleta de dados em um exercício de persistência, no qual, lidar com o silêncio administrativo, com a desorganização de arquivos e, pior, com a sensação de que a informação, quando

existe, é tratada como segredo de Estado, e não como bem público essencial para a formulação de políticas foi um dos obstáculos enfrentados.

Barrar a pesquisa em uma entidade governamental, devido a troca de governo foi uma medida impensável de ocorrer, mas aconteceu. Informações atualizadas da nova gestão também foram inviabilizadas. Troca de e-mails sem retorno, espera de agendamento com o responsável pelas atualizações foi outro labirinto, no qual a saída encontrada foi relatar na tese o ocorrido e procurar nos sites, também confusos e desatualizados, as informações necessárias para o andamento da pesquisa. Essa resistência é um sintoma do problema maior: o impasse dos políticos na melhoria do atendimento e a flagrante falta de projetos consistentes para a população idosa. A pesquisa, ao tentar mapear a realidade, expôs a inércia do poder público. Onde deveriam existir programas estruturados, encontrou-se a descontinuidade; onde se esperava a visão de futuro, deparou-se com o imprevisto e a ausência de planejamento a longo prazo. A tese, nesse sentido, não é apenas um estudo sobre a memória dos idosos, mas um registro da amnésia institucional que assola a gestão pública.

A falta de transparência e a dificuldade em obter dados precisos sobre a aplicação de recursos e a eficácia de programas existentes reforçam a percepção de que a pauta do envelhecimento ainda é tratada como secundária, uma nota de rodapé no grande livro das prioridades políticas. O pesquisador, ao invés de ser um parceiro na construção do conhecimento, é visto como um fiscal incômodo, um questionador da ordem estabelecida.

No campo pesquisado deparou-se como a realidade social se impõe com a crueza dos números que faltam e a intensidade das histórias que sobram. A pesquisa revelou a face mais vulnerável do envelhecimento, onde a solidariedade familiar atinge seu limite e a rede de apoio se esgarça: a realidade das famílias que envelheceram juntas e hoje se veem na condição de idosos cuidando de idosos. Essa inversão de papéis, essa sobrecarga silenciosa, é um drama social que exige um olhar mais humano e menos técnico. Onde está o descanso para quem dedicou a vida ao cuidado? Onde está o suporte para o casal que, após décadas de união, se vê transformado em cuidador e cuidado, ambos fragilizados pelo tempo? A tese, ao registrar essas performances de resistência, presta um tributo à dignidade dessas

vidas, mas também denuncia a falência do sistema de proteção social que as abandona à própria sorte.

Este drama social já visualizado pelo Governo Federal que lançou o “Projeto vida digna em casa”, que tem como objetivo promover a cidadania e os direitos humanos de pessoas idosas acamadas e domiciliadas e das pessoas cuidadoras, em especial o direito à saúde, ao cuidado integral e à assistência social, com o intuito de proporcionar a redução de institucionalizações e objetivando assegurar a dignidade humana para essas pessoas, como também às pessoas cuidadoras, entretanto, este programa ainda inexistente na cidade de Goiânia

A dificuldade em dar forma a esses embates, em traduzir o peso do cuidado em palavras acadêmicas, era sentida em cada porta encontrada fechada, como algo que se manifesta de forma inevitável e visceral. É a dúvida que move a pesquisadora, a incerteza que obriga a busca da verdade, mesmo que ela se apresente de forma poética e quase indizível. É a emoção que irrompe, a força que não se pode conter, a necessidade de dar voz ao que é silenciado pela rotina e pela falta de recursos. É essa força, essa pulsão, que transforma a dificuldade em motor, o labirinto em caminho. A pesquisa se torna um ato de empatia radical, um esforço para que a dor do outro não seja apenas um dado, mas uma convocação à ação e à reflexão.

A ausência de dados concretos e a resistência em fornecê-los não são apenas falhas administrativas; são atos políticos que resultam na invisibilidade de parcelas significativas da população idosa. A falta de pesquisa estatística por classe social, gênero e raça sobre o envelhecimento em Goiânia é um espelho da negligência. Como planejar políticas públicas eficazes se não se conhece a realidade da mulher idosa negra da periferia, ou do idoso de baixa renda que não tem acesso aos espaços de convivência? Essa lacuna estatística se materializa na observação dos espaços pesquisados. A presença maior das pessoas brancas sugere uma seletividade velada, um recorte social que exclui as minorias e as classes menos favorecidas do acesso a políticas e convívio. Os espaços de acolhimento, embora essenciais, parecem reproduzir a estratificação social, tornando-se bolhas de privilégio onde a diversidade da população idosa de Goiânia não se reflete.

A tese, então, torna-se um grito por essa estatística que falta, por essa cor que não aparece nos relatórios. É um questionamento metodológico e ético: a quem

serve uma pesquisa que não consegue acessar a totalidade da realidade? A quem servem os espaços de convivência se eles não acolhem a pluralidade da cidade? A dificuldade da pesquisa, nesse ponto, transcende o plano individual e se torna uma crítica à estrutura social que marginaliza tanto pela idade e pela cor, como também, pela classe.

A exclusão, no entanto, não se restringe aos espaços de convivência, mas se estende ao próprio debate acadêmico e profissional. Observou-se que os seminários realizados em Goiânia destinados ao envelhecimento são, em sua maioria, voltados para geriatras, gerontólogos e áreas da saúde, com a presença do cientista social pouco presente. Essa hegemonia do olhar biomédico e técnico, embora fundamental, silencia a dimensão cultural, política e social do envelhecimento. A tese, ao se inserir no campo das Performances Culturais, das artes, das culturas, confronta essa visão reducionista, exigindo que a voz das Ciências Sociais seja ouvida para além da patologia e da reabilitação. A ausência do cientista social nesses fóruns é um reflexo da dificuldade em reconhecer o envelhecimento como um fenômeno complexo que exige a interdisciplinaridade, e não apenas a especialização.

A busca por essa estatística ausente, pela participação, entre outros entraves da pesquisa é a busca por justiça social. É a tentativa de dar nome, número e dignidade àqueles que o sistema insiste em manter na sombra. A tese, ao expor essa falha, assume um papel de denúncia e de proposta, exigindo que o tempo da pesquisa se alinhe ao tempo da transformação social e ao final, a tese se revela como um espelho.

Ao estudar o envelhecimento, o pesquisador inevitavelmente reflete sobre o seu próprio tempo, sobre a sua própria trajetória. A conclusão não é apenas sobre os idosos de Goiânia, mas sobre a própria condição humana diante do relógio. A linha que separa o objeto de estudo do sujeito que estuda se torna tênue, quase invisível. O tempo, que foi tema, é obstáculo, é a síntese final. A grande lição reside na relatividade de todas as coisas, na sincronia e assincronia dos ciclos. A tese, ao ser concluída, estabelece um diálogo profundo entre as gerações, entre o passado que se manifesta na memória e o futuro que se anuncia no presente. A reflexão final, que encerra o ciclo da pesquisa, é a de que a vida é feita de tempos múltiplos, e que a ciência, tal como a arte, busca apenas harmonizá-los.

Com suas dificuldades e suas descobertas, a pesquisa força a confrontar a ilusão de um tempo linear e único. A burocracia tem seu tempo lento, a política tem seu tempo de impasse, mas a vida, a memória e o cuidado têm um tempo urgente, que não espera. A tese é um esforço para alinhar esses tempos, para que o tempo do pensamento se encontre com o tempo da ação. É nesse ponto que a arte se une à ciência, e a poesia se torna a metodologia mais precisa para descrever a complexidade da existência. A tese é um ato de amor ao tempo, uma performance de resistência e um tributo à memória, que se recusa a aceitar que o tempo do pensamento e o tempo da ação sejam diferentes.

Terminar esta jornada é uma conquista por muitos desejada, e que alcanço, devido a muitas conquistas pessoais e sociais. Pessoais estão relacionados ao desejo de trilhar a vida acadêmica com objetivo da docência universitária, um critério hoje indispensável para concretização. Mas informa-se aqui para os que leem esta tese, que pedras no caminho persistem em existir, mas não impedem de seguir, muito pelo contrário, as vezes são necessárias para o crescimento e amadurecimento como pessoa e como profissionais.

Este processo teve seu início com escolha do objeto de pesquisa, isto é, qual assunto aprofundar seu conhecimento, o que questionar, trazer a discussão com sugestões, críticas, atualizações, novidades, entre outras informações pertinentes. Seguindo neste labirinto, decidir o programa de Pós-graduação que dialogue com objeto de estudo, se inscrever na época da seleção, e passar pelo processo seletivo que é composto por várias etapas classificatórias que variam de acordo com cada programa, mas basicamente, é composto pela apresentação de um projeto de pesquisa, prova escrita, prova oral e comprovação de proficiência em duas línguas estrangeiras.

Seguindo com a aprovação no processo seletivo, aulas, leituras de inúmeros textos, provas das diferentes disciplinas, participação em seminários como ouvinte ou apresentando trabalhos, ou na organização do evento, publicações, pesquisa de campo e, se esta pesquisa envolver pessoas humanas, é necessário passar pelo comitê de ética, para proteção do pesquisador, das pessoas que participam da pesquisa, como também das instituições pesquisadas e da Universidade na qual o programa pertence e estágio docência. Para receber este título, não é sobre balburdias, mas sobre pesquisa, sobre ciência.

No quesito conquistas sociais, este benefício de cursar o Doutorado em uma Universidade Federal de alto nível de formação, de forma gratuita, só está e continua sendo possível, devido ao país ter sido governado pelos considerados governos progressistas, que atuaram na presidência do Brasil. Estes afirmam que investir em educação não é gasto, mas sim ganhos para a sociedade de forma geral. Tornar o país mais igualitário, com benefícios para todos, em especial para os que mais necessitam, acredita-se, deve ser o objetivo dos governantes que chegam à presidência.

O doutorado precede de cursos de graduação, pós-graduação e mestrado, cursados pela pesquisadora na UFG, em que o tema abordado nos trabalhos de conclusão para a obtenção dos respectivos títulos, concentrou-se na pesquisa sobre a população idosa, por entender a sua relevância diante do rápido envelhecimento demográfico e, também, por se tratar de um assunto de interesse dos estudiosos nos diversos eixos sociais, de saúde, jurídicos e de qualidade de vida.

Dando continuidade à trajetória acadêmica, chega-se ao doutorado no programa em Performances Culturais, que posteriormente passou para o programa de Pós-graduação em Artes, Culturas e Tecnologias, com linhas de pesquisas em diferentes áreas, neste caso as Performances Culturais. Nesta esteira de estudos, as pesquisas continuam trilhando o campo da pessoa idosa e envelhecimento, assunto que nesta escrita, o foco foi direcionado às políticas públicas destinadas ao público idoso/a, sugestão da banca de mestrado, uma ampliação da pesquisa.

Informa-se que, desde o início das pesquisas relacionadas ao envelhecimento e pessoas idosas, a percepção inicial desta pesquisadora era ser um tema ainda visto como um assunto invisibilizado, para não dizer com (pré)conceito. Sempre que era necessário informar o que estudava, era um sentimento presente, principalmente no campo das Performances Culturais, no qual muitos pensam na forma literal da palavra, isto é, performances como espetáculo, dança, cinema, teatro, entre outros, o que não condiz com a realidade. Performances Culturais vão muito além deste pensamento, e para compreender como elas poderiam se relacionar no desenvolvimento de pesquisa desta tese, buscou-se inspiração no texto "Podemos ser o (novo) Terceiro Mundo?" de Richard Schechner:

Estou sentado aqui nesta manhã (não importa qual manhã) tentando ser otimista. Quero escrever sobre como os estudos da performance e as artes performáticas podem salvar o mundo ou, pelo menos, podem ajudar a salvar o mundo. Os estudos sobre a performance são uma resposta particular a essa circunstância global. Escrevo este texto enquanto foguetes e bombas estão explodindo em Gaza e Israel; o Egito está em tumulto, a Síria no limiar da guerra civil; os rebeldes do M23 estão fechando sobre o Congo, colocando um milhão de pessoas sob ameaça; bombardeios suicidas e assassinatos são rotina no Iraque e Afeganistão [...] Surgem da premissa de que tudo ou qualquer coisa pode ser estudado “como” performance. As ferramentas dos estudos da performance são retiradas de outras disciplinas e ainda não se consolidaram em uma singularidade coerente. Talvez isso seja bom, mantém os estudiosos da performance alertas com o que está acontecendo mundo afora. Algumas das disciplinas tomadas de empréstimo nos estudos da performance roubam, adaptam, manuseando-a de forma própria, rotulando-a como ciência social ou biológica, como história, estudos de gênero, psicanálise, teoria social, estudos críticos raciais, teoria do jogo, economia, estudos de cultura popular, teatro, dança, cinema e estudos da mídia – e mais, os estudos das performances são atrevidos, promíscuos e arrojados –, isso, mesmo quando tentamos nos organizar e alcançar consistência e coerência (Schechner, 2014, p. 717).

Este relato de considerações finais, que mais condiz com a introdução do texto, tem como objetivo apontar o labirinto que é adquirir este título e os percalços encontrados no desenvolvimento desta tese, que foram inúmeros, e continuam abaixo no texto que segue.

Para a efetivação da pesquisa aqui desenvolvida, cuja problemática está relacionada com o envelhecimento e as políticas públicas existentes na cidade de Goiânia, foram elencadas três instituições de atendimento à pessoa idosa e, também, com as discussões referentes às implicações teóricas e práticas dos achados, às limitações do estudo e às sugestões para futuras investigações.

Ancorada no Programa de Pós-graduação em Artes, Culturas e Tecnologias, com a área de concentração em Performances Culturais, buscou-se compreender como as experiências de performances, memória, arte e cultura, presentes nos espaços de acolhimento em Goiânia, como o Centro de Convivência do Idoso Assunção (CCI), Centro de Idosos Vila Vida (CIVV) e Centro Livre de Artes (CLA), colaboram no processo de envelhecimento e promovem transformações psicossociais em seus participantes, sinalizando as políticas públicas que devem servir como meios de auxiliar neste processo.

A jornada de pesquisa iniciou-se trazendo a discussão a respeito da constatação do envelhecimento populacional no Brasil e, especificamente, na cidade de Goiânia, um fenômeno que impõe desafios sociais, econômicos e, sobretudo,

culturais. Neste tópico, estabeleceu-se as bases conceituais, apontando diferenças entre os termos "velho", "velhice" e "envelhecimento", e discutindo o impacto do etarismo no cotidiano, no trabalho e nas relações familiares da pessoa idosa.

Na sequência, aprofundou-se a análise do contexto macrossocial, examinando a nova pirâmide populacional e a insuficiência das Políticas Públicas (PNI, Estatuto do Idoso) frente à crescente demanda. A discussão sobre a preparação para a aposentadoria revelou a lacuna entre o planejamento financeiro e a preparação psicossocial para a velhice, um ponto central para a compreensão da busca por espaços de acolhimento.

Em continuidade da produção textual, dedicou-se à descrição detalhada das três instituições pesquisadas, destacando suas tipologias, critérios de funcionamento e as atividades oferecidas. O CCI e o CIVV representam modelos de assistência social e convivência, enquanto o CLA se destaca pela abordagem cultural e artística. Essa diversidade institucional permitiu uma análise comparativa rica sobre os diferentes modos de acolhimento.

Ainda na esteira da escrita, seguindo apresentando os tópicos abordados, chegou-se ao cerne da análise empírica, articulando os conceitos de Performance e Memória com o Drama Social do Envelhecimento. Através das entrevistas dialogadas e da observação participante, foi possível desvelar como as atividades (coral, dança, oficinas de arte) funcionam como dispositivos de agência e resistência, permitindo aos idosos renegociar suas identidades e confrontar o etarismo.

Em se tratando da síntese dos resultados, debruçou-se sobre a análise das resoluções da 6ª CONADIP, cujo tema "Envelhecimento Multicultural e Democracia" revelou-se fundamental para a compreensão do envelhecimento como um fenômeno plural. A pesquisa evidenciou que a longevidade no Brasil não pode ser tratada de forma homogênea; ela é atravessada por marcadores de classe, raça, gênero e etnia que aprofundam as desigualdades. A análise das resoluções destacou a urgência da Política Nacional de Cuidados (PNC) como uma responsabilidade estatal e social, visando desonerar as mulheres e garantir dignidade aos idosos dependentes. Além disso, reafirmou-se o papel vital dos Conselhos de Direitos como espaços de resistência e controle social, essenciais para que as políticas públicas deixem de ser "telhados de vidro" e se tornem estruturas concretas de proteção e protagonismo.

Nessas considerações finais, a tese assumiu um tom reflexivo sobre a própria trajetória da pesquisa, intitulada "O Tempo e a Tese: Uma Travessia de Memórias e Labirintos", ao desvelar o embaraço burocrático enfrentado na cidade de Goiânia, um caminho difícil de ser percorrido, onde a dificuldade de acesso a dados estatísticos e a resistência institucional evidenciaram a invisibilidade política da pessoa idosa. A travessia acadêmica foi apresentada não apenas como um esforço intelectual, mas como um drama social em si, onde o tempo da burocracia, lânguido e frio, colide com o tempo urgente da vida e do cuidado. Com a reflexão final, propõe-se um "acordo com o tempo", sugerindo que a ciência e a arte devam caminhar juntas para harmonizar os múltiplos ciclos da existência humana.

Em suma, esta tese demonstra que o acolhimento à pessoa idosa em Goiânia, embora encontre espaços de luz e criatividade em instituições, como o Centro Livre de Artes, ainda enfrenta sombras densas de etarismo e negligência estatal. As performances e memórias registradas ao longo deste estudo não são apenas dados de pesquisa, mas atos de resistência que reivindicam o direito de envelhecer com visibilidade e voz. Conclui-se que a justiça social para a população idosa exige, necessariamente, converter-se em tempo de ação transformadora.

E, por fim, ressalta-se nestas últimas linhas, um aceno ao filme "O último Azul", assistido recentemente por esta doutoranda, no qual o direito de envelhecer com respeito e dignidade foi o tema central do filme, e ainda parafraseando Ecléa Bosi (1972) " Os velhos não têm armas. Nós temos de lutar por eles". LUTEMOS!!!

REFERÊNCIAS

ABIGALIL, Albamaria Paulino de Campos. **Desafios do envelhecimento ativo face à reestruturação e ao desfinanciamento da seguridade social no Brasil**. 2019. 261p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ABIGALIL, Albamaria Paulino de Campos. **O envelhecimento no contexto da desestruturação da seguridade social produzida pela nova direita: efeitos da crise estrutural do capital e da sindemia da “Covid-19”**. 2024. 100p. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Política Social, Brasília, DF, 2024.

ABRAMO, Laís Wendel. Aspectos da economia do cuidado. *In: Comissão de Legislação Participativa (Audiência pública ordinária (semipresencial))*. Em 22 de maio de 2024. 2ª sessão legislativa ordinária da Câmara dos Deputados - Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. 57ª Legislatura. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/72948>. Acesso em 11 out. 2024.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulos, 2008.

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. **Associativismo no Ministério Público Brasileiro e a Defesa dos Direitos de Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2023.

ALMEIDA, Elza. **Cantar faz muito bem**. Composição e interpretação de Elza Almeida. Música de trabalho. Arquivo pessoal (s./d.).

ALMEIDA, Thatiana Nascimento; TELES, Yonara Júlia de Castro. A importância do exercício e atividade física na melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa. **Revista Cathedral**, v. 2, n. 4, p. 23-30, 2020.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Vó caiu na piscina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. *In: FERREIRA, Cíntia P. Silva et al.* A visão do envelhecimento, da velhice e do idoso veiculada por livros infanto-juvenis. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 24, p. 1061–1075, set. 2015.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n.1, Jan./Abr.; 2019.

ANTUNES, Arnaldo. Envelhecer. *In: Ao Vivo lá em Casa*. Compositores: Arnaldo Augusto Nora Antunes Filho (UBC), Marcelo Jeneci da Silva (UBC), Wharton Goncalves Coelho Filho (Ortinho) (SICAM). Interprete Arnaldo Antunes. Editores: Humaitá Edições Musicais Ltda. (UBC), Jeneci Produções (UBC), Rc (UBC). Administração: Pommelo Distribuições (UBC), Warner (UBC). Publicado em 2009 (11/Fev.) e lançado em 2009 (02/Abr.).

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ARANTES, Paulo Corrêa. Kairós e chronos: origem, significado e uso. **Revista Pandora Brasil**, v.1, n. 69, p. 1-9, 2015.

ARAÚJO, Denise Castilhos de. A revolução grisalha. Mulheres (re) semantizando signos do envelhecimento. **Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**. v. 12, n. 25, p. 129-143, 2019.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. 8.ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018a.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018b.

BACHTIN, M. M.; VOLOŠINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995 (Linguagem e cultura, 3).

BÍBLIA SAGRADA. **O clamor do idoso a Deus (Sl 71:9)**. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elisabeth Raquel; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. Leituras de operárias. Petrópolis, Vozes, 1972.

BRASIL. Congresso Nacional do Brasil. **Decreto nº 4682 de 24 de janeiro de 1923**- Lei Eloy Chaves (pp. 1–5). Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada Nº 283, de 26 de setembro de 2005**, Brasília, 2005. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f205/.../94ed-76fa43acb1df. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Quer um Conselho?** Guia Prático para a Criação de Conselhos e Fundos Estaduais e Municipais de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 12.008, de 29 de julho de 2009.** Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12008.htm. Acesso em 21 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 12.896, de 18 de dezembro de 2013.** Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12896.htm. Acesso em 28 abr. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Portaria nº 561, de 4 de setembro de 2023.** Institui o Programa Envelhecer nos Territórios para promover o direito de envelhecer a todas as pessoas e garantir os direitos humanos das pessoas idosas no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-561-de-4-de-setembro-de-2023>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 13.466, de 12 de julho de 2017.** Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13466.htm. Acesso: 19 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 13.535, de 15 de dezembro de 2017.** Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13535.htm. Acesso: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024**. Institui a Política Nacional de Cuidados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-15069-23-dezembro-2024-796797/.../original-173901-pl.html>. Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social (SECOM). **Portaria Nº 3 399, de 20 de março de 2026, cria Programa Nacional Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2026/03/portaria/.../das-pessoas-idosas>. Acesso em: 11 abr. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Guia de Participação - 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa 6ª CONADIPI**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://6conadipi.mdh.gov.br/wp-content/uploads/2025/12/6a-CONADIPI-Guia-de-Participacao.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.321, de 30 de dezembro de 1999**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador). Disponível em: Planalto.gov.br. Acesso em: 03 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: Planalto.gov.br. Acesso em: 03 ago. 2026.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo nº 863/2017**. Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Disponível em: Camara.leg.br. Acesso em: 03 ago. 2026.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAÚJO, Marcelo Mattos; COUTINHO, Maria Inês Lopes. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinapoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002157825>. Acesso em: 12 abr. 2025,

BUARQUE, Chico. O velho Francisco. Composição e interpretação de Chico Buarque de Holanda. Produção Homero Ferreira. *In: Álbum Francisco*, LP, Rio de Janeiro: Ariola/RCA, 1987.

BUCCI, Maria Paula Dallari. A abordagem, direito e políticas públicas no Brasil. Quadros analíticos. **Revista Campo de Públicas: conexões e experiências** | FJP – Escola de Governo, v.2, n.1, p.91-125, 2023.

BUTLER, Robert. Neil. *Age-Ism: Another form of bigotry*. *The Gerontologist*, 1969, 9 (4) 243-246. *In: ROCHA, CARLA Rodrigues; NASCIMENTO, Rejane Prevot.*

Longevidade, Trabalho e Etarismo no Brasil. **XXVII Seminário em Administração. SemeAd 2024**. 05-08 nov./2024. Disponível em: <https://login.semead.com.br/27semead/anais/arquivos/2064.pdf>? Acesso em: 13 abr. 2025.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Ipea, Rio de Janeiro, 2014.

CAMARGO. Robson Corrêa de. Per-formance e Performance Art: Superando as velhas tra(d)ições. **Revista Moringa - Artes do Espetáculo**, João Pessoa, UFPB, v.7 n.1, p.11- 27, jan/jun; 2016.

CAMARGO. Robson Corrêa de. **Milton Singer e as Performances Culturais: Um conceito interdisciplinar e uma metodologia de análise**. Disponível em: <http://web.calstatela.edu/misc/karpa/KARPA6.1/Site%20Folder/KARPA6.1.html> 2020 - Califórnia State University. Acesso em: 09 nov.2024.

CARDOSO, Daniely. **Psicologia revela por que muitas pessoas decidem não pintar os fios brancos**, Newsletter, publicado em: 20 maio de 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cbradar/psicologia-revela-por-que-muitas-pessoas-decidem-nao-pintar-os-fios-brancos/>. Acesso em: 11 out. 2025.,

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, São Luiz do Maranhão, n. especial, p. 225-239, jul. 2014.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcin. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CÍCERO, Marco Túlio. **A velhice saudável: O sonho de Cipião**. Tradução Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2006. 112 p.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

COHEN, Lawrence. Não há velhice na Índia: os usos da Gerontologia. In: DEBERT, Guita Grin (Org.). **Antropologia e velhice**. Tradução por Júlio Assis Simões. Textos didáticos nº 13. Campinas: IFCH/UNICAMP, março 1994, p. 65-118.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Difel, 2020.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Métodos de Análise Econômica**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

COUTINHO, Maria Chaufin. Psicologia social do trabalho em dois tempos. In: Coutinho, M. C.; FURTADO, O.; RAITZ, T. R. (Orgs). **Psicologia social e**

Trabalho: perspectivas críticas. Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos. Florianópolis: Edições do Bosque, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DANÇA DO CARIMBÓ. Interprete: Pinduca. Compositores: Aurino Q. Gonçalves e Rui Guilherme M. Reis. *In: Carimbó E Sirimbó No Embalo do Pinduca.* Vol. 4" LP vinil, Beverly Discos, 1975.

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA, Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 01-23, jul./dez. 2018.

DE ÁVILA, A. H.; GUERRA, M.; MENESES, M. P. R. **Se o velho é o outro, quem sou eu? A construção da auto-imagem na velhice.** Pensamiento psicológico, [s. l.], v. 03, p. 13, 2007.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** [S. l.]: EdUSP, 1999.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e novas práticas sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p. 247-270, nov. 1999.

DE FIGUEIREDO, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** [s. l.], [s. d.]. .

DEL-MASSO, Maria Cândida Soares. **O Direito de Envelhecer:** uma questão de cidadania. 2. ed. São Paulo: Portal do Envelhecimento, 2015.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Tradução Paulo Neves; revi- são da tradução Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ESPIRITO SANTO. **Construção do Estatuto da Pessoa Idosa.** Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MEMP1 Vitória, outubro/2023). Disponível em: <https://mpes.mp.br/ceaf/wp-content/uploads/sites/6/2023/12/A-CONSTRUCAO-DO-ESTATUTO-DA-PESSOA-IDOSA-1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. *In: Poemas da recordação e outros movimentos.* 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Macaé. Envelhecimento Plural e Desigual. *In: Palestra de abertura da 6ª CONADIPI.* Brasília/DF, 16 dez. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/abertura-da-6a-conferencia-nacional-da-pessoa-idosa/.../publicas-de-envelhecimento-saudavel>. Acesso em: 16 jan. 2026.

FECHINE, Basílio Rommel Almeida, TROMPIERI, Nicolino. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Revista Científica Internacional.** 20. ed., v. 1, art. nº 7, jan./mar., 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2014.

FERREIRA, Cíntia P. Silva *et al.* A visão do envelhecimento, da velhice e do idoso veiculada por livros infanto-juvenis. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 24, p. 1061–1075, set. 2015.

FLORES SOBRINHO, M. C. J.; OSÓRIO, N. B. A interpretação da velhice da antiguidade até o século XXI. **Nova Revista Amazônica**, v.9. n,1, p.175-187, 2021.

FRANÇA, Lucia H; de Freitas Pinho. **Programas de preparação para a aposentadoria: Diagnóstico e estratégias para implantação**. In: MENDONÇA, Helenides; FERREIRA, Maria Cristina; NEIVA, Elaine R., *Análise e diagnóstico organizacional*. São Paulo: Vetor, p. 319-347, 2016.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GALEANO, Eduardo. **Dias e noites de amor e de guerra**. Trad. de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.

GENNEP, A. Van. **Os ritos de passagem**. 2. ed., Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Gilberto. A dimensão do esquecimento. *In: Entrevista: Como Gilberto Gil lida com o esquecimento?* | Saia Justa ...Youtube, Canal GNT, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/w4KOeEecC2E>. Acesso em 26 abr. 2025.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. **Decreto-Lei nº 867, de 15 de setembro de 1988**. Aprova o regimento interno da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente e dá outras providências. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1988/do_19880919_000000886.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. **Lei Nº 8.083, de 4 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/go/g/goiania/lei-ordinaria/.../8083-2002-dispoe-sobre-a-politica-municipal-do-idoso-cria-o-conselho-municipal-do-idoso-e-da-outras-providencias#google_vignette. Acesso em: 17 ago. 2024.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN). Departamento de Ordenação socioeconômica. **Radiografia socioeconômica do município de Goiânia**. Goiânia, SEPLAN, 2002.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal da Casa Civil. **Decreto nº 2.747, de 28 de dezembro de 2007**, da Prefeitura de Goiânia, homologa o Regimento Interno do

Conselho Municipal do Idoso. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2007/dc_20071228_000002747.html. Acesso em:

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. **Lei Nº 11.412, de 20 de maio de 2025**. Acrescenta o artigo 5º-A à Lei nº 8.083, de 04 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2025/lo_20250520_000011412.html. Acesso em: 27 nov. 2024.

GOIÁS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. **Mapeamento das ILPI's**. Goiânia-GO. Portal MPMGO.2019. Disponível em: <http://www.mpmgo.mp.br/portal/conteúdo/mapeamento-das-ilpi-s>. Acesso em: 11 out. 2023.

GOIÁS. Ministério Público do Estado de Goiás. **Guia para construção de políticas públicas para a população idosa**. Goiânia-GO: MPMGO, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/cartilha-quer-um-conselho-digital.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

GOMES, Sandra Regina. **Glossário coletiva de enfrentamento ao idadismo**. Belém, PA: Editora Recriar, 2022.

GROISMAN, Daniel. **Asilos de Velhos: passado e presente. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, [s. l.], v. 2, 26 ago. 1999. DOI 10.22456/2316/.../. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/5476>. Acesso em: 4 maio., 2025.

HALBWACHS, Maurício. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBBS, Thomas. **Os elementos da lei natural e política**. s. ed. Trad. Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone, 2002a.

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão**. 3. ed. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria**. Forma e poder de uma república eclesiástica e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva: Instituto Antônio Houaiss, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADC), 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.htm>. Acesso em: 20 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Painel Cor ou Raça no Brasil**. Censo Demográfico 2022. Notas Técnicas, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/painel-cor-ou-raça>. Acesso em 08 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD), 2024**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa da população goiana. Taxa Geométrica de Crescimento (TGC)**. Divulgação em 28 de agosto de 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/goiania.html>. Acesso em: 31 mar. 2026.

IVIC, Sanja. O direito dos idosos na União Europeia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 185–205, mar. 2013.

JUSTINIANO, Luiz Renato de Souza; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; RODRIGUES, Daniele Fernandes. **Evolução histórica da previdência no mundo e no Brasil e sua correlação com a demografia etária**. [S. l.], v. 19, 2024. Disponível em: <https://interscienceplace.org/index.php/isp/article/view/840>. Acesso em: 26 jan. 2026.

KALACHE, Alexandre. **A Revolução da Longevidade**. (Ebook). São Paulo: Vestígio Editora, 2025. Disponível em: <https://pt.everand.com/book/922677049/A-revolucao-da-longevidade> Acesso em: 17 nov. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane de. Reforma da previdência e regime complementar. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 3 (148), p. 615-635, 2017.

LIMA, Carlos Bezerra de; BEZERRA, Adriano Alves; SILVA LIMA, Ana Karla Bezerra da. Envelhecimento da pessoa humana: um problema de ordem social ou uma virtude? **Temas em Saúde**. João Pessoa, v.23, n.2, p. 1-16, 2023.

LIMA, Margarida Pedroso de. **Envelhecimento (s)**. [S. l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/57838>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MACHADO, Jose Henrique Rodrigues. **As Fiandeiras do Tempo**. Poema apresentado em evento realizado em Luanda - África, em 25 out. 2025.

MARQUES, Filipa Daniela *et al.* **A vivência dos mais velhos em uma comunidade indígena guarani MBYÁ**. *Psicologia & Sociedade*, [s. l.], v. 27, p. 415–427, ago. 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p415>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Z5BCPwNKb9nC4RJ6Lb8pCQS/>. Acesso em: 21 maio. 2025.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTEUCCI, Janice de Almeida. **Pensando um Museu de Idosos: Processo Comunitário de Implantação do Museu dos Idosos do Brasil. MAIB**. 2017. 84f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Museologia) –Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2017.

MATTEUCCI, Janice de Almeida. **Intervir para preservar: Preservação de uma cultura tradicional. Fiandeiras do Museu da Associação dos Idosos do Brasil**. 2018. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania) – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

MATTEUCCI, Janice de Almeida. **As Performances da Memória nas Cantigas de Trabalho**. Urbano palco: estudo de performance urbana. V. 2. – Josiane Kunzler, Roberta Machado, Vânia Dolores Estevam de Oliveira (orgs.) - Goiânia / Kelps, 2020.

MEIRELES, Cecília. **Obra em prosa**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MEIRELLES, Roberto C.; BAK, Roberta; CRUZ, Fabiana C. da. Presbifonia. 2012. 9f. **Revista do Hospital Universitário Pedro Ernesto, UERJ**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 77-86, set.; 2012.

MELO, Wanessa Batista. **Políticas de Atenção ao idoso e de democratização: a experiência em Goiânia – 2003-2010-2011**. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

MENEZES LOPES, J. F. O contrato social como ideia regulatória: a evolução de um conceito jurídico. **Revista da AGU**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/972>. Acesso em: 18 abr. 2026.

MIRANDA, Gabriella M. Duarte; MENDES; Antonio C. Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências

sociais atuais e futuras. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.:507-519, 2016.

MONTENEGRO, Fernanda. A velhice, a solidão existencial e a aceitação. *In*: CAVICCIOLI, Silvia. **Ouvir Fernanda Montenegro falando sobre a velhice é um convite à lucidez. 2026.** Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DWZx1/K5DXdR/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

MOURA, Maria Marta de.; VERAS, Renato Peixoto. Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência. **Physis Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v;27, n.1, p.19-39, 2017.

MUTEN, Burleigh. **Histórias da avó**: contos da mulher sábia de várias culturas. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. *In*: FERREIRA, Cíntia P. Silva *et al.* A visão do envelhecimento, da velhice e do idoso veiculada por livros infanto-juvenis. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 24, p. 1061–1075, set. 2015.

NERI, Anita Liberalesso. Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento e o envelhecimento. *In*: NERI, A. L. (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento**. Campinas: Papirus, 2001.

NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, pp. 7-10, 1999.

NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Monica Sanches. **Velhice bem-sucedida**: aspectos afetivos e cognitivos. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. **Reconhecimento como velho**. Fala descrita nos apontamentos, durante o período de orientação da tese “As performances, memórias e as políticas públicas nos espaços de acolhimento à pessoa idosa na cidade de Goiânia”, de Janice de Almeida Matteucci, da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO, jan., 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE (OPAS) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre o idadismo**. [S. l.]. 2022. DOI 10.37774/9789/.../. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55872>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas**. Adotada em 15 de junho de 2015. Disponível em: OAS.org. Acesso em: 04 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução 46/91**: Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas. Adotada pela Assembleia Geral em 16 de dezembro de 1991. Acesso em: 04 ago. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento. **Relatório da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento**. Madri, 2002. Acesso em: 04 ago. 2026.

ORTIZ, Marília. Vendando sentidos e usos para a perspectiva de interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br>. Acesso em: 30 jan. 2026.

O ÚLTIMO AZUL. Direção: Gabriel Mascaro. Roteiro: Gabriel Mascaro, Tibério Azul. Produção principal: Rachel Daisy Ellis e Sandino Saravia Vinay. Brasil: Vitrine Filmes, 2025. 1 filme (aprox. 120min.).

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo *et al.* A afirmação da gerontologia social crítica nos estudos sobre a velhice da classe trabalhadora no Brasil: uma proposta em discussão. **Serv. Soc. Soc. (142)** • Sep-Dec 2021 • Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.259>. Acesso em: 30 jan. 2026.

PAPALIA, Diane E., FELDMAN, Ruth Duskin. (2013). Desenvolvimento físico e cognitivo na vida adulta tarde. *In*: PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12a. ed.. Porto Alegre, AMGH Editora, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez, 25-42, 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

PIEGUES, Bruna Caroline; MUSIAL, Cezar Musial. Retrato Social das velhices no Sistema Único de Assistência Social, SUAS: aproximações iniciais. **Revista Kairós-Gerontologia**, 24(Número Especial 31, “Velhices visíveis e o saber local”), 181-200.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém. EDUFP, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 11, p. 491–501, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tvJSTH8jLPfnT5YhMMKsH7R/>. Acesso em: 21 maio 2025.

PRIORE, Mary Del. **Uma história da velhice no Brasil**. São Paulo: Vestígio Editora Ltda., 2025.

RAMOS, Salete. **A invisibilidade despercebida: Idoso é frágil, mas não é bibelô para ser esquecido na estante da vida**. Newsletter, 15 abr. 2017. Disponível em: <https://portaldoenvelhecimento.com.br/invisibilidade-despercebida-idoso-e-fragil-mas-nao-e-bibelo-para-ser-esquecido-na-estante-da-vida/>. Acesso em: 29 mar. 2026.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Penguin-Companhia, 2011.

SALVADOR, Evilasio da Silva. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. Imprensa: São Paulo, Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço **Social & Sociedade**. (130). Sep-Dec 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.117>. Acesso em: 19 ago. 2026.

SANTOS, Geandro de Souza Alves dos; ACOSTA, Daniela Caldas. O estado do bem-estar social – fundamentos, teoria e influência do keynesianismo no Brasil. **Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades**, Curitiba, v.15, n.1, p.01-29,2026. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v15n1-74-2026>. Acesso em 23 abr. 2026.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHECHNER, Richard. **Performance e antropologia: seleção de ensaios**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

SCHECHNER, Richard. Podemos ser o (novo) Terceiro Mundo? Tradução de João Gabriel L. C. Teixeira. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, p. 711-726, 2014.

SHEPARD, Roy J. **Envelhecimento, atividade física e saúde**. São Paulo, SP: Phorte, 2003.

SILVA, Silma Maria Ribeiro da. **Preparação para aposentadoria. Caminhos**. Diretoria de Desenvolvimento Profissional. Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP: Brasília/DF, 2021.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica**. Maceió: EdUFAL, 2007.

SILVA JACQUES, Flávia Verônica. A política social no contexto brasileiro. **Perspectivas em políticas públicas**, v.4, n.28, p.47–61, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/revistappp/article/view/6006>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SILVA, Maria A.; SOUZA, João P. **Educação financeira e envelhecimento: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2018.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Política social: de sua gênese ao contexto brasileiro. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 42, p. 1-10, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2178-52012020000100104&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 jul. 2025.

SOARES, Denrhiellen Christ Ribeiro; MATTARAIA, Fabiana de Paula Lima Isaac; CASTRO, Marília Meorim Ferreira de Lucca e. O etarismo e seus impactos no direito ao trabalho da população envelhecida. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Lisboa, v. 10, n. 4, p. 237-258, 2024.

SOARES, D. C. R. **O Etarismo e seus impactos no Direito ao trabalho da população envelhecida**. [s. l.], [s. d.].

SOUZA, Jessé de. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Lílilana. “Avós e netos: uma relação afetiva, uma relação de afectos”. **Povos e culturas**, n. 10, p. 39–50, jan., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2005.8806>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SPIRDUSO, Waneen W. **Dimensões físicas do envelhecimento**. Tradução de Giuseppe Taranto. Barueri, SP: Manole, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Melissa. Em busca de um New Deal Brasileiro: Oliveira Vianna e as fontes transnacionais da experiência do corporativismo no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 184, n. 493, p. 234–270, 2023.

TWIGG, J.; MARTIN, W. *The field of cultural gerontology: an introduction*. In: TWIGG, J.; MARTIN, W (org.). **The Routledge Handbook of Cultural Gerontology**. Routledge: Abingdon, 2015. p. 1-16. Disponível em: <https://kar.kent.ac.uk/53626/>. Acesso em: 18 jul. 2026.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual: Estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974. Brasil (Sextante), 2017.

TURNER, Victor W. **Do gesto ao símbolo: a antropologia da experiência**. Tradução de Gílson C. Cardoso de Sousa. Salvador: EDUFBA, 2017.

VERAS, Renato Peixoto. País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1994. In: PRADO, S. Donizete; SAYD, J.

Dutra. A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 11, p. 491–501, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tvJSTH8jLPfnT5YhMMKsH7R/>. Acesso em: 21 maio. 2025.

VELOSO, Caetano. Oração ao tempo. Composição e interpretação de Caetano Veloso. In: **Álbum Cinema Transcendental**. LP vinil, 1979.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de saúde pública**, v. 43, p. 548-554, 2009.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. **A americanização da seguridade social**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

VILLAS-BÔAS, Orlando; VILLAS-BÔAS, Cláudio. **A marcha para o Oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2017.

WINANDY, Fran. **Etarismo: Um novo nome para um velho preconceito**. [S. l.]: Adelante, 2023. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Etarismo.html?id/&redir_esc=y. Acesso em: 24 abr. 2025.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**: construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

SITES CONSULTADOS

https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2008/documents/hf_ben-xvi_aud_20080116.html#:text=Mes.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>.

https://infoms.saude.gov.br/.../html/covid-19_html.html.

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/publicacoes/cartilha_setembro_2024.pdf

<https://agenciagov.ebc.com.br/>

<https://opopular.com.br/cidades/goias-tem-mais-de-900-pessoas-acima-de-100-anos-aponta-censo-ibge-.3078376>

<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/d4d96512-271a-4322-b111-ffae26a48322/content>.

https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2021/10/08/16_09_51_892_E_book_Conselho_do_Idoso.pdf/.

<https://mpes.mp.br/ceaf/wp-content/uploads/sites/6/2023/12/A-CONSTRUCAO-DO-STATUTO-DA-PESSOA-IDOSA-1.pdf>.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/acoes-do-governo-federal-promovem-envelhecimento-ativo-saudavel-e-com/>.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/acoes-e-projetos/projeto-educacao-para-toda-a-vida>.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/acoes-e-projetos/projeto-viva-mais-cidadania-digital/>.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/acoes-e-projetos/projeto-viva-mais-periferia>.

www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoaidosa/publicacoes/Cartilha_da_Violencia_Patrimonial___SDDPI___Outubro2024.pdf.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/edital-01-2024.pdf>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/editais>.

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/publicacoes/cartilha_violencia_patrimonial_dezembro_2024_A5.pdf/.

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/governo-federal-e-instituto-mauricio-de-sousa-lancam-gibi-da-turma-da-monica-sobre-importancia-da-valorizacao-de-idosos>

<https://www.gov.br/inss/pt-br/noticias/ajustes-na-idade-minima-e-nas-regras-de-transicao-para-pedir-aposentadoria>

<https://www.tjsc.jus.br/web/servidor/programa-de-preparacao-para-a-aposentadoria>

https://prefeitura.sp.gov.br/web/gestao/w/saude_do_servidor/preparacao_aposentadoria.

https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2021/10/08/16_09_51_892_E_book_Conselho_do_Idoso.pdf.

<https://www.google.com/search?q=vagonite+o+que+significa&oq=VAGONITE/>.

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavid>

<https://www.facebook.com/CentroLivreArtes/posts/nossa-escola-se-solidariza-e-compartilha-o-sentimento-de-tristeza-de-toda-a-fam-falecida-em-21/03/2021>.

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavid>.

<https://www.facebook.com/CentroLivreArtes/posts/nossa-escola-se-solidariza-e-compartilha-o-sentimento-de-tristeza-de-toda-a-fam/>

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/.desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.htm>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

AS PERFORMANCES DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS:

Um tempo para não esquecer”

Entrevista

Nome.....

Idade Estado Civil

Gênero: () Feminino () Masculino () outros() Prefiro não dizer

Tem parentes ou familiares com identidade de gênero diferente?.....

Tinha alguma atividade anterior?.....Qual?.....

Participa de outras atividades?.....Quais?.....

.....Onde?.....

Aqui no Centro de Convivência você participa de quais atividades?.....

.....

Há quanto tempo você frequenta esta instituição?..... Gosta?.....

O que mudou na sua vida desde que você começou a frequentar este espaço de convivência?

.....

O que é ser idoso(a), para você?.....

Ou você prefere ser chamado de outra forma? Se sim, qual seria?

Seus filhos apoiam você participar das atividades aqui?..... Eles trazem você ou
quais os meios que utiliza para vir?.....

Você indicaria para outras pessoas participarem aqui?.....

O que você sente quando está realizando as atividades oferecidas?.....

.....

Você depende financeiramente de alguém ou ajuda seus filhos financeiramente?.....

Seus parentes/familiares participam?Como se sente quando eles/elas participam?

.....

Você trabalhava anteriormente?.....Onde?..... em que função?.....

Você é aposentado(a)?.....Se preparou para aposentar?.....

Como você se preparou para aposentar?.....

Como você definiria sua vida hoje?.....

Assinatura.....Data/...../.....;..



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



ANEXO A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS PERFORMANCES DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS: Um tempo para não esquecer **Pesquisador:** Janice de Almeida Matteucci **Área Temática:**

Versão: 3

CAAE: 67995023.8.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Sociais

Patrocinador Principal: Universidade Federal de Goiás

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.225.230

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de doutorado em Performances Culturais que dá continuidade à pesquisa realizada anteriormente no mestrado. A presente pesquisa busca "verificar a melhoria na qualidade de vida, bem como os benefícios e as transformações psicossociais resultantes das performances durante as atividades oferecidas aos idosos(as) como danças, pinturas, atividades físicas, palestras, moradias entre outras, no Centro Livre de Artes, no setor Oeste, Centro de Convivência de Idosos Assunção (CCI), pertencente a Associação

Assunção no setor Residencial Morada do Bosque, Centro de Idosos Vila Vida no Setor Coimbra, Casa das Margaridas no setor Jaó e Abrigo dos Idosos São Vicente de Paulo no setor Vila Americano do Brasil, como agentes promovedores de melhoria na qualidade de vida da pessoa(o) idosa(a)".

Metodologia Proposta:

A presente pesquisa terá como ponto de partida, a revisão bibliográfica. Através da mesma é possível uma investigação de estudos já publicados em livros, artigos, documentos, acerca do tema abordado, contribuindo com maior conhecimento do assunto pesquisado, abrindo caminhos para novos confrontos com a literatura existente que neste caso é a qualidade de vida da pessoa idosa, suas memórias e sensibilidades presentes nas performances durante a realização de suas atividades nos centros de convivência selecionados.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Conforme Gil (2017) a pesquisa aponta caminhos, pois geralmente possuímos informações suficientes e as que possuímos precisam de um ordenamento para que tenhamos bons resultados. Ela também será nossa companhia durante toda realização do trabalho, podendo ser realizada como parte da pesquisa descritiva ou experimental, segundo indica Raupp (2006) "Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado tema ou problema." (RAUPP, Apud BEUREN 2006, p. 86). Outro autor que nos orienta acerca da importância da pesquisa bibliográfica é Severino (2007). Para ele, a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo: [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Farão parte da discussão conceitos, pesquisa histórica, relatos, documentos, vídeos, fotografias, recortes de jornais, revistas, enfim todo possível material disponível nas instituições selecionadas para a realização da pesquisa, passando neste caso para a pesquisa documental, pesquisa esta que relaciona os fatos a uma realidade concreta das atividades exercidas pelas instituições. As visitas de campo deverão ser realizadas após aprovação do comitê de ética, em períodos disponibilizados pelas instituições parceiras na pesquisa. Entrevista e observação participante também serão metodologias utilizadas, bem como coleta de depoimentos na medida em que os idosos sentirem confiança em compartilhar suas memórias. A coleta de dados será feita através de levantamento documental na historiografia do grupo, através da pesquisa nos arquivos existentes nos documentos disponibilizados pelas instituições escolhidas para que a tese seja desenvolvida, construindo sua trajetória até os dias atuais...." no estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação. Para ilustrar essas diferenças, considere-se um levantamento a ser realizado em determinada comunidade. Procurar-se-á, neste caso, descrever com precisão as características de sua população em termos de sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda etc. Já num estudo de campo, a ênfase poderá estar, por exemplo, na análise da estrutura do poder local ou das formas de associação verificadas entre seus moradores" (GIL, 2008, p. 53). Ainda na esteira das metodologias a serem utilizadas na pesquisa para o desenvolvimento de minha tese, utilizando também Gil como referência, que sugere como metodologia mais utilizadas nas ciências sociais a observação, pois segundo o mesmo, esta metodologia tem o maior grau de precisão:

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Por outro lado, pode ser considerado como o mais primitivo, e consequentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão.

Critério de Inclusão:

Serão convidados a participar, individualmente, após estarem confortáveis com minha presença e sentirem confiança em participar, idosos(as) residentes, participantes e associados destas entidades, com idade igual ou maior de 60 anos, com autonomia, e caso durante a pesquisa, apresente idoso(a) em situação de vulnerabilidade e dependência familiar, que durante a pesquisa, observe a necessidade de conhecer mais sua história, utilizarei o termo de consentimento solicitando através deste, a autorização para os procedimentos do seu responsável, e caso este concorde, poderá também participar da entrevista. Os procedimentos para sua realização, serão observação e entrevista de áudio e vídeo, sendo que o mesmo terá a liberdade de escolher como deseja participar, se somente na entrevista de áudio sem vídeo, com ou sem imagens fotográficas, nominal ou não. No entanto, não será esclarecido que observarei suas atividades, para que não perca a naturalidade em executá-las. Procurarei manter um diálogo mais próximo possível, com linguagem acessível a eles para adquirir confiança e deixa-los mais à vontade para participar da pesquisa.

Critério de Exclusão:

O idoso(a) deverá ser informado sobre a pesquisa, que tem como objetivo observar se ocorre melhoria na qualidade de vida destes que participam das atividades no Centros de Convivência para idosos(as), cada um dos convidados a participar da pesquisa, terá liberdade de recusar participar, não havendo qualquer constrangimento em sua recusa, ficando isto bem esclarecido para ele(a). O idoso(a) que durante a pesquisa também decidir que não quer continuar a participar, será excluído da mesma, sem que resulte danos a sua pessoa. Possuir idade menor de 60 anos de idade. Não ser associado ou frequentador dos centros elencados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo da pesquisa: "Verificar a melhoria na qualidade de vida, bem como os benefícios e as transformações psicossociais resultante das performances durante as atividades oferecidas aos idosos(as) como danças, pinturas, atividades físicas, palestras, moradias entre outras, por cinco instituições localizadas em Goiânia."

Objetivos específicos: Relatar as atividades ofertadas pelas instituições escolhidas; Descrever suas performances; Registrar através de depoimentos, as transformações e benefícios vivenciados pelos (as) idosos(as); Documentar (fotos e vídeos) suas performances, disponibilizando este material para possível divulgação de seus trabalhos; Realizar entrevistas; Disponibilizar os resultados através da tese.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

NA SEGUNDA VERSÃO, a pesquisadora não destaca os RISCOS aos quais os participantes estarão expostos, afirmando que "A pesquisa não apresenta riscos para o pesquisado, pois a mesma tem como objetivo verificar se realmente ocorre melhoria na qualidade de vida do idosos(as) dos idosos que participam das atividades nas instituições escolhidas como campo de pesquisa. Os mesmos não serão expostos a situações que envolvam riscos físicos ou emocionais. Muito pelo contrário, sua integridade é de extrema segurança, pois alguns destes para não afirmar 100%, vivem em situações de vulnerabilidade. Eles necessitam sim de apoio, de se sentirem novamente pertencentes a sociedade".

BENEFÍCIOS: "A qualidade de vida dos idosos que são assistidos pelos centros de convivência é o principal objetivo dos estudos a serem desenvolvidos. Seus resultados poderão servir caso seja confirmada a hipótese, como estímulo para que estes continuem a utilizar seus serviços, como também atrair mais pessoas a também se tornarem participantes. As instituições poderão também aprimorar sua atenção através das respostas encontradas nos estudos, e estimular seus técnicos a buscarem maior entrosamento com seus clientes. A conscientização de seus direitos quanto a pessoa idosa, utilização de recursos advindos das políticas públicas que poderão ser atrair mais benefícios a eles." Na TERCEIRA VERSÃO: "Riscos: Toda pesquisa é passível de riscos, neste caso pode ser que os participantes mostrem fragilidade física, dificuldade de acessos, timidez para responder às questões elencadas no questionário, bem como se deixar filmar e fotografar. Procurarei minimizar os riscos, caso ocorram, conversando com eles(as), explicando que não sofrerão penalidades por não participarem, e que a participação é livre, espontânea. Procurarei entrevistar até 08 idosos(as) em cada instituição, sendo que esta quantidade poderá ser alterada de acordo com o desenrolar da pesquisa. Para realização desta pesquisa, aplicarei um questionário estruturado/ entrevista, com utilização das novas tecnologias, para execução do trabalho como celular, máquina fotográfica, papel, caneta, e para isso solicito reservar um período de 30 minutos e no máximo 01 hora para que possamos conversar. Como as perguntas serão sobre você, sobre suas atividades desenvolvidas nas instituições, como também relacionadas a sua forma de entender o envelhecimento, você terá a liberdade de não responder, caso a mesma lhe traga desconforto, constrangimento, problemas emocionais, angústia. Caso ocorra alguma ocorrência destas citadas ou outra que possa acontecer para o participante, a entrevista será imediatamente interrompida, e este será tranquilizado, ficando claro que seus sentimentos, conforto emocional, físico, material é primordial e será respeitado. Caso ele deseje continuar em outra data, como também deixar de participar, ou escolher critérios para sua participação, como somente texto sem imagens, nome fictício, tudo será levado ao termo que melhor se adequar a vontade do idoso(a). Se o idoso(a) não quiser que seu nome seja divulgado, estará garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Benefícios:

A qualidade de vida dos idosos que são assistidos pelos centros de convivência é o principal objetivo dos estudos a serem desenvolvidos. Seus resultados poderão servir caso seja confirmada a hipótese, como estímulo para que estes continuem a utilizar seus serviços, como também atrair mais pessoas a também se tornarem participantes. As instituições poderão também aprimorar sua atenção através das respostas encontradas nos estudos, e estimular seus técnicos a buscarem maior entrosamento com seus clientes. A conscientização de seus direitos quanto a pessoa idosa, utilização de recursos advindos das políticas públicas que poderão ser atrair mais benefícios a eles."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto que na primeira versão era intitulado "AS PERFORMANCES DOS MUSEUS E CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS: Um tempo para não esquecer", agora se chama "AS PERFORMANCES DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS: Um tempo para não esquecer". Na primeira versão, as instituições envolvidas eram 1) Museu de Arte de Goiânia (MAG)/Centro Livre de Artes, 2) Centro Cultural Oscar Niemeyer, 3) Centro de Convivência de Idosos Assunção (CCI) e 4) Centro de Idosos Vila Vida. NA

SEGUNDA VERSÃO: 1) Centro Livre de Artes, no setor Oeste, 2) Centro de Convivência de Idosos Assunção (CCI), pertencente a Associação Assunção no setor Residencial Morada do Bosque, 3) Centro de Idosos Vila Vida no Setor Coimbra, 4) Casa das Margaridas no setor Jaó e Abrigo dos Idosos São Vicente de Paulo no 5) setor Vila Americano do Brasil.

A PRIMEIRA VERSÃO previa a participação de cerca de 25 pessoas; NA ATUAL VERSÃO prevê a participação de 50 pessoas (10 de cada instituição). Não foram apresentadas as cartas de anuência das instituições. A pesquisadora informa: "A presente pesquisa sofreu alterações desde a primeira entrega de documentos a este comitê devido as dificuldades encontradas para instituições, assim como, os conhecimentos adquiridos nas disciplinas cursadas que mostraram novos caminhos e novos temas a serem discutidos. Por esta razão, os estudos serão realizados somente nos Centros de Convivência e Permanência, excluindo com isto a participação dos museus, ficando somente o Centro Livre de Artes que faz parte do Museu de Arte de Goiânia, porém oferece diversas atividades para idosos(as). As cartas de Anuência serão anexadas assim que receber a devoluta dos mesmos." O projeto está completo e a pesquisadora responsável apresenta experiência na área de pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2078632.pdf

Carta_de_anuencia_Assuncao.pdf

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2078632.pdf

Carta_de_anuencia_Assuncao.pdf

Termo_de_Anuencia_Centro_Livre.pdf

Termo_de_Anuencia_Vila_Vida_OVG.pdf

CRONOGRAMA.pdf

Projeto_de_Pesquisa.pdf

3. TCLE: precisa de ajustes, pois não oferece a opção de NÃO autorizar o uso de imagem, voz, áudio bem como NÃO conceder autorização da transcrição das respostas ao questionário de forma nominal. É preciso dar coerência geral à formatação e escrita do TCLE.

4. Cartas de anuência: não foram apresentadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pendências parecer 6.158.219:

A lista anterior de pendências era composta pelos seguintes tópicos:

1. Esclarecer quais serão os critérios de inclusão e de exclusão de participantes que integrarão o grupo de

25 pessoas idosas

SITUAÇÃO: ATENDIDO PARCIALMENTE. PORÉM HOUVE MUDANÇAS NA PROPOSTA, SÃO AGORA 50 PARTICIPANTES DE 5 INSTITUIÇÕES DIFERENTES.

RESPOSTA: "São quatro as instituições que autorizaram a pesquisa: o Centro Livre de Artes, instituição da Prefeitura de Goiânia, administrada pela Secretaria de Cultura SECULT, situada no setor Oeste, Centro de Convivência de Idosos Assunção (CCI), pertencente a Associação Assunção no setor Residencial Morada do Bosque, Centro de Idosos Vila Vida, entidade gerida pela Organização das Voluntárias de Goiânia – OVG, situada no Setor Coimbra, e Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária

Colônia Santa Marta, localizado na rodovia GO-403, Km 8, S/n – Zona Rural, Goiânia – GO, órgão da Secretaria de Saúde de Goiás, gerido pela Associação Goiana de Integralização e Reabilitação (AGIR), sendo que a última já confirmou sua anuência via e-mail, restando enviar a carta de anuência que irei inserir na plataforma assim que receber, me comprometendo não iniciar minha pesquisa nesta instituição sem anuência deste comitê." "a. Procurarei entrevistar até 08 idosos(as) em cada instituição, sendo que esta quantidade poderá ser alterada de acordo com o desenrolar da pesquisa."

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-2045

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



SITUAÇÃO: PENDÊNCIA ATENDIDA

1.1- A pesquisadora não define se o grupo de participantes será composto por pessoas em situação de vulnerabilidade sob cuidados de familiares e/ou se são pessoas idosas autônomas.

REPOSTA: "Serão convidados a participar, individualmente, após estarem confortáveis com minha presença e sentirem confiança em participar, idosos(as) residentes, participantes e associados destas entidades, com idade igual ou maior de 60 anos, com autonomia, e caso durante a pesquisa, apresente idoso(a) em situação de vulnerabilidade e dependência familiar, que durante a pesquisa, observe a necessidade de conhecer mais sua história, utilizarei o termo de consentimento solicitando através deste, a autorização para os procedimentos do seu responsável, e caso este concorde, poderá também participar da entrevista. Os procedimentos para sua realização, serão observação e entrevista de áudio e vídeo, sendo que o mesmo terá a liberdade de escolher como deseja participar, se somente na entrevista de áudio sem vídeo, com ou sem imagens fotográficas, nominal ou não. No entanto, não será esclarecido que observarei suas atividades, para que não perca a naturalidade em executá-las. Procurarei manter um diálogo mais próximo possível, com linguagem acessível a eles para adquirir confiança e deixá-los mais à vontade para participar da pesquisa.

SITUAÇÃO: PENDÊNCIA ATENDIDA

2. Refazer os TCLEs de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016 e especificando a quem se destinam cada um deles, e em que momento serão apresentados aos participantes; (NÃO ATENDIDO)

RESPOSTA: Os TCLES foram refeitos e adequados as questões solicitadas.

SITUAÇÃO: Foi apresentado somente um modelo de TCLE que engloba todos os participantes. As informações de procedimentos, direitos e garantias estão contempladas. PENDÊNCIA ATENDIDA.

3. Submeter os instrumentos de coleta de dados (questionários) em PDF na plataforma, detalhando como sedarão os encontros: como os participantes serão abordados, quantos encontros acontecerão, que atividades serão realizadas, como os dados serão coletados. (NÃO ATENDIDO)

4. RESPOSTA: O questionário passou por correções como mudança no título da pesquisa, as questões relacionadas aos museus que foram excluídas, visto que este não fará mais parte do estudo. Está como anexo no projeto, mas irei inserir na plataforma.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



SITUAÇÃO: PENDÊNCIA ATENDIDA

5. Explicitar claramente no projeto e nos TCLEs quais serão os riscos diretos aos participantes e quais serão as medidas adotadas pela pesquisadora para minimizá-los (RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016) (NÃO ATENDIDO)

RESPOSTA: Para realização desta pesquisa, aplicarei um questionário estruturado/ entrevista, com utilização das novas tecnologias, para execução do trabalho como celular, máquina fotográfica, papel, caneta, e para isso solicito reservar um período de 30 minutos e no máximo 01 hora para que possamos conversar. Como as perguntas serão sobre você, sobre suas atividades desenvolvidas nas instituições, como também relacionadas a sua forma de entender o envelhecimento, você terá a liberdade de não responder, caso a mesma lhe traga desconforto, constrangimento, problemas emocionais, angústia. Caso ocorra alguma ocorrência destas citadas ou outra que possa acontecer para o participante, a entrevista será imediatamente interrompida, e este será tranquilizado, ficando claro que seus sentimentos, conforto emocional, físico, material é primordial e será respeitado. Caso ele deseje continuar em outra data, como também deixar de participar, ou escolher critérios para sua participação, como somente texto sem imagens, nome fictício, tudo será levado ao termo que melhor se adequar a vontade do idoso(a). Se o idoso(a) não quiser que seu nome seja divulgado, estará garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato.

SITUAÇÃO: PENDÊNCIA ATENDIDA

5. Explicitar claramente no projeto e no TCLE quais serão os benefícios diretos aos participantes ao aceitarem contribuir com a pesquisa (RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016) (ATENDIDO)

6. Apresentar a carta de anuência de cada uma das instituições envolvidas na pesquisa, concordando com a realização da pesquisa e registros de imagem em seus espaços, bem como com a consulta a seus arquivos; (NÃO ATENDIDO, E HOUVE MUDANÇAS NO PROJETO)

RESPOSTA: As cartas de anuência de três instituições foram apresentadas. A pesquisadora se compromete a inserir a anuência que falta assim que for obtida e declara que não iniciará a coleta de dados sem a mesma.

SITUAÇÃO: PENDÊNCIA ATENDIDA

5. Rever o cronograma de forma a garantir que a coleta de dados se inicie somente após a aprovação do protocolo pelo CEP.

(NÃO ATENDIDO - O CAMPO ESTÁ PREVISTO PARA INICIAR EM 01 DE AGOSTO DE 2023)

RESPOSTA: A pesquisadora se compromete a somente iniciar a coleta de dados após a aprovação do CEP.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



SITUAÇÃO: PENDÊNCIA ATENDIDA

6. Rever o cronograma de forma a garantir que a coleta de dados se inicie somente após a aprovação do protocolo pelo CEP.

(NÃO ATENDIDO - O CAMPO ESTÁ PREVISTO PARA INICIAR EM 01 DE AGOSTO DE 2023) RESPOSTA: A pesquisadora se compromete a somente iniciar a coleta de dados após a aprovação do CEP.

SITUAÇÃO: PENDÊNCIA ATENDIDA

A pesquisa não apresenta óbice ético.

Determina-se que a pesquisadora responsável envie para o CEP sob forma de notificação uma anuência da Instituição proponente quanto à mudança de título da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEPUGF os relatórios parciais e o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para janeiro de 2026.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2078632.pdf	27/07/2023 10:34:22		Aceito
Outros	Carta_justificativas.pdf	27/07/2023 10:33:43	Janice de Almeida Matteucci	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_Assuncao.pdf	27/07/2023 10:33:10	Janice de Almeida Matteucci	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_Centro_Livre.pdf	27/07/2023 10:29:42	Janice de Almeida Matteucci	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_Vila_Vida_OVG.pdf	27/07/2023 10:28:33	Janice de Almeida Matteucci	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	26/07/2023 13:14:51	Janice de Almeida Matteucci	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Humanidades.pdf	26/07/2023 13:02:13	Janice de Almeida Matteucci	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	26/07/2023 12:57:24	Janice de Almeida Matteucci	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	19/02/2023 11:51:38	Janice de Almeida Matteucci	Aceito



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

GOIANIA, 08 de Agosto de 2023

Assinado por:

Rosana de Moraes Borges Marques

(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-2045

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “**AS PERFORMANCES DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS: Um tempo para não esquecer**”. Meu nome é **JANICE DE ALMEIDA MATTEUCCI**, sou o (a) pesquisadora responsável e minha área de atuação é Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Performances Culturais. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo.

Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail janicematteucci@gmail.com e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 34342970 e (62) 981343448, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral, verificar a melhoria na qualidade de vida, bem como os benefícios e as transformações psicossociais resultante das performances durante as atividades oferecidas aos idosos(as) como danças, pinturas, atividades físicas, palestras, entre outras, nas seguintes instituições: Centro Livre de Artes, instituição da Prefeitura de Goiânia, administrada pela Secretaria de Cultura SECULT, situada no setor Oeste, Centro de Convivência de Idosos Assunção (CCI), pertencente a Associação Assunção no setor Residencial Morada do Bosque, Centro de Idosos Vila Vida, entidade gerida pela Organização das Voluntárias de Goiânia – OVG, situada no Setor Coimbra, e Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária Colônia Santa Marta, localizado na rodovia GO-403, Km 8, S/n – Zona Rural, Goiânia – GO, órgão da Secretaria de Saúde de Goiás como agentes promovedores de melhoria na qualidade de vida da pessoa(o) idosa(a).

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Os idosos(as), bem como funcionários, coordenadores, professores das instituições elencadas para a pesquisa: Centro Livre de Artes, instituição da Prefeitura de Goiânia, administrada pela Secretaria de Cultura SECULT, situada no setor Oeste, Centro de Convivência de Idosos Assunção (CCI), pertencente a Associação Assunção no setor Residencial Morada do Bosque, Centro de Idosos Vila Vida, entidade gerida pela Organização das Voluntárias de Goiânia – OVG, situada no Setor Coimbra, e Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária Colônia Santa Marta, localizado na rodovia GO-403, Km 8, S/n – Zona Rural, Goiânia – GO, órgão da Secretaria de Saúde de Goiás, que serão convidado(a) a participar de minha pesquisa, que deverá ser agendada em dias e horários combinados com antecedência com cada interlocutor, bem como durante o trabalho de campo, desde que o mesmo concorde em participar.

Para realização desta pesquisa, estarei aplicando questionário estruturado/ entrevista, com utilização das novas tecnologias, para execução do trabalho como celular, máquina fotográfica, papel, caneta, e para isso solicito reservar um período de 30 minutos e no máximo 01 hora para que possamos conversar. Como as perguntas serão sobre você, sobre suas atividades desenvolvidas nas instituições, como também relacionadas a sua forma de entender o envelhecimento, você terá a liberdade de não responder, caso a mesma lhe traga desconforto, constrangimento, problemas emocionais, angústia. Caso ocorra alguma forma de desconforto para o entrevistado, ela será interrompida, e este será tranquilizado, ficando claro que seus sentimentos, conforto emocional, físico, material é primordial e será respeitado. Caso ele deseje continuar em outra data, como também deixar de participar, ou escolher critérios para sua participação, como somente texto sem imagens, nome fictício, tudo será levado ao termo que melhor se adequar a vontade do idoso(a). Todas as informações cedidas poderão ser registradas em forma de filmagem, gravações de áudio, vídeo / e ou por escrito. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso. Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Esta pesquisa não prevê benefícios aos diretos aos seus participantes, mas sim de forma indireta como também coletiva, para as instituições pesquisadas como também para a sociedade, para os órgãos públicos e privados que atuam na área, colaborando no fortalecimento do desenvolvimento dos estudos acerca da gerontologia, isto é, o estudo do envelhecimento, em diálogos transversais com a Museologia, Gerontologia, Ciências Sociais, Memórias, Sensibilidades Performances Culturais, para futuros pesquisadores e interessados no tema da pesquisa, na cidade de Goiânia, como também em outras regiões dos continentes.

É um tema ainda pouco explorado nas ciências Sociais, mas de fundamental importância, por se tratar também de grupos considerados como minorias, aquém de suas reais necessidades. Como toda pesquisa oferece seus riscos, esta também não fica excluída de ocorrer, porém, será executada e pautada no comportamento ético que toda pesquisa e pesquisador devem observar, postando de maneira respeitosa, obedecendo as normas estabelecidas pelas instituições escolhidas, bem como o cumprimento dos artigos que compõem o Estatuto de Idoso.

✚ Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- ☐ Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
☐ Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

✚ As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- ☐ Autorizo o uso de minha voz em publicações.
☐ Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

✚ Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- ☐ Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
☐ Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
✚ Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- ☐ Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
☐ Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

✚ Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- ☐ Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
☐ Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS - UFG



Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**AS PERFORMANCES DOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS: Um tempo para não esquecer**”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **JANICE DE ALMEIDA MATTEUCCI** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante/ ou testemunha

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



Assinatura datiloscópica

Endereço: Rodovia R2, n. 3.061, Parque Tecnológico Samambaia, Edifício K2, sala 110, piso 1
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-2045 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br